

# Navigator

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL  
V.9 - N.18 - dezembro de 2013

## REVISTA MARÍTIMA BRAZILEIRA

DIREÇÃO

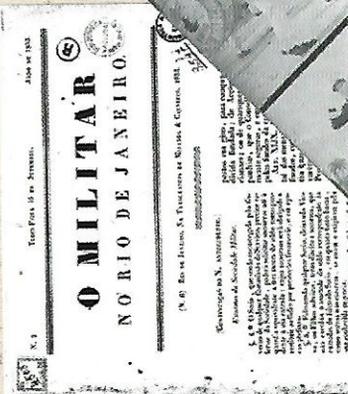
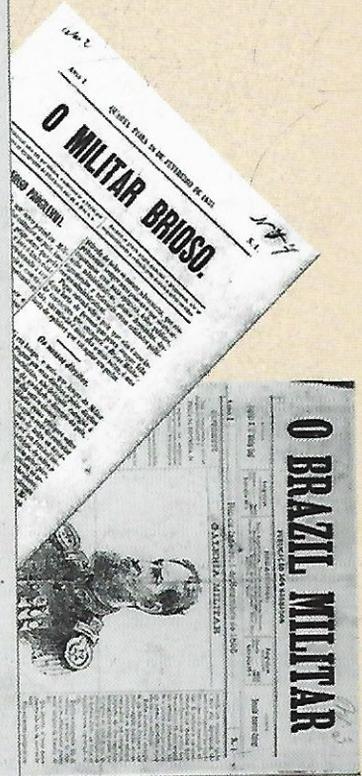
Sébio Eloy Pessoa, — José Ruydio Garcez Palla, — Alcebades Augusto de Lima Barros.

ANNO PRIMEIRO. (N.º 1)

Julho de 1881



RIO DE JANEIRO  
LONBAERTS & C. — EDITORES  
7, Rua dos Ourives, 7  
1881.





---

**SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL**

*A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.*

**As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.**

**COMANDO DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto

**SECRETARIA-GERAL DA MARINHA**

Almirante de Esquadra Ailton Teixeira Pinho Filho

**DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA**

Vice-Almirante (Ref<sup>o</sup>-EN) Armando de Senna Bittencourt

**Departamento de História**

Capitão de Corveta (T) Pierre Paulo da Cunha Castro

**Departamento de Publicações e Divulgação**

Primeiro-Tenente (RM2-T) Luiz Cesário da Silveira do Nascimento

REVISTA NAVIGATOR

[www.revistanavigator.com.br](http://www.revistanavigator.com.br)

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/n<sup>o</sup> – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

**CONSELHO EDITORIAL**

VA (Ref<sup>a</sup>-EN) Armando de Senna Bittencourt  
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama  
CC (T) Pierre Paulo da Cunha Castro  
CC (T) Carlos André Lopes da Silva  
CT (T) Ricardo dos Santos Guimarães  
CT (IM) Marcello José Gomes Loureiro  
CT (AA) Jonei Coelho Muniz  
1T (T) Daniel Martins Gusmão  
Prof. Ms. Renato Jorge Paranhos Restier Junior  
1T (T) Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos  
1T (T) Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho

**CONSELHO CONSULTIVO**

VA (Ref<sup>a</sup>-EN) Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)  
Prof. Dr. Arno Wehling (IHGB/UGF)  
Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)  
CMG (RM1-T) Edina Laura C. Nogueira da Gama (IGHMB)  
Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ)  
CMG (RM1) Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)  
Prof. Dr. Gilson Rambelli (UFS)  
Prof. Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)  
VA (Ref<sup>a</sup>) Helio Leoncio Martins (IHGB/IGHMB)  
Gen. (Ref<sup>a</sup>) Jonas de M. Correia Neto (IHGB/IGHMB)  
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto (UEL)  
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)  
Prof. Dr. Paulo André Leira Parente (UNIRIO/UGF)  
Cel. (Cav-R) Paulo Dartanham M. de Amorim (IGHMB)  
Dr. Petrônio Raimundo G. Muniz (FUNCEB)  
CA (RM1) Reginaldo Gomes Garcia dos Reis (EGN)  
Prof. Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (IHGB)

**INDEXADA POR / INDEXED BY**

Sumários de Revistas Brasileiras  
[www.sumarios.org](http://www.sumarios.org)

**EQUIPE EDITORIAL****Diretor**

CMG (Ref<sup>a</sup>) Milton Sergio Silva Corrêa

**Editor**

Renato Jorge Paranhos Restier Junior

**Organização do dossiê**

José Miguel Arias Neto  
Renato Jorge Paranhos Restier Junior

**Identidade Visual**

Edna Costa

**Editoração Eletrônica**

Felipe dos Santos Motta

**Capa**

Felipe dos Santos Motta

**Revisão**

Manuel Carlos Corgo Ferreira

**Revisão em inglês**

CT (T) Adriana de Matos Peixoto Rogerio

**Web Designer**

Célia Gutierrez

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.18 (jun. 2013)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2011-  
v.7: il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da  
Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e  
Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

# Sumário

- 5      **APRESENTAÇÃO**
- DOSSIÊ IMPRENSA MILITAR**
- 9      **Apresentação do Dossiê**  
*José Miguel Arias Neto*  
*Renato Jorge Paranhos Restier Junior*
- 11     **O Militar e a elaboração de um projeto alternativo de modernização para o Brasil (1854-1855)**  
*Adriana Barreto de Souza*
- 26     **A imprensa militar no século XIX: o periódico o Militar Brioso**  
*Fernanda de Santos Nascimento*
- 35     **A Marinha brasileira no pós-guerra do Paraguai – uma análise a partir da imprensa militar**  
*Luiza das Neves Gomes*
- 43     **O periódico *Medicina Militar* (1910 - 1923)**  
*Charles Klajman*
- 55     **Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar**  
*José Miguel Arias Neto*
- ARTIGOS**
- 67     **O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637**  
*Benjamin Nicolaas Teensma*
- 77     **Gomes Freire de Andrada e os conflitos pela demarcação de fronteiras meridionais nas Américas: redes de poder e estratégias de ação na segunda metade dos Setecentos**  
*Mônica da Silva Ribeiro*
- 89     **A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial**  
*Victor Tempone*
- 103    **O Patrimônio Arquitetônico do Museu do Porto de Manaus**  
*Graciete Guerra da Costa*

- 109 **Recuperação da memória imagética de artefatos retirados de sítios de naufrágios no litoral de Pernambuco entre 1950 e 2000**  
*Carlos Celestino Rios e Souza*  
*Amanda de Azevêdo Cavalcanti Tavares*

**RESENHA**

- 121 **Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)**  
*Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos*  
**Resenha de RESTIER, Renato. *Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.**

**DOCUMENTO**

- 125 **Primeira Edição da *Revista Marítima Brasileira* de 1º de março de 1851**

**Capa** – A Imprensa Militar através de alguns de seus periódicos: *O Militar no Rio de Janeiro*, que circulou em 1833; *A Marinha em Revista*, editada desde 1947; *Revista Marítima Brasileira*, publicada desde 1851; *O Militar Briosso*, editado em 1855 e *O Brazil Militar*, produzido entre 1895 e 1896.

**4ª Capa** – Capa da primeira edição, de 1º de março de 1851, do periódico *Revista Marítima Brasileira*, a segunda mais antiga revista no mundo dedicada a assuntos marítimos e navais.



# Apresentação

As novas abordagens, a diversificação de fontes históricas e das metodologias de pesquisa ampliaram as possibilidades de estudos sobre a guerra, os militares e as instituições militares. O dossiê desta edição da revista *Navigator*: subsídios para a história marítima do Brasil se insere neste contexto de renovação dos estudos históricos ao apresentar a imprensa militar como espaço de expressão de diferentes grupos de militares, de pluralidade de pensamento e posicionamento político, de diálogo institucional e de transformações socioculturais. Organizado por José Miguel Arias Neto e Renato Restier, o dossiê intitulado *Imprensa Militar* oferece ao leitor cinco trabalhos de grande originalidade, produzidos por Adriana Barreto de Souza, Fernanda de Santos Nascimento, Luiza das Neves Gomes, Charles Klajman e José Miguel Arias Neto.

Na sequência, cinco trabalhos compõem a seção *Artigos*. *O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637* de Benjamin Teensma abre os trabalhos analisando os combates navais resultantes do bloqueio holandês a Goa, uma das possessões portuguesas no Oriente, e as representações produzidas por ambos os lados sobre esse evento militar. Ainda no contexto do Antigo Regime, em artigo intitulado *Gomes Freire de Andrada e os conflitos pela demarcação de fronteiras meridionais nas Américas*: redes de poder e estratégias de ação na segunda metade dos Setecentos, Mônica da Silva Ribeiro estuda os problemas de fronteira ao sul da América portuguesa após a assinatura do Tratado de Madri (1750) entre as coroas ibéricas e as ações lusas executadas por Gomes Freire. Saltando alguns séculos, Victor Tempone analisa, em artigo intitulado *A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial*, as decisões estratégicas da Alemanha no Teatro de Operações do Atlântico após um dos momentos de inflexão daquele conflito, a invasão germânica à União Soviética e a adesão dos Estados Unidos ao esforço de guerra Aliado. O Museu do Porto de Manaus é o objeto de análise de Graciete Guerra da Costa. Em *O Patrimônio Arquitetônico do Museu do Porto de Manaus*, o leitor se deparará com a história desta instituição e a descrição técnica de suas características arquitetônicas. *Recuperação da memória imagética de artefatos retirados de sítios de naufrágios no litoral de Pernambuco entre*

1950 e 2000 encerra essa seção. Nesse artigo, Carlos Celestino Rios e Souza e Amanda de Azevêdo Cavalcanti Tavares desenvolvem um estudo arqueológico sobre artefatos retirados de cascos soçobrados na costa do Estado de Pernambuco.

Reaparelhamento naval, dinâmica política imperial e guerras no Prata são elementos de análise apresentados ao leitor por Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos em sua resenha do livro de Renato Restier intitulado *Antítese da civilidade: Poder Naval, pensamento político e guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*, publicado em 2013.

Por fim, no contexto do dossiê, Nereu Lima da Silva analisa a primeira edição da *Revista Marítima Brasileira*, periódico naval publicado em 1851, descrevendo suas características técnicas e seus objetivos.

A exemplo das edições anteriores, a edição número 18 da revista *Navigator* é composta por pesquisadores de diferentes centros de estudos e pesquisas, tornando-se espaço privilegiado para o debate historiográfico, oferecendo ao leitor estudos plurais, de grande relevância histórica e inovações teórico-metodológicas.

Boa leitura!

**CONSELHO EDITORIAL**



# Dossiê Imprensa Militar

---

*Adriana Barreto de Souza*

---

*Fernanda de Santos Nascimento*

---

*Luíza das Neves Gomes*

---

*Charles Klajman*

---

*José Miguel Arias Neto*

# Apresentação do Dossiê

## **José Miguel Arias Neto**

*Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social – UEL e Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação História e Regiões – Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais, Política e Mídia. Bolsista Produtividade 2 CNPq.*

## **Renato Jorge Paranhos Restier Junior**

*Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, é autor do livro Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876).*

O dossiê da edição volume 9, número 18 da Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil, intitulado "Imprensa Militar", expressa algumas das mudanças teóricas e metodológicas por que têm passado os estudos da guerra, dos militares e das instituições militares nos últimos anos. Tais objetos, negligenciados dos estudos históricos em quase todo século XX, passaram a despertar atenção da academia brasileira<sup>1</sup> na virada para o século XXI. Esse crescimento do interesse pela História Militar se dá de modo quase concomitante ao desenvolvimento de novas perspectivas historiográficas sensíveis ao social, ao cultural e ao político – compreendido aqui como território das relações humanas – e, conseqüentemente, acompanhada pela pluralidade de abordagens, possíveis pela aproximação da História com as teorias sociológicas, com a antropologia, com a comunicação e com a arte, entre outros campos de conhecimento. Aproveitando esse embalo, a Historiografia Militar tem se renovado, quer pela apropriação de novas ferramentas de análise, tanto teóricas quanto metodológicas, quer pela constituição de novos problemas e novos objetos.

Essa postura dialógica possibilita também novas preocupações nos estudos sobre a guerra e a ressignificação de objetos tradicionais da história militar. No campo da metodologia, a adoção de fontes históricas de diferentes naturezas e procedências extrapolou a simples análise dos relatórios operacionais e dos documentos da burocracia institucional.

Assim, o dossiê "Imprensa Militar" adquire grande relevância, posto que além de revelar fontes praticamente desconhecidas, quer pelo público especializado, quer pelo grande pú-

blico, representa a constituição da produção intelectual representativa de uma categoria (ou de grupos distintos no seio de uma mesma categoria) expressa pela imprensa periódica como objeto de análise do historiador. Essas fontes, terreno fértil para a compreensão de posicionamentos políticos, de ideias, conflitos, contextos socioeconômicos, desenvolvimento técnico e/ou tecnológico militar em diferentes contextos históricos, bem permitem problematizar o estudo da memória, das representações e demais conjuntos simbólicos das "sociedades militares"<sup>2</sup> no tempo.

Inicia o debate o artigo de Adriana Barreto de Souza que aborda os descontentamentos de um grupo de militares com o modelo político consolidado pelos conservadores na década de 1850 e suas propostas de modernização meritocráticas de gestão do Império por meio do jornal *O Militar*. No mesmo contexto, Fernanda de Santos Nascimento debruça-se sobre o periódico *O Militar Briosso*, de linguagem mais incisiva que o anterior, em que são explicitadas as diversas insatisfações de militares do Exército Imperial. Em seguida, Luiza das Neves Gomes analisa, por meio dos periódicos *O Soldado e o Marinheiro* e a *Gazeta Naval*, a reação de setores de militares da Armada Imperial com o estado material e de pessoal que se encontravam as forças de mar após a Guerra da Tríplice Aliança. Charles Klajman, além de se deslocar do contexto monárquico, adota abordagem que se distancia das relações Estado e Forças Armadas ao focar em sua análise os militares da área de saúde do Exército que buscavam posicionamento destacado no meio da sociedade médica e militar. Encerrando o dossiê, José Miguel Arias Neto explora a *Revista Marítima Brasileira*, primeiro periódico militar naval do Brasil e um dos primeiros no mundo, aponta a profusão de fontes da imprensa militar existentes em arquivos do Rio de Janeiro e desenvolve um debate teórico em que pontua possibilidades de abordagens dos periódicos militares oitocentistas.

O presente dossiê é um convite à reflexão sobre o estado atual dos estudos dos militares e das instituições militares a partir da utilização dos periódicos e também de tomar os periódicos militares em si sob o conceito de *Imprensa Militar* como objeto de reflexão dos historiadores. Para além disso, aponta para outros horizontes teóricos e metodológicos ao enfatizar a fecundidade das pesquisas na área da história militar.

---

<sup>1</sup> É necessário observar que a história militar, no sentido de estudo tático e estratégico dos eventos bélicos do passado com o objetivo prático-doutrinal, sempre fez parte dos currículos das academias militares.

<sup>2</sup> Conceito tomado de empréstimo e levemente desvirtuado da obra do historiador francês Raoul Girardet, porque tivemos o propósito de provocar uma reflexão quanto a imagem monolítico e muitas vezes atemporais construídas dos militares na história. Devemos atentar para as diversidades existentes no tempo, muitas vezes presentes num mesmo contexto histórico.

# O *Militar* e a elaboração de um projeto alternativo de modernização para o Brasil (1854-1855)\*

## Adriana Barreto de Souza

Professora associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Atualmente, integra o corpo de pesquisadores do Pronex – Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro; do Núcleo de Estudos da Política (Nuep/UFRRJ); e coordena, em parceria com Celso Castro, o Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM/CPDOC-FGV). É autora de livros e artigos científicos sobre a temática “militares”, dentre os quais destacam-se: O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora, *distinguido com o Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, e publicado em 1999*; e Duque de Caxias: o homem por trás do monumento, *publicado pela Civilização Brasileira em 2008*.

## RESUMO

Na década de 1850, a Corte do Rio de Janeiro vivia dias de otimismo. Após anos de lutas, o projeto conservador consolidava-se, pondo fim às rebeliões provinciais. É nesse contexto que o jornal *O Militar* é editado, realizando em suas páginas um debate substantivo e crítico à nova ordem. A historiografia localiza nesses debates a origem das formulações intervencionistas que marcariam o século XX brasileiro. O objetivo desse artigo, no entanto, é inserir esses debates no campo de referências políticas da época. Acredito que os artigos de *O Militar* expressavam o descontentamento de determinados setores do Exército com governo, o que os teria levado a reeditar o projeto conservador. Defendiam uma modernização fundada em um sistema disciplinar-meritocrático, que apresentava o Exército no legítimo condutor do processo civilizacional brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Militar; Exército; Modernização

## ABSTRACT

In the 1850s, the Court of Rio de Janeiro lived days of optimism. After years of battles, the conservative project was consolidated, ending the provincial revolts. In this context, the newspaper *The Military* is edited, performing on its pages a very consistent and critical debate on the new order. The historiography traditionally locates in these debates the origin of interventionist formulations that would mark the twentieth century in Brazil. The purpose of this article, however, is to insert these debates in the field of political references of their time. I believe that the articles of *The Military* expressed the discontent of certain sectors of the Army with the government, which would have led them to review the conservative project. These sectors advocated a modernization founded on a system that should be based on meritocracy and discipline, with the Army as the legitimate guide of the Brazilian civilizing process.

**KEYWORDS:** Military Journal; Army; Modernization

Na década de 1850, a Corte do Rio de Janeiro vivia dias de otimismo. Os homens livres do império passavam a se reconhecer como partícipes de um mundo civilizado. Esses anos não se distinguiam apenas pela estabilidade política que o “gabinete da conciliação”

consagrava, pondo fim às rebeliões provinciais. O progresso era sentido a todo momento, fosse pelas notícias estampadas nos jornais locais, quando do desfile das tropas argentinas, uruguaias e brasileiras pelas ruas de Buenos Aires, as tropas vitoriosas na derrubada de Rosas, fosse pelo simples ato, comum nas noites de verão, de abrir as janelas das casas e sobrados da Corte. A partir de 1854, essa atitude corriqueira colocava os antigos habitantes da região diante de um novo fenômeno da modernidade, o sistema de iluminação a gás.<sup>1</sup> Esta e outras obras da engenharia moderna difundiam o sentimento de se viver, enfim, uma nova era.

Os jornais de grande circulação se adequavam aos novos tempos. A tradicional cisão entre imprensas política e literária parecia já não mais fazer sentido. Na verdade, a própria concepção de política se alargava. Por um lado, ela tendia a deixar os círculos profissionais para se transformar em assunto de interesse geral, organizando inclusive muitas das tramas literárias da época. Por outro, esse alargamento das margens do mundo da política ampliava também as fronteiras de uma até então tímida esfera pública. Os temas políticos tornavam-se mais atraentes para variados setores da sociedade, e até mesmo a clientela, que inicialmente estava interessada apenas nas crônicas literárias e nas coscuvilhices dos salões imperiais, acabava tomando parte nas principais discussões do seu tempo.<sup>2</sup> É claro que o alcance dessas mudanças tinha limites, os impostos por uma sociedade de base aristocrática. Mas não deixava por isso de criar situações novas, como a abertura de diferentes espaços de debate e de elaboração de críticas ao sistema político em vigor – a política saquarema.<sup>3</sup>

É nesse contexto que se insere o jornal *O Militar*. De poucas páginas, circulou pela Corte imperial quinzenalmente, por um ano, entre julho de 1854 e julho de 1855. De linguagem veemente e bem direcionada, *O Militar* marcava com clareza o lugar político a partir do qual os artigos eram elaborados, enquadrando-se com perfeição na definição que se costuma fazer de um pasquim.<sup>4</sup> Seus números podiam ser encontrados, durante os primeiros seis meses de circulação, na Ti-

pografia Silva e Lima, localizada na Rua São José nº 8, e após fevereiro de 1855 na Tipografia Americana de José Soares de Pinho.

Historiograficamente, *O Militar* ganhou expressão a partir do livro de John Schulz, “Exército na política: origens da intervenção militar”. Como sugerido no título, o objetivo do livro é “examinar as origens da intervenção militar na política brasileira, durante a segunda metade do século XIX”.<sup>5</sup> Logo na introdução, o autor recorreu a um artigo de *O Militar* para afirmar a existência na oficialidade de um grupo jovem e instruído que possuía ideias bem diferentes das da elite governante, composta de latifundiários e lecionistas. Constituindo um grupo de oposição, esses jovens oficiais defendiam a abolição da escravidão, a imigração de europeus, a proteção das indústrias, eleições livres, direitos civis além de lutarem por melhores salários, promoções e condições de vida para os oficiais e suas famílias.<sup>6</sup>

A proposta é interessante. Porém, ao tentar “acompanhar a trajetória desse grupo de oposição através de quarenta anos de história” a fim de explicar a Proclamação da República, primeira intervenção militar na política brasileira, John Schulz lança mão de uma estratégia analítica delicada. Além de incorporar como verdadeiras as críticas de *O Militar* à elite de latifundiários e lecionistas, transformou o que inicialmente era apenas um grupo jovem e instruído da oficialidade no próprio Exército.<sup>7</sup> Em seguida, a generalização fundamentou um quadro explicativo: o Exército, na década de 50 do século XIX, já se levantava contra a elite política, e a relação entre ambos, a partir de então, seria marcada por forte hostilidade.<sup>8</sup>

O interesse deste artigo, portanto, é reinserir essas ideias no campo de referências políticas da época. Acredito que *O Militar* expressava o descontentamento de determinados setores do Exército com governo, constituindo, inclusive, um grupo difícil de ser definido por meio do jornal, uma vez que a identidade de seu redator e as dos colaboradores permaneceram no anonimato. Identificá-los como jovens alunos da Escola Militar – como procurarei mostrar – é insuficiente, e nos induz a um perfil equivocado do grupo. Do mesmo modo, me parece precipi-

tado apresentá-los como representantes de um pensamento intervencionista originário. Do ponto de vista interpretativo, ganhamos mais se, ao invés de olharmos para o futuro, e tentarmos imaginar aquilo que supostamente eles se tornarão, explorarmos o diálogo que *O Militar* estabeleceu com a tradição política de seu tempo. Aí, o que emerge é um grupo menos preocupado com questões políticas amplas, como a abolição da escravidão e a ampliação dos direitos civis, e mais firmemente engajado em denunciar o que consideravam ser o descaso da elite política com a carreira militar. Acreditamos que esse descontentamento levou *O Militar* a estabelecer uma importante crítica ao vitorioso projeto conservador, propondo, ao final, uma via alternativa de modernização para o Brasil, fundada num sistema disciplinar-meritocrático.

### **SOBRE A AUTORIA DO JORNAL**

Como todo pasquim, *O Militar* manteve as identidades de seu redator e colaboradores no anonimato. A competência com que executou a tarefa nos legou um problema. Ainda hoje é difícil identificar os responsáveis pelo jornal. A versão corrente na historiografia afirma que ele era editado por alunos da antiga Escola Militar. No entanto, a origem da informação é desconhecida. Em fontes específicas, sobre imprensa, não foi possível localizar qualquer dado, e, formalmente, o redator adotava um procedimento padrão: os artigos eram invariavelmente assinados por *O Militar*. Um detalhe interessante era a letra maiúscula, utilizada em todas as palavras que se referiam ao "mundo militar", funcionando como uma espécie de mecanismo ortográfico de reconhecimento social da carreira, uma das principais metas da publicação.

Diante da dificuldade, a única opção era realizar uma investigação sobre conjecturas, a partir dos artigos publicados pelo jornal. Mas o resultado do esforço foi modesto, só tendo sido possível reunir três pistas significativas e que, de início, pareciam apontar para direções opostas. A primeira delas aparece logo no primeiro número do jornal, quando o autor do artigo, ao comentar o re-

latório do ministro da guerra, afirma que *O Militar* se encontrava em "contato imediato com o Exército".<sup>9</sup> Essa declaração, a princípio, colocaria em suspenso a versão historiográfica corrente. Isso porque, pelos padrões atuais, os alunos da Academia Militar, situada em Resende, não mantêm qualquer relação de proximidade com a tropa.

Mas os outros dois outros indícios voltavam a apontar para a Escola Militar, então situada no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro. Um deles – segundo de nossa lista – é a indisfarçável proximidade de *O Militar* com o cotidiano da escola. Os exemplos são vários. Vou citar apenas um deles: um pequeno artigo intitulado "Uma Lágrima", publicado no dia 13 de janeiro de 1855. Tratava-se de uma homenagem ao alferes-aluno do quarto ano da escola, Januário Alexandrino Caneca, vitimado por uma moléstia fatal. Segundo o próprio *O Militar*, Januário não era uma grande personalidade do corpo discente, que pudesse merecer a atenção de outros grupos, externos à escola. No enterro do rapaz compareceram apenas doze amigos, ainda segundo o artigo, os mais próximos. E, entre estes, estava *O Militar*.<sup>10</sup>

O terceiro indício, e também o mais expressivo, é resultado de um cruzamento de fontes, realizado a partir de uma sequência de artigos publicados entre agosto e setembro de 1854, nas páginas de *O Militar*, sob o título "Celibato Militar".<sup>11</sup> O que estava em questão era um projeto de lei que vinculava o casamento dos oficiais subalternos a uma prévia autorização do Ministério da Guerra. O projeto virou um caso. No dia 14 de agosto, as galerias da Câmara dos Deputados foram tomadas por alunos da escola militar, interessados em acompanhar a votação. Quando o tema entrou em pauta, em sinal de protesto, todos bateram fortemente os pés contra o assoalho, causando enorme balbúrdia e paralisando por instantes o debate.<sup>12</sup>

Reprimido o grupo, dois tenentes e um alferes foram recolhidos à Fortaleza de Santa Cruz e, ao serem libertados, um deles foi demitido e os outros dois transferidos de batalhão.<sup>13</sup> O fato teve grande repercussão na Corte. O jornal *Correio Mercantil* aderiu à manifestação e cedeu espaço para se debater o tema.<sup>14</sup> Dois dos artigos então publica-

dos foram assinados por “Do Militar” e, em um deles, intitulado “Escola Militar”, afirma-se que o menoscabo que se tem pela escola da Corte advinha “dos pontos de contato que ela tem com a classe militar”.<sup>15</sup>

Essa frase, a última do artigo publicado no *Correio Mercantil*, serviu como um alerta, exigindo uma reflexão mais cuidadosa sobre os mencionados pontos de contato entre alunos e tropa, e sobre o próprio significado do termo classe militar. Afinal, o único indício contrário à hipótese de que *O Militar* era de autoria dos alunos da Escola Militar do Largo de São Francisco era justamente a afirmação efetuada pelo *O Militar* de que a legitimidade das suas críticas provinha da proximidade dos colaboradores com a tropa. E, nesse sentido, era hora de colocar em suspenso alguns pressupostos e perguntarmos, a partir de uma breve pesquisa bibliográfica, sobre o funcionamento da Escola Militar no início da década de 1850.<sup>16</sup>

Fundada em 1810 pelo Príncipe Regente D. João, e funcionando no espaço que hoje abriga o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, a então Real Academia Militar foi alvo de várias reformas até meados do século XIX. Às alterações no próprio nome seguiram-se várias outras, que evidenciavam as divergências existentes no interior da oficialidade quando o assunto era ensino militar. Em 1823, por exemplo, um ato do governo permitiu a matrícula de alunos civis na Real Academia. O tema gerou enorme polêmica, e nem o engajamento de homens como Francisco Vilela Barbosa, militar de prestígio, que frequentava os círculos mais próximos ao imperador e dirigia a Pasta da Marinha, mudou o rumo dos acontecimentos. A partir de então, e durante 50 anos, até às reformas de 1874, os alunos militares dividiram salas de aula com “jovens paisanos” interessados no curso de engenharia civil.<sup>17</sup>

O corpo discente da antiga escola não era homogêneo, como poderíamos supor. Além do convívio com estudantes civis, entre os próprios militares havia vários desníveis: etários, hierárquicos e, nos primeiros anos da independência, também de nacionalidade. Contrastes e fissuras que fariam parte do cotidiano da escola ainda na década de 1850. A partir de uma pesqui-

sa realizada no livro de matrículas de 1853 – portanto, um ano antes da publicação de *O Militar* –, Celso Castro revela que entre os 90 alunos matriculados no 1º ano da escola havia 54 paisanos, 28 cadetes, 3 alferes, 1 sargento, 3 soldados e 1 aluno que não foi identificado.<sup>18</sup>

Assim, um aluno matriculado na escola militar em 1854 (então denominada Escola Militar da Corte), além de não integrar um grupo discente homogêneo, também não constituía mão de obra especializada. Como diria o Ministro Manoel Felizardo, em discurso na Câmara dos Deputados três anos antes, em 1851, a Escola Militar precisava de regime de internato, de quartel, capaz de “acostumar os jovens militares à obediência, inspirar-lhes hábitos da vida a que se destinam e tornar-lhes familiares os exercícios de suas respectivas armas e a economia dos corpos”.<sup>19</sup> No entanto, os alunos continuaram se formando sem terem frequentado, com certa sistematicidade, aulas práticas. As tentativas de implantá-las foram fracassadas.<sup>20</sup>

Retomando a discussão sobre a autoria de *O Militar*, é possível afirmar, portanto, que a Escola Militar do Largo de São Francisco, em 1854, constituía um ponto de encontro de militares de diferentes patentes. Se desde a independência esse fato já representava a realidade do mundo acadêmico militar, depois da aprovação da lei de promoções em 1850 ele ganhava um novo impulso, com o retorno aos bancos escolares de muitos oficiais antigos na esperança de obterem uma promoção. Um breve exame dos ofícios despachados pelo Comando de Armas da Corte comprova a facilidade com que os alunos da escola circulavam pelos corpos e eram empregados nas fileiras do Exército. No ofício nº 343, de 15 de julho de 1854, o comandante pedia instruções sobre o modo como devia proceder com os “oficiais de corpos que estão fora da Corte Imperial e que vêm para aqui estudar na Escola Militar” e, enquanto isso, o mesmo comandante tomava medidas para empregar os alferes-alunos como adidos nos corpos onde serviam como praças.<sup>21</sup> Toda essa movimentação, conforme notificava num outro ofício, “fundava-se na conveniência da disciplina militar, todos os

oficiais e praças que vêm estudar na Escola Militar são mandados adir aos corpos de Guarnição, para ficarem sob regime e vigilância deles, e fazerem o serviço durante as férias escolares”.<sup>22</sup>

A escola pode ser entendida, assim, como um centro de reunião de oficiais do Exército com experiência junto à tropa, de homens que “serviam realmente ao país, dormindo em barracas, envolvidos em seus capotes e comendo a rude ração dos soldados” e de “moços cheios de habilitações científicas”, ou ansiosos por obtê-la.<sup>23</sup> Todos convivendo diariamente na escola (os engenheiros por um período de sete anos, e os artilheiros por cinco anos), e participando do rebuliço político e cultural da cidade. Talvez não seja demais lembrar que a escola encontrava-se cravada no centro da Corte, coração político do Império.

Oficiais subalternos e praças integravam o conjunto dos alunos da escola militar, e era a eles que se referia a expressão “classe militar”. Entre os números de *O Militar*, é possível localizar dois artigos que propõem uma reflexão sobre o termo, um deles tendo por subtítulo “O Soldado” e outro “O Oficial”.<sup>24</sup> A princípio não há novidade, afinal o Exército era composto por esses dois grupos. Mas há nesses textos um detalhe expressivo: *O Militar* operava uma segmentação muito peculiar no corpo de oficiais do Exército. Para eles, havia as “capacidades militares”, grupo integrado por oficiais gerais e parte dos oficiais superiores, e o restante da oficialidade. O procedimento revela uma postura política. Para os colaboradores do jornal, essas “capacidades militares”, como preferiam nominar o alto oficialato, atuavam de forma “egoísta”: optavam por manter fechado “em seus gabinetes o produto de suas locubrações, e deixam o Exército quase entregue a si mesmo”<sup>25</sup>, imerso nas relações de patronato.<sup>26</sup>

Desse modo, quando, em meio aos protestos contra a votação da “lei do celibato”, que regulamentava o casamento dos oficiais subalternos, *O Militar* mencionava que o menoscabo dos políticos pela Escola Militar provinha do seu contato com a “classe militar”, explicitava a proximidade que havia entre a escola, a baixa oficialidade e

praças.<sup>27</sup> Uma proximidade que, para os padrões da época, sem dúvida, comprometia o prestígio da instituição.

Face às expectativas e frustrações que o projeto conservador de reforma do Exército criou, principalmente na virada da década de 1850, com a administração Manuel Felizardo, é possível que esses homens, com vinculações e trajetórias tão distintas no interior do Exército, mas unidos sob o teto da Escola Militar, tenham iniciado a publicação de *O Militar*.<sup>28</sup>

## **AS CRÍTICAS À REFORMA MILITAR CONSERVADORA**

A reforma militar promovida pelo Partido Conservador em meados do século XIX ocorreu de forma assistemática. As desconfianças em relação ao projeto eram muitas, mesmo entre os conservadores. Suspeitava-se que o governo pretendia “armar o Estado”, o que revolia antigos fantasmas associados ao despotismo de D. Pedro I. Dois gabinetes foram chave na implementação da reforma: o de 19 de setembro de 1837, que tinha à frente do Ministério da Guerra o engenheiro militar Sebastião do Rego Barros, e o de 29 de setembro de 1848. Após onze anos, quem assumiu a Pasta da Guerra neste último gabinete foi o então Tenente-Coronel Manuel Felizardo de Sousa e Mello. O gabinete foi – na opinião de Joaquim Nabuco – o “mais forte e homogêneo que o país já teve”.<sup>29</sup> Presidido pelo regente de 1837, Pedro de Araújo Lima, contava na direção de suas pastas com a participação da conhecida trindade saquarema – Eusébio de Queiróz, Rodrigues Torres e Paulino Soares. Esses nomes são bem conhecidos. Constituíam o núcleo dos jovens políticos atrelados à bancada conservadora fluminense, que pela primeira vez ocuparia em conjunto um gabinete imperial. Outros políticos da mesma geração integravam a Câmara que se formaria com as eleições de 1850. Uma Câmara praticamente unânime: um liberal entre 110 conservadores. Por fim, vale ressaltar ainda que este foi também o segundo gabinete de maior duração de toda a história do império, tendo permanecido por três anos e oito meses no governo.<sup>30</sup>

O gabinete de 29 de setembro de 1848 pode ser considerado, assim, um emblema da administração conservadora. O ministro Manuel Felizardo tinha plenas condições de efetuar todas as reformas projetadas. Condições políticas, e também orçamentárias. Ao contrário do que afirma a historiografia, a verba destinada aos negócios da guerra era muito superior à dos demais ministérios. Inclusive, foi dessa opulência que nasceram os males da administração Felizardo: em poucos anos, o ministério estava envolvido em vários escândalos.<sup>31</sup>

Apesar dos esforços do governo em controlar o impacto das denúncias no parlamento, eles não foram suficientes para conter as insatisfações geradas no Exército, sobretudo entre escalões mais baixos da hierarquia militar. A publicação do jornal *O Militar* demonstra esse fato. Quando saiu o primeiro número do jornal, em agosto de 1854, o gabinete de 1848 já havia caído, e quem estava à frente da Pasta da Guerra era Pedro de Alcântara Bellegarde.

O general era idolatrado por *O Militar*, que celebrava sua trajetória “limpa e digna”, uma referência ao fato de Bellegarde ter se tornado lente catedrático da Escola Militar por meio de concurso público, tendo concorrido com seis outros candidatos. A sociedade imperial – na avaliação de *O Militar* – encontrava-se envolta numa “atmosfera de vapores perniciosos que encobriam a razão” e impunham entraves às “vias do progresso”. Mas, demonstrando grande entusiasmo com a nova gestão, logo em seguida, o jornal declarava de forma resoluta a intenção de prestar um serviço ao ministro, atuando como seu auxiliar crítico, uma ajuda que julgava indispensável pela estreita relação que o jornal mantinha com a tropa.<sup>32</sup>

Embuído por esse espírito quase missionário, *O Militar* avaliou em seus números cada uma das principais medidas da reforma militar conservadora.

A lei de promoções foi a primeira a ser revista. Criada com o objetivo de garantir aos oficiais acesso gradual e sucessivo na carreira, ela acabou sendo – na avaliação de *O Militar* – completamente burlada por uma série de dispositivos formais e pelo não cumprimento de alguns de seus artigos.<sup>33</sup>

Esse caso parece ter sido, por exemplo, o do artigo 13 da lei, que determinava o preenchimento dos postos do Exército em até no máximo doze meses. *O Militar*, em 1854, quatro anos após a aprovação da lei, já denunciava o “esquecimento deste preceito”, afirmando que alguns postos se acham em aberto por mais de dezesseis meses.<sup>34</sup>

Para os colaboradores do jornal só havia uma razão para tal esquecimento: o patronato. E não tinham dúvidas: o problema era o funcionamento das comissões de promoção, que não conseguiam assegurar a lisura dos procedimentos. Como a comissão contava, entre seus integrantes, com os comandantes dos corpos a que pertenciam os candidatos, ocorria todo tipo de pressão. Segundo *O Militar*, não havia “nada mais fácil, e infelizmente mais comezinho, do que um comandante em uma informação secreta atassalhar a reputação dos oficiais que, a uma ilibada conduta, juntavam relevantes serviços”.<sup>35</sup> O quadro parece ter se agravado com a regulamentação de 31 de março de 1851. Por ela, o governo poderia transferir para o Estado Maior de 2ª classe os oficiais por ele considerados inabilitados para o serviço.<sup>36</sup>

A preocupação de *O Militar* era com a brecha que o novo regulamento abria numa sociedade marcada pela desigualdade. Meses depois, explicitaria a razão de seu temor: as leis do império nunca são “executadas contra os poderosos ou protegidos do governo, assim como são ilegalmente praticadas contra proscritos e adversários dessa corrompida atualidade”.<sup>37</sup>

Outra instituição que não escapou às críticas de *O Militar* foi Conselho de Inquirição, orgulho da reforma militar conservadora. Com sua criação, instituía-se a obrigatoriedade de um julgamento prévio à definição de qualquer medida punitiva em meios militares. Mas, na avaliação do jornal, a instituição padeceria do mesmo mal que acometia as demais: integrado por oficiais do mesmo corpo e, portanto, submetidos do Comandante, o Conselho só ouvia testemunhas que lhe interessavam e negava ao oficial o direito de se defender.<sup>38</sup>

Para *O Militar*, a mesma lógica animava a manutenção do Exército nos serviços de polícia. Empregando a força na segurança

individual, na caçada a bandos de desordeiros que desestabilizavam a ordem das ruas, além de utilizá-la nas rondas noturnas e nas patrulhas diárias, o governo favorecia o estabelecimento de laços entre os corpos e a localidade que descaracterizavam o Exército.<sup>39</sup> Nesse ponto, além do tema do patronato, *O Militar* também denunciava o mecanismo de atuação dos conservadores na constituição da unidade política. Sem discutir diretamente a prática dos governos de interferir nas eleições para obter maioria, reclamava do envolvimento do Exército nas disputas políticas. Neste ponto, podemos ler as expressões “segurança individual” e “bandos de desordeiros” como defesa dos esquemas políticos montados pelos conservadores nas municipalidades:

Ninguém dirá que os corpos fixos satisfazem aquelas condições [de instrução e disciplina]. Conservando-se destacamentos por anos em um mesmo lugar, tendo os seus comandantes ordens do presidente para intervir nas eleições, se sem direito de recusar auxílio de força à autoridade policial, ainda mesmo quando requisitada para satisfazer a vinganças; eles chamam sobre a tropa a odiosidade pública (...) o Exército tem-se tornado instrumento de paixões políticas e de mera compressão.<sup>40</sup>

À política conservadora interessava manter o controle sobre as eleições, e nenhuma instituição poderia auxiliá-la melhor nessa tarefa do que o Exército reformado. Controlado a partir de esquemas de patronato, e do monopólio exercido pelo governo sobre a distribuição de patentes e benefícios, o Exército imperial, organizado em corpos fixos, criava raízes em determinadas localidades e, estando sob o comando dos presidentes de província, cumpria todas as ordens que lhe eram determinadas. Tornava-se, de fato, uma boa arma política.

Mas as censuras de *O Militar* ao governo também possuíam limites. O jornal abordava apenas assuntos relativos ao Ministério da Guerra. O processo eleitoral só constituía um problema porque interferia diretamente na

organização do Exército, evidenciando uma grande confusão presente na sociedade política sobre a função das forças de linha.<sup>41</sup>

Outra questão que gerava grandes discussões entre os colaboradores de *O Militar*, alimentando o tom de indignação dos artigos, era o recrutamento. Nas páginas do jornal era possível ler as melhores críticas ao sistema de recrutamento em vigor, ao qual eles opunham a conscrição. Esta configurava “o mais racional e equitativo sistema de recrutamento possível, que mais vantagem oferece ao país e ao Exército, que mais garantias dá ao cidadão”.<sup>42</sup> Num jogo de palavras os colaboradores do jornal afirmam a inconstitucionalidade da conscrição. Considerando que a Constituição do Império determinava que todo cidadão, exceto o monarca e seu herdeiro, era obrigado a concorrer para a formação do Exército, *O Militar* concluía pelo desinteresse dos políticos pelos negócios militares, definindo o perfil dos homens a quem cabia a defesa da pátria:

O soldado entre nós não é aquilo que dissemos; não! Não é o cidadão na fina flor da juventude, pagando o tributo, imposto pela lei suprema da Nação a todos os indivíduos que a compõem, e voltando depois a seus lares a cuidar de seus pessoais interesses.

O soldado entre nós, ou é o infeliz sem proteção, ou vítima de torpe vingança, arrastado pelo recrutamento para as fileiras do Exército ou é o vagabundo desmoralizado, e muitas vezes punido de crimes, ou o pobre esmagado pelos rigores de sua malaventurada sorte, que ambos vão procurar na praça, um refúgio, ou esquecimento das suas iniquidades, este o último recurso que vê luzir através do caliginoso véu que o circunda. (...) Eis pois o que é o soldado - defensor da pátria - o garante da tranqüilidade pública, o mantenedor da tranqüilidade do império!<sup>43</sup>

O tom da denúncia merece atenção. A princípio, ele parece expressar uma posição política progressista, ou configurar uma crítica mais radical ao princípio hierárquico

e às desigualdades que caracterizavam a reforma conservadora. Mas não era essa a intenção de *O Militar*. Ao contrário, o que os colaboradores do jornal exigiam – de forma veemente – era a exclusão desses homens do Exército, pelo prejuízo que sua presença produzia na disciplina e na moralidade da tropa. O que identificavam como injustiça no recrutamento era o nivelamento que o sistema produzia entre “o vício e a virtude, o crime e a desgraça, sujeitando-os [os militares] promiscuamente a castigos corporais”. Exigia que se “eliminasse do Exército a fração desmoralizada, vedando-se-lhe por qualquer meio a admissão nas suas fileiras”, porque só assim poder-se-ia minorar a resistência ao serviço militar, “e aumentar a devida importância, ou consideração dos que, vencendo a repugnância, se alistassem no Exército”.<sup>44</sup>

Para um grupo dedicado à tarefa de promover a carreira, o recrutamento configurava um de seus maiores obstáculos, que nunca seria superado por uma “ação regeneradora”, mas por uma interdição. Em outro número, publicado no mês seguinte, o autor seria menos comedido. Discutindo a “consciência militar”, expressão que dá título ao artigo, indagaria: “E que consideração pode merecer um Exército composto pelas fezes da sociedade?”<sup>45</sup>

Ao tentar identificar o responsável por esse estado de abandono em que se achava o Exército, *O Militar* culpava a política do governo. Mas, pouco a pouco, o jornal foi ampliando seu leque de alvos. De início era apenas o ex-Ministro Manuel Felizardo, depois passaram para o conjunto dos conservadores e, desses, chegariam à “classe dos magistrados”.

Identificando o predomínio de magistrados na elite política, *O Militar* entendia que as “influências perniciosas” que disseminavam o patronato e a corrupção no meio militar eram dirigidas por esses “monopolizadores do governo” contra o Exército a fim de excluí-lo da direção do poder público. Incapazes de administrar com competência os negócios do Império e interessados apenas em manter seus privilégios, os magistrados – na avaliação do jornal – procuravam impedir o progresso da “classe militar”:

Eis aí porque a Classe Militar se acha despojada de tudo (...) arrastando a vida na obscuridade, exausta de tudo, até do necessário, enquanto que aquela – a dominadora, vive a vida fausta, brilhante que lhe grangeara o egoísmo, o monopólio, a usurpada influência e criminoso exclusivismo.<sup>46</sup>

Essa crença viria a ser reforçada pela polêmica do “celibato militar” – nome pelo qual *O Militar* batizou a tentativa de regulamentação dos casamentos dos oficiais de baixa patente do Exército. Sem conseguirem explicar a razão pela qual a lei foi dirigida com exclusividade para o Exército, quando o quadro de funcionários públicos era tão grande, os colaboradores do jornal começaram a acreditar num sentimento de hostilidade da elite civil de magistrados em relação ao Exército. Na edição do dia 26 de agosto, eles indagariam:

Ora, dando de barato que o celibato seja conveniente, consintamos S.S. que lhe perguntemos, a ele tão brasileiro [o deputado Pereira da Silva], qual a razão por que não redigiu esse padrão de sua glória parlamentar a torná-lo extensivo a todas as classes, porque não disse antes: “todos os brasileiros que não tiverem tanto de rendimento, não poderão casar-se?” Responda-nos S.S. que queremos firmar-nos na convicção da particular estima que consagra à Classe Militar?

Logo em seguida, essa oposição entre militares e elite política passaria a fundamentar uma outra dissensão. Os oficiais subalternos, no entender do *O Militar*, eram perseguidos pelo fato de pertencerem a classes pouco privilegiadas, por não disporem de bens e por não serem oriundos de famílias abastadas: “É justo o to lherdes o direito ou prática inocente e religiosa em que estão os chefes de famílias honestas e pouco abastadas de contratar casamento para suas filhas, sem reverência de classes ou aristocracia?”, questionaria um artigo.<sup>47</sup>

A formulação levaria *O Militar* a traçar uma linha divisória no interior do próprio Exército, e segregar da instituição o grupo de oficiais gerais e superiores. Oriundos de famílias tradicionais, que gozavam de prestígio no meio político, os oficiais dos altos círculos da hierarquia militar eram identificados nas páginas do jornal como participantes ativos desse ambiente pernicioso, dispondo de lugar cativo nas redes de favorecimentos pessoais tecidas pelo patronato. Após denunciar o pacto de silêncio existente entre seus membros, que pareciam preferir “guardar em seus gabinetes o produto de suas locuções”, *O Militar* retornaria aos esquemas que norteariam o sistema de promoções:

Entre nós promove-se Coronéis a Brigadeiros, estes a Marechais, sem que hajam Brigadas e Divisões organizadas (...) vê-se pelo que vai dito, que os postos gerais entre nós não passam de sinecuras, e que é realmente impossível com uma tal organização obter-se homens habilitados para porem em prática concepções estratégicas, e operarem em um Exército, porque entendemos que não é bastante a instrução teórica de um general; ele precisa de um conhecimento prático das três armas e das relações dela.<sup>48</sup>

O alto-oficialato – na avaliação de *O Militar* – participava da indiferença da elite pelo Exército. E, por isso, ao excluí-lo da instituição, o jornal se dava o direito de generalizar e se apresentar como porta-voz do Exército, do verdadeiro Exército, aquele dos oficiais inferiores e subalternos. Homens como o Ministro Manuel Felizardo constituíam o exemplo máximo dessa “unidade dos dominadores”. Para *O Militar*, ao dirigir a reforma conservadora, o coronel demonstrou ser tão indiferente ao Exército quanto os políticos. Uma vez implantadas as reformas, as “capacidades militares” – afirmaria o jornal – podiam dispor dos postos e patentes militares arbitrariamente e, num movimento de retroalimentação, expandir suas redes pessoais de favorecimentos, inviabilizando a profissionalização da carreira militar.

## A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA PROPOSTA

O jornal *O Militar* pode ser apresentado como herdeiro do pensamento saquarema, e seu crítico mais pertinaz. Herdeiro porque operava com conceitos e elementos discursivos do pensamento conservador, organizados pelo núcleo de dirigentes ligados à bancada fluminense no processo de luta pela centralização política. Já suas críticas eram organizadas a partir da experiência do grupo. A fidelidade aos princípios de ordem e civilização, ainda que moldasse e restringisse a forma e o conteúdo das reivindicações de *O Militar*, não impedia que seus colaboradores percebessem as contradições do projeto conservador de reforma militar em fase de institucionalização. Porém, assim como se apegou ao ministro Bellegarde, *O Militar* tentou resgatar também outras personalidades públicas. Dentre elas, e acima das demais, o próprio imperador. A fidelidade ao princípio monárquico era uma marca do grupo:

O Brasil, país novo, de extenso território, sem ter espalhado a semente da civilização por todo o seu interior, eivado de potentados locais, imbuídos da idéia de feudalismo que herdamos dos donatários portugueses, necessita de uma força convenientemente organizada, que sobranceira a essas influências perniciosas, faça chegar a ação governamental a esses asilos do crime e da barbárie...<sup>49</sup>

A raiz da qual provinha *O Militar* era a mesma que originou a unidade e a expansão do projeto conservador. Ambos tinham por base a centralização política, que surgia em resposta à desordem cultivada pelo barbarismo e pelos potentados locais. Como parte de uma fase histórica ultrapassada – o feudalismo –, esses centros de poder impediam a difusão de uma civilização. Foi a partir desse contexto que se fez necessário reorganizar o Exército, e foi em nome dele que *O Militar* assumiu uma postura crítica em relação ao governo.

Ao ampliar os espaços de discussão, o Estado imperial trazia para o debate político novos grupos sociais e abria uma série de

possibilidades que escapavam ao controle daqueles que haviam concebido e articulado o projeto de reforma conservadora. Pode-se afirmar que os artigos de *O Militar* promoviam uma reedição da matriz discursiva conservadora. Não eram só os conceitos e terminologias que coincidiam com os ideais saquaremas, eles recuperavam também os mesmos marcos cronológicos. Diante da possibilidade de alguns de seus próprios colaboradores terem tomado parte nos combates pela “pacificação do império”, o jornal não deixaria de lembrar o eficiente desempenho do Exército nessa ocasião:

Quanto a utilidade que mesmo assim esse simulacro de Exército lhe tem prestado, ela é bem patente. Para atestá-la, aí estão o Pará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, São Pedro do Rio Grande do Sul; (...) provando além disso que não era valor e dedicação o que faltava ao Exército imperial.<sup>50</sup>

O ressentimento de *O Militar* pode agora ser mais bem compreendido. Tendo tomado parte diretamente ou não na repressão às rebeliões provinciais, os colaboradores do jornal se acostumaram a ouvir dos políticos e de lideranças militares longos discursos sobre a lealdade da tropa e sobre a importância das forças de linha na defesa da integridade do império. Desse modo, quando mencionava o valor e a dedicação do Exército, *O Militar* estava resgatando uma das várias imagens construídas pelos próprios conservadores ao longo dos anos de 1830 e 1840. O interesse do Partido Conservador à época era atrelar, de forma incontornável, o sentimento social de insegurança e desordem gerado pelas rebeliões a seus opositores liberais. Foi assim que empunhou a bandeira de reforma do Exército contra a anarquia dos potentados locais e, nesse mesmo movimento, mobilizou também aqueles que viriam a editar *O Militar*.

Para o jornal, portanto, não restavam muitas alternativas a não ser acreditar que, tendo permanecido sob responsabilidade dos políticos, o projeto original de reforma havia sofrido um desvio em relação aos seus

preceitos originais. O mais interessante, porém, foi o modo encontrado pelo jornal para conciliar a fidelidade à Coroa e os princípios conservadores de ordem e civilização a seus descontentamentos:

Parecia que depois das palavras animadoras para a Classe Militar, proferidas pelo nosso Monarca no seu discurso de abertura das câmaras no corrente ano, essa Classe passaria a ocupar uma posição mais favorável do que aquela que lhe concede, já não diremos a Constituição do Império, mas sim a vontade e capricho dos exclusivistas togados (...) que já resistem apesar de governistas as medidas do governo...<sup>51</sup>

Na ânsia de recuperar o que acreditavam ser a essência do projeto conservador, *O Militar* estabelecia uma curiosa distinção no interior dos círculos governamentais. Apartava do governo um grupo que denominava governista. Assim sendo, os desca-minhos da reforma eram entendidos como resultado da atuação desses governistas, isentando de responsabilidade o imperador e a Constituição. Além disso, essa leitura criava margem para o resgate de alguns nomes da política, que rapidamente tornavam-se lideranças. A negligência em relação aos assuntos da guerra revelava uma resistência dos governistas às medidas do governo. Desfazendo a unidade e coesão que caracterizavam a ação conservadora, *O Militar* não só encontrava um alvo certo para suas críticas, como também menos comprometedor.

O próximo passo foi lançar uma nova proposta política de reorganização do Exército, na qual reivindicavam para os militares o lugar da competência e da verdadeira fidelidade aos propósitos da Coroa. Um propósito que já era anunciado no primeiro número do jornal: “Não se poderá acoimar-nos de exigentes, pedindo que se nos coloque na posição que obtivemos por nossa lealdade, que mantivemos por nossa dignidade, que devemos ocupar pela ilustração do império”, e que ganharia consistência ao longo das discussões travadas nos artigos.<sup>52</sup>

Dois meses depois, *O Militar* profetizava um papel missionário para o Exército: “Concluamos pois que só o Exército poderá extinguir essa mancha vergonhosa com que todos os estrangeiros que viajam pelo Brasil [percebem que] afeiam nossos costumes”.<sup>53</sup>

*O Militar* gradativamente precisava suas intenções. Se a elite política guardava um profundo desprezo pelo Exército, como acreditavam, esse desprezo era recíproco. Afora as vantagens particulares desfrutadas pelos governistas, para *O Militar* existia um outro motivo que os impedia de atribuírem ao Exército o valor merecido – a sua ignorância.

Não tomando em conta as “leis do conhecimento racional” e a “experiência histórica”, os políticos do império continuavam compartilhando da ideia de que a manutenção de um bom Exército configurava uma política de povos bárbaros. Descartavam todas as teorias políticas do mundo moderno, mostrando-se incapazes de perceber que tanto o Estado como o Exército surgiram juntos, de um mesmo processo, a partir da complexificação das sociedades.

Seguindo as proposições de John Locke, o jornal insistiria, em um artigo de setembro de 1854, que por mais evoluído que fosse um grupo social sempre haveria nele “homens viciosos, de índole cruel e sanguinária, indóceis as leis e delas transgressores”, sobre os quais o Exército deveria atuar firmemente. A civilização requeria ordem, e o Exército nacional era o principal instrumento dos Estados modernos na tarefa de manter a continuidade da vida em sociedade, resguardando a liberdade, a segurança e a propriedade privada.<sup>54</sup>

No entanto, o Exército imperial estava distante do modelo europeu de um Exército profissional. Todas as críticas realizadas por *O Militar* apontavam para uma instituição com um baixo grau de racionalização, e isso constituía na verdade a razão primeira da aparição do jornal. Quando os colaboradores da folha denunciavam, de diferentes formas, as práticas de preterição e o patronato, estavam iniciando uma luta pela modernização do Exército, por sua profissionalização a partir da incorporação de valores meritocráticos.

Nesse contexto, a existência de escolas militares com acesso “democratizado” era uma peça chave na nova reforma pretendida, e *O Militar* reconhecia ainda a importância de que ela integrasse obrigatoriamente o sistema de promoções do Exército. Isso porque a escola não só fornecia condições para a aquisição de conhecimentos técnicos específicos à carreira – rompendo com a tradição aristocrática dos “bem-nascidos” – como constituiria uma valiosa arma no combate ao patronato. Todavia, o jornal ia além: pensava a escola como espaço privilegiado para a organização de uma identidade social para a carreira – de formação de um “espírito militar”. Em artigo intitulado “Qual a nossa importância?”, *O Militar* demonstrava uma preocupação especial com o assunto:

O que é o Militar? É a honra, a fidelidade, o desinteresse. Como se manifesta essa honra, essa fidelidade, esse desinteresse no público? Pela singularidade nos seus uniformes, que, denotando-lhe a profissão fazem-o respeitar, pelas condecorações que lhe brilham no peito e que o apontam como um homem a quem a pátria deve gratidão, pois bem: tirai-lhe esses sinais que o caracterizam, confundi-o com essas baixas classes, que no Militar se extinguirá o amor a este uniforme, que faz a sua glória, que contém sua riqueza, e vereis o Exército sem consideração que lhe é devida, marchar rápido para seu ocaso.<sup>55</sup>

A resposta fornecida pelo artigo à indagação que ele próprio propunha nos permite imaginar uma função específica para o sentimento de hostilidade que os colaboradores de *O Militar* afirmavam existir na relação da elite política com o Exército. Esse sentimento fornecia um contraponto fundamental para a constituição de uma identidade militar: a elite política transformava-se no “outro” de uma relação que objetivava fixar um novo lugar para as forças de linha na sociedade imperial. Enquanto a elite política praticava atos “os mais indignos e infames”, a “Classe Militar” simbolizava a honra, a fidelidade e o desinteresse.<sup>56</sup>

Não foi outro o motivo que levou *O Militar* a divulgar a ideia de que os desmandos e o patronato constituíam práticas dirigidas com exclusividade para o Exército, quando, em vários de seus próprios artigos, é possível localizar denúncias sobre a generalidade dessas práticas, típicas de uma cultura política de base aristocrática. Essa oscilação entre a intencionalidade da elite e uma cultura política demonstra o interesse do jornal em direcionar o problema, e definir um “inimigo externo” contrário ao progresso da instituição. “Inimigo” que poderia contribuir de forma eficaz para a formação de uma unidade e coesão entre os militares.

Mas reconhecer uma certa funcionalidade na hostilidade sentida por *O Militar* em sua relação com o mundo civil não é o mesmo que negar a legitimidade dos descontentamentos do grupo responsável pela publicação. Os oficiais de baixa patente certamente tinham muitas razões para criticar a reforma conservadora. O que não é muito convincente é o sentido que atribuíam às medidas implementadas pelo governo. O Exército não foi a única instituição na qual os desmandos e o padrão hierarquizado de relação social persistiam. A Guarda Nacional e a própria magistratura também eram atingidas por essas práticas políticas.<sup>57</sup> A intenção de *O Militar*, ao singularizar o debate, era acumular capital político para uma segunda reforma no Exército. Como afirmaria em um dos artigos: precisava provar a necessidade de se realizar uma “reorganização total do Exército”, por meio da qual a instituição assumisse o lugar que lhe cabia pela fidelidade demonstrada durante os anos de convulsão social.<sup>58</sup>

A construção de uma identidade profissional – na avaliação de “O Militar” – estava diretamente relacionada tanto à criação de uma imagem unificada da instituição, como ao estabelecimento de um sistema próprio de distinções hierárquicas. Esses seriam os dois temas nos quais o jornal procuraria interferir. A tentativa de implementar uma nova reforma e o esforço de organizar os próprios militares já evidenciavam essa preocupação. Mas *O Militar* ainda seria mais explícito. Com apenas dois meses de vida, ao levantar a polêmica em relação aos usos

políticos do Exército, ele se distanciaria das questões técnico-administrativas para destacar um tema pouco explorado entre os políticos – a necessidade de se dotar os oficiais de um “espírito militar”. De acordo com o autor do artigo, os exercícios práticos eram a base de constituição dessa disposição profissional. “Os nossos militares”, afirmaria o autor:

Se fortificariam pelos exercícios, dando-lhes flexibilidade, destreza, agilidade e sobretudo saúde. Os exercícios inspirando-lhes uma justa confiança em suas forças arranca-los-ia da ociosidade e apatia, amoldando-os à subordinação e disciplina, e desenvolvendo-lhes o espírito militar, os disporiam a afrontar os trabalhos e perigos da guerra.<sup>59</sup>

Esse “espírito militar” deveria moldar nos corpos militares uma disposição para a luta, retirando-lhes da apatia e da ociosidade, mas também deveria eliminar a arrogância e pouca subordinação típicas dos oficiais de formação aristocrática. Um militar moderno deveria ser tão destemido e corajoso quanto disciplinado. Somente, assim, o governo evitaria o desgosto de deparar-se, em meio a lutas, com as vexaminosas denúncias de oficiais que abandonavam a tropa, amedrontados, ignorando por completo seu lugar na hierarquia militar.

Tamanho controle sobre os oficiais exigia uma certa autonomização do Exército – a hierarquia da instituição tinha que ser desvinculada da hierarquia social. É para esse fato que *O Militar* aponta quando publica um artigo inteiramente dedicado a refletir sobre uniformes. Nele é possível encontrar, não sem surpresa, um elogio à administração Felizardo. O elogio foi bem discreto. O autor não chegou nem mesmo a mencionar o nome do ex-ministro, mas reconhecia o empenho do gabinete na regulamentação dos uniformes do Exército que, por muito tempo, estiveram “entregues ao capricho, à fantasia dos Comandantes dos Corpos, e até do primeiro que se lembrava de fazer uma alteração”.<sup>60</sup> A partir daí, avançavam no tema. *O Militar* reclamava uniformes específicos

para cada arma. Padronizados, eles criavam a ideia – equivocada – de um nivelamento no corpo de oficiais.<sup>61</sup> O lugar ocupado por cada qual dentro do Exército deveria ser identificado, com certa facilidade, tanto pela tropa quanto por parte da sociedade. Um oficial do corpo de engenheiros, cuja promoção dependia de nada menos que sete anos de estudos, não poderia ser confundido, em hipótese alguma – segundo o jornal –, com um oficial que cursara apenas os dois anos das armas de cavalaria e infantaria.

Apenas um fato poderia causar maior revolta em *O Militar*: a utilização de partes do uniforme militar por profissionais não ligados à instituição. A partir de maio de 1855, o jornal seria decisivo quanto ao desrespeito que uma autorização desse tipo configurava:

Os correios dos ministros apresentam-se de sobrecasacas militares do uniforme do Exército, com galões de Capitão sem a menor diferença de divisas de Oficial. Para que houvesse essa modificação na libré dos correios, procedeu necessariamente permissão dos respectivos ministros, e não podemos ver em semelhante modo de proceder senão uma provocação à tropa aqui existente...<sup>62</sup>

*O Militar* conseguia ter clareza de que esse uso indiscriminado do uniforme militar por um funcionário ou correio de ministros, com os mesmos distintivos de um capitão, produzia um “esfacelamento identitário”, caracterizando uma afronta ao projeto de profissionalização da carreira. Detalhes como este, lidos como sinais da hostilidade cultivada pela elite política, que se sentia ameaçada pela honra e dignidade da “classe militar”, acabaram produzindo uma rápida descaracterização do jornal, que, em seus últimos meses, adotava um novo tom.

*O Militar* começou a pôr em suspenso alguns dos seus principais preceitos. O primeiro referencial que sucumbiu nessa crise foi Pedro de Alcântara Bellegarde. O ministro, a quem o jornal se apegou como símbolo da meritocracia e dos novos tempos, provocava, ainda em dezembro de 1854, a “mais fatal decepção” entre seus colaboradores.<sup>63</sup>

A insatisfação com o desempenho do ministro Bellegarde teve início com o episódio do “celibato militar”, quando alguns alunos que participaram da manifestação na Câmara dos Deputados foram presos. No calor dos acontecimentos, apesar dos ressentimentos, ninguém se pronunciou contra o apoio dado pelo ministro à “proposta celibatária”. No entanto, com o correr do tempo, e a votação de uma série de novas medidas, a imagem do ministro se desgastava:

O Sr. Ministro da Guerra ou não presta, ou não lhe consentem que preste atenção as necessidades do Exército. S. Ex.<sup>a</sup>, o homem do progresso e da ciência, e em quem tantas esperanças depositávamos, tem-se reduzido ao expediente mais insignificante, e nessa posição aflitiva, parece querer ser mudo espectador dos manejos do Diretor do gabinete, para comprometer o país e o Exército...<sup>64</sup>

A decepção com o ministro Pedro Bellegarde representava o esfacelamento de parte das crenças do *O Militar*. Como liderança, tanto mais legítima pelo fato de ter sido eleita e não imposta ao grupo, o ministro inspirava um tipo específico de conduta. Os militares que participavam do jornal tinham nele um modelo, que sintetizaram de forma clara nessa crítica ressentida. A esperança que depositavam era no ministro do progresso e da ciência, numa autoridade que, a seus olhos, expressava o mérito e os sentimentos de desprendimento e fidelidade. Mas essa imagem não resistira a alguns meses de práticas administrativas. Assim, depois de anunciar que tinha “antigos motivos até para amá-lo”, o jornal voltava a recuperar os benefícios que a administração Manuel Felizardo havia proporcionado à classe.<sup>65</sup>

Desencantado, *O Militar* assumia um tom novo, ameaçador:

o bom senso aconselha que se nos arranque do lodaçal que desde 1831 nos achamos submergidos. A época da regeneração se aproxima a passos de gigante; o Exército está cansado de tanto sofrimento; tem-se deixado ludi-

briar, é verdade; porém a reação pode por isso mesmo ser perigosa. Convém, portanto, que desde já se aplique algum bálsamo as inúmeras chagas que abundam em nosso corpo...<sup>66</sup>

Crescia entre os colaboradores da publicação a convicção de que os governistas só nutriam tamanho desprezo pelo Exército porque acreditavam que eles não eram capazes de reagir. Ideia que aponta para gradativa desarticulação dos princípios de “fidelidade” e “ordem” anunciados no “discurso de abertura” do jornal. *O Militar* começava a ameaçar a elite política com uma reação imprevisível e, no último número, acalmavam um “Sr. Senador” que se alterava diante da possibilidade de ocorrer uma aliança dos militares com a oposição liberal: “Descanse o Sr. Senador, nós conhecemos toda a extensão dos nossos males – o que ainda não sabemos é fazer revoluções para obter aquilo a que temos direito...”<sup>67</sup>

Certamente foi essa fase final de *O Militar* que levou a historiografia a ver em suas páginas a origem de um pensamento interven-

tor. O texto é realmente forte. Mas é preciso não perder a dimensão histórica dos fatos. Em primeiro lugar, vale destacar que a “fala” de *O Militar* – como o próprio jornal evidencia – de modo algum expressava a posição do Exército. Também não representava as ideias de uma jovem oficialidade progressista. Como vimos – esse é um segundo ponto importante –, os alunos da Escola Militar do Largo de São Francisco, de onde supostamente saía a publicação, não constituíam um grupo homogêneo, nem etária nem socialmente. Além disso, suas críticas se fundavam numa visão altamente hierarquizada da sociedade, de base conservadora. Aliás, foi o entusiasmo com o projeto conservador de reforma militar que mobilizou inicialmente o grupo para a publicação de *O Militar*.

Por fim, ao invés de imaginar esse grupo de jovens, quarenta anos depois, já maduros, ocupando postos importantes no Exército e difundido o pensamento intervencionista, acredito que temos mais a ganhar se recuperamos *O Militar* como um importante crítico da política militar conservadora, como peça chave nos estudos sobre o pensamento militar brasileiro.

---

\* Este artigo é uma versão revista e resumida do último capítulo de minha dissertação de mestrado: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. RJ, Arquivo Nacional, 1999.

<sup>1</sup> Grande parte das informações sobre o cotidiano da Corte dos anos cinquenta foi retirada de MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

<sup>2</sup> A principal fonte para essa discussão é a obra de Werneck Sodré. SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. p.183.

<sup>3</sup> Sobre a política conservadora e a consolidação do Estado Imperial brasileiro, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op.cit. e CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

<sup>4</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit. Capítulo intitulado: “Características de um pasquim”.

<sup>5</sup> SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar*. São Paulo, Edusp, 1994. p.13.

<sup>6</sup> Idem. p.16 e 17.

<sup>7</sup> Idem. No capítulo “reformadores e Revoltados”, há vários exemplos, ver especialmente p. 40, 43 e 44.

<sup>8</sup> Essa tese sobre a hostilidade das relações entre Exército e elite civil durante o Império tem uma longa trajetória na historiografia, ainda que só tenha sido sistematizada na década de 1970, com Edmundo Campos Coelho. Neste autor, a ideia fundamentou outra tese, que aponta para uma “política de erradicação do Exército” durante o período imperial. Para um debate sobre o tema, ver: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império do Brasil (1831-1850)*. In: RESTIER JÚNIOR, Renato Jorge Paranhos, LOUREIRO, Marcello Gomes, CHAGAS, Fabíola Maria da Silva. *A Guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2013.

<sup>9</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>10</sup> Para outros exemplos ver SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império*. Op. cit. p.155.

<sup>11</sup> Três artigos podem ser encontrados sobre esta polêmica, sob o título “O Celibato Militar”. *Jornal O Militar* – 26 de agosto de 1854, 12 de setembro de 1854 e 30 de setembro de 1854.

<sup>12</sup> Anais da Câmara dos Deputados – sessão de 14 de agosto de 1854.

<sup>13</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>14</sup> Ver, principalmente, o jornal *Correio Mercantil* dos dias 15, 18 e 30 de agosto de 1854.

<sup>15</sup> *Jornal Correio Mercantil* – 18 de agosto de 1854.

<sup>16</sup> Sobre o assunto existem duas referências obrigatórias: MOTA, Jeová. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro. Editora Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976 e CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

<sup>17</sup> Citado por: MOTA, Jeová. Op. cit. pp. 66 e 67.

<sup>18</sup> CASTRO, Celso. Op. cit. p. 111.

<sup>19</sup> Idem. p. 128.

<sup>20</sup> Sobre a reforma tentada por Cunha Matos: SOUZA, Adriana. *O Exército na consolidação do Império*, p. 158.

<sup>21</sup> Criado em 1840, esse posto marcava um esforço de profissionalização da carreira, representando um prestígio conquistado por mérito. A ele só tinha acesso aluno que ao final do 3º ano obtivesse melhor classificação, o que não proporcionava qualquer distinção hierárquica, mas rendia um vencimento mensal maior do que aquele recebido pelos demais alunos. Arquivo Nacional, IG1 474, ofício nº 343, de 15 de julho de 1854.

<sup>22</sup> Arquivo Nacional, IG1 474, ofício nº 111, de 6 de março de 1854. A respeito, ver também: Arquivo Nacional, IG1 475, ofícios nº 138, de 17 de março de 1855, e nº 33, de 2 de janeiro de 1855.

<sup>23</sup> Anais da Câmara dos Deputados – sessão de 28 de junho de 1859.

<sup>24</sup> Ver respectivamente *Jornal O Militar*: 12 e 26 de agosto de 1854.

<sup>25</sup> *Jornal O Militar* – 20 de julho de 1854.

<sup>26</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>27</sup> *Jornal O Militar* – 12 agosto de 1854.

<sup>28</sup> Sobre o projeto conservador e a administração Felizardo, ver: SOUZA, Adriana. *O Exército na Consolidação do Império*, capítulo 2.

<sup>29</sup> NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1975.118.

<sup>30</sup> O gabinete de 7 de março de 1871, presidido pelo Visconde do Rio Branco, foi o de maior duração. Ficou no poder por um período de quatro anos e três meses. Ver: BARÃO DO JAVARI. *Organizações e Programas Ministeriais: regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro, Ed. Ministério da Justiça, 1962.

<sup>31</sup> O orçamento foi um argumento chave na sustentação da tese de que as relações entre militares e civis durante o Império foram marcadas por hostilidades, originando uma verdadeira “política de erradicação” do Exército. A historiografia afirmava que o Ministério da Guerra vivia à míngua, sem verba. Para uma revisão do tema a partir da questão orçamentária, ver: SOUZA, Adriana. *O Exército na Consolidação do Império*, capítulo 3.

<sup>32</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>33</sup> *Jornal O Militar* – 26 de outubro de 1854.

<sup>34</sup> *Jornal O Militar* – 22 de dezembro de 1854.

<sup>35</sup> *Jornal O Militar* – 11 de agosto de 1854.

<sup>36</sup> *Jornal O Militar* – 12 de outubro de 1854.

<sup>37</sup> *Jornal O Militar* – 13 de janeiro de 1855.

<sup>38</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>39</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>40</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>41</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>42</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>43</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>44</sup> *Jornal O Militar* – 12 de agosto de 1854.

<sup>45</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>46</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>47</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>48</sup> *Jornal O Militar* – 20 de julho de 1854.

<sup>49</sup> *Jornal O Militar* – 20 de setembro de 1854.

<sup>50</sup> *Jornal O Militar* – 26 de agosto de 1854.

<sup>51</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>52</sup> *Jornal O Militar* – 11 de julho de 1854.

<sup>53</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>54</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>55</sup> *Jornal O Militar* – 20 de julho de 1854.

<sup>56</sup> *Jornal O Militar* – 13 de janeiro de 1855.

<sup>57</sup> Ver respectivamente: CASTRO, Jeanne Berrance. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831-1850*. São Paulo, Editora Nacional, 1979 e FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en el Brasil imperial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

<sup>58</sup> *Jornal O Militar* – 30 de setembro de 1854.

<sup>59</sup> *Jornal O Militar* – 12 de setembro de 1854.

<sup>60</sup> *Jornal O Militar* – 8 de março de 1855.

<sup>61</sup> *Jornal O Militar* – 8 de março de 1855.

<sup>62</sup> *Jornal O Militar* – 31 de maio de 1855.

<sup>63</sup> *Jornal O Militar* – 18 de novembro de 1854.

<sup>64</sup> *Jornal O Militar* – 28 de fevereiro de 1855.

<sup>65</sup> *Jornal O Militar* – 18 de novembro de 1854.

<sup>66</sup> *Jornal O Militar* – 28 de fevereiro de 1855.

<sup>67</sup> *Jornal O Militar* – 19 de julho de 1855.

# A imprensa militar no século XIX: o periódico *O Militar Brioso*

**Fernanda de Santos Nascimento**

*Mestre em História. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar o periódico militar *O Militar Brioso*, publicado na cidade do Rio de Janeiro entre os meses de janeiro e julho de 1855. O periódico pode ser caracterizado dentro do contexto tradicional da imprensa periódica do século XIX, ou seja, a partir de um caráter combativo e publicista. Procura demonstrar os problemas e as necessidades da classe militar, com um discurso incisivo e de caráter oposicionista. Embora de caráter anônimo, a pesquisa conseguiu identificar o redator deste periódico. A informação é importante para estabelecer o lugar de fala de seu redator e também a influência de uma formação especializada no discurso crítico destes militares. O súbito desaparecimento da publicação indica o desconforto causado pelo discurso do periódico aos polos de poder político e militar do Rio de Janeiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segundo Império, Escola Militar, Forças Armadas

## ABSTRACT

This article aims to present the military journal "O Militar Brioso" published in the city of Rio de Janeiro between January and July 1855. The journal can be characterized within the traditional context of the periodical press of the nineteenth century, it means from a combative nature and publicist. Attempts to demonstrate the problems and needs of the military class, with a speech and incisive character opposition. Although the anonymity, the survey was able to identify the editor of this journal. Information is important to establish the place of his speech writer and also the influence of special training in the critical discourse of military people. The sudden disappearance of the publication indicates the discomfort caused by the speech of the journal to the poles of political and military power of Rio de Janeiro.

**KEYWORDS:** Brazilian Second Empire, Brazilian Armed Forces and Brazilian Military School

## INTRODUÇÃO

O *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro noticiou, em 8 de março de 1855, o lançamento da 2ª edição do periódico *O Militar Brioso*. A gazeta informou que as edições poderiam ser adquiridas na Tipografia da Rua de São José, nº 8. Informou ainda o título de todas as matérias publicadas na respectiva edição para conhecimento de seus leitores. A temática do periódico é militar. E seu título, bastante sugestivo, suscita uma justificativa, conforme indica o índice das matérias publicadas no *Correio Mercantil*. Este artigo tem, portanto, o objetivo de analisar o periódico militar *O Militar Brioso*, lançado no Rio de Janeiro em 1855 e veiculado entre fevereiro e julho do mesmo ano, contando com 16 edições no total.

É possível observar o esforço dos redatores na publicização do periódico militar. Em várias ocasiões noticia o *Correio Mercantil* o lançamento de mais uma edição de *O Militar Briosso*. Mas quem eram os redatores desta folha? Quais eram os seus interesses específicos e seus objetivos? O periódico militar existe de forma concomitante com outro periódico, também da cidade do Rio de Janeiro: *O Militar*. Este último também era impresso na mesma tipografia de *O Militar Briosso*. Tal fato sugere a existência de dois grupos distintos de militares que estavam envolvidos na produção de periódicos voltados especialmente à classe militar.

Sugere ainda a existência de uma imprensa periódica militar profícua no período, envolvida em debates políticos e militares da época. De fato, esta imprensa periódica militar surge de forma combativa e provocativa com objetivo último de fazer ecoar as necessidades e premências da força militar. Definimos a imprensa periódica militar como uma produção de caráter intelectual voltada, sobretudo, à produção de jornais, pasquins e gazetas por militares e direcionados, em última instância, ao público militar. Esta imprensa tem seu surgimento concomitante à imprensa no Brasil. No campo da história da imprensa, a produção periódica é entendida como um gênero recorrente no Brasil do século XIX, quando revistas e jornais eram publicados sem casas editoriais próprias.<sup>1</sup> A imprensa periódica do século XIX é, de forma geral, uma imprensa de combate. Ela se difere, em vários aspectos, da imprensa que irá se estabelecer com força no início do século XX, fruto das transformações tecnológicas e econômicas que caracterizam este século.<sup>2</sup>

Muitas vezes, durante o século XIX, um único indivíduo se valia da palavra impressa, arcando com os custos de impressão, a fim de expor suas ideias e críticas. Nesse sentido, como bem apontou Luca, “O caráter doutrinário, a defesa apaixonada de ideias e a intervenção no espaço público caracterizam a imprensa brasileira de grande parte do século XIX”.<sup>3</sup> A imprensa configurava-se, desta forma, como um espaço de embates e não como processo cujo interesse final é o lucro. O objetivo final era, através da impren-

sa, interpor-se nos debates da sociedade. Essa constatação converge com o discurso dos periódicos militares do século XIX: seus redatores caracterizavam a imprensa como campo de lutas e embates. É sintomático, portanto, que em 1855 os redatores de *O Militar Briosso* tenham descrito sua ação como um estorvo ao governo:

O governo que procura por todos os meios e modos acabar com a imprensa, porque ela muito e muito o incomoda (...) tem-se contentado em hipocritamente perseguir um ou outro cidadão que está na sua dependência e supõe ter parte na redação de algum periódico. (...) *O Militar Briosso* continua pois, como antes da deportação do seu distinto camarada (...) e continua assim o periódico que tanto os tem incomodado, por ser o verdadeiro eco da classe militar (...).<sup>4</sup>

Este artigo está inserido, portanto, na segunda fase da imprensa periódica no Brasil do século XIX. Este período é rico justamente por dois fatores: primeiro, por estar afastado das lutas de poder regionais que caracterizam o momento pós-Independência e o período regencial; segundo, porque a quantidade de periódicos publicados a partir da década de 1850 é maior, configurando o impresso como campo de debates e combates.

## **A IMPRENSA MILITAR: UM OBJETO DE PESQUISA**

Tradicionalmente, têm os militares brasileiros se dedicado à produção intelectual. Esta produção é sintetizada por uma série de livros, revistas, folhetos e mesmo jornais publicados por militares e voltados ao público militar. É provável que esta tendência tenha relação com o alto grau educacional que costumeiramente possuem os militares brasileiros. A vinda da família real, em 1808, fez com que fosse necessária a instalação de uma academia militar no Rio de Janeiro, então sede do império português. A independência da colônia não eliminou as estruturas burocráticas e estatais portuguesas, tornando-

as estrutura do estado agora independente. A Academia Militar passou, assim, a formar anualmente algumas dezenas de militares altamente educados. A precária estrutura educacional existente no Brasil do século XIX torna a existência da Academia Militar (e, posteriormente, Escola Militar) ainda mais significativa neste contexto. As reformas efetuadas a partir de 1850 para o ingresso no corpo de oficiais intensificam ainda mais esta tendência ao obrigar os aspirantes à carreira de oficial a cursarem a Escola Militar.

Não é estranho, portanto, que os militares tenham desenvolvido o gosto pelas letras. Relevante também, para o período, é a atmosfera intelectual possibilitada pela ilustração: o conhecimento e sua valorização fazem parte do concerto de ideias deste período, intimamente relacionado com a expansão do Iluminismo e do cientificismo pela sociedade.<sup>5</sup> Os militares não passaram incólumes por esta tendência: antecipam, baseados nos valores europeus, os ideais de ordem, desenvolvimento, estudo e ciência neste período.

É relevante, por exemplo, o aparecimento do periódico *O Militar Briosos* no Rio de Janeiro apenas alguns anos após o lançamento da Revista Militar em Portugal. Embora os periódicos não tenham características completamente similares, sua existência tem um ponto em comum: levar para a sociedade os problemas da instituição militar, além de servir de canal para o aprimoramento profissional dos militares. Neste sentido, a imprensa periódica militar no Brasil tem estrita ligação com o aparecimento de periódicos militares na Europa, sobretudo em Portugal e na França.

Estas considerações são resultado da investigação sobre a imprensa periódica militar que está sendo conduzida.<sup>6</sup> A importância da imprensa como objeto de estudo já foi bastante discutida, mas é necessário avaliar a existência e a importância de uma imprensa especificamente militar durante o século XIX. Embora algumas pesquisas tenham sido conduzidas utilizando-se alguns jornais militares, tal objeto nunca foi visto de forma ampla e plural.<sup>7</sup>

Como afirmado anteriormente, esta imprensa tem ligação com a imprensa regular que chega, de forma oficial, ao Brasil em 1808. A partir de setembro de 1808 passa a

circular no Rio de Janeiro a *Gazeta do Rio de Janeiro*, impressa na Imprensa Régia. Até então, os historiadores localizaram pequenas tipografias no Recife e no Rio de Janeiro no século XVIII, mas que não resistiram à coerção das autoridades portuguesas.

Existem, portanto, duas fases, a rigor, da imprensa periódica no século XIX: a primeira fase da chegada da Imprensa Régia até a maioria, caracterizada por uma sociedade em transformação, ainda tributária do antigo regime. Esta imprensa pode ser descrita como panfletária, ligada às intensas lutas políticas originárias, num primeiro momento, da independência e, posteriormente, dos embates relacionados aos grupos conservador e liberal, no contexto político do período regencial.

Uma segunda fase pode ser identificada após a maioria de D. Pedro II (1840) e a restauração do poder centralizador monárquico. De acordo com Morel, o debate político neste período esmorece “no bojo de uma ação conjugada de repressão e incorporação de agentes políticos sob a égide do Estado imperial”.<sup>8</sup> Ocorre uma estabilização da imprensa, a partir de órgãos que lentamente constituem-se como empresas. A despolitização – de caráter panfletário – deste período incorpora ainda um discurso de caráter mais conservador, relacionado ao apogeu do império brasileiro e do Partido Conservador no poder.

Embora este estudo identifique o surgimento da imprensa militar a partir da década de 1830, com o lançamento do periódico chamado *O Militar no Rio de Janeiro*, é somente a partir da década de 1850 que a imprensa periódica militar irá se estabelecer com mais força. Em 1854 é lançado o periódico *O Militar*, possivelmente, a primeira publicação de longa duração de oficiais do Exército brasileiro.<sup>9</sup> Depois de *O Militar*, vários periódicos surgem até o fim da monarquia, configurando a imprensa como um espaço de combate.

É necessário apontar que o surgimento da imprensa periódica militar no Brasil acompanha também uma tendência internacional de aprimoramento profissional militar. A existência de periódicos militares era uma tendência mundial, consequência da moder-

nidade e da própria institucionalização das forças militares, aliada ainda à influência do cientificismo e da ilustração. Na França, em 1824, surgiu o *Journal des Sciences Militaires*, publicado por membros de *L'Academie Royale de Sciences Militaires de Suède*, além de membros de outras instituições científicas. Em 1826, surgiu o periódico *Le Spectateur Militaire*, também na França. E em Portugal, em 1849, surgiu a *Revista Militar*, comandada principalmente por jovens tenentes de engenharia.<sup>10</sup> A Revista era mantida por vários sócios que custeavam o valor às suas expensas. Tal periódico surge com objetivo de publicar as atividades militares e a instrução adequada de que necessitava o exército português.

As revistas militares tanto francesas quanto portuguesas eram divididas em grandes tomos, com artigos específicos de diversas áreas do conhecimento, como topografia, geografia, engenharia, história e letras. Em geral, os periódicos europeus eram publicados em tomos, três ou quatro vezes ao ano, distribuídos em sessões temáticas, abrangendo assuntos de pertinência científica e histórica. Estes periódicos serviam para aproximar as novidades do campo militar aos oficiais e também como forma de estimular a produção intelectual dos militares como forma de desenvolvimento profissional da força, aliado ao discurso científico de meados do século XIX.

Neste sentido, o periódico *O Militar Brasileiro* surge em um momento de crise política e institucional: é o momento da consolidação estatal do império através do gabinete conservador, além de ser um período caracterizado por diversas modificações estruturais da força armada. A década de 1850 é uma década importante para o Brasil. Economicamente, o Império descobriu o valor do café e conseguiu alcançar a paridade cambial entre a libra esterlina e a moeda brasileira. O país passava por um forte surto de crescimento impulsionado pelas exportações de café, algodão e, em menor escala, a borracha e o cacau. Politicamente, ocorre o retorno conservador à política, que encontra apoio entre os militares. Em 1849, tomou posse como Ministro da Guerra Manoel Felizardo de Souza e Mello, político e lente da Academia Militar, que ficou no cargo até 1853. Souza e Mello

realizou uma profunda reforma na lei de promoções, estabelecendo rigorosos princípios de antiguidade bem como prêmios por instrução, além de ter reformado o ensino militar.<sup>11</sup> Para Schulz, a reforma do sistema de promoções marca o início da profissionalização do Exército brasileiro.<sup>12</sup>

A profissionalização da força militar é importante nesse período. É somente no século XIX que surge a instituição militar como a conhecemos hoje. Mais especificamente, Huntington fala do corpo de oficiais militares que forma a instituição: na Europa, um corpo de oficiais profissional, que se distingue de qualquer pessoa leiga, surge com as guerras Napoleônicas e pode ser visto como uma consequência da moderna sociedade industrial. Portanto, a função militar profissionalizada distinguiu-se pela burocratização que se especializou no exercício e no monopólio da violência. Por outro lado, "A profissão militar depende da existência de estados nacionais em competição entre si. A responsabilidade da profissão consiste, pois, em alcançar a segurança do Estado".<sup>13</sup>

No Brasil, a força militar é considerada profissional por muitos autores a partir de meados do século XIX, quando o país possui uma rede estruturada de ensino militar. De fato, contava nesse período o Exército brasileiro com uma Escola Militar no Rio Grande do Sul, uma escola prática na Praia Vermelha e a Escola Militar – futura escola politécnica – onde o ensino teórico era ministrado. Além disso, a lei de promoções de 1850 acentuou o caráter profissional da força militar, ao exigir critérios rígidos de promoção, como antiguidade e instrução, abolindo o sistema aristocrático que permitia a oficiais bem relacionados atingir os postos mais altos. Para Schulz, embora a lei de 1850 ainda desse margem para o favoritismo e a política, ela estabeleceu requisitos mínimos de tempo de serviço e educação que aprimoraram a transformação social e intelectual da oficialidade.<sup>14</sup>

As medidas de concentração do poder central, iniciadas na década de 40 e continuadas na década de 50, têm papel fundamental na formação do Exército brasileiro: a mudança no ensino, a burocratização da carreira e a criação de um corpo de oficiais gradativamente conscientes das necessida-

des militares e das próprias necessidades nacionais. Com o decreto, os oficiais deixaram de ser uma força privilegiada tradicional, transformando-se em uma corporação profissional e racional. Três índices demonstram essa passagem para a profissionalização: o declínio da elite dentro do generalato, a padronização da carreira militar e o declínio da participação dos militares no parlamento durante os últimos anos do Império.

É neste contexto que surge em 28 de fevereiro de 1855 o periódico *O Militar Brioso*. Sua publicação é efêmera e se estende até 3 de julho de 1855. Embora existam sinais de que esta edição não seja a última, ainda não foi possível localizar edições deste periódico em outros arquivos. Portanto, a coleção da Biblioteca Nacional é composta de 16 edições, de 28 de fevereiro de 1855 a 3 de julho de 1855. *O Militar Brioso* era publicado uma vez por semana e poderia ser adquirido na Tipografia de Silva e Lima, na cidade do Rio de Janeiro. Como curiosidade, esta tipografia era a mesma que publicava o periódico *O Militar*.

É possível que *O Militar Brioso* tenha sido fruto de alguma ruptura entre os redatores de *O Militar*. Na capa de *O Militar Brioso* não existem informações sobre os seus redatores. Todos os artigos eram publicados de forma anônima. A publicação era em formato folhetim, com 4 páginas em geral, publicadas frente e verso. Sua sede era a própria tipografia, e o tipógrafo tinha o poder de assinar os recibos para a venda unitária ou assinaturas mensais do periódico. Recebia, também, os artigos para publicação.

O *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro informa, na edição de 8 de março de 1855, o lançamento da edição nº 2 de *O Militar Brioso* e da edição de nº 13 de *O Militar*. É também o *Correio Mercantil* que em edição de 13 de julho de 1856 traz importante informação sobre o periódico *O Militar Brioso*. O jornal informa que o Capitão Umbelino Alberto de Campos Limpo é o redator de *O Militar Brioso*.<sup>15</sup>

A informação é valiosa porque *O Militar Brioso* era uma publicação anônima. Umbelino Alberto de Campos Limpo era oficial de 1ª classe do Estado Maior. Sentou praça no Exército em 16 de junho de 1844. Em 25 de março de 1845 foi promovido a Alferes. Entra também para a Academia Militar, tornando-se após 7 anos de

curso bacharel em matemática. Completou o curso de Estado Maior e em 1851 ingressou no corpo de Estado Maior de 1ª Classe. Em junho de 1852 foi promovido a primeiro-tenente e enviado para o Rio Grande do Sul. Retorna ao Rio de Janeiro em 1855, e em 14 de abril do mesmo ano eleva-se ao posto de Capitão. Em 1859 era secretário da Escola Central. Em setembro do mesmo ano pediu exoneração e foi empregado no Arquivo Militar, como engenheiro desenhista. Em 1861 foi demitido por ordem do Ministro da Guerra.<sup>16</sup> O periódico *A Actualidade* informa que esta foi uma decisão política, por Umbelino ter relação com forças oposicionistas ao governo. Em novembro de 1863 Umbelino é major graduado, do corpo de Estado Maior de 1ª classe. Esteve na Guerra do Paraguai como major, participando dos combates da Batalha de Curuzu, no início do mês de setembro de 1866.<sup>17</sup>

É bastante interessante o fato de Campos Limpo pertencer ao corpo de Estado-Maior do Exército. Assim como os engenheiros e artilheiros, o Corpo de Estado-Maior era composto por militares que cursavam a Escola Militar. Durante a década de 1850, a Escola Militar era uma importante instituição de ensino que contrastava com a realidade educacional do país. A Escola formava militares para atuarem nas armas de engenharia, artilharia, Estado-Maior, além de cursos para oficiais de infantaria e cavalaria. Oferecia ainda o curso de engenharia civil, concomitante ao ensino militar. O local era profícuo para o desenvolvimento de grupos de oficiais reformistas cujo elo comum era a formação educacional.

Quando nos referimos aqui a militares existe a consciência de que a instituição não é una e existem clivagens internas, sobretudo de pensamento. No entanto, para os redatores do periódico *O Militar Brioso* sua função era clara: tornar conhecidos os palpantes desejos da classe militar, de forma que o periódico se tornasse a própria voz da instituição. Para os redatores, o periódico era o “(...) órgão dos sentimentos da classe nobre e sofredora (...)”<sup>18</sup> além de se constituir como “(...) o verdadeiro eco da classe militar (...)”.<sup>19</sup>

*O Militar Brioso* surge neste contexto intrincado da política e da sociedade imperial. No primeiro número os redatores demonstram o programa pelo qual irão propugnar a revista:

O que não queremos são os abusos de quem quer que seja, desconceituando a constituição, impedindo a ação benéfica das instituições e das leis. Queremos que todas as classes sejam igualmente consideradas nas posições oficiais e que não sejam por mais tempo excluídas pela classe dos Srs. Magistrados que conquistaram todas as posições. Queremos que o povo e nós sejamos livres, segundo a constituição e as leis, na escolha dos representantes do país, e que a Justiça não continue a vender-se por votos. Queremos que o povo seja julgado por seus pares como os magistrados o são pelos magistrados, e nós militares o somos pelos nossos, e que o povo não seja privado do júri para ser julgado só pelos magistrados ou pelos militares quando isso convier aos governantes. Queremos não ser embaraçados na escolha de nossas consortes. Queremos finalmente que os direitos políticos e civis da classe militar bem como os do povo cuja causa abraçamos como nossa, sejam respeitados e que a constituição e as leis sejam entre nós uma realidade e não uma mentira.<sup>20</sup>

A citação traz dois elementos importantes no discurso observado no periódico: por um lado, seus redatores se colocam a favor do povo, exigindo igualdade de direitos e concessões aos cidadãos, independentemente de poder político ou econômico. O discurso também deixa claro a insatisfação dos articulistas com a política atual, sobretudo com os grupos inseridos no debate político – em geral identificados como magistrados, togados, etc. Por outro lado, o discurso acentua a importância da manutenção da constituição e das leis, portanto acentuando o discurso da ordem. Esta é, aliás, uma característica comum da imprensa militar, independente de seu período: embora os redatores muitas vezes se posicionem contrários ao fazer político, não admitem a ruptura com a ordem institucional imperial.

Para os autores, o surgimento de *O Militar Briosso* é uma exigência do tempo; é, além

disso, uma adição à Classe Militar. Para os redatores de *O Militar Briosso*, “a nossa missão é árdua, porém justa, e tão justa que contamos desde já atingirmos o nosso fim, que não é outro senão levantarmos a nossa classe do abatimento e desprezo em que jaz e reivindicar (...)”.<sup>21</sup>

Para Schulz, os oficiais da década de 1850 já eram reformistas, provavelmente, consequência da instrução que recebiam na Academia Militar e do acesso que tinham à informação e ao contexto mundial. Tanto *O Militar* como *O Militar Briosso* divulgavam a necessidade de reformar a sociedade brasileira, com vistas à modernização social e econômica. Para o autor “o Exército brasileiro envolveu-se na política porque a oficialidade acreditou que certos aspectos básicos do Exército e da sociedade precisavam ser reformados”.<sup>22</sup>

Ainda na primeira edição, ao referir-se ao próprio periódico, escrevem os redatores que “já era tempo, e mais que tempo do *Militar Briosso* pugnar por seus direitos de seus concidadãos, não deixando entregue a uma só classe da sociedade a direção do país, a causa comum das outras classes”.<sup>23</sup> Provavelmente aqui, os militares se colocam como políticos. É inegável que, mesmo sendo a opinião de apenas um grupo dentro da instituição – sendo-nos impossível avaliar a adesão da maioria dos militares a esta opinião –, é fato, porém, que esta opinião vai se cimentar dentro da instituição. Ou seja, é a partir daqui que os militares se colocam como grupo importante na formação do país, não apenas na defesa externa, mas principalmente na defesa dos interesses internos do país. A ideia que o texto passa é de que os militares consideram-se como classe acima de quaisquer interesses e grupos políticos no estado. “O militar é um cidadão como qualquer outro, tendo demais e a seu cargo o ônus de sustentar a ordem pública e as regalias de todos os brasileiros.”<sup>24</sup> Os militares compreendem seu papel na defesa das instituições brasileiras e na defesa do povo, em caso de agressão externa; completam o raciocínio expondo que não devem, por isso, servir de instrumento de vinganças e caprichos de grupos políticos que não visam ao bem geral, e somente trabalham pelo seu egoísmo:

O militar serve à sua pátria e ao seu soberano pela consciência de que é digno de toda a consideração, que seus serviços serão justamente remunerados, que não jazerá no desprezo o mais insuportável: e é porque ele não tem sido devidamente lembrado, devidamente considerado, que não pode continuar a abafar em seu valoroso peito a ingratidão do homens que monopolizam os direitos das diversas classes da sociedade e com especialidade da classe militar.<sup>25</sup>

Vemos aqui a importância que os militares dão para o orgulho de classe, demonstrando uma forte consciência de classe. Pedem ainda que uma aurora mais animadora e risonha tenha início, respeitando, de fato, os brios da classe militar e o gozo dos direitos constitucionais.

Por política, entendemos aqui a asserção de Max Weber. Para o autor, política é um vocábulo naturalmente amplo que compreende qualquer tipo de liderança independente em ação.<sup>26</sup> Para Weber, uma questão politicamente determinada, por exemplo, quer dizer uma luta pelo poder, na defesa de interesses sobre manutenção, distribuição ou transferência de poder. Uma ação política, portanto, é determinada na luta pelo poder. “quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o poder pelo poder, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída ao poder”.<sup>27</sup> Mesmo que os militares envolvidos na escrita de *O Militar Briosso* desejassem se afastar da política, sua própria posição os enquadra desta forma.

A primeira edição termina com um pequeno texto chamado *À Classe Militar* que adverte, novamente, sobre os objetivos da publicação. Assinala novamente que o periódico existe a fim de satisfazer as necessidades que a classe Militar possui, sobretudo, no que tange a acompanhamento e alterações de seus negócios.

Cada militar seja um escritor, um publicista, para o que lhe não falta capacidade e ilustração, e assim auxilie quer com os seus escri-

tos, quer com suas assinaturas este novo campeão dos direitos de todos e especialmente de uma classe tão nobre e valorosa: e isto esperamos porque bem como o militar brasileiro encara soberano o inimigo no campo da batalha, bem como é humano punindo os seus agressores, não deixa também de ser condescendente e cavalheiro quando se solicita o seu concurso e apoio<sup>28</sup>.

Conclui afirmando que a missão do periódico é justa, pois justo é levantar a classe do abatimento e do desprezo em que jaz e “reivindicar como dissemos os foros de todos os cidadãos, que indefesos suportam várias preterições em seus direitos”.<sup>29</sup>

A segunda edição de *O Militar Briosso* é bastante significativa. Indica, na página inicial, um imbróglio causado pelo nome escolhido pelo periódico: “Mais de uma pessoa tem cuidado enxergar no título da nossa folha uma intriga!”<sup>30</sup>. Para alguns, talvez o título tenha soado de forma jocosa. No entanto, este não foi o objetivo dos redatores. Em nossa interpretação, o título *O Militar Briosso* pode ter ligação muito mais com o sentimento de classe, e conseqüente orgulho de classe, do que de forma jocosa. Os redatores se justificam: “O militar brasileiro, exemplo de obediência e sofrimento, não nutre ideia alguma alheia ao bem-estar de sua classe, o que deseja, sim, é fazer compreender aos poderes do Estado que sofre, sofre imensamente: que não tem os meios de acudir às suas próprias necessidades da vida.”<sup>31</sup> Nesse sentido, o próprio fato de o vocábulo “militar” estar sempre escrito com inicial maiúscula demonstra a tentativa de diferenciação através, mas não somente, do orgulho e da consciência de classe. Os redatores colocam-se ainda como “sendo órgão dos sentimentos da classe nobre e sofredora”.<sup>32</sup> Portanto, entendemos que o título não tem caráter jocoso, e, sim, de classe, como discurso e como caráter.

O título do periódico é, por si só, a reafirmação da índole militar, qual seja, do orgulho em ser militar sintetizado pelo vocábulo *briosso*. Este recurso discursivo servirá também para compor um importante discurso nas páginas da revista: a constante criação de um

antagonismo entre a figura política e a figura militar. Este antagonismo será representado pela criação de antíteses, ora positivas, ora negativas ao longo das páginas do periódico. Se de um lado o militar é *brioso*, o político é sempre identificado como indigno; se o militar é honrado, o político é imoral. Esse jogo de antíteses acaba por solidificar um discurso onde a instituição militar, na figura dos soldados, carrega sempre características positivas, enquanto a instituição política, na forma dos homens políticos, é sempre negativa. Este antagonismo revela um embate de forças que será crucial décadas mais tarde, no momento de crise do regime imperial brasileiro.

## CONCLUSÃO

Este estudo ainda está em prosseguimento, abarcando outros periódicos além de *O Militar Brioso*. Indica, a partir dos dados e da análise efetuada até agora, que um grupo de militares queria se colocar, neste período, como oposição dentro do jogo de forças políticas. As críticas ao longo das folhas de *O Militar Brioso* direcionam-se aos liberais e aos conservadores, de forma a não distinguir o fazer político destes grupos. Ou seja, ambos são identificados na formação discursiva negativa, independentemente de sua filiação.

Por outro lado, o discurso constante por parte dos militares é o da ordem; D. Pedro II é, em diversas edições, idolatrado, e sua figura como imperador do Brasil parece

imune às críticas dispensadas ao fazer político nacional. Acima de tudo, estes militares colocam-se como legalistas, mantenedores da ordem e das instituições imperiais.

Não nos é possível saber se houve continuação da publicação de *O Militar Brioso* após a edição número 16; É possível que sim, embora não tenhamos mais edições disponíveis para consultas. Tampouco é possível inferir a quantidade de jornais que eram impressos na tipografia. Mas ao longo das páginas é possível identificar informes enviados por leitores de várias partes do Brasil, sobretudo das regiões Nordeste e Sul do país, indicando que, de alguma forma, o periódico ultrapassava as fronteiras do Rio de Janeiro.

O estudo da imprensa militar deste período se faz necessário para que seja possível compreender, de forma mais clara, não apenas a estruturação das forças armadas em nosso país como instituição, mas também a validade de discursos que podem ser identificados até hoje. É sabido que foi, através do discurso da defesa nacional e da integração dos interesses da segurança aos interesses nacionais, que foi possível a criação de um intenso discurso que trouxe à instituição militar importante acesso ao debate político. Embora a historiografia careça de estudos específicos sobre os periódicos militares, sobretudo no século XIX, tal barreira precisa ser derrubada, para a melhor estruturação dos debates em torno da relação entre forças armadas, sociedade, política e tecnologia.

<sup>1</sup> MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9.

<sup>2</sup> A imprensa do século XX será caracterizada, sobretudo, pela existência de grandes casas editoriais que transformam em lucro a sua atividade. A diferença se estabelece a partir das transformações tecnológicas e econômicas que passam a influenciar a imprensa, não mais como um espaço de combate, mas agora como porta-voz dos interesses de elites econômicas e institucionais. É o caráter empresarial que mais define a imprensa do século XX, caracterizada ainda pela grande circulação e pela capacidade de influir na vida nacional. Neste sentido, o trabalho pioneiro de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado contribuiu, não apenas para a valorização da imprensa como objeto de pesquisa, mas também para a melhor compreensão das possibilidades de análise textual dos periódicos. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

<sup>3</sup> LUCA, Tania Regina. Op. cit., p. 133.

<sup>4</sup> *O Militar Brioso*, Anno 1. nº 15. 19 de junho de 1855. p. 4.

<sup>5</sup> LIMA, Ana Paula Almeida. *Engenheiros fardados no Império: A modernidade no pensamento dos egressos da Escola Militar*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. PUCRS, Porto Alegre, 2013.

<sup>6</sup> Este artigo é resultado parcial das pesquisas efetuadas para a elaboração tese de doutoramento da autora que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>7</sup> Referimo-nos aqui às pesquisas de Arias Neto, sobre a *Revista Marítima Brasileira*, cujo primeiro período vai de 1851 a 1855. ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855: A liberdade de pensamento na Marinha imperial e o projeto de nação no século XIX*. In: *Revista Brasileira de História Militar*. Ano III. nº 8, agosto de

2012. p. 4- 29. John Schulz e Adriana Barreto de Souza destacaram o papel do periódico *O Militar* de 1854-1855 em suas pesquisas, embora a imprensa militar não tenha sido o foco principal de suas investigações. SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. EDUSP: São Paulo, 1994 e SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Dudley se refere à *Tribuna Militar* de 1881, embora utilize o periódico como fonte e não como objeto de pesquisa principal. DUDLEY, William S. Institutional Sources of Officer Discontent in the Brazilian Army, 1870-1889. *Hispanic American Historical Review*, Vol. 55, nº 1, February 1975, p. 44-65. Também Hendrik Kraay refere-se ao momento de estabilização política após a independência e o período regencial, destacando alguns periódicos publicados na Bahia. KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in independence-Era Brazil*. Stanford University Press: California, 2001. p. 158. Encontramos ainda trabalhos isolados sobre outros periódicos, sem maiores problematizações: GOMES, Luiza das Neves. *A Marinha Brasileira no pós-guerra do Paraguai – Uma análise da partir da imprensa militar*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. ANPUH-SP: São Paulo, 2011. E também OLIVEIRA, Rodrigo Perez. *A imprensa oficial do Exército brasileiro entre a “questão militar” e a consolidação da República oligárquica: um estudo comparativo*. In. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio. 2012. No período republicano, destacamos as seguintes pesquisas, por exemplo: CAPELLA, Leila. *As malhas de aço no tecido nacional: A revista A Defesa Nacional e o Serviço Militar Obrigatório*. UFF, 1985. CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira*. BIBLIEX: Rio de Janeiro, 1953. NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)*. Dissertação de Mestrado, PUC/RS, Porto Alegre, 2010. BARONE, Adelaide Cristina Brandão. *O discurso sobre o golpe de 1964 e o regime militar: análise da revista A Defesa Nacional (1990-2004)*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 2010.
- <sup>8</sup> MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In. MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina (orgs). Op. cit., p. 43.
- <sup>9</sup> Nossa pesquisa indica a existência de *O Militar* até o ano de 1863, ao menos. Tal dado contradiz a versão corrente da historiografia que entende a existência do periódico até o ano de 1861. John Schulz e Adriana Barreto de Souza utilizaram este periódico como fonte para seus estudos e assim o caracterizaram, respectivamente: *O Militar* possuiu duas fases: 1854-1855 e 1860-1861; Ou possuiu apenas uma fase, 1854-1855. In. SCHULZ, John. *O Exército na Política. Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*. EDUSP: São Paulo, 1994. e SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Encontramos referência ao periódico *O Militar* no Dicionário Biográfico Português, de 1867. Na página 194, o autor se refere ao número 134 de *O Militar*, referido ao ano de 1863. In. SILVA, Inocencio Francisco. *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de Inocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil*. Tomo oitavo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867. p. 194.
- <sup>10</sup> ASSIS, José Luís. Ciência e Literatura na Revista Militar (1849-1910). Ciência, Cultura e Sociedade – Discursos de Saberes Científicos. In. *Revista Militar*. Edição de outubro de 2006. Disponível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=140](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=140). Acesso em dezembro de 2012.
- <sup>11</sup> Lei nº 585, de 6 de Setembro de 1850. É a Lei que institui a obrigatoriedade do Ensino Militar para a ascensão da carreira. É regulada pelo Decreto nº 772, de 31 de março de 1851.
- <sup>12</sup> SCHULZ, John. Op. cit., p. 27.
- <sup>13</sup> SANTOS, Murilo. *O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora do Livro, 1991. P. 11.
- <sup>14</sup> SCHULZ, John. Op. cit., p. 27.
- <sup>15</sup> *Correio Mercantil, Instrutivo, Político e Universal* de 13 de julho de 1856: “Atenção: Acha-se preso na Fortaleza da Lage, segundo nos informam, o Sr. Capitão Umbelino Alberto de Campos Limpo, redator do periódico que existiu na corte *O Militar Brioso*. Dizem-nos que esta prisão é devida a ter aquele capitão organizado na Bahia uma sociedade para tratar da nacionalização do comércio a retalho. Queremos duvidar de semelhante arbitrariedade. Julgamos que o Sr. Caxias não quererá assim nodar a brilhante administração que tem feito (da *Pátria*)”. p. 2.
- <sup>16</sup> As informações sobre a carreira de Umbelino Alberto de Campos Limpo foram retiradas de diversas fontes: Almanak Militar para o ano de 1861. Organizado na Repartição do Ajudante-General. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1861. p. 38. Também do *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro, organizado e redigido por Eduardo Laemmert* dos anos de 1851 a 1856. Os Almanques estão disponíveis neste endereço: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>
- <sup>17</sup> AZEVEDO, Moreira de. *Rio da Prata e Paraguay. Quadros Guerreiros*. Eduardo e Henrique Laemmert: Rio de Janeiro, 1871. p. 110.
- <sup>18</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 2. 7 de março de 1855. p. 1
- <sup>19</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 15. 19 de junho de 1855. p. 4
- <sup>20</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 1.
- <sup>21</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 4.
- <sup>22</sup> SCHULZ, op. cit. p. 31.
- <sup>23</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 1.
- <sup>24</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 2
- <sup>25</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 2
- <sup>26</sup> WEBER, Max. A Política como Vocação. IN *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 55.
- <sup>27</sup> WEBER, Op. cit. p. 56.
- <sup>28</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 4.
- <sup>29</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 1. 28 de fevereiro de 1855. p. 2
- <sup>30</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 2. 7 de março de 1855. p. 1.
- <sup>31</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 2. 7 de março de 1855. p. 1.
- <sup>32</sup> O MILITAR BRIOSO, Anno 1, nº 2. 7 de março de 1855. p. 1.

# A Marinha brasileira no pós-guerra do Paraguai – uma análise a partir da imprensa militar

**Luiza das Neves Gomes**

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – PPGH/ UERJ.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar, através dos periódicos *A Gazeta Naval* (1877) e o *Soldado e o Marinheiro* (1869), a situação da Marinha brasileira pós-guerra do Paraguai. Iremos verificar que a política de abandono da instituição militar também atingiu a Marinha, apesar de ser colocada como a “guardiã” do Império, assim como o Exército nos anos finais do século XIX. Os baixos soldos, a falta de modernização de equipamentos, instalações precárias e os baixos orçamentos militares afetaram as duas forças e fizeram com que estas reagissem à monarquia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Militar, Marinha, pós-guerra do Paraguai

## ABSTRACT

This article aims to analyze, through periodic *Gazeta Naval* (1877) and *Soldier and Sailor* (1869) the situation Brazilian Navy post war with Paraguay. We will check that the policy of abandonment of the military also hit the Navy, despite being placed as the “guardian” of the Empire, as well as the Army in the closing years of the nineteenth century. The low wages, lack of modernization of equipment, poor facilities and low military budgets affected the two forces and made to react to these Brazilian monarchy.

**KEYWORDS:** Press Military, Navy, postwar Paraguay

Por muito tempo, a temática militar foi tratada como um adendo dos estudos de história política produzidos no país. Até recentes inovações no campo da historiografia, os registros de temas militares no Brasil concentravam-se, de maneira geral, em descrição e discussão de estratégias de campanhas militares, narração de batalhas e biografias de chefes militares. Isso ocorria, segundo os críticos, porque não havia interesse em se compreender o comportamento e as instituições militares em seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais.<sup>1</sup>

Assim, torna-se inviável pensar os fenômenos sociais, como a guerra ou revoltas militares, sem o estabelecimento prévio de estreitos vínculos com estruturas maiores, sujeitas a uma dinâmica específica e histórica, como a sociedade e a cultura.

Neste sentido, a “nova história militar” hoje se abre para novas abordagens. Embora continue trabalhando temas tradicionais como guerras ou biografias, porém sob uma nova perspectiva, através de novos métodos, como, por exemplo, o uso da imprensa. É nesta perspectiva que vamos analisar os discursos militares, nos periódicos *A Gazeta Naval* (1877)

e *O Soldado e o Marinheiro* (1869)<sup>2</sup>, para entendermos a Marinha e seus membros no pós-guerra do Paraguai.

Daremos ênfase aos anos finais do Império, pois foi um período marcado por intensas insatisfações e reivindicações de diversos grupos de militares que depois de anos sendo a “elite” do império formavam uma “contraelite”. É neste sentido que vamos analisar a situação de descaso com as forças armadas pelo império brasileiro, o que mais tarde desencadeou o radicalismo militar.

Com certeza a Guerra do Paraguai foi um divisor de águas nessas questões, uma vez que foi um marco no processo que desencadeou o movimento de reforma e radicalização das forças armadas. No Brasil a guerra gerou uma crise financeira que acarretou na derrocada do regime monárquico e encerrou o período de maior projeção e prestígio político do Império, tanto no contexto interno quanto no externo. O Estado imperial brasileiro, após um período de quase vinte anos de estabilidade política, viveu a sua primeira grande crise de dimensões nacionais, em razão das necessidades de mobilização dos recursos econômicos da nação para sustentar aquele esforço de guerra, que se mostrou muito mais exigente neste aspecto do que os conflitos externos anteriores.

Uma das chaves para a compreensão do surgimento do movimento de radicalização militar é a posição financeira do Brasil na época. Vamos verificar que as políticas fiscais e orçamentais do governo brasileiro durante a década de 1870 e 1880 foram guiados por quatro fatores. Segundo Dudley, o primeiro foi o desequilíbrio financeiro trazido pelos gastos da guerra do Paraguai; em segundo lugar, o declínio econômico do açúcar e fazendas de algodão do norte; o terceiro fator foi a falta de trabalho, escravo ou livre, em áreas de crescimento agrícola; e, finalmente, as despesas do governo para socorrer a população das áreas devastadas do nordeste, onde aproximadamente 200 mil pessoas morreram de fome entre 1877-1880.<sup>3</sup> Em vista desses fatos, estadistas e políticos brasileiros civis exibiram pouca preocupação com os gastos militares e projetos para melhorar as forças armadas.

Assim, durante o período do pós-guerra, as despesas militares ocuparam uma posição de constante declínio entre as prioridades nacionais fiscais. Tudo isso afetou os níveis de tropas, o recrutamento, a aquisição de novos equipamentos, a eficácia da remuneração, organização e subsídios e a promoção de oficiais. Dudley afirma que a natureza drástica financeira dos exércitos é exemplificada por severos cortes na mão de obra, construção militar e a responsabilidade material que ocorreu durante a gestão do Marquês de Herval no Ministério da Guerra.<sup>4</sup>

No que toca aos aspectos organizacionais, vários são os problemas destacados no interior do Exército por inúmeros autores da história militar<sup>5</sup>. Neste trabalho serão apontados também na Marinha, como por exemplo: a falta de modernização de equipamentos; leis de promoção anacrônicas, baixos soldos, instalações precárias e sistema de recrutamento arbitrário.

A demora nos pagamentos, a negligência parlamentar financeira e a negação de aumentos salariais foram os principais elementos que influenciaram a reforma nas forças armadas, que se viam num momento crítico devido ao aumento no custo de vida.

Schulz, a partir da análise do jornal *A Tribuna Militar*, afirma que o pagamento militar era inadequado. Este periódico afirma que os militares foram obrigados a viver de forma indigna, uma vez que o subsídio de alimentação de um mil réis por dia foi descrito como ridículo por causa da multiplicação do custo de alimentos. Na citação abaixo podemos perceber o quanto os membros da Marinha eram mal pagos, alertando assim que não havia preferência pela Marinha no Império.

Sobre a situação dos oficiais da Marinha John Schulz afirma:

Comentando a situação da Marinha (cuja escala de salário era ligeiramente inferior à do Exército), a *Gazeta de Notícias* [em 01/03/1888] afirmava que um guarda-marinha ganhava no Rio a mesma coisa que um inspetor de fazenda analfabeto, enquanto um Almirante recebia um salário equivalente ao de um assistente

de guarda-livros. Apenas aqueles oficiais do exército e da Marinha que conseguiam obter algumas concessões bem remuneradas podiam viver dos seus salários de militares. (SCHULZ, 1994: 119)

O fato é que as dotações dos exércitos foram congeladas a níveis anteriores à Guerra do Paraguai, o que a classe militar não esperava. A vitória sobre o Paraguai significou o surgimento de expectativas no sentido de que a sociedade civil, de onde provinha a classe política, haveria de reconhecer o “tributo de sangue” vertido em defesa da nação. A guerra tornou patentes as graves deficiências das forças armadas e despertara nos oficiais aspirações de aperfeiçoamento profissional inéditas em sua intensidade. Puderam estas aspirações se alimentar, durante a guerra, com o volume de recursos que o governo canalizou para a sustentação das forças combatentes. Segundo Edmundo Campos Coelho, as despesas do Ministério da Guerra “atingiram os níveis mais altos de todo o período monárquico e, no ano fiscal de 1865/1866, constituíram 50% das despesas governamentais”. Mas, terminada a guerra, elas “declinaram aos níveis mais baixos de toda a história do império”, representando, “no ano fiscal de 1878/1879, apenas 8% do total das despesas governamentais”.<sup>6</sup>

Dudley também faz uma análise dos orçamentos militares e diz que a partir de uma comparação entre o orçamento militar e o orçamento nacional, entre 1863-1889, pode-se presumivelmente medir a importância relativa da instituição militar e suas necessidades. Entretanto, o autor alerta que quando se vê os gastos militares brasileiros deve-se ter disponíveis os números absolutos, que não só representam gastos projetados para o ministério da guerra, mas também os gastos projetados para o orçamento total nacional. Dudley chega à conclusão que durante os anos 1870 e 1880 houve uma diminuição relativamente brusca da parte do exército do orçamento nacional, de 21% para 10,3%.<sup>7</sup>

Além disso, no final da década de 1870 o Parlamento votou a redução de efetivos das forças armadas, e com isso os exércitos foram deixados com seu menor número de

homens, o que não se via desde o tempo de paz em 1841. Assim, exatamente em 1878 pretendeu-se reduzir o quadro de oficiais combatentes, extinguir o Batalhão Naval, diminuir os vencimentos do pessoal de máquinas e suprimir o Conselho Naval.<sup>8</sup>

Era justamente contra tal estado das forças armadas que os militares participantes dos periódicos *A Gazeta Naval* e *O Soldado e o Marinheiro* das décadas finais do século XIX se engajavam. Na visão desse grupo, era imperativa a necessidade de reformas profundas nesse quadro “desolador”.

Esses dois periódicos tinham publicação semanal e eram compostos por artigos anônimos uma vez que seus editores temiam perseguições dentro de sua própria força.

O periódico *O Soldado e o Marinheiro* (1869), que irei pesquisar mais a fundo, já demonstra o caminho da busca da modernização militar e denuncia o quanto as forças armadas estavam já no ostracismo. Este periódico aponta o interesse das duas classes e apresenta indícios de ter sido redigido por militares que participaram da Guerra do Paraguai, entretanto é composto de artigos anônimos.

Em diversas passagens desse jornal se vê a referência a participação na guerra, como:

(...) mas que o presente artigo seja um protesto. Dê-se ao menos atenção ao marujo, ao soldado, já que eles não temerão as balas e as sanhas ferozes dos paraguayos. (...) E nós, vindos da aurora da redempção, que o Ypiranga presenciou em suas margens, batidas da sorte e apalpados de miséria e infortúnio. (*O Soldado e o Marinheiro*, 23/10/1869)

Podemos, resumidamente, expor as principais posições do *O Soldado e o Marinheiro*. Na área militar: a preocupação com a modernização dos equipamentos e na reforma do recrutamento; na área política: crítica virulenta ao caráter atrasado e tirânico da elite imperial e pelo abandono da classe militar; e na área econômica: defesa da transformação do Brasil de país agrícola em país industrial. Apesar de ousado em seus objetivos, o projeto econômico do jornal revela algumas deficiências, como a pouca precisão no que diz res-

peito aos setores da indústria que deveriam ser privilegiados. Além do mais, a condenação da elite agrária que dominava o país não é acompanhada por uma contestação maior como a estrutura da propriedade fundiária.

No artigo do dia 16 de outubro de 1869, do jornal *O Soldado e o Marinheiro*, intitulado *O Presente e o Futuro do Soldado*, vamos verificar já a abordagem de algumas dessas questões:

(...) Não se protege a indústria, que é a vida de um Estado; não se anima a agricultura, que é um manancial de recursos; não se auxilia as artes e as letras; não se promove a instrução; não se faz nada. A culpa onde está? No governo de hontem, no de hoje e em todos que hão de vir. (*O Soldado e o Marinheiro*, jornal militar. 16/10/1869)

Segundo John Schulz, não é de surpreender que os jovens oficiais tenham se rebelado contra a ordem imperial. Instruídos por engenheiros, os estudantes reconheciam a importância da indústria e de novos métodos de transporte como, por exemplo, as ferrovias. Os estudantes militares liam muito e tinham uma melhor noção dos acontecimentos internacionais do que a maioria dos seus compatriotas.<sup>9</sup> Podemos constatar isto na primeira publicação de *O Soldado e o Marinheiro* em 9 de outubro de 1869 em que se diz:

E qual será a causa do abandono de uma classe que só é lembrada para morrer pela pátria, e nunca para viver com Ella? Será a deficiência de conhecimentos que inhabilita para as altas funções do Estado? Não, porque hoje os militares são perfeitamente instruídos não só nas sciencias phisicas e mathematicas abstratas e applicadas, como também no direito e na economia política (*O Soldado e o Marinheiro*. 9/10/1869)

Este abandono é evidenciado a partir da Guerra do Paraguai (1865-70). A guerra contra Solano López, apesar de exitosa, chamou a atenção para as debilidades da corporação diante de um aparato militar

modernizado como o paraguaio. Surge daí a necessidade de aparelhamento das forças armadas segundo novos padrões de eficiência e técnicas de combate. No entanto, como observa Sodré, o desenvolvimento técnico-militar esbarrava nas arcaicas estruturas produtivas do país.<sup>10</sup>

O Brasil dessa época tinha uma população predominantemente rural e analfabeta, uma industrialização incipiente, arcaica estrutura agrário-exportadora, alta concentração fundiária e considerável presença de trabalho escravo. Diferentemente de países como Inglaterra e França, que àquela altura enveredavam por um caminho industrializante, a economia nacional estava ainda inteiramente voltada para o comércio de exportação de produtos primários e importação de manufaturas.

As rápidas mudanças que ocorreram nas bases industriais nos países centrais, com os adventos da Segunda Revolução Industrial, ancorada na grande indústria pesada, química, eletricidade e no capital financeiro, mudaram a forma e a magnitude da indústria da construção naval. Para os governos e camadas dirigentes da maioria dos países europeus, as alterações estruturais mostravam-se cada vez mais profundas, com crescentes taxas de urbanização e alfabetização, franca expansão das atividades agrícolas e industriais, crescimentos ininterruptos das taxas vegetativas e a consequente expansão do mercado consumidor e aumento da renda média das classes trabalhadoras.

Era nessas concepções do mundo ocidental que as forças armadas tentaram se espelhar. A Marinha de Guerra brasileira procurava, então, equiparar-se às marinhas dos países europeus, como a aclamada Marinha britânica, e a adoção dos navios a vapor mostrava-se fundamental, não meramente por mimetismo estrangeiro, mas porque os comandantes da esquadra brasileira, viajando pelos mares internacionais, observando navios de outras Marinhas, percebiam que o ritmo da guerra marítima mudara e que os navios a vela haviam se tornado obsoletos.

No final do Império os arsenais do país começaram a apresentar sinais de crise, como os de Pará, Recife e Bahia, que estavam abandonados e executavam apenas

serviços de reparos navais. Nos relatórios da Marinha era constante a queixa dos diretores que reivindicavam mais recursos financeiros e de técnicos.<sup>11</sup> O país ainda não tinha uma indústria pesada internalizada no território nacional capaz de sustentar uma moderna construção naval pautada no ferro e na mecânica pesada.

Dispostos a renovar a esquadra, os ministros da Marinha no período passaram a solicitar, em seus relatórios, orçamento para a construção naval no Arsenal de Marinha, na Ilha das Cobras, e para compra de navios no exterior. Muitos contratos entre o Estado e estaleiros europeus – com destaque, novamente, para a Inglaterra – foram feitos para a aquisição desses navios, já desde a década de 1850.

A compra de navios estrangeiros para renovação da esquadra perdurou até os primeiros anos da República, sendo parte integrante de um posicionamento de dependência econômica que já se desenhava desde 1822.

Enquanto as nações verdadeiramente conscientes do significado do Poder Marítimo cuidavam de construir seus próprios navios e armamentos, até mesmo aquelas que não dispunham das matérias-primas necessárias, ficou o Brasil, inexplicavelmente, preso a um conceito econômico fatal à segurança nacional, a importar navios, equipamentos, canhões, torpedos, manuais, doutrinas e tudo o mais (Marinha do Brasil, 2001:130).

Os orçamentos navais ficaram mais pesados com esses gastos, o que acabou gerando muita polêmica no meio político. Segundo Vidigal, comprava-se no exterior porque ainda não havia no Brasil a mão de obra com especialização suficiente para ser empregada na construção naval bélica.<sup>12</sup>

Ao fim da guerra, a partir dos relatórios ministeriais e da bibliografia, sabemos que os planos navais apresentados pelos ministros da Marinha à Assembleia reiteradamente tratavam da necessidade de uma renovação completa da esquadra, “voltada para a solução dos problemas específicos criados pela guerra, estando as demais tarefas impostas à Marinha pela política imperial, prejudicadas”.<sup>13</sup> Embora não tenham sido contemplados em sua totalidade, os programas navais apresentados são refle-

xos da burocratização da Armada, que procurava se modernizar tecnologicamente, e fazer valer sua importância nas decisões políticas brasileiras.

É neste contexto que surge o periódico *Gazeta Naval* em 1877. Esta gazeta aceitava todos os escritos científicos que versassem sobre organização e administração da Marinha, os relativos a economia, ao serviço, e a disciplina em geral, qualquer estudo, reflexão, notícia ou fato que se prenda ao interesse geral da armada. Esta Gazeta tinha a clara finalidade de denunciar a decadência da força naval.

A *Gazeta Naval* agora surgindo á luz tem por primeiro dever dirigir um apello á autoridade, desdobrando-lhe aos olhos o estado lastimável do nosso material, e conjurando-a a que reconsidere a multiplicidade de actos, que como outros tantos males e vícios introduzidos na selva de uma alta instituição e de um classe nobre tornam de dia em dia mais deplorável e calamitoso o estado de nossa força militar. (*Gazeta Naval*. 1/12/1877)

Este periódico dá detalhes de como se constituía a esquadra brasileira da década de 1870. Com objetivos de modernizar a marinha de guerra queriam ser ouvidos pelas autoridades:

Para justificar esse apello para convencer à autoridade a quem nos dirigimos, e ao paiz para quem escrevemos, que não são temeres vão nem falsas idéias que nos alarmam e alarmam a corporação, á autoridade e ao paiz, vamos dizer a verdade despida de reservas, vamos descrever nossa Marinha tal qual ella é; mostrar em todos os seus pontos suas fraquezas, seus vícios e seus defeitos, ao mesmo tempo expondo em toda a nudez o pedestal cambaleante em que assenta sua organização. (*Gazeta Naval*. 1/12/1877)

No início da Guerra da Tríplice Aliança, a Esquadra brasileira dispunha de 45 navios

armados. Desses, 33 eram de propulsão mista – a vela e a vapor – e 12 dependiam exclusivamente do vento. As embarcações eram, portanto, adequadas para operar no mar, e não nas condições de navegabilidade restrita e águas pouco profundas, como as dos rios Paraná e Paraguai. A possibilidade de encalhar era um perigo constante. Além disso, os navios possuíam casco de madeira, muito vulneráveis à artilharia de terra que ficava posicionada nas margens.

Portanto, era preciso uma renovação na esquadra brasileira que só poderia avançar mediante avanços na sua base industrial. Como a indústria local era incapaz de atender a crescente demanda da Marinha, que se modernizava, a solução era fazer encomendas junto aos estaleiros europeus. Esta estratégia adotada pela Marinha desperdiçava grandes oportunidades para montar no território nacional uma indústria da construção naval pesada.

Pode haver nada mais desolador; que marinha de guerra é esta, que não tem um vaso apropriado para o navio-escola dos guardamarinha?

-alunos?

Que marinha de guerra é esta, composta na sua maior parte de navios podres, composta de rebocadores e bombardeiras transformadas em canhoneiras; composta de Antonio Joao, Felippes Camarao, Fernandes Vieira, Henrique Dias, podres, alguns de folha de ferro que não podem afrontar o mar, que não podem combater nem mesmo rios. Se não há intenção oculta de se extinguir a marinha do Império; se não se quer depender anualmente de 11 mil contos(...).(Gazeta Naval, 1/12/1877)

A experiência da Guerra do Paraguai, mais do que mostrar aos militares a necessidade de modernização, também fez com que a fidelidade sempre exaltada ao poder maior do país – o Império – não mais alimentava os militares como antes.

É nesse contexto que começam os militares a reclamar a ruptura do modelo

agrário exportador e a estabelecer a relação entre indústrias estratégicas e de armamentos. A conscientização dos militares para o problema do “atraso” brasileiro alterou radicalmente o padrão de relacionamento da Marinha com as elites civis do Império.

Podemos verificar que nos anos finais do Império os políticos civis não reconheciam o valor de seus exércitos, e os ministros militares, geralmente civis, não estavam verdadeiramente conscientes das necessidades das forças armadas. Dos 63 ministros da Guerra durante o reinado de D. Pedro II, 27 eram militares e 36 civis. A maioria dos ministros militares exerceu a função nos primeiros anos do segundo reinado. Entre 1865 e 1889, dos 38 ministros que ocuparam a Pasta, 29 foram civis e apenas 9 eram militares.<sup>14</sup>

Tito Henrique afirma que os heróis navais do Prata receberam títulos nobiliárquicos, tais como os do Exército, mas sua projeção política nunca foi significativa, ao contrário: a pasta da Armada só foi ocupada por civis de Janeiro de 1864 até junho de 1889, quando assumiu o Vice-Almirante Barão de Ladário. Essa questão também foi denunciada no jornal *O Soldado e o Marinheiro*:

ainda palpitação os feitos brilhantes dos nossos bravos do exército e da armada nessa lucta gigantesca da civilização contra a barbaria, a que se chama Guerra do Paraguay, e entretanto as portas do parlamento se fecham ruidosas embargando o ingresso aos beneméritos da pátria (*O Soldado e o Marinheiro*. 23/10/1869)

O ostracismo em que viviam as forças armadas era constantemente denunciado por esse periódico:

Sahido dos Mattos bravios do Paraguai, onde vivem ainda as tradições do guaicuru o soldado que participou da guerra cobre-se de glória, e morre no campo da honra coberto de moscas (*O Soldado e o Marinheiro*. 7/11/1869)

E esta classe tão sympathica á nação. Porque Ella adherem todas

as outras, médicos, padres, farmacêuticos, enfermeiros, empregados de fazenda, e até negociantes fornecedores, vive no Brasil condenada ao ostracismo dos grandes quinhões do Estado, e de certas posições e importância a que idubitaavelmente tem direito por seus serviços, ilustração e patriotismo. (*O Soldado e o Marinheiro*. 23/10/1869)

Uma outra questão levantada nesse periódico era o modo como era realizado o recrutamento. Viam as injustiças do recrutamento forçado, não só pela desumanidade do método, mas na baixa qualidade dos recrutas.

Si em 1864 em lugar de destacamento de eleição, como era então o nosso exército, tivessemos elementos essenciaes a uma verdadeira força armada, nao teríamos sido insultados; mesmo o ousado agressor não invadiria as nossas fronteiras. Si em vez de massas indisciplinadas, e reunidas pelo patriotismo do momento, possuíremos entao um exército regular, de ha muito que o paiz, fluindo tranquila paz, estaria activo promovendo os melhoramentos moraes e materiaes de que tanto carece. (*O Soldado e o Marinheiro*. 23/10/1869)

Na sociedade do Império, os exércitos ocupavam lugar secundário. Dado o baixo prestígio social e a remuneração insuficiente, a carreira das armas não atraía os jovens da aristocracia rural, que em lugar da farda optavam pelo anel de “doutor” em ciências (especialmente jurídicas), obtido nas principais faculdades do país – São Paulo e Recife – ou da Europa.

Assim, dentro deste contexto, existiam grupos atrativos ao recrutamento forçado, tendo como alvo aqueles que viviam no ócio, sendo estigmatizado por conter vadios e desempregados. O acesso às armas pelas classes subalternas atemorizava as elites tradicionais, que se apressaram para esvaziar o poder do Exército, condenando-o à impotência quase total.<sup>15</sup>

Neste sentido, a finalidade do recrutamento não se restringia a fornecer um nú-

mero suficiente de soldados para o serviço militar. Visava também, e em certos momentos até mesmo principalmente, a exercer o controle social, punindo supostos desordeiros, homens pouco obedientes às hierarquias sociais ou aqueles recalcitrantes ao trabalho. (MEZNAR, 1992: 338)

Meznar afirma que a repulsa ao recrutamento no Brasil pode ser entendida como pertencente à economia moral dos pobres, que resistiam acreditando que o serviço das armas era desabonador da moral e da conduta e que, portanto, deveria restringir-se aos criminosos e vadios. Eram os “homens sem honra”, isto é, os homens pobres – incluindo-se aí os “vadios” e até mesmo criminosos –, que compunham as fileiras militares.<sup>16</sup>

Assim, o serviço militar, na condição de praça nas forças de primeira linha, impunha-se como uma forma de castigo aos indivíduos marginalizados ou considerados incorrigíveis.

O periódico aponta para as dificuldades do recrutamento e faz referências ao sistema de recrutamento da Prússia. No sistema prussiano de conscrição todos os homens elegíveis serviam num tempo de serviço curto, seguido de seu alistamento numa reserva do exército e depois na Milícia; seria uma versão da *levée en masse* da Revolução Francesa existente em meados do século XIX.

O período de duração do serviço militar prussiano variava de 1 a 3 anos, conforme o país, quando os conscritos recebiam instrução militar e noções de civismo. Ao final desse período, os alistados tinham direito ao licenciamento e poderiam voltar às suas vidas civis, passando a constituir parte da reserva mobilizável. Cada ex-recruta recebia a sua documentação de reservista e mesmo integrado à vida civil deveria conhecer, previamente, os pontos de concentração de tropas em caso de mobilização para a guerra. O exército se encarregaria de vestir, equipar, armar e municiar os reservistas convocados, que formariam esquadrões, baterias e companhias que, por sua vez, se agrupariam para formar batalhões, regimentos, brigadas e divisões de exército das três armas combatentes (infantaria, cavalaria e artilharia) totalizando, muitas vezes, milhares e até milhões de homens agrupados.

Era esse modelo de recrutamento que era idealizado pelos militares brasileiros desse período.

A partir de tudo que foi exposto podemos verificar que, fortalecidas pela vitória na Guerra do Paraguai, as Forças Armadas procuravam se reestruturar tanto do ponto de vista interno institucional quanto do ponto de vista externo, almejando maior participação das decisões e rumos do Império.

O objetivo deste trabalho foi verificar que a política de abandono da instituição militar também atingiu a Marinha, apesar de ser colocada como a “guardiã” do Império, assim como o exército nos anos finais do século XIX. Os baixos soldos, a falta de modernização de equipamentos, instalações precárias e os baixos orçamentos militares afetaram as duas forças e fizeram com que estas reagissem à monarquia brasileira.

---

<sup>1</sup> CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org). Nova História Militar Brasileira, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23-26)

<sup>2</sup> Foram analisados os artigos publicados no *Soldado e o Marinheiro* a partir de outubro de 1869 até dezembro do mesmo ano. Já na *Gazeta Naval* analisei o mês de dezembro de 1877, o único mês que está disponível. A escolha destes dois jornais é devido a fortes evidências do envolvimento de militares da Marinha na redação desses jornais.

<sup>3</sup> William S. Reform and Radicalism in the Brazilian Army, 1870-1889”. Tese de Doutorado apresentado em 1972 na Universidade de Columbia, p. 48)

<sup>4</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>5</sup> Ver, CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: Carvalho, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

<sup>6</sup> COELHO, Edmundo Campos. Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro. Forense, 1976, p. 61.

<sup>7</sup> DUDLEY, op. cit. , p. 225.

<sup>8</sup> MENDONÇA, Lauro Nogueira Furtado de. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 2001. 4 vol., p. 146.

<sup>9</sup> SCHULZ, John. Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894). São Paulo: Edusp, 1994, p. 35.

<sup>10</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 142.

<sup>11</sup> FILHO, Alcides Goularti. História Econômica da Construção Naval no Brasil: Formação de aglomerado e Performance Inovativa. Trabalho apresentado no XXXVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA em 2009, p. 9.

<sup>12</sup> VIDIGAL, 1985, p. 29.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>14</sup> LOPES, Teodorico & TORRES, Gentil. Ministros da Guerra no Brasil (1809-1950). 4 ed. Rio de Janeiro, Borsó. 1950, p. 12-15.

<sup>15</sup> KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil. In: Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3, Maringá, UEM: 1999, p. 115.

<sup>16</sup> MEZNAR, Joan. The ranks of poor: military service and social differentiation in Northeast Brazil, 1830-1875. In: Hispanic American Historical Review. Duke University Press, 1992, p. 339.

# O periódico *Medicina Militar* (1910 - 1923)

## Charles Klajman

Tenente-coronel dentista do Exército Brasileiro; mestre em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz; especialista em História Militar pela Unirio/IGHMB; sócio titular do Instituto de Geografia e História Militar (IGHMB).

### RESUMO

Esse artigo analisa o periódico *Medicina Militar*, publicado entre abril de 1910 e junho de 1923 no Rio de Janeiro, por um grupo de oficiais do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro, que tinham como objetivo transmitir conhecimento científico ao pessoal de saúde militar distribuído por todo o Brasil e se valorizar diante da sociedade médica civil e dos militares de outros quadros e serviços. Procuramos demonstrar de que forma se propuseram a atingir seus objetivos e a relevância dos temas abordados, para que seus anseios e projetos se inserissem numa política estratégica nacional. A revista é estudada de forma a possibilitar uma apreciação sintética geral de seus aspectos principais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Militares, Serviço de Saúde do Exército, Periódicos

### ABSTRACT

This article analyzes the journal *Medicina Militar*, published between April 1910 and June 1923 in Rio de Janeiro, by a group of Health Service officers of the Brazilian Army. They aimed to transmit scientific knowledge to military health staff distributed throughout Brazil, and to appreciate in the face of civil and military medical society frameworks and services. We seek to demonstrate how willing they were to achieve their goals and the relevance of the topics covered, so that their aspirations and projects were taken by a national strategic policy. The magazine is studied in order to allow a synthetic assessment of their main aspects.

**KEYWORDS:** Military, Army Health Service, Periodicals

### INTRODUÇÃO

O periódico *Medicina Militar*, fundado em abril de 1910 pelo então Coronel Médico do Exército Brasileiro, Ismael da Rocha,<sup>1</sup> secundado por um grupo de oficiais do Serviço de Saúde do Exército, tinha como objetivos principais a divulgação científica de temas relacionados à área de saúde e dar voz ao pessoal do Corpo de Saúde daquela instituição. Esses militares, numa mistura de ode a um nacionalismo científico e defesa de uma suposta produção obscurecida pela falta de divulgação, propunham:

[...] seguir o exemplo dos países mais adiantados [...] É preciso que aqui se mostre também um reflexo de nacionalidade. Scintilações de ciência vão aparecendo neste nosso horizonte do campo militar; elaboram-se e preparam-se materiais, acumulação de longo trabalho e pensar: há muita força latente. Enquanto a admiração repete os nomes mais famosos da época, sepultados na obscuridade de aridas e assíduas fadi-

gas, mineiros da civilização nacional, os médicos das corporações armadas ainda não lograram do público toda a justiça que lhes é devida.<sup>2</sup>

Ele não foi pioneiro entre as publicações médicas no Brasil, tampouco entre as militares, entretanto, no seu universo, foi importante ao longo de sua existência. Redigido por profissionais de saúde, não só médicos, mas também farmacêuticos, dentistas e veterinários, supria a carência na absorção de atualização na área de saúde diante do caráter nacional do Exército, numa época de difícil acesso a regiões distantes da Capital Federal, e que não tinham como consultar os grandes centros médicos e de pesquisa, praticamente limitados ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Esses articulistas, médicos, farmacêuticos, dentistas, veterinários e cientistas majoritariamente do Corpo de Saúde do Exército, permanecem na obscuridade apesar dos inúmeros trabalhos com temática mais geral realizados. Suas pesquisas e contribuições raramente são referenciadas. Eles pertenciam não só às Forças Armadas, mas também a instituições brasileiras de pesquisa e ensino.

Os temas estudados nesse periódico são uma mescla da preocupação médica civil da época com temas estritamente militares e por esse fato formam um conjunto original. Eles permitem entender a revista como um instrumento de valorização do pessoal do Corpo de Saúde do Exército em duas frentes: perante a sociedade médica civil e como tentativa de incrementar o *status* diante dos outros quadros de suas Forças.

Podemos vislumbrar essa publicação como a principal ferramenta, ou talvez nesse caso mais propriamente como uma arma de legitimação social da atividade de saúde militar, objetivo que se procurava atingir através da difusão do conhecimento para profissionais de saúde distribuídos por todo o território nacional.

Ainda sobre a motivação para a criação da *Medicina Militar*, justifica-se a percepção de necessidade de legitimação junto ao meio acadêmico civil quando Prado ressalta que:

A *Medicina Militar* vem em momento oportuno no nosso Corpo de Saúde do Exército, que reclamava de há muito um órgão científico de publicidade, semelhante aos que ostentam vida própria e prospera no meio profissional civil.<sup>3</sup>

Outro aspecto lembrado por Prado se refere a unidade dos integrantes do Corpo de Saúde que o periódico poderia proporcionar, diante de um dos principais fatores que dificultavam esse entendimento, o fato de estarem designados para diversos pontos do país:

Outra missão não menos importante e primacial desta revista é circular de modo mais eficaz e duradouro a união e fraternidade de nossa corporação, facilitando o conhecimento recíproco de seus dignos membros esparsos por todo o país, entretendo ou criando entre eles laços de sentimentos affectivos tão necessários à perfeita e sincera uniao, que será a base solida e firme da força collectiva que mais nos elevera no espaço e no conceito geral.<sup>4</sup>

O objetivo do periódico, segundo Silva,<sup>5</sup> era "transmitir os conhecimentos dos médicos militares". Entendo que esse objetivo ia mais além do que ser um mero canal de disseminação de conhecimento produzido. Tinha certamente uma função social na questão do prestígio e reconhecimento dos autores, serviria como memória científica da produção médica militar e como forma de conseguir o aval da comunidade científica civil ao trabalho realizado pelo Corpo de Saúde do Exército.

Os articulistas de *Medicina Militar* pertenciam majoritariamente ao Corpo de Saúde do Exército Brasileiro, entretanto, houve diversos artigos assinados por oficiais da Marinha, civis e oficiais franceses da Missão Militar de Veterinária, além de transcrições de textos de médicos estrangeiros, publicados em outros periódicos, nacionais ou internacionais. Não eram em grande parte pesquisadores por excelência, mas ao divulgar seus trabalhos contribuíram para a

disseminação do conhecimento científico. Procuravam afirmar o papel de sua ciência na sociedade brasileira da época.

Neste artigo, procuramos convergir duas linhas de pesquisa: História das Ciências Biomédicas e História Militar, analisando e acompanhando a trajetória de um periódico militar e suas especificidades, trabalhando numa vertente em que os periódicos são observados como objeto apesar de serem também fonte.

### **A MEDICINA MILITAR EM SEU CONTEXTO**

A criação da revista veio no esteio de uma série de modificações iniciadas em 1904 que reorganizavam o Exército, com a inserção do Serviço de Saúde nesse processo. Uma das motivações para as mudanças no Corpo de Saúde, particularmente no Hospital Central do Exército, foi gerada pelos acontecimentos decorrentes dos levantes das Escolas Militares em novembro de 1904, quando o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, ferido por arma de fogo, teve que ser transportado para o Hospital Central do Exército (HCE). As críticas da imprensa ao transporte e tratamento do general foram tantas que repercutiram em resoluções, tais como a sugestão de transporte de enfermos para o HCE em bondes apropriados para evitar o uso dos carros-ambulância que trepidavam demais, além da compra de numerosos aparelhos para reequipar o hospital.<sup>6</sup> Essa má repercussão na imprensa do atendimento ao general no HCE fez com que o Ministério da Guerra provesse recursos para a compra, já em 1905, de novos gabinetes de eletroterapia, eletrodiagnóstico e hidroterapia. Foi instalado o Laboratório de Microscopia Clínica e Bacteriologia e enviado à Europa um dos mentores da *Medicina Militar*, o então Tenente-Coronel Ismael da Rocha, que em três meses percorreu hospitais em diversas capitais europeias, “verificando os progressos introduzidos em cada um delles e adquirindo o material necessário para completar-se o nosso serviço de cirurgia hospitalar”.<sup>7</sup>

Uma nova regulamentação foi elaborada, e a pretensão era que a partir dela fosse possível profissionalizar o preparo dos quadros e incrementar a preparação da tro-

pa para a finalidade a que se destinava: a guerra.<sup>8</sup> Havia o entendimento por parte dos chefes militares, de que as revoltas das Escolas ocorreram pela politização do ambiente e pela formação eminentemente teórica e técnica, principalmente na matemática aplicada à engenharia levando a aplicação negativa do termo “bacharéis fardados” aos alunos que lá se formavam. Nesse sentido, “em 4 de janeiro de 1908 foi sancionada a lei nº 1.860, que reorganizou o Exército, e a 4 de junho do mesmo ano, pelo Decreto 6.972, teve aprovação o regulamento da referida lei no que dizia respeito ao Corpo de Saúde”. Nessa ocasião foram criados os quadros de veterinários e dentistas. Em 1909, após a saída do Marechal Hermes da Fonseca do Ministério da Guerra, novas modificações foram implementadas, reformando novamente o Corpo de Saúde.<sup>9</sup>

Exatamente no ano de fundação da *Medicina Militar*, a 6 de janeiro de 1910, é transformado em lei o projeto,<sup>10</sup> com várias modificações na estrutura do Serviço de Saúde do Exército. Entre elas a criação de uma Estação de Assistência e Profilaxia. Outras inovações ocorreram, como a determinação de inaugurar em cada hospital um curso para enfermeiros e padioleiros. Autorizou-se a criação da Escola de Veterinária e aprovou-se a necessidade de concurso para admissão ao primeiro posto, além de um “curso de aplicação especial para os doutores em Medicina que se propunham ao serviço médico militar”.<sup>11</sup>

Segundo os articulistas, os organizadores das mudanças objetivavam que os oficiais da linha bélica recebessem instruções práticas e noções científicas acerca dos cuidados de higiene para a tropa, bem como das doenças. Argumentavam com as fortes reações geradas às campanhas de vacinação obrigatória e com o conceito de que a profilaxia compulsada seria uma medida repressora, pois não haveria o entendimento tácito de sua imprescindibilidade, podendo levar até mesmo a revoltas, tendo em mente os fatos ocorridos em novembro de 1904 no Rio de Janeiro, durante o episódio que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”.<sup>12</sup>

Carvalho<sup>13</sup> relaciona os benefícios dessa nova lei para o desenvolvimento profissional:

[...] a nova organização deu-lhe, contudo, vasto campo para investigações scientificas, trabalhos technicos especiaes, preparo profissional especializado as exigencias do meio militar, melhor e mais bem orientada direcção para o exercicio das diversas profissões dos Officiaes do Corpo.<sup>14</sup>

O direcionamento da carreira dos oficiais médicos também é objeto desse artigo de Carvalho,<sup>15</sup> mostrando que a *Medicina Militar* serviria de integradora da profissão médica militar, numa corporação com profissionais distribuídos por todo Brasil e numa época de difícil acesso a regiões distantes da Capital Federal. A previsão do articulista era de que prevaleceria o exercício da patologia e da clínica médica nas enfermidades mais comuns ao Exército, os cuidados com o estado psicológico e físico dos militares e a ênfase num tema que seria recorrente no periódico: a Higiene Militar.

O jovem médico que se prozuer ao Serviço do Exercito, ao transpor o limiar da Escola de Applicação, terá de abandonar as illusões trazidas da vida academica, pois que o medico militar será d'ora em deante, mais hygienista do que clinico.<sup>16</sup>

Muito já se escreveu sobre a importância de analisar a história das instituições científicas sem pensar seu passado a partir do seu desenvolvimento presente. Diversos autores, com destaque para Latour,<sup>17</sup> abriram caminho para que pudéssemos associar atores ou instituições hoje desconhecidos com a marcha do progresso científico. Ben-chimol<sup>18</sup> também segue os passos de Latour e aconselha que:

[...] devemos examinar essas criações com os olhos de seus criadores, como apostas incertas que podiam dar certo. É essencial abstrair o veredicto proferido mais tarde para acompanhar seu devir e aquilatar a distância que percorreram as implicações que tiveram para o curso de ação e as idéias de outros atores, em outros domí-

nios da vida social, assim como a natureza e a abrangência das controvérsias que causaram durante o seu tempo de vigência. Quando mergulhamos nas fontes [...] com o espírito assim desarmado, aflo-ram e avultam em nosso campo visual personagens e eventos que tiveram ressonância considerável em seu tempo, não obstante figurem nas fontes secundárias de passagem, em um parágrafo ou em uma simples nota de rodapé. Seguindo-se as trajetórias destas estrelas anãs, estrelas fugazes ou astros já apagados no atual firmamento das idéias e instituições científicas, verificamos que sua existência foi essencial para a gênese das que ainda brilham [...].<sup>19</sup>

## **RAIOS X DO PERIÓDICO *MEDICINA MILITAR***

Publicado entre abril de 1910 e junho de 1923, o periódico *Medicina Militar* não foi a primeira publicação científica de saúde criada e conduzida por militares dessa área no Brasil, entretanto, foi a mais antiga publicada com regularidade. A partir do segundo número de julho de 1910 ela passou a ser lançada mensalmente sem interrupções.

Criada por iniciativa e custeio pessoal do então Major Médico Bueno do Prado, apoiado pelo prestígio de Ismael da Rocha e sem financiamento oficial, o periódico foi mantido ao longo dos anos através da obstinação de Bueno do Prado e da arrecadação obtida com seus anúncios, assinantes e colaboradores. Cientificamente se manteve com o auxílio de um grupo de Oficiais de Saúde do Exército, da Marinha e de médicos civis, liderados intelectualmente por Ismael da Rocha.<sup>20</sup>

Artigos publicados na íntegra no idioma francês e outros estrangeirismos não eram incomuns. Mas a influência francesa, apesar de hegemônica, não era única. A partir de meados da década de 1910, começaram a ser utilizadas expressões em inglês, principalmente nos editoriais, como por exemplo: “[...] Mas sem tibieza de ânimo, e fortalecido pela ideia do cumprimento do dever – *do your duty, come what may*<sup>21</sup>; sem medir esforços,

nem fugir aos perigos [...]”<sup>22</sup>, ou por ocasião da nomeação do Redator efetivo da *Medicina Militar*, Petrarcha de Mesquita ao cargo de diretor do Laboratório Militar de Bacteriologia: “*The right man in the right place*”<sup>23</sup>.

*Medicina Militar* buscava apresentar um retrato bastante preciso do que era o Brasil médico da época. O caráter nacional do Exército, a presença de articulistas em diversas regiões do Brasil e a própria experiência de Ismael da Rocha e Bueno do Prado em viagens de inspeção ou por terem servido em cidades e regiões diversas, facilitava a formação de uma imagem do Brasil. Em um artigo<sup>24</sup> publicado quatro anos antes do “famoso discurso proferido por Miguel Pereira em outubro de 1916, no qual se referiu à zona rural do país como um imenso hospital”,<sup>25</sup> o então Capitão Médico do Exército, Arthur Lobo da Silva, que servia em Recife, traçava um panorama assustador das condições de saúde da população local, com ênfase no pessoal alistado.

A temática do periódico era vasta, tratando de assuntos de saúde com enfoque militar e civil, não se furtando muitas vezes a servir como plataforma de promoção pessoal de seus articulistas. Os artigos com temática militar enfatizavam as conquistas do Serviço de Saúde do Exército, tanto físicas, como melhorias de instalações e compras de equipamentos como também as conquistas científicas. A ênfase era no Hospital Central do Exército, na Policlínica Militar, no Laboratório Militar de Bacteriologia, atual IBEx e no Laboratório Químico Farmacêutico do Exército. Além disso, tratava de temas ligados à medicina em campanha, sempre buscando estudos realizados em exércitos estrangeiros, como o japonês, do qual havia muito material em virtude da Guerra Russo-Japonesa de 1904 e 1905, e posteriormente dos exércitos envolvidos na primeira grande guerra, especialmente o francês. Temas ligados à alimentação das tropas estacionadas ou em marcha, higiene em campanha eram frequentes.

Os artigos referentes à medicina de uma forma geral, sem enfoque militar, abordavam os tópicos em voga num determinado momento, como aplicações dos raios x, técnicas ortopédicas cirúrgicas, tubercu-

lose, profilaxia de doenças venéreas, casos ambulatoriais diversos. Artigos relacionados à farmácia, odontologia e veterinária também eram publicados, mas com menor assiduidade.

Era bastante recorrente a utilização nas matérias de uma longa introdução em linguagem rebuscada, eivada de retórica, própria da época, que parecia conferir aos seus autores maior *status*. Poucos eram os articulistas que se limitavam a discorrer sobre um caso clínico ou uma técnica cirúrgica utilizada sem realizar um longo preâmbulo. Segue abaixo um trecho de um artigo de Umberto Auletta, médico adjunto, responsável pela Clínica de Homeopatia do HCE em 1910, que exemplifica esse fato. Para ele, a tuberculose era um:

Mal indomável e feroz, multiplicando-se por subdivisões intermináveis, revivendo, aqui, o que se pretendêra amortilhado lá; rasgando caminhos muitos á nocividade terrífica de sua incontida sede de morte; mascarando-se dramaticamente sob formas as mais dolosamente falsas para vencer orgulhosa pela inércia quando impiedosa se não pode ostentar no face a face do seu formidável armamento; elle traz a Sciencia e os sábios eternamente atados a hercúlea mó de sua entidade, precisados que se denotam de o sorprehender, ou no inicio de sua mersse ou no âmago de sua ceifa!<sup>26</sup>

A revista publicava eventualmente, para ilustrar um artigo, fotografias de Organizações Militares de Saúde e algumas vezes do Serviço de Saúde em manobras militares em algum ponto do país.

## **A VALORIZAÇÃO DO PESSOAL**

A busca do reconhecimento pela classe médica civil foi a maior luta do periódico. Era incessante, e para tanto os editores sempre procuraram se alinhar ao que de mais atual existisse no campo científico para que essa estratégia permitisse prover uma longa vida ao periódico. Era clara a valorização do pessoal buscada por Ismael.<sup>27</sup> Ao longo de

sua publicação, com o respaldo que tinha no campo militar e civil, lamentava a obscuridade na qual os médicos militares se encontravam e clamava por reconhecimento similar aos “mais famosos”. Afirmava, ainda, que muitos militares, produtores de ciência, não deixaram legado, pois não divulgaram seus achados, e os que o fizeram foram poucos. Concluía lembrando que não estariam sós os que tomassem como missão a divulgação científica através da revista e conclamava-os para a tarefa.

A comparação com a atividade exercida pelos oficiais combatentes era outra estratégia de reconhecimento e valorização utilizada no periódico. O Corpo de Saúde precisava encontrar o seu espaço:

Si aos officiaes combatentes cabe o dever de instruir o soldado no conhecimento e manejo de suas diferentes armas, nos princípios de disciplina, nos exercicios de marcha, manobras, etc., preparando-o para os fins da guerra, como elemento de combate, ao medico toca o importante papel de tornal-o apto para todos esses mysteres, velando pela conservação de sua saude, com a pratica de todos os preceitos da mais rigorosa hygiene, e promovendo, pela educação physica e militar, a sua robustez, ou antes resistencia organica, necessária ao serviço das armas.<sup>28</sup>

Guimarães<sup>29</sup> corrobora esse sentimento quando escreve que:

Existe mesmo entre muitos a preocupação de se suporem tendo maior valor do que os outros. Exactamente estes fascinados pela persuasão dessa superioridade imaginaria são os que menos trabalham ou produzem. No entanto, nada justifica essa presunção. Médicos e officiaes, combatentes e não combatentes têm as suas attribuições perfeitamente limitadas; dentro da esphera dessas attribuições o valor de cada um é naturalmente equivalente.

A supremacia das questões relativas à higiene e saúde deveria permanecer sob o domínio do Pessoal de Saúde, e para tanto era necessário o apoio daqueles oficiais combatentes, entre os quais os comandantes de organizações militares tinham uma grande importância. De tal forma, muitas vezes a visita de um médico com mais experiência, de uma Organização Militar de Saúde, a um quartel, serviria de estímulo ao colega que lá estivesse trabalhando, muitas vezes de forma isolada e distante do ambiente médico que lhe propiciaria evoluir na carreira. Não era só isso, diante das observações de um “doutor de fora”, o comandante de uma OM passaria a dar maior autonomia ao “doutor do batalhão”.

A tentativa de elevação do *status* do Corpo de Saúde passava por vários caminhos. Entre eles a formação do ideal de comunhão da saúde com a linha bélica. Transformar a imagem de paisanos fardados de branco. Para tanto, uma das estratégias desse oficialato de saúde era trazer para o seu universo a filosofia de guardiões da Pátria. Com claro uso político, faziam eco ao discurso proferido pelos companheiros da linha bélica. E muito habilmente inseriam seus objetivos do campo da saúde a essa filosofia. Isso ficava evidente no editorial de julho de 1910, do redator-chefe de *Medicina Militar*, o Major Médico Bueno do Prado:

A toda a classe armada enfim, a *Medicina Militar* se propõe a prestar não pequena somma de serviços e benefícios, quer divulgando conhecimentos scientificos de prophylaxia e hygiene militar, quer publicando conselhos úteis e prudentes para a conservação da saude e robustez physica indispensaveis á carreira das armas, principalmente para aquelles que encarnam essa profissão no sentido de sua maior eficiencia individual no serviço da Pátria, defeza do lar e do solo sagrado.<sup>30</sup>

Na mesma linha destaco um trecho do artigo do Capitão Médico Carlos Eugênio Guimarães, que procurava valorizar a profissão do médico militar junto aos oficiais da linha bélica:

Compartilhando sempre da mesma sorte dos combatentes, com os quaes passa pelos mesmos sacrifícios e supporta as mesmas privações da vida militar, é justo que o médico militar também compartilhe das glórias do Exército e dos louros da victoria, porque para ellas tambem cooperou.<sup>31</sup>

Não era só aos oficiais combatentes que se dirigiam os articulistas. Sempre que a oportunidade surgia, a *Medicina Militar*, no claro intuito de valorização ante seus pares civis, além do cunho informativo científico, publicava a participação de seu pessoal em congressos ou eventos da área médica.

A valorização das Organizações Militares de Saúde era recorrente no periódico. Adjetivos não faltavam para bem qualificar o HCE. Isso fazia parte da estratégia de legitimação, tanto junto ao meio civil, como para mostrar ao pessoal da linha bélica que a Saúde também fazia a sua parte.

Acha-se perfeitamente installado, em luxuosos pavilhões, isolados, sendo considerado um dos primeiros hospitaes do Brazil, quiçá d'América do Sul. O Pavilhão de Operações é o principal do Rio de Janeiro.<sup>32</sup>

O HCE não detinha o monopólio dos elogios. Eles se distribuíaam às outras Organizações Militares de Saúde. O Sanatório Militar situado em Lavrinhas “é de solida e elegante construcção e esta optimamente aparelhado para os fins a que se destina”. O Laboratório Militar de Bacteriologia está “magnificamente installado e no gênero é um dos principaes da América” e o Laboratório Químico Farmacêutico “possue excellentes gabinetes de chimica analytica”.<sup>33</sup>

Ao longo da publicação, foram recorrentes alusões ao fato de que os “médicos militares nunca são lembrados, não se aproveitam, não apparecem, não existem. Se há duvida quanto á sua competência, não se tratam de esclarecer, e se há certeza de insufficiencia, não é remediada”.<sup>34</sup>

Nos últimos anos de publicação da revista, após a guerra de 1914, alguns autores,

com maior pragmatismo, vislumbraram uma série de circunstâncias que permitiriam uma evolução positiva para o Corpo de Saúde do Exército. Ainda sob o efeito da guerra, preocupavam-se com o preparo dos médicos civis em caso de mobilização. Entendiam que, da mesma forma que se apregoava para o cidadão comum o preparo militar básico, todo médico civil teria que estar preparado com conceitos básicos de atuação como médico militar.

Muitas de suas conclusões que foram tomadas com base naquele conflito visavam à melhoria das condições de preparo dos médicos, principalmente no que concernia à especialização. Entendiam que a organização dos quadros da ativa deveria se pautar pela qualificação como especialista, com delimitação nítida das funções, pois essa era a lição aprendida nos exércitos modernos.

Tinham eles a percepção de que o princípio da capacidade técnica estava sendo vencido pela hierarquia militar, e entendiam esse fato como um óbice difícil de ser superado. Poucos médicos militares poderiam ser considerados como notórias competências.

O médico de tropa era outra preocupação. Era preciso definir que tipo de medicina se esperava que este realizasse. A expectativa era que o atendimento fosse voltado a profilaxia, higiene e a melhora na competência administrativa. O objetivo era que os especialistas dos hospitais e laboratórios militares jamais exercessem atividade estranha à especialidade que tivessem se qualificado. Para tanto, apregoavam que os quadros de médicos deveriam ser subdivididos em médicos de tropa e especialistas, que atuariam exclusivamente nos hospitais e laboratórios militares.

Esperavam uma integração com a sociedade médica civil, entendendo que um bom relacionamento entre o Departamento Nacional de Saúde Pública e o Serviço de Saúde do Exército traria frutos no saneamento do interior do país bem como no estudo de outros problemas do campo da saúde pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca dos editores e articulistas da *Medicina Militar* sempre foi pela relevância dos temas abordados para que seus anseios

e projetos se inserissem numa política estratégica nacional, num momento em que o Estado por um lado ainda não havia resolvido suas mazelas urbanas, principalmente com relação às doenças sexualmente transmissíveis e à tuberculose, e voltava seu olhar para o vasto hospital e conseqüentemente para o projeto de saneamento rural. Ao mesmo tempo em que, por outro lado, tinha que confrontar a realidade de uma Guerra Mundial, num momento de um forte discurso nacionalista, que trazia a necessidade premente de reforma completa do Corpo de Saúde para que pudesse exercer de forma eficaz a sua missão.

Ainda em relação a inserção da Revista num planejamento estratégico de saúde nacional, esta foi observada em alguns momentos de intercâmbio com as autoridades civis, normalmente tendo Ismael da Rocha como interlocutor. Esse foi o caso de suas observações na viagem de inspeção ao norte do país e repassadas às autoridades médicas civis no auxílio ao combate a febre amarela naquela região. Outros exemplos de cooperação se deram mais no campo das ideias, como num amplo debate, recorrente ao longo da existência do periódico, sobre saúde e recrutamento.

Da mesma forma que estudos de pesquisadores como Gilberto Hochman,<sup>35</sup> Marcos Chor Maio, Ricardo Ventura Santos e Nísia

Trindade Lima<sup>36</sup> demonstraram o papel que as políticas de saúde e saneamento tiveram na “penetração do Estado na sociedade e no território do país”, concluímos que a interação do pessoal de saúde militar com o meio civil foi, eventualmente, responsável pela integração dos militares combatentes nesse processo. Não podemos descartar também o papel do Exército e da Marinha como instrumentos de ação do Estado para exercer a sua centralização. Na *Medicina Militar*, essa feição é mais notável a partir do final da década de 1910 e início de 1920. São muitos os artigos do periódico que intuem que o Estado, seja através do Corpo de Saúde do Exército ou da Marinha, buscava participar de um projeto, com um ideal nacionalista ou com o propósito de que o recrutamento conseguisse recursos humanos aptos a cumprir as exigências da atividade militar.

Ao final, chegamos à conclusão que se a *Medicina Militar* não foi pioneira entre as publicações médicas no Brasil, tampouco entre as militares, certamente foi um dos marcos iniciais na busca de legitimação dos militares de saúde do Corpo de Saúde do Exército perante a comunidade científica nacional, e funcionou como tentativa de incrementar o *status* desse pessoal e de seu quadro perante as outras armas, portanto, no seu universo, foi importante ao longo de sua existência.

## REFERÊNCIAS

AULETTA, Umberto. Clínica Homeopática do Hospital Central do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, n. 2, julho de 1910, p. 121-126.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 21 março 2010. doi: 10.1590/S1413-81232000000200005.

BILAC, Olavo. *A Defesa Nacional (Discursos)*. Rio de Janeiro: Ed. da Liga de Defesa Nacional. 1917.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. Em Renato Ortiz (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. 2003. São Paulo, Olho d'Água, p. 112-143.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2005.

CARVALHO, Leovigildo H. Reorganização do Serviço de Saúde do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, v. I, março 1910, p. 11-13.

CASTRO, Celso. Goffman e os Militares: Sobre o conceito de instituição total. Militares e política (UFRJ), v. 1, p. 1-7, 2007. Disponível em [www.lemf.ufcs.ufrj.br/revista/um/Goffman\\_e\\_os\\_militares.pdf](http://www.lemf.ufcs.ufrj.br/revista/um/Goffman_e_os_militares.pdf). Acesso em: 21 de janeiro de 2010.

CERTEAU, Michel de. "A operação histórica". In: Jacques Le Goff e Pierre Nora (Orgs.) *História: Novos Problemas*. 2 ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979. p. 32.

CIDADE, Francisco de Paula. Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1998.

COELHO, Edmundo Campos. Em Busca de Identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record. 2000.

FERREIRA, Luiz Otávio: Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): p. 93-107, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Eugênio. Considerações a propósito do serviço de saúde regimental - *Medicina Militar*, Ano II, agosto 1911, p. 112-120.

HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento, As bases da política de Saúde Pública no Brasil. Editora Hucitec. 2ª Edição. São Paulo, 2006.

KLAJMAN, Charles. O Conhecimento Científico Divulgado pelos Soldados de Farda Branca através do Periódico *Medicina Militar* (1910-1923). Rio de Janeiro; Dissertação de Mestrado. COC/FIOCRUZ, 2011.

\_\_\_\_\_. Revolta da Vacina (novembro de 1904): um enfoque militar. Rio de Janeiro; Monografia de Especialização. UNIRIO/IGHMB, 2007.

LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998.

MARTINS, Ruth B. Do papel ao digital: a trajetória de duas revistas científicas brasileiras. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia para obtenção do grau de Mestre. Rio de Janeiro; s.n; fevereiro 2003. 175 p. tab.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922) – 1ª ed. 1ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.*

McCANN, FRANK D. *Soldados da pátria: História do Exército brasileiro (1889-1937) – Rio de Janeiro: Companhia das Letras e Biblioteca do Exército Editora, 2009.*

MESQUITA, Manoel Petrarcha de. *Do estado actual da organização do Serviço de Saúde do Exército. Medicina Militar, Rio de Janeiro, v. I, março de 1910, p. 14-28.*

MITCHELL, Gilberto de Medeiros. *História do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro 1808-1911, 1ª edição, 2ª volume. Rio de Janeiro: Escola de Saúde do Exército, 1963. Disponível no Arquivo Histórico do Exército.*

MOURA, Maria Isbela Gerth Landell de (2004). *Cruzada Ruralista: concepções, práticas e estratégias educacionais. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP.*

NORONHA, Hildegardo de. *Impressões de uma visita ao Quartel do 2º Batalhão do 1º Regimento de Infantaria. Medicina Militar, Ano I nº 3, agosto 1910, p. 192-194.*

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. Edições Loyola, 6ª edição, São Paulo, 2003.*

PORTO, Ângela (org.). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)/organizado por Ângela Porto, Gisele Sanglard, Maria Rachel Fróes da Fonseca, et al. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.*

PRADO, Antonio Nunes Bueno do. *Medicina Militar, Rio de Janeiro, n. 2, jul. 1910, p. 79- 80.*

ROCHA, Valdir da. *Instituto de Biologia do Exército. Revista do Instituto de Biologia do Exército, Rio de Janeiro, v.II, n.1, p. 5-8, 1998. Instituto de Biologia do Exército.*

ROCHA, Ismael da, DEKHAM, J., AZEVEDO, Lima. *Liga Brasileira contra a Tuberculose- Parecer da Comissão Technica apresentado à Comissão Especial do Sanatorio Rainha Dona Amelia. Medicina Militar, Rio de Janeiro, n. 2, julho 1910, p. 141-146.*

ROCHA, Ismael da, MONIZ, Brenno Bráulio, SÁ, Manoel Secundino de, MESQUITA, Manoel Petrarcha de e GUIMARÃES, Carlos Eugenio. *Da alimentação das tropas nas expedições terrestres do Brazil (rações portáteis). Medicina Militar, Rio de Janeiro, v. II, julho 1910, p. 86-94.*

ROCHA, Ismael da. *General Dr. Antonio Nunes Bueno do Prado. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 9, abril 1923, p. 295-296.*

\_\_\_\_\_. *Serviços de Saúde do Exército. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano V, março 1915, p. 265-266.*

\_\_\_\_\_. *Intervenção Sanitária Federal no Amazonas. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano IV, julho 1913, p. 3-9.*

\_\_\_\_\_. *Uma empreza que surge. Medicina Militar, Rio de Janeiro, ano III, n. 1, outubro 1912, p. 153-158.*

\_\_\_\_\_. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, v. I, março 1910, p. 9-10.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; MARINHO, Sandra Maria Osório Xavier. A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectiva da Biblioteca de Ciências Biomédicas. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abril-junho 2009, p. 523-532.

SA, Dominichi Miranda de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [on-line]. 2009, vol.16, supp l.1, p. 333-348 .

SCHULZ, John. Exército na Política. Origens da Intervenção Militar, 1850-1894. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

SILVA, Alberto Martins da. Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): sua vida de cientista e de militar. Thesaurus Editora. Brasília, 2004.

SILVA, Arthur Lobo da. O Serviço de Saúde do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Bibliex, 1958. Disponível na Biblioteca do Exército

SILVA, Arthur Lobo da. Hygiene Militar. *Medicina Militar*, Ano III, n. 2, agosto 1912, p. 108-119.

TORRES, Theóphilo. A febre amarela em Manáos: comunicação feita à Academia Nacional de Medicina na sessão de 2 de abril de 1914 pelo Dr. Theóphilo Torres. *Medicina Militar*, Ano IV, maio 1914, p. 441, 458.

### **Outras Fontes**

Relatórios do Ministério da Guerra. Disponíveis em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/ guerra>.

MEDICINA MILITAR, Rio de Janeiro. 1910-1923. Mensal. Disponível na Biblioteca de Ciências Biomédicas de Manguinhos – Fiocruz.

Correio da Manhã. Foi dado à sepultura hontem o corpo do general reformado Dr. Ismael da Rocha: o que foi a vida do cientista e do militar. Exemplar de 3 de abril de 1924. Disponível na Biblioteca Nacional.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/>

Folhas de Fé de Ofício de Antonio Affonso Faustino, Antonio Nunes Bueno do Prado, Graciano Feliciano de Castilho, Manoel Petrarcha de Mesquita, disponíveis no Arquivo Histórico do Exército.

---

<sup>1</sup> O período em que foi publicada a *Medicina Militar* foi marcado, inicialmente, pela ascensão de Ismael da Rocha na carreira militar e sua luta política para que o pessoal de saúde recuperasse direitos e autonomia perdidos até então. Ele foi o mentor e intelectual de uma geração de médicos militares e principal elo de ligação à grande ambição desse grupo que era sobreviver e ter voz perante os civis e militares de outras armas.

<sup>2</sup> ROCHA, Ismael da. *Medicina Militar*, 1910, p. 9.

<sup>3</sup> PRADO, *Medicina Militar*, março de 1910, p. 79.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>5</sup> SILVA, Alberto Martins da. Dr. Ismael da Rocha (1859-1924): sua vida de cientista e de militar. Thesaurus Editora. Brasília, 2004, p. 37.

- <sup>6</sup> ARGOLLO, Francisco de Paula. Relatório de 1905 apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1906. Ministério da Guerra, Imprensa Nacional, 1906. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/guerra>. Acesso em: 5 de novembro de 2009, p. 19 e 20.
- <sup>7</sup> Ibidem, p. 8-9.
- <sup>8</sup> MAGALHÃES, João Batista. A Evolução Militar do Brasil. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1998, p. 320.
- <sup>9</sup> SILVA, op. cit., 1958, p. 59.
- <sup>10</sup> Decreto 2.232 de 6 de janeiro de 1910, assinado pelo Ministro da Guerra J. B. Bormann.
- <sup>11</sup> SILVA, op. cit., 1958, p. 60.
- <sup>12</sup> "Considerações a propósito do serviço de saúde regimental" – Artigo do capitão médico do Exército Carlos Eugênio Guimarães. *Medicina Militar*, Ano II nº 1, p. 116, julho 1911.
- <sup>13</sup> CARVALHO, Leovigildo H. Reorganização do Serviço de Saúde do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, v. I, p. 11-13, março de 1910.
- <sup>14</sup> Ibidem, p.12.
- <sup>15</sup> Ibidem.
- <sup>16</sup> Ibidem, p. 13.
- <sup>17</sup> LATOUR, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- <sup>18</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-8123200000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 março 2010. doi: 10.1590/S1413-8123200000200005.
- <sup>19</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A instituição da microbiologia e a história da saúde pública no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000 .
- <sup>20</sup> Prado permaneceria à frente da publicação até sua reforma do Exército em 1923 e que coincide com o final do periódico que tem seu último número publicado em junho daquele ano, sendo incorporada então pela *Revista de Medicina e Higiene Militar* a partir de julho de 1923. Entre 1915 e 1920, foi publicado o *Boletim da Sociedade Médico-Cirúrgico Militar*, que em janeiro de 1921 até dezembro de 1931 circulou com o nome de *Revista de Medicina e Higiene Militar*. Nesse período incorporou *Medicina Militar* e um periódico do Laboratório Químico Farmacêutico Militar, *A Revista de Química e Farmácia Militar*. Em 1932 passa a circular como o nome de *Revista de Medicina Militar* (SILVA, 1958: 104-111).
- <sup>21</sup> Faça o seu dever, aconteça o que acontecer.
- <sup>22</sup> PRADO, Antonio Nunes Bueno do. *Medicina Militar*: editorial. *Medicina Militar*. Rio de Janeiro, ano VII, n. 1, julho de 1916. p. 1.
- <sup>23</sup> O homem certo no lugar certo. *Medicina Militar*, setembro 1919, p. 86.
- <sup>24</sup> SILVA, Arthur Lobo da. *Higiene Militar: Defesa prophylactica do grupo militar com relação às principais moléstias infecto-contagiosas no norte do Brasil*. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Anno III, n.1, jul. 1912, p. 108-119.
- <sup>25</sup> SA, Dominichi Miranda de, A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o imenso hospital. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [on-line]. 2009, vol.16, supp I.1, p. 333-348 .
- <sup>26</sup> AULETTA, Umberto. Clínica Homeopática do Hospital Central do Exército. *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, n. 2, julho de 1910, p. 121-126.
- <sup>27</sup> É a tentativa de tomada de um pedaço desse campo científico, da competência científica. Nesse caso estou me apropriando do conceito de Bourdieu no que se refere à busca pela legitimação e ao reconhecimento pelos cientistas "à medida que crescem os recursos acumulados". (Bourdieu, 2003, p.113).
- <sup>28</sup> Ibidem, p.12.
- <sup>29</sup> Guimarães, 1911, op. Cit., p.112.
- <sup>30</sup> Editorial de Bueno do Prado para *Medicina Militar*, p. 80, julho 1910.
- <sup>31</sup> "Considerações a propósito do serviço de saúde regimental" – Artigo do Capitão Médico do Exército Carlos Eugênio Guimarães. *Medicina Militar*, Ano II nº 1, p. 117, julho de 1911.
- <sup>32</sup> MESQUITA, 1910, op. cit., p. 25.
- <sup>33</sup> Ibidem, p. 26, 28.
- <sup>34</sup> Ibidem, p. 276
- <sup>35</sup> Gilberto Hochman, A Era do Saneamento, As bases da política de Saúde Pública no Brasil, 2ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 2006.
- <sup>36</sup> LIMA, Nísia Trindade, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. 252p.

# Imprensa Militar no século XIX: um balanço preliminar<sup>1</sup>

**José Miguel Arias Neto**

*Professor de História Contemporânea. Universidade Estadual de Londrina. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Social – UEL e Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação História e Regiões – Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Coordenador do Grupo de Pesquisa Estudos Culturais, Política e Mídia. Bolsista Produtividade 2 CNPq.*

## RESUMO

Este artigo narra a experiência da descoberta/construção da Imprensa Militar do século XIX como objeto de pesquisa, relaciona as suas principais publicações e procura discutir algumas possíveis abordagens teórico-metodológicas acerca desta temática. Especificamente trabalha-se com a Revista Marítima Brasileira publicada por oficiais da Marinha no período de 1851 a 1855.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Militar, Política, Representações, Profissionalização Militar

## ABSTRACT

This article recounts the experience of discovery and construction of 19th century military press as a research object; lists its major publications and discusses some possible approaches to this specific press. This study works specially with Brazilian Maritime Magazine published by naval officers in the period between 1851 and 1855.

**KEYWORDS:** Military Press, Politics, Representations, Military Professionalization

## A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO

Este artigo se constitui, em parte, como relato da experiência da “descoberta” da imprensa militar, como objeto de pesquisa da Historiografia brasileira. Neste sentido, de antemão peço desculpas ao leitor por utilizar, em parte deste escrito, o relato em primeira pessoa. De fato, sempre utilizo o impessoal, quer por hábito, quer por temperamento, quer por estratégia linguística.

Por volta do ano de 2001 concluí minha tese de doutoramento acerca do evento que denomino hoje, por convicção teórica e política, de Revolução dos Marinheiros de 1910<sup>2</sup>. Emprego o termo Revolução no sentido a ele conferido por Hannah Arendt como um momento da constituição de um espaço público, isto é, de um espaço de liberdade, a partir do qual os homens criam novas formas de governança e de autoridade<sup>3</sup>. Tratava-se do caso dos marinheiros de 1910 de constituição de um espaço onde fossem discutidas e solucionadas questões referentes à Marinha vinculadas à sua própria existência e identidade, por eles definida como *cidadãos fardados*.

Somente esta proclamação enunciada no manifesto endereçado ao governo do Marechal Hermes da Fonseca – cidadãos brasileiros, republicanos e fardados – provocou tal inquietação, em especial porque até os idos de 1996, momento que iniciei a pesquisa, salvo algumas exceções<sup>4</sup>, o movimento dos marinheiros era entendido pelos contemporâneos do acontecimento, pelos memorialistas e por boa parte da então escassa historiografia ci-



vil<sup>5</sup> como *revolta contra os castigos corporais* cujo símbolo maior era a *chibata*, daí o epíteto *Revolta da Chibata*. Por outro lado, a abundante memória e a historiografia produzida pelos próprios militares da Marinha insistiam e insistem ainda hoje em definir o movimento como quebra de hierarquia, nominando-o como insubordinação ou revolta.

Estas duas tradições historiográficas travavam um surdo debate: de um lado, para a memória e historiografia civis, a revolta explicava-se pela permanência dos castigos corporais ao longo do século XIX e XX, como correlato de uma mentalidade aristocrática e escravista que não havia se modificado ao longo do tempo nos quadros de Marinha. Por outro lado, os memorialistas e historiadores militares apontavam a mesma permanência dos castigos, mas procuravam justificá-la como “mal necessário” decorrente das ideias conservadoras de Macedo e de Gilberto Freire<sup>6</sup>. Para estes, haveria no Brasil um fosso que separava, de um lado, a *modernização das coisas, ou tecnológica* – traduzida no caso em questão pela aquisição da esquadra de 1910, e, de outro, o *atraso das pessoas*, compreendido dentro de conceitos e teorias raciais do período, em outras palavras, tratar-se-ia da natureza do brasileiro viver em um estado de quase barbárie. Assim haveria um fosso antropológico, configurado pelo *estado da população* que constituiria uma inflexão na trajetória histórica nacional, obstáculo que era a uma modernização real. Em outras palavras, para esta vertente historiográfica as tentativas de modernização alteravam a fachada das instituições, mas permanecia seu fundo de atraso, o que procurava justificar a manutenção da violência exercida pela elite em relação às camadas populares.

Estas interpretações apresentam limites claros. Assim, foi preciso compreender que tradição e mudança, continuidades e rupturas se articularam na eclosão da Revolução dos Marinheiros. Como se explicaria, então, os termos e a identidade autodeclarada pelos marinheiros em seu manifesto encaminhado ao governo? E como explicar demandas tão republicanas? Fui me convencendo de que não seria possível conhecer muito mais do movimento de 1910, sem compreender a

Marinha como instituição/Força Armada. Até porque, como historiador, me parecia absolutamente incrível a afirmação de que nada mudara ao longo de quase cem anos desde a fundação do Império. Deriva desta questão uma atitude frente a esta historiografia e a esta memória: ou se partilha de sua visão da história ou então a tomamos como problema, como questão histórica a ser investigada.

O fato é que, quando embarcamos em uma aventura de investigação histórica, ela termina por nos levar a lugares que não supúnhamos existir e nos apresenta tempos que pensávamos desaparecidos. E, como observa Walter Benjamin, tudo aquilo que um dia aconteceu pode ser matéria para a História, pois se reatualiza como possibilidade no mundo dos homens, assim como a vinda do Messias pode ocorrer a qualquer momento, fomos tentar entender a estrutura e a dinâmica da Marinha do Brasil para responder algumas questões: o que era essa modernização?, que impacto ela realmente causou na Força?, teria ela criado, como um *deus ex machina*, uma situação tal que provocou o movimento de 1910? Seriam os marinheiros envolvidos neste movimento condenados da terra, bárbaros, atrasados, e, portanto, configuravam uma população que somente a violência poderia conter e coagir ao trabalho?

Diante de questões assim iniciei a investigação, e ela foi me fazendo recuar no tempo, pois as questões dos navios, das guarnições, dos castigos principiaram a configurar um quadro que, de fato, não era uma novidade em 1910. Percebi então que os processos de *modernização* não emergiram naquele momento, ao contrário, as questões deles decorrentes atravessaram o século XIX, o que não significa afirmar a existência de *um processo linear de modernização* e menos ainda da permanência de um mesmo conjunto de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

No caso das Forças Armadas, especialmente no que tange à Marinha de Guerra, a modernização tecnológica adquiriu contornos dramáticos tal a velocidade com que se processaram. Um quadro resumido pode demonstrar as rápidas transformações na construção naval e no desenvolvimento da artilharia:

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO <sup>7</sup>		
Ano	Artilharia	Construção Naval
1850	Alma lisa Granadas sólidas Carregamento pela boca	Revestimento de couraça de ferro
1860	Alma rajada Granadas ocas Carregamento pela culatra Invenção do torpedo autopropulsado	Casco metálico de ferro
1870	Tubos lança-torpedos Withworth X Armstrong	Emprego do aço na construção de navios
1880	Radiotelegrafia	Casco inteiramente de aço
1890	–	Turbinas de propulsão Submarinos

Essas transformações aceleradas provocaram, entre os oficiais de Marinha e as altas autoridades, debates sobre a necessidade e os modos de implementá-las frente a diferentes contextos como a guerra com o Paraguai, ou a corrida armamentista global que se inicia ao final do século XIX e início do XX. Este debate foi balizado também pelas relações entre Brasil e Argentina, cuja tensão após a Guerra com o Paraguai foi crescente, pela potencial ameaça que o desenvolvimento desta bem como do Chile, ao final do século XIX, acarretava ao Brasil, que pretendia a manutenção de seu *status* de potencial regional.

Naquele período mantinha-se na historiografia a representação, atualmente já desconstruída por pesquisas recentes, de uma Marinha Aristocrática e Monarquista em oposição ao Exército, que seria modernizante. Este estaria sob influência dos ventos ilustradores de doutrinas positivistas tecnicistas, que estimularam a busca por reformas naquela Força, de modo que, somado ao descontentamento militar decorrente de baixos soldos, etc., conduzira à participação militar no golpe de estado que implantou a República em 1889 e à primazia militar nos primeiros anos do novo Regime.

Que me perdoe o leitor por uma síntese tão breve, mas a tese é por demais conhecida para nos alongarmos nesta questão. A representação também é bastante compacta e bem construída, de modo que quase se dispensou de uma comprovação empírica mais sistema-

tizada, contentando-se os primeiros autores com escassas evidências documentais.

Também esta compreensão conduziu a algumas questões: se o desenvolvimento da ciência e da tecnologia afetou também e, especialmente, a Marinha, se as guerras do período e as batalhas navais decisivas que então ocorreram, bem como a corrida armamentista imperial que envolveu disputas das grandes potências na Europa, na África e na Ásia, provocaram um grande impacto no Brasil, porque a Marinha ter-se-ia mantido à margem do movimento político que garantiria maior influência desta nos seus próprios destinos políticos.

Este conjunto de questões apresenta, contudo, um grave limite historiográfico. Tomá-las como norteadoras implicaria em considerar que a *modernização tecnológica em curso* teria *fatalmente* conduzido à participação dos militares no processo intervencionista de 1889, como se *as intervenções na política fossem intrínsecas ao ethos militar* brasileiro.

Assim pude reunir vastas evidências empíricas e teóricas que comprovam as seguintes questões: a) a modernização tecnológica produziu um grande impacto nas Forças Armadas Brasileiras, especialmente na Marinha, ao longo do século XIX e início do XX; b) que há questões não respondidas sobre esta problemática; c) que salvo raras exceções pouco são conhecidos os debates acerca destes impactos, realizados no interior e no exterior das Forças Armadas; d)

pouco se sabe sobre as relações entre esta modernização e a atuação política de militares de ambas as Forças, se é que essas relações existem; e) se elas existem, por que produziriam efeitos distintos de modo a conduzir militares do Exército à intervenção política e à não participação de militares da Armada em 1889? Isto é, há uma relação entre modernização tecnológica e intervencionismo político? Seria o processo de *profissionalização do militar* que ocorre paralelamente a esta modernização responsável pela criação deste suposto *ethos intervencionista*? E quais seriam as relações entre os processos de modernização, o movimento de profissionalização e as transformações políticas e culturais de final do século XIX?

### A “DESCOBERTA” DA IMPRENSA MILITAR DO SÉCULO XIX

Com esta série de indagações resultantes da pesquisa do doutorado, busquei então um lugar que me parecia privilegiado para acompanhar todos estes debates no âmbito da Marinha: a *Revista Marítima Brasileira*. Supunha (e as evidências têm comprovado esta suposição) que no âmbito desta revista encontraria os debates a respeito da modernização, os impactos desta na guerra e na arte da guerra, dos armamentos e couraças dos navios, da organização da força e das necessidades técnicas e de pessoal da mesma, da defesa nacional, etc.

Assim, foi com estas preocupações e expectativas que, no ano de 2011, regresssei ao Arquivo da Marinha e ao Departamento de História Marítima e Naval do DPHDM<sup>8</sup>, na Ilha das Cobras, Rio de Janeiro. Iria iniciar minha pesquisa<sup>9</sup> pela *Revista Marítima* a partir de 1881 e tracei um plano original de estudá-la até 1914, véspera da Grande Guerra, quando, então, as transformações que se iniciaram no século XIX, atingiram seu ápice. A partir deste período, as inovações tecnológicas alterarão substancialmente a guerra no mar.

São estes momentos de sorte na vida de um historiador, quando ele realiza uma “descoberta”. Por “descoberta” não refiro aqui a revelar uma novidade, mas no sentido da tomada de consciência da complexidade dos

processos sociais e da emoção do encontro com aquelas vozes de outros tempos, com as quais passamos a travar um diálogo mais amplo, mais instigante e mais rico. E, neste caso, o encarregado da Divisão de História Marítima, o Capitão Carlos Lopes, a quem sou extremamente agradecido, indagou se eu não iria incluir os exemplares da *RMB* dos anos de 1850 na minha pesquisa.

Em um primeiro momento fiquei perplexo, pois tinha notícia da *RMB* de 1881, não de uma *RMB* em 1850. Gentilmente, ele solicitou ao pessoal do setor de obras raras da Biblioteca de Marinha que enviasse os exemplares da *RMB* daqueles anos. Ao tomar contato com esta publicação, vislumbrei imensas possibilidades de pesquisa, uma vez que a problemática que havia traçado para o final do século XIX aparecia com força no periódico de 1850. Há, contudo, algumas diferenças. O periódico de 1881 é institucionalizado, isto é, uma revista da Marinha, com dotação orçamentária, editores nomeados pelo ministro, com todas as implicações de uma publicação institucional. Isto de modo algum significa dizer que ela é desprovida de interesse. Ao contrário. O que é importante destacar é que a *RMB* de 1851 é de *outra natureza*, de outro *tempo histórico*, que constitui uma amplificação da problemática apresentada e não pode ser ignorada, mas que parece guardar relações com a revista de 1881, que não são nem transparentes e muito menos óbvias.

Mas isto ainda se parece com aquela assertiva: quando puxamos um fio podemos ter uma meada inteira e inesperada nas mãos. Foi exatamente isto que aconteceu. Foi publicado um artigo na *RMB* nº 9, de março de 1928, intitulado “A Genesis desta Revista”. É reproduzido um fac-símile do número 09 de 1ª de maio de 1852, no qual há a seguinte imagem no frontispício:



Esta imagem é estampada apenas nas edições do ano de 1852, cujos originais não se encontravam na seção de Obras Raras da Biblioteca de Marinha. Assim, para tentar reconstituir a coleção da *Revista Marítima Brasileira* dos anos de 1850, dirigi-me ao setor de periódicos da Biblioteca Nacional. Lá, descobri que a *Revista* estava inteiramente microfilmada, e foi possível então recuperá-la na sua integralidade. A *Revista Marítima Brasileira* de meados do século XIX foi assim editada:

Ano	Período	Números	Volume
1851	1ª de março a 15 de dezembro	01 a 20	I
1852	1ª de janeiro a 1ª de dezembro	01 a 23	II
1853	1ª de janeiro a 15 de fevereiro	25 a 28	II
1853	1ª de julho a 15 de dezembro	01 a 12	III
1854	13 de janeiro a 30 de junho	13 a 24	III
1854	20 de julho a 13 de dezembro	01 a 11	IV
1855	1ª de janeiro a 28 de julho	12 a 21	IV

A *RMB* era editada e comercializada pela *Typographia do Diário* de Nicolau Vianna Lobo. No frontispício é informado que a *Revista* será publicada nos dias 1º e 15 de cada mês, na *Typographia* de Nicolau Vianna Lobo, onde se recebem assignaturas a 5\$000 rs por anno, pagas ao receber o pri-

meiro número. Esta tipografia havia pertencido a Zeferino Vito de Meirelles, vice-diretor da *Impressão Régia* a partir de 1822. Em 1844 ele a transfere para N. V. Lobo que a registra na Rua da Ajuda, 79. Em 1853, a antiga tipografia de João Ignacio da Silva também passa a ser de Nicolau Vianna Lobo, que em 1854 a transfere também para o mesmo endereço da oficina tipográfica do *Diário*. Em 1854, a empresa passa, até o mês de agosto, a denominar-se *Typographia* da viúva Vianna Júnior, razão alterada para *Ty-*

*pographia de Nicolau Vianna & Filhos*, esta mantida até 1872<sup>10</sup>.

A revista possui dois tipos de diagramação, uma mais simples, que foi utilizada nos volumes 1, 3 e 4 e uma mais elaborada empregada no volume 2.

Durante a busca pela *RMB* de 1852 na Bibliote-

ca Nacional, tomei conhecimento de vários periódicos produzidos por militares destinados a militares, tanto do Exército como da Armada. De fato, esta descoberta decorreu do caso de estar procurando também o jornal intitulado *O militar* já estudado por John



Diagramação dos volumes 1, 3 e 4.  
Fonte: Biblioteca de Marinha – DPHDM – Marinha do Brasil



Diagramação V 2.  
Fonte: Arquivo de Periódicos Microfilmados – Biblioteca Nacional  
Microfilme Digitalizado no CDPH - UEL<sup>11</sup>

Schulz e por Adriana Barreto de Souza<sup>12</sup>, pois nessa ocasião já julgava pertinente ao desenvolvimento da pesquisa uma comparação entre o discurso dos militares da Marinha e do Exército acerca dos temas sobre a modernização, a história, a política e a força, que estão presentes na *RMB*.

Uma primeira e muito superficial leitura indicou, contudo, que se tratava de uma imprensa periódica militar, produzida por militares e destinada prioritariamente a militares, mas também a outros sujeitos e à sociedade de modo geral, que possuem temáticas e interesses comuns. Trata-se, portanto, de periódicos inseridos na produção editorial de caráter ilustrado-científico no Brasil, bem como nos quadros de um debate internacional sobre ciência e tecnologia aplicadas à guerra, em curso desde final do século XIX e início do século XX, quando as transformações adquiriram grandes proporções. A modernização científica e tecnológica e o fim da sociedade escravista implicam também na reflexão sobre questões como a organização da Força, a formação de oficiais, marinheiros e soldados, a legislação penal, etc. Em suma, estes temas de dimensão internacional são debatidos por esta im-

prensa militar. Até o momento, a imprensa militar não foi tematizada como tal. De fato, no conjunto da produção sobre imprensa no século XIX não se categoriza uma *imprensa militar*, assim como também os estudiosos dos militares não se debruçaram sobre estes documentos tomando-os como *objeto de análise* e não apenas como fontes. Na realidade, nem mesmo como fontes estes periódicos foram utilizados, aparentemente a maioria deles é desconhecida dos historiadores.

No ano de 2013, por ocasião do VII Encontro Nacional da Abed, em Belém, no âmbito do Simpósio de História Militar, coordenado por mim e pelo Professor Eduardo Svartman da UFRGS, tive o prazer de conhecer o trabalho de Fernanda de Santos Nascimento, que investiga, no âmbito de sua tese de doutoramento, a imprensa periódica militar do século XIX, especificamente os periódicos produzidos pelos militares do Exército<sup>13</sup>. Imediatamente, uma colaboração se estabeleceu entre nós. Assim, considerando os periódicos arrolados por aquela pesquisadora e os por mim levantados (há alguns que ambos pesquisadores consideraram), verifica-se o seguinte quadro:

Título	Período	Números	Situação na BN
O Cidadão soldado	1833	01	Digitalizado
O Militar no Rio de Janeiro	1833	01	Digitalizado
O Soldado Afflicto	1833	01	Digitalizado
O Tareco Militar	1833	02	Digitalizado
O Militar	1839	01	Digitalizado
O Soldado Brasileiro	1849	03	Digitalizado
Revista Marítima Brasileira	1851-1855	89	Microfilmado
O Brazil Marítimo	1854-1859	–	Microfilmado
O Militar	1854-1861 <sup>14</sup>	25	Microfilmado e Digitalizado
O Militar Brioso	1855	16	Digitalizado
Annaes Maritimos	1861	10	Digitalizado
O Indicador Militar	1862	21	Digitalizado
O Soldado e o Marinheiro	1869	07	Digitalizado
Gazeta Naval	1877	03	Digitalizado
Echo Militar	1878-1879	–	Microfilmado
O Soldado	1881	36	Digitalizado
O Marinheiro	1881	01	Microfilmado
Tribuna Militar	1881-1882	72	Digitalizado

Escola Militar, Revista do Club Acadêmico	1881-1883	03	Digitalizado
Echo da Marinha	1888	01	Microfilmado
O Echo Militar: órgão do Collegio Militar.	1891	–	Microfilmado
O Brasil Militar	1895-1896	38	Digitalizado
A época, revista militar, científica e literaria	1895	–	Microfilmado
A Palavra: revista militar e litteraria luz e uniao.	1895	–	Microfilmado

Algumas observações se fazem necessárias. Em primeiro lugar é importante destacar que esta tabela é parcial. É possível que outros periódicos militares sejam encontrados em outros arquivos e centros de pesquisa, ou mesmo na própria Biblioteca Nacional. Além disto, não foi possível verificar a quantidade de números dos periódicos microfilmados, que exigem uma contagem manual, pois as fichas individuais da Biblioteca Nacional não informam este dado.

De qualquer modo, a tabela comprova o que falávamos sobre a imprensa militar no século XIX. A tomar-se como indicativo o título do periódico pode-se supor que apenas sete de um total de 24 são periódicos vinculados à Marinha, e pelo menos um no qual oficiais do Exército e da Marinha produziram conjuntamente no período da Guerra do Paraguai. Assim é pertinente tratá-los, quer pelo número como pelas problemáticas que aparecem nestes periódicos, já minimamente indicados aqui, como imprensa militar.

Outra observação importante reside no fato de que a maioria dos periódicos militares surgiu após 1850, isto é, quando, por um lado, o império adquire notável estabilidade política com o predomínio saquarema e com a conciliação. É o momento das grandes reformas no império, e isto certamente pode ter estimulado o desejo dos militares em participarem e opinarem acerca dos destinos de suas respectivas instituições.

Este também é o momento que o mercado editorial no Brasil se dinamiza com o advento de tecnologias, como a prensa litográfica rotativa, que possibilitam uma ampliação na reprodutibilidade. Assim, os anos da década de 1850 tornam-se o domínio das revistas ilustradas e os da de 1860

das ilustradas, satíricas. Também o mercado editorial, em termos globais, foi agitado pelo aumento das atividades de divulgação científica, especialmente a partir dos anos de 1860<sup>15</sup>.

Mais para o final do século a guerra do Paraguai e a crise militar do Império parecem ter capitalizado o esforço dos editores destes periódicos. Este não é, contudo, o momento de se adiantar conclusões sobre hipóteses ainda em investigação. Mas, de fato, não resta dúvida que no final do século XIX, a crise política é tema dos periódicos, como se pode perceber através da manifestação da veia poética do articulista de *O marinheiro*, a representação que certos militares faziam dos civis naqueles anos de 1881:

Os bacharéis

Perguntava-se ha poucos dias,  
a certo padre taful  
Por que inundam bacharéis,  
Tanto a América do Sul  
Fica o padre pensativo,  
carrega o sobr'olho e a cara  
E de pronto responde  
Com voz pesada e amara:  
Castiga Deus quando apraz  
Com sua ira os fiéis:  
teve o Egito gafanhotos  
O Brasil tem bacharéis.

## **PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM DA IMPRENSA MILITAR**

De há muito os historiadores utilizam a imprensa em suas pesquisas. A despeito de certa resistência por entender a narrativa jornalística como parcial e não neutra – segundo os mais tradicionais – a impren-

sa tem sido empregada no mais das vezes como *fonte de informação*. Mesmo aqueles que supostamente buscam fazer uma *análise* terminam, muitas vezes, reduzindo-se a uma descrição do jornal, da revista, etc.

Um marco na tomada da imprensa como *objeto de análise* no Brasil foram os trabalhos pioneiros de Maria Helena Capelato<sup>16</sup>, cuja análise se configura como a crítica da ideologia da imprensa paulista. Uma abordagem bastante significativa neste sentido é a que Siegfried Kracauer desenvolve no texto *Rebelião dos estratos médios: uma discussão com o Circulo Tat* no qual analisa o periódico *Die Tat*<sup>17</sup>. Isabel Lustosa constitui outro marco na historiografia brasileira com seus vários trabalhos, em especial *Insultos Impressos – A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*<sup>18</sup>, sua tese de doutoramento. Recentemente há, por assim dizer, uma explosão editorial em torno do tema da imprensa e do periodismo científico no oitocentos brasileiro<sup>19</sup>.

Alguns pesquisadores desta nova safra têm procurado trabalhar no âmbito interdisciplinar entre comunicação e história<sup>20</sup>. Isto implica em outra abordagem, no caso em questão, da imprensa periódica. Não se trata de uma abordagem mais descritiva do periódico. Ela envolve um aprofundamento da crítica da ideologia, através da Análise de Discurso, da Análise de Conteúdo<sup>21</sup>.

Temos também trabalhado<sup>22</sup> com a *Revista Marítima Brasileira* na tentativa de construção de uma abordagem interdisciplinar na qual confluam as reflexões da História e da Comunicação.

Desta perspectiva trata-se de compreender com McLuhan que o “meio é a mensagem”<sup>23</sup>, mas, para além disso, de avançar na reflexão e compreender com Jesús Martín-Barbero que o meio é a mediação, entendida esta última como remissão a

a cadeias envolvendo produtos, produtores e receptores e os deslocamentos de significados entre essas diferentes instâncias. A ênfase muda da produção para a recepção, e o programa epistemológico condiciona cultura e comunicação como processos simultâneos e codependentes reuni-

dos sob a égide da mediação. Com isso, a mediação compreende uma vasta gama de intersecções entre cultura, política e comunicação e equaciona as diferentes apropriações, recodificações e ressignificações que ocorrem na produção e recepção dos produtos comunicacionais. (...) produção, recepção, meio e mensagem só podem ser pensados como um processo contínuo (...) posições de onde é possível compreender a interação social entre emissão e recepção (...). [Assim] a mediação estabelece uma interdependência dinâmica entre cultura e comunicação (...) [e é] o ponto central da produção do sentido social. (...) os contextos tornam-se acessíveis somente mediante a dinâmica comunicacional da cultura<sup>24</sup>.

Neste sentido, é preciso entender a própria produção de um periódico como processo de mediação política e cultural que constrói um espaço público através do qual os militares se fazem presentes na arena política como atores legitimados em suas pretensões, posto que esta elaboração implica na construção de sua auto imagem e de sua instituição – a força armada – como espelho da nação.

Assim, os periódicos militares podem ser entendidos como uma arma que demarca territórios políticos, instaura diretrizes para a construção da força armada, da defesa nacional e da própria nação a partir de moralidades e princípios nacionalistas e patrióticos, em oposição aos civis;

Definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear construído sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem, de forma alguma, a guerra como objeto; tem como objeto um espaço muito espacial, um espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente essa combinação máquina de guerra – espaço liso<sup>25</sup>

Observa Júlio Benvoglio que máquinas de guerra espalham-se de modo rizomático e são agrupamentos de resistência e de de-

safio que constroem linhas de fuga, sendo difícil localizar seu começo, apenas suas genealogias<sup>26</sup>.

Assim entendidos os periódicos militares demandam uma análise específica, que implica em reflexões acerca de sua natureza, de seu modo de produção, de seu público e de seu universo ideológico para que se possa compreender os territórios que produz e demarca, que ocupa e propaga, visando objetivamente a conquista do poder.

Este é o caso da *Revista Marítima Brasileira*, e, certamente, é o caso de outros periódicos aqui, cujo estudo, certamente, propiciará uma melhor compreensão do Brasil oitocentista, de suas Forças Armadas e das relações entre militares, sociedade e poder, elidindo uma análise que tenha por finalidade apenas ratificar uma teoria já posta como pressuposto da pesquisa: a explicação – toda teleológica a final – da intervenção militar na política através da participação no golpe de estado de 1889.

<sup>1</sup> Este artigo está vinculado ao Projeto *O Lugar da Revista Marítima Brasileira* no periodismo científico militar brasileiro. Tem financiamento do CNPq, na forma de Bolsa Produtividade (2013) e de recursos de Edital Universal de Pesquisa.

<sup>2</sup> ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: UNB, 1990.

<sup>4</sup> CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974.

<sup>5</sup> Um oficial da Amada. *Política versus Marinha*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911. PAULO, Benedito. (Adão Manuel Pereira Nunes). *A revolta de João Cândido*. Porto Alegre: Independência, 1943. MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986 (a primeira edição é de 1958). FILHO, Mário Maestri. *1910: A revolta dos marinheiros – uma saga negra*. São Paulo: Global, 1982. SILVA, Marcos Antônio da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 1982. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. IFCH-Unicamp, 1997. ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 2001. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: experiência dos marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de doutoramento. Campinas: Unicamp, 2002. CAPANEMA P. de ALMEIDA. La construction d'un événement: la 'revolta da chibata' (Rio de Janeiro, 1910) dans ses antécédents, sa réception et sa mémoire. Mestrado. Paris: EHESS, 2004. CAPANEMA P. de ALMEIDA. ous, marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la révolte des matelots de 1910. Doutorado. Paris: EHESS, 2009. MOREL, Marco, CAPANEMA P. de ALMEIDA, FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira e ARIAS NETO, José Miguel. Dossiê: Revolta da chibata – 100 anos: História e Historiografia. *Antíteses*. V 03, dezembro de 2010, Número Especial.

<sup>6</sup> UM OFICIAL DA ARMADA. *Política versus Marinha*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, s/d. FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

<sup>7</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985

<sup>8</sup> Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, antigo SDM – Serviço de Documentação da Marinha. É importante destacar que essa importantíssima diretoria abriga, entre outros repartições, o Arquivo Histórico, o Departamento de História Marítima e Naval e a Biblioteca de Marinha, que são os mais importantes órgãos para a pesquisa de História Marítima e Naval do Brasil. Ao pessoal desta repartição sou extremamente grato pelo apoio que tenho recebido em minhas pesquisas ao longo dos últimos 13 anos.

<sup>9</sup> Trata-se da pesquisa de estágio Pós-Doutoral desenvolvida nos anos de 2010 e 2011 junto ao Programa de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, sob supervisão do Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo do Inest – Instituto de Estudos Estratégicos.

<sup>10</sup> BERGER, Paulo. *A tipografia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984, p. 7; 68;78. In ARIAS NETO, José Miguel. *Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 – A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX*. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, p. 4-29, 2012.

<sup>11</sup> O microfilme foi adquirido na Biblioteca Nacional e digitalizado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina.

<sup>12</sup> SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994. SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>13</sup> NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A imprensa periódica militar no século XIX: política e modernização do Exército Brasileiro (1850-1881)*. 2013. Exame de qualificação (Doutorando em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> O Catálogo da Hemeroteca Digital Brasileira da BN indica que este jornal existiu no período de 1854 a 1869. Contudo, microfilmados há apenas os anos de 1854 e 1855. Digitalizados há os anos de 1854, 1855, 1860 e 1861.

<sup>15</sup> Acerca destas questões ver: CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In KNAUSS, Paulo, et alli. *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Mauad X; FAPERJ, 2011. FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil. In KNAUSS, Paulo, et alli. *Op. Cit.*. MOREIRA, Ildeu de Castro e MASSARINI, Luisa. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In MOREIRA, Ildeu et alli. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio

de Janeiro Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002. ARIAS NETO, José Miguel. Revista Marítima... *Op.Cit.*

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal "O Estado de São Paulo"*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980; CAPELATO, Maria Helena: *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*.

<sup>17</sup> Para Kracauer o referido jornal, "em seus argumentos a favor de uma síntese autoritária de nacionalismo e socialismo (...) foi central para a revolução conservadora e pavimentou um caminho ideológico para nacional-socialismo nascente. In: KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosacnaif, 2009, p. 123 nota 1.

<sup>18</sup> LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos – A guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>19</sup> Além dos clássicos, como a História da Imprensa de Nelson Werneck Sodré, podemos mencionar as publicações mais recentes, inclusive quanto ao periodismo científico: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001. NEVES, Lúcia M. B.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da G. (Orgs). *História e imprensa*. Rio de Janeiro: DP & A, Faperj, 2006. DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Política, nação e edição*. São Paulo: Anablume, 2006. MIRANDA DE SÁ, Dominichi. *A ciência como profissão*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. KURY, Lorelay. *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a Monarquia e a República: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito e CORRÊA, Maria Leticia (Orgs.). *200 anos de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. AZEVEDO, Sílvia Maria. *Brasil em Imagens: um estudo da revista Ilustração Brasileira (1876-1878)*. São Paulo: EDUNESP, 2010. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e República nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2010. BARBOSA, Marinalva. *História cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. MARINGONI, Gilberto. *Angelo Agostini: a Imprensa Ilustrada da Corte à Capital Federal*. São Paulo: Devir Livraria, 2011. LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. COSTA, Carlos. *A Revista no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2013. BARBOSA, Marinalva. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

<sup>20</sup> Ver por exemplo, RIBEIRO, Ana Paula Goulart e HERSCHMANN, Micael (Orgs.). *Comunicação e História*. Rio de Janeiro: Globouniversidade, Mauad X, 2008.

<sup>21</sup> Para uma compreensão da Análise de Conteúdo ver NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *Op. Cit.*

<sup>22</sup> Além do meu próprio trabalho, dois orientandos de Iniciação Científica e de TCC desenvolvem suas pesquisas iniciais com a *Revista Marítima Brasileira*. Já há dois artigos produzidos pelos mesmos, bem como um terceiro sobre os periódicos científicos militares no qual se estabelece uma primeira comparação entre a *RMB* e o *Militar*. CONDÉ, Sylvio S. Maia. *História e política na Revista Marítima Brasileira 1851-1854*. Relatório de Iniciação Científica. UEL, 2012. Projeto com financiamento da Fundação Araucária na forma de bolsa de IC. VILAS BOAS, Elias Augusto. *Ciência e tecnologia em periódicos Militares do Segundo Reinado*. Relatório de Iniciação Científica. UEL, 2012. Projeto com financiamento do CNPq na forma de bolsa de IC. VILAS BOAS, Elias Augusto. *A ciência e a tecnologia em periódicos militares no império: As condições técnico-científicas da armada (1851-1855)*. Trabalho de Conclusão de Curso. UEL, 2013.

<sup>23</sup> Apud MENEZES, Lená Medeiro de e LESSA, Mônica Leite. Circuitos da informação na "era da catástrofe". Notas sobre a imprensa escrita em tempos de guerra e revolução. In FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito e CORRÊA, Maria Leticia. 200 anos de imprensa... *Op.Cit.*, p. 201.

<sup>24</sup> Apud BASTOS, Marco Toledo. Medium, Media, Mediação e Mídiação. In MATTOS, Maria Ângela, JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (Orgs.). *Mediação e Mídiação*. Salvador; Brasília: EDUFBA/Compós, 2012, p. 63. Ver também MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

<sup>25</sup> Deleuze, Gilles e Guattari, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tratado de nomadologia. São Paulo: Ed.34, v. 5, 1997, p. 50. Apud BENTIVOGLIO, Julio. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. *História Revista*, Goiânia, v. 17, nº 1, p. 223-238, jan./jun. 2012. p.226.

<sup>26</sup> Idem, ibidem.

# O bloqueio da Barra de Goa por Jacob Cooper, de 9 de novembro de 1636 até 2 de maio de 1637

**Benjamin Nicolaas Teensma**

*Pesquisador holandês; Professor Emérito da Universidade de Leiden.*

## RESUMO

Este artigo trata do primeiro bloqueio de Goa em 1637 e dos relatórios ou representações que holandeses e portugueses produziram sobre ele. Tal ação naval foi motivada por razões econômicas, pois o governador-geral Van Diemen estava convencido de que a guerra na Europa entre a República das Províncias Unidas e a Monarquia Dual Ibérica não duraria eternamente, e que a Companhia Holandesa das Índias Orientais, depois da conclusão de um eventual tratado de paz com Portugal, não poderia continuar suas ações militares contra os portugueses na Ásia. Este artigo busca analisar os confrontos navais desencadeados por tal bloqueio através de três textos do período (do capitão batavo Jacob Cooper, do português Couto Sampaio e de um autor anônimo também português) que, apesar da semelhança temática, oferecem animadas parcialidades na interpretação ideológica. Esta documentação encontra-se disponível no Arquivo Nacional de Haia, na Holanda, e na Cleveland Public Library, Ohio, Estados Unidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bloqueio de Goa; Companhia das Índias Orientais; Império Marítimo Português

## ABSTRACT

This article is about the first blockade of Goa in 1637 and the Dutch and Portuguese reports produced of it. This naval action was motivated by economic reasons. The Governor-General was convinced that the war in Europe between the Republic of the United Provinces and the Iberian Union wouldn't last forever, and the Dutch East India Company, after the conclusion of a peace treaty with Portugal, couldn't continue with the military actions against the Portuguese in Asia. This article examines the naval confrontations triggered by this blockade through three chronicles of the period (Batavian captain Jacob Cooper, the Portuguese Couto Sampaio and an anonymous Portuguese author). Despite the similarity of themes those chronicles offer strong opinions in the ideological interpretation. These documents are available in the National Archives in The Hague, Netherlands, and the Cleveland Public Library, Ohio, USA.

**KEYWORDS:** Blockade of Goa; East India Company; Portuguese Maritime Empire

“Declaramos que fizemos todo o humanamente possível para prejudicar o inimigo” (JC746v *trad.*)<sup>1</sup>

Em 1510, Portugal fundara Goa, sua capital na Ásia, numa ilha a meio caminho da Costa do Malabar. Além de Goa, o país ainda dispunha das bases Malaca, na costa do

homônimo estreito marítimo, e Macau, na costa meridional da China. Em 1619, a Holanda fundara Batávia, sua capital na Ásia, na costa setentrional da Ilha de Java. Em 1636, Antônio Van Diemen lá foi nomeado governador-geral das Índias Neerlandesas, função que iria exercer durante nove anos até sua morte em abril de 1645. Naquele período, Goa foi anualmente cercada durante a monção seca, que durava de outubro até maio, por uma esquadra naval holandesa. Isso acontecia por razões econômicas, porque o governador-geral Van Diemen estava convencido de que a guerra que na Europa reinava entre a República das Províncias Unidas e a Monarquia Dual Ibérica – da qual Portugal fazia parte – não duraria eternamente, e que a Companhia Holandesa das Índias Orientais, depois da conclusão dum eventual tratado de paz com Portugal, não poderia continuar suas ações militares contra as bases e armadas portuguesas na Ásia. Por essa razão quis, antes daquele momento, cortar as ligações marítimas diretas entre Goa e Lisboa, para que o produto asiático mais rendoso, a pimenta, não fosse mais ao mercado de Lisboa, senão ao de Amsterdã. Porque pela eliminação do mercado de Lisboa subiriam automaticamente os preços da pimenta na bolsa amsterdamesa, em benefício dos lucros da sua Companhia das Índias Orientais.

Este artigo ocupa-se unicamente do primeiro bloqueio de Goa de 1637, uma vez que por um feliz acaso foi revelada, num lugar impensado, a existência do texto duma anônima testemunha ocular portuguesa, e que acrescenta novos detalhes ao relatório oficial do comandante da esquadra holandesa, Jacob Cooper, datado em Batávia ao 7 de dezembro de 1637. O referido documento português encontra-se, duplicado e com o título “Breve relação das batalhas que o Ylustríssimo & Invito Capitão-Geral Antônio Teles deu na barra de Goa a dez naos olandezas: sete de muita força e três pequenas, que vyerão pôr sercco à dita barra com seis galeões de seu cargo”, nas folhas 772r-775v do maço documental *OBP 1638, VOC 1125*, do Arquivo Nacional em Haia, na Holanda. Pelo estilo e patetismo, foi escrito por um mui patriótico funcionário, jurista ou padre lusitano. Além

disso evidenciou-se na Biblioteca Pública (*Public Library*) de Ohio, EUA, a presença dum panfleto quase desconhecido de 1639, de dezesseis páginas e escrito por um tal Salvador do Couto de Sampaio, com o título “Relação dos sucessos vitoriosos que na barra de Goa ouve dos olandezes Antônio Telles de Menezes, Capitam-Geral do Mar da Índia, nos annos de 1637 & 1638”. Esse autor foi promotor de justiça eclesiástica no Bispado de Coimbra, e teve acesso a cartas escritas por padres jesuítas residentes em Goa (CS01, 03). Portanto, o relatório dele é mais bem documentado e concreto que o do anônimo patriota.

O *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual* de Humberto Leitão e J. Vicente Lopes define o termo Monção de Março como: “Nome que os roteiristas e pilotos davam à quadra normal das viagens das nossas armadas para a Índia que lhes permitia ir atravessar o Índico, ‘por fora’ ou ‘por dentro’ da Ilha de S. Lourenço com ventos da monção de SO. Partiam do reino em Março para chegarem a Goa em Setembro.” Nos séculos 16 e 17 tanto os portugueses como os holandeses conheciam bem aquele fenómeno da natureza, porque a programação das suas viagens e expedições marítimas dependia desses alísios. Assim só durante alguns meses determinados era possível velejar entre Moçambique e Goa, ou de Batávia à Costa do Malabar, a viagem do regresso só sendo possível vários meses depois. Na Costa do Malabar a monção do inverno com ventos de oeste começa em maio, e a do verão com ventos de leste em outubro. Leia-se a esse respeito o capítulo 34: “Das estações do ano na Índia e das doenças etc.” nas páginas 166-169 de J. H. Van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias orientais ou portuguesas*, Lisboa 1997. Por isso um bloqueio da Barra de Goa só entre outubro e maio foi possível.

Dá-se o nome Goa tanto à antiga colônia portuguesa daquele nome na Costa do Malabar, como à capital homônima dela. A cidade de Goa fica numa ilha que do lado do norte tem por fronteira o Rio Mandovi, do leste um riacho, do sul o Rio Zuari, e do oeste o Mar da Arábia. Ao norte da ilha fica o Cabo da Aguada com o Forte da Aguada, e ao sul

o Cabo Mormugão com o Forte Mormugão. Entre esses dois cabos estende-se a Barra de Goa. Na costa ocidental da ilha há um cabo com o Forte do Cabo. Esses três fortes deviam proteger o porto e a cidade de Goa de eventuais ataques vindos do mar. Ao sul do Cabo Mormugão há quatro ilhotas que, nos textos em questão, são indicadas como as ilhas. A uns 35 quilômetros ao norte da Barra de Goa, e já em território do sultanado de Bijapur – aliado dos holandeses –, estava o porto de Vengurla, onde a Companhia das Índias Orientais durante suas campanhas contra Goa podia comprar víveres e reparar suas naus avariadas.

O Comandante Jacob Cooper residia como almirante da esquadra de bloqueio na nau chamada *Utrecht*; como contra-almirante, o Capitão João Brouwersz ia na Nau *Hof van Holland*. As cinco outras naus chamavam-se *'s-Gravenhage* (= Haia), *Egmond*, *Veere*, *Vlissingen* e *Zeepaard* (= cavalo-marinho). Da esquadra faziam parte também os iates *Holândia*, *Roterdã* e *Voorburg*. Como autoridades civis com ela viajaram ainda dois comerciantes-mores e um comerciante ordinário. Jacob Cooper bem tinha querido chegar a Goa no começo da monção do verão e portanto na primeira semana do mês de outubro, mas por falta de efetivos militares e materiais em Batávia seus navios só estavam em franquia ao final de agosto de 1636 (JC739r). Pelo Estreito de Malaca e do arquipélago das Maldivas velejaram ao norte, chegando à parte meridional da Costa do Malabar, perto de Cochim, a 21 de outubro. Na altura de Calicute, proviram-se de água, certo número de bois e outros víveres, e finalmente só ancoraram diante da Barra de Goa a 9 de novembro de 1636 (JC738r/v).

E assim chegaram tarde demais para ainda capturar no mar o navio ricamente carregado que anualmente chegava de Lisboa no mês de outubro. Os portugueses chamavam esse cargueiro anual de 'carraca' ou 'nau da viagem do reino', a qual os holandeses chamavam e *kraak*. Outro nome naval com equivalente holandizado era o do patacho, ou seja 'patache' entre os neerlandeses: um ligeiro iate de reconhecimento. No entanto, a mútua terminologia náutica nem sempre era idêntica, porque o *schip* dos holandeses

era a nau ou galeão dos portugueses; e a embarcação portuguesa a que Jacob Cooper se referia com o nome *fergat* não deve identificar-se com o *fregat* holandês da atualidade, senão com a fragata lusitana: ligeira galé veleira com a incumbência de levar a reboque os pesados galeões nos momentos de correntes ou ventos contrários.

"Vimos ancorados debaixo do castelo da Aguada seis galeões, uma caraça, dois patachos e muitas fragatas. Também cinco navios e iates ingleses" (JC738v *trad.*). – "Entretanto ficamos noite e dia prontos para lutar, porque o inimigo tinha os gurupeses elevados, as vergas nos topos, as velas içadas, de modo que todas as horas o esperamos" (JC739r *trad.*).

As três fontes mencionam repetidamente os problemas que suas esquadras experimentavam para chegar na boa disposição a barlavento do inimigo com ventos que cada parte do dia mudavam de direção. Porque nas madrugadas soprava um vento da terra para o mar, nas tardes do mar para a terra, e nos intervalos reinavam as calmarias. Nas calmarias, os holandeses estavam obrigados a ficar inativos, ao passo que os portugueses então podiam aproveitar-se das suas fragatas, aliás 'navios do remo'.

No texto de Jacob Cooper, o magistrado superior da Companhia das Índias Orientais em Batávia, o Governador-Geral Antônio Van Diemen, é três vezes mencionado sem nomes próprios como 'nosso Senhor General'. Nas fontes portuguesas, o magistrado colonial superior em Goa, o vice-rei, só uma vez é mencionado com nomes próprios: Pedro da Silva, em CS3. A esquadra holandesa de Cooper compunha-se de sete navios e três iates; a esquadra portuguesa do Capitão-Geral Antônio Teles de Menezes compunha-se de dois galeões grandes e quatro menores, com certo número de fragatas ou 'navios do remo'. Os nomes dos comandantes portugueses são mencionados em CS4. A fonte anônima qualifica os navios holandeses de naus e diferencia nessa categoria uma 'nau fiscal' com 52 peças, uma 'nau capitana' com 50 peças,

e uma 'nau almiranta' com 48 peças. Na esquadra portuguesa, o autor anônimo distingue uma 'capitana' sob comando de Antônio Teles com 54 peças, uma 'almiranta' com 41 peças, e durante a segunda batalha naval de 11 e 12 de fevereiro também a já mencionada caraca ou 'nau do reino'. Cooper fala sempre da armada espanhola com almirante e vice-almirante espanhóis.

Goa não produzia víveres suficientes para sua população. Além disso, seu porto foi o lugar onde os produtos coloniais que anualmente se mandaram a Lisboa nas naus do reino, se reuniam. Isso significava que constantemente de todas as partes da Ásia as cáfilas carregadas de víveres, especiarias, tecidos, minérios e materiais de construção se dirigiam ao porto de Goa. Assim, os bloqueios holandeses dessa barra em 1636 e anos subsequentes gravemente perturbaram aquele abastecimento. Por tal razão era evidente que as autoridades locais se esforçariam energicamente pela expulsão das armadas inimigas, ainda que também soubessem que não deviam sacrificar seus escassos e custosos galeões em arriscadas batalhas navais. Tal dilema evidencia-se claramente nas duas fontes portuguesas, onde o vice-rei se esforça por adiar a luta, ao passo que o capitão-geral com seus oficiais e marinheiros insiste em ações imediatas. Finalmente, depois de várias reuniões indecisas, Antônio Teles decidiu-se, a 6 de janeiro de 1637, a escrever uma carta contundente ao vice-rei, na qual disse que mais demoras seriam injustificáveis porque, desse modo, os portugueses perderiam sua reputação perante os monarcas nativos, porque a cada momento se esperavam navios de fora, e porque a honra da nação portuguesa e da fé católica estavam em jogo (CS3/4, PA772v).

para grande alegria do capitão-geral, na reunião seguinte foi decidido atacar o inimigo. Com entusiasmo, prepararam-se os galeões; apresentaram-se os voluntários da nobreza e da burguesia; da cidade a gente apressou-se aos fortes costeiros para observar a próxima luta; por todas as partes organizaram-se as procissões e as penitências; em muitas igrejas descobriu-se o Santíssimo (PA772v); inúmeros fiéis acudiram às confissões e às comunhões; o capelão-

mor da armada proferiu um emocionante sermão numa missa com música de trombetas, charamelas e frutas, e com agitação de ramos de palma, bandeiras e rabos de galo (PA773r). A 20 de janeiro estava tudo em ordem e o vice-rei fez sua visita de inspeção à frota (CS4, JC740r).

No dia seguinte, uma hora antes do nascer do sol, o contra-almirante holandês Jan Brouwersz no seu navio *Hof van Holland* apercebeu, pelo insólito barulho nos galeões inimigos, que eles estavam se preparando para zarpar. Em seguida deu alarde, pelo que a esquadra holandesa içou as âncoras, para dirigir-se a velas reduzidas um pouco mar adentro. No duelo de artilharia que se seguiu, o navio *Hof van Holland* conseguiu pôr fora do combate dois galeões inimigos. Graças ao vento matutino de terra para o mar, ao começo a esquadra portuguesa se achou na melhor posição ao barlavento dos holandeses, mas quando aqueles – pela mudança da direção do vento na hora da tarde – obtiveram a melhor posição, o vice-rei português por um tiro de canhão deu a ordem que o restante da sua armada se retirasse (CS5/6, JC7773v, PA741r/v). Nessa batalha, os holandeses estragaram dois galeões portugueses, e os portugueses os navios inimigos *Utrecht* e '*s-Gravenhage*, com a morte do comerciante-mor Benjamin Van der Burch. O objeto principal dos portugueses fora o aniquilamento do principal navio holandês *Utrecht* ou, por outras palavras 'a nau fiscal do inimigo' (JC773v).

Naturalmente, os mútuos relatórios da batalha não são congruentes, porque ações que por um partido são apresentadas como manobra tática, são qualificadas como fuga pelo outro. Todas as fontes mencionam os danos ocasionados aos mastros e cordames da *Utrecht*. Segundo a fonte holandesa, do lado português havia três fragatas cheias de mortos e uns setenta feridos, e do lado deles só oito mortos e quinze feridos (JC741v/742r). O patriota anônimo não menciona as perdas holandesas, e só quatorze mortos e feridos do lado deles (PA773v), ao passo que Sampaio refere quatorze mortos próprios e igual ao número de feridos, ao lado de nada menos que 700 mortos e 217 feridos holandeses (CS7).

“Paressendo ao vizorey e mais gente avião morta muita gente, sabendo que entre feridos e mortos não avia que catorze – entrando sete pretos – levantou o arcebispo ao mãos ao ceo dando graças a Deos das mercês que nos tinha feito. Vizorey veo a bordo da capitana das as graças ao general, fidalgos, soldados, oficiais e gente de mar do bem que o avião feito” (PA773v).

“Nesta última batalha o almirante espanhol nos estragou muito, porque nos arrancou a verga da gávea e o tamborete do mastro do traquete; também um tiro longitudinal pelo gurupés de cinco pés de comprimento. Nosso mastro do traquete ficou tão atingido que ameaçou cair pela borda fora” (JC741v *trad.*).

Felizmente, tais danos materiais podiam ser restaurados em seguida, mas não os imateriais causados pelo comportamento covarde dos comandantes dos navios *Egmond*, *'s-Gravenhage*, *Vlissingen* e *Zeepaard*, que nem tiveram a coragem de aproximar-se aos galeões inimigos. O almirante Cooper viu-se forçado, portanto, a qualificá-los de ‘patifes perjuros’ (JC741v). Daquela primeira batalha naval do dia 21 de janeiro de 1637, Sampaio fez um extenso relato nas páginas 5-7 do seu panfleto, com o bombardeamento do galeão português *São Filipe* como dramático clímax. Depois da batalha, aquela nau resultou ser inaproveitável, de modo que as trintas peças que tinha foram descarregadas para reforçar o armamento dos demais galeões (CS7).

Como oficial da Marinha, Jacob Cooper não devia ocupar-se de assuntos diplomáticos. No máximo podia facilitar a realização deles, tal como fez em janeiro de 1637 mandando dois navios da sua esquadra à feitoria da Companhia das Índias Orientais em Dabul para entregarem as instruções de Batávia ao Embaixador Johan Van Twist para a missão diplomática dele à corte do sultão de Bijapur. Claro que Cooper só soube dos resultados daquela embaixada depois da sua volta a Batávia, mas como eles lhe interessavam bastante não deixou de incluí-los

no seu relatório aos dezessete Diretores Supremos da Companhia na Holanda:

“Também mandamos cartas ao nosso Embaixador Van Twist em nome do nosso Senhor General (Antônio Van Diemen) para instigar o sultão de Bijapur a que seu povo cercasse Goa do lado da terra, para que dito território fosse reduzido a grande penúria, uma vez que assim a importação dos víveres pode ser cortada por terra e por mar, com o resultado que dito Goa em breve tempo cairia nas mãos de Sua Majestade o Sultão. Logo depois o Sultão de Bijapur entrou em conselho com seus ministros, respondendo como segue: Este ano é tarde reunir a minha cavalaria e infantaria para cercar Goa do lado da terra, mas se a armada holandesa se decidir a voltar aqui no ano que vem, comunicando-me a tempo, então terei a minha gente preparada para o cerco de Goa” (JC740r *trad.*).

Acima ficou dito de passo que, em chegando, os navios da esquadra holandesa de bloqueio viram ancoradas cinco embarcações inglesas na Barra de Goa. Nessa altura a Inglaterra vivia em pé de paz com os portugueses na Ásia, tratando de obter em boa consulta seu quinhão no negócio das especiarias tropicais. O negociador britânico encarregado de realizar tal tarefa foi um tal Capitão John Weddell. A 27 de janeiro de 1637 concluíra suas negociações com os portugueses, preparando-se para sair do porto de Goa. A caminho fez uma visita de cortesia ao comandante neerlandês Jacob Cooper na *Utrecht*. Ele assim descreveu essa visita no seu relatório aos XVII Diretores da Companhia das Índias Orientais:

“Nos despedimos em boa amizade um do outro. Durante a entrevista eu lhes disse que se abstivessem doravante dos contatos com os portugueses, e que com ajuda nossa tratassem de expulsá-los da Ásia, porque a Inglaterra e a Holanda devíamos seguir vivendo em paz” (JC742r/v *trad.*).

John Weddell evidentemente foi um diplomata experimentado, porque não deu nenhuma resposta concreta à atrevida sugestão do Capitão Cooper, já que esse como oficial de marinha não era autorizado de formular tais propostas diplomáticas. Como prova da perícia política do Senhor Weddell, o patriota anônimo refere como o inglês, no dia antes da batalha naval do 21 de janeiro, oferecera a Antônio Teles duas pistolas e um molho de plumas brancas e vermelhas, com o pedido de fixá-las durante a briga, como penacho no chapéu. Atenção a que o capitão-geral reagira com a recompensa dum anel do valor de 300 patacões (PA772v). Sampaio refere-se a tal recompensa como diamante do valor de 2.500 cruzados (CS5). Para os holandeses, a seguinte e sem dúvida intencionalmente ventilada notícia do capitão inglês terá sido de grande importância prática:

“Também declarou que os portugueses estavam preparando tudo para a próxima saída, que estavam reforçando a carraca com sessenta peças, e que estavam retirando quantas (peças) podiam das demais naus” (JC742r *trad.*).

Depois do 27 de janeiro, durou ainda duas semanas para que os portugueses tivessem suas naus prontas para a nova batalha naval. Na madrugada de 11 de fevereiro, saíram finalmente da barra para o norte, e na tarde daquele dia teve lugar o primeiro encontro, sem graves danos para qualquer um dos dois partidos. Durante a noite, as duas esquadras barlaventearam para o sul às ilhotas detrás do Cabo Mormugão, e no decorrer do dia 12 de fevereiro ocorreu a principal batalha de todo o bloqueio. Cooper a descreveu como marinheiro perito com detalhes de primeira mão; o autor anônimo como diletante e a base de rumores; e Sampaio como repórter eloquente e bem informado. No seu relato, os três correspondem na descrição das dificuldades que os ventos sempre mudáveis entre leste e oeste com suas intermitentes calmarias causavam à execução das manobras das duas esquadras, porque naturalmente a intenção de cada uma era a de atacar o inimigo na melhor disposição possível do barlavento.

Da própria experiência, o Comandante Cooper sabia que as naus holandesas eram mais ligeiras e manobráveis que as portuguesas: “Cada perito da navegação sabe que é lícito dizer com palavras claras que as nossas naus são mais maneáveis que as deles” (JC739v *trad.*), mas infelizmente essa vantagem era invalidada nos momentos críticos pela cobarde deserção de quatro capitães da sua esquadra: os ‘patifes perjuros’ que comandavam as naus *Egmond*, ‘s-Gravenhage’, *Vlissingen* e *Zeepaard* (JC744v, 745v). Além disso, os portugueses serviam-se da artimanha – nos seus olhos inadmissível – das fragatas que, nas calmarias, vinham rebocar os galeões portugueses fora do perigo:

“Perfeitamente observamos a grande vantagem que os galeões dos ‘corajosos’ inimigos tiravam das suas fragatas, sobretudo nas calmarias, porque outro modo não lhes teria sido possível escapar-se das nossas mãos quando, na noite de 12 de fevereiro, os tínhamos encurralados entre a terra e nossas naus, porque com o vento da terra teriam sido soprados para nós, e com o vento do mar os teríamos podido atacar segundo nossa vontade, de modo que, graças a essas fragatas, os galeões e a carraca deles escaparam desse grande perigo” (JC745r *trad.*).

O objetivo principal dos dois partidos era o de destruírem as naus mais poderosas do oponente. Segundo o patriota anônimo, elas foram, na esquadra portuguesa, a capitana ou carraca de 54 peças, e a almiranta de 48; e na esquadra holandesa a nau fiscal ou *Utrecht* de 52 peças, e a capitana ou *Hof van Holland* de 50 peças. Durante os caprichosos episódios da batalha dos dias 11 e 12 de fevereiro, cada partido tinha suas oportunidades de alcançar esse objetivo. Foi no dia 12 que a luta entrou na fase mais dramática. A fonte anônima formulou-a desta maneira:

“Entrou a viração sedo, e com ella se veio o imigo em poupa de mandar a armada, todos em huma ala. (...) Chegando o imigo muito,

querendo recobrar o que tinha perdido, deram todas a carga na capitana e foram passado pella nao, e o mesmo e na almeranta. Surgiu a nao por não poder virar na volta do imigo, tendo dado suas cargas e bem empregadas. Virou o general sobre elles todos, e almiranta sobre huma nao. Foram três sobre ella de força. Foi virando a capitana em roda por entre todas, dando suas cargas de 54 pessas que traz. Perdeu o imigo o barlavento. Baralharam-se todos, a que se travou a mayor briga que tem ávido no mar salgado: dito por homens versados nellas e o nosso condestable-mor, que desbrigou 28 vezes com elles, mas não tão triscadamente. Durou esta batalha das duas oras da tarde até noite fechada, e com ella ficaram atrás quóantas nossas armadas neste estado e de Espanha tem tido com estes e outros borachos. (...) Da armada de remos disseram lhes parecera o galeão capitana hum inferno, e não menos o almiranta" (PA774v/5r).

E a fonte holandesa formulou assim outro episódio da mesma batalha:

"Uma vez que o almirante espanhol e a carraca se encontravam distanciados um tiro grande de meio quartau a barlavento dos seus galeões, e dita carraca a dois grandes tiros de mosquete ou mais detrás do seu almirante, estivemos resolvidos a atacar esses dois capitais galeões com a nossa Nau *Utrecht*, porque o almirante espanhol nos tinha cedido seus rumos, e a nós sobraria o tempo para carregar outra vez as peças antes de estarmos ao lado da carraca. Entretanto o almirante espanhol sofreria todas as forças da nossa armada, e nós voltaríamos a atacá-lo com o *Utrecht* antes da saída da nossa quinta nau; de modo que segundo todos os critérios humanos seria impossível que qualquer galeão suportasse tantas forças, e que não deixaria de nos cair nas mãos" (JC743r trad.).

Os três textos revelam mais dessas parrelhas sinópticas, mas levaria longe apresentá-las todas. Além da semelhança temática, elas oferecem animadas parciaisidades na interpretação ideológica. Depois de 12 de fevereiro não ocorreram mais batalhas, embora não faltassem as provocações para aceitá-las. Mas por causa das calmarias, falta de motivação, e talvez também por cobardia, várias oportunidades não foram aproveitadas. Também tinha chegado o momento de reparar os danos e de fazer o balanço dos mortos e feridos desta segunda batalha naval. E também aqui resulta haver surpreendentes diferenças. Diz o texto holandês:

"Soubemos de fonte segura que o inimigo teve 165 mortos e mais de 300 feridos, e isso só nesta segunda batalha. Nós só tivemos quinze mortos com 45 feridos, cuja maioria entretanto já ficou curada" (JC745r trad.).

No entanto, o português anônimo oferece essas cifras:

"Correo o nosso general os galeões. Parecendo-lhe avia muita gente morta não achou mais que hum homem na almiranta e três feridos, e no seu galeão dois brancos e hum preto, e três feridos" (PA775r).

Sampaio refere quatro mortos e doze feridos do lado português, além dum número desconhecido mas sem dúvida muito elevado entre os holandeses (SC9). A respeito dos danos materiais na esquadra inimiga, diz o autor anônimo:

"Afastou-sse o inimigo levando vergas de traquete e gávias embaixo, e à vista feitos muitos e mui grandes buracos no casco, que toda a noite gastou em pendores; e sem dúvida se o mar não fora tão plaino hiriam algumas ao fundo" (PS7775r).

Foi portanto mais que motivado que, depois da batalha, o capitão-geral português foi elevado aos céus por eloquentes eclesiásticos e melodiosos coros de meninos:

“Ouve nesta cidade mil louvores em púlpitos por religiosos muy doctos, entrando meninos em endechas e chácaras o valor e esforço de tal general, dizendo a vozes repetidas: Viva o Grão Antônio Teles, Honrra da Índia e Nação Portuguesa” (PA775r).

No seu relato, o autor anônimo não foi além dos acontecimentos do dia 13 de fevereiro de 1637, ao passo que o bloqueio ainda durou até ao dia 2 de maio. Na sua conclusão final, tem-se esforçado por denegrir quanto possível as ações holandesas. Seu parágrafo final, portanto, reza assim:

“Continua o imigo com o serco por guardar o regimento que tem que diz o faça até abril, mas não como antes que surge afastado, e já o ouvera de quebrar se não fora perdendo de todo o crédito com os mouros. O seu general, por nome Jacob Cooper, se offereceu para esta empresa, e que não deixaria entrar nem sair couza alguma como fazia antes das brigas; mas depois delas entram e saem nossas embarcações do alto e baixo borde, navegam nossas cáfilas, não teve de preza mais que humana mourisca de hum vassalo do Mogor que vinha carregada de madeira para esta cidade da de Couchim” (PA775v).

Contrariamente, Couto de Sampaio pôde apreciar as qualidades náuticas dos holandeses. “Com a vida de pilhagem que exercitam nos levam conhecida vantagem em canhões e artilheiros, enchendo de admiração todos os séculos futuros.” E também: “Não lhes posso negar incomparável indústria e diligência, porque ficando huma de suas naos com o goroupés descavalgado e feito em achas, ao outro dia amanheceu sem que se enxergasse falta” (CS8). O panfleto dele descreve também o cerco do ano de 1638 que, por motivos óbvios, deixei fora de consideração neste artigo. Mas é evidente que as repetidas fugas dos capitães ‘perjuros’ dos navios *Egmond*, ‘*s-Gravenhage*, *Vlissingen* e *Zeepaard* não escaparam da atenção dos portugueses. Finalmente a cobardia deles não

deixaria de prejudicar a reputação do próprio Jacob Cooper; de todos modos, Sampaio chegou a essa conclusão no último parágrafo que dedicara ao cerco de 1637:

“Porque foy tão notória a covardia com que peleijou, foy deposto do cargo de geral em aportando a lacatrá, e em seu lugar eleito o mais experimentado capitão que nestas partes tinham, chamado Adam Westerwolt” (CS10).

Quão grandemente contrastaram essas conclusões dos oponentes portugueses com a opinião do próprio Jacob Cooper. Quando ele na seguinte conclusão fala de “três naus nossas” quer dizer que, das sete naus que integraram a esquadra de bloqueio holandesa, no momento crítico só três se comportaram devidamente, a saber as nomeadas *Utrecht*, *Hof van Holland* e *Veer*, e que os comandantes das outras como ‘patifes perjuros’ se tinham manifestado tão cobardes que a tripulação do *Utrecht* estivera a ponto de linchá-los. “Correram o perigo de ser trucidados por nossa gente” (JC744r trad.). Porque apesar dessa redução de suas forças estava convencido de ter cumprido devidamente as ordens dos diretores da sua Companhia Batávia, em proveito da Companhia das Índias Orientais:

“Estando aqui na costa da Índia diante das portas de Goa pegamos a força marítima de Portugal com só três naus nossas do mar afora e por baixo das suas fortalezas. Também impedimos a saída de carracas e outros galeões carregados de fretes de retorno a Portugal, pelo que não deixarão de subir os preços das especiarias de Vossas Excelências” (JC745r trad.).

O Comandante Cooper, por outras palavras, ficou muito contente dos resultados da sua missão. Ela terminara em maio. “A dois de maio saímos de Goa com toda a armada rumo a Batávia, onde ancoramos seis semanas mais tarde” (JC745v trad.). Isso deve ter sido por volta do dia 14 de junho de 1637. Mas se na sua volta contara com uma recepção calorosa, essa ilusão em seguida foi frustra-

da pela cínica pergunta de uma personagem anônima que seguramente pertencia ao Conselho das Índias porque assistia a reuniões onde se bebiam custosíssimos garrafões de vinho do Reno do valor de uma peça-de-oito ou seja de um risdale. Segundo Cooper, formular uma pergunta tão obtusa equivalia a “um erro tão grande como a argola duma âncora de mais de 3.000 libras de peso e pela qual pode passar um boi” (JC746r *trad.*). A pergunta em questão foi esta:

“Chegando a Batávia na opinião de que o serviço que realizáramos em Goa seria muito

agradável a Vossas Excelências, nos perguntaram porque não tínhamos tomado e levado a Batávia a armada espanhola” (JC746r *trad.*).

Como funcionário subordinado, Cooper unicamente podia tragar a ofensa e comunicá-la aos dezessete diretores da Companhia das Índias Orientais na Holanda. Porque como “fiel servidor” terminou seu relato com o voto tradicional: “Aqui termino rogando a Deus mantenha Vossas Excelências em boa saúde e prosperidade” (JC746v *trad.*).

## **FONTES:**

Anônimo, 1637. – *Breve relação das batalhas que o Ilustríssimo e Invicto Capitão-Geral Antônio Teles deu na Barra de Goa a dez naos olandezas: sete de muita força e três pequenas, que vyerão pôr serco a dita barra, com seis galeões de ser cargo.* (Arquivo Nacional Haia, OBP 1638, VOC 1125: 772r-775v.)

Cooper, Jacob. (Relatório, Batávia, 7 de dezembro de 1637.) – *Edele Erentfeste Achtbare Wijse em Welvoorsienige Heeren, Mijn Heeren Mayoors van de Vereenichde Geoctroyeerde Oost-India.* (Aos Ilustríssimos Senhores Directores da Companhia das Índias Orientais.) (Arquivo Nacional Haia, OBP 1638, VOC 1125: 738r-746v.)

Couto de Sampaio, Salvador do. *Relação dos successos vitoriosos que na Barra de Goa houve dos hollandezes Antônio Teles de Menezes, Capitão-General do Mar da Índia, nos annos de 1637 e 1638.* Coimbra, Lourenço Craesbeeck, 1639. (Cleveland Public Library, Ohio, E.U.A.)

## **BIBLIOGRAFIA:**

Álvarez Nunes, Maria Tereza. “Oceano Índico.” In: Albuquerque, Luis de, & Francisco Contente Domingues, (Coordenadores). *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 1: 526-528. Lisboa, Caminho, 1994.

*Atlas de Portugal Ultramarino e das grandes viagens portuguesas de descobrimento e expansão.* Lisboa, Ministério das Colônias, Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais, 1948.

Gommans, Jos, Jeroen Bos & Gijs Kruytzer. *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnie*, 6: *Voor-Indië, Perzië, Arabisch Schiereiland.* (Grande Atlas da Companhia das Índias Orientais, 6: Índia, Pérsia, Península Arábica.) Voorburg, Atlas Maior, 2010.

Leitão, Humberto, & José Vicente Lopes. *Dicionário da linguagem de marinha antiga e actual.* 2ª ed. Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações do Ultramar, 1974.

Linschoten, Jan Huygen van. *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Edição preparada por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Roelofs, M. Antoinette P. *De vestiging der Nederlanders ter kuste van Malabar*. (O estabelecimento dos Holandeses na Costa do Malabar.) 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1943. (Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor de Taal-, Land- en Volkenkunde van Nederlandsch-Indië 4.)

Silva, Daya de. *The Portuguese in Asia. An annotated bibliography of studies on Portuguese colonial history in Asia, 1498-c. 1800*. Zug, IDC, 1987. (Bibliotheca Asiatica 22.)

Veen, Ernst van, & Daniël Klijn. *A guide to the Sources of the History of Dutch-Portuguese Relations in Asia, 1594-1797*. Leiden, Institute for the History of European Expansion, 2001, (Intercontinenta 24.)

Witteveen, Willem Menno. *Antonio van Diemen. De opkomst van de VOC in Azië*. (O desenvolvimento da Companhia das Índias Orientais na Ásia.) Amsterdam, Pallas Publications, 2011. (Tese de doutoramento, Universidade de Leiden, 10 de março de 2011.)

---

<sup>1</sup> As citações das fontes primárias são providas, entre parênteses, dos números das suas folhas ou páginas. Além disso, as traduções das fontes holandesas são providas da menção *trad.* As fontes citadas são individualizadas pelas seguintes abreviações em letras maiúsculas:  
CS = Couto Sampaio, JC = Jacob Cooper, PA = Patriota Anônimo.

# Gomes Freire de Andrada e os conflitos pela demarcação de fronteiras meridionais nas Américas: redes de poder e estratégias de ação na segunda metade dos Setecentos

**Mônica da Silva Ribeiro**

*Mestrado (2006) e Doutorado (2010) em História pela UFF. Trabalhou como documentalista e pesquisadora da Fundação Biblioteca Nacional (2008 a 2010). Atualmente, é professora adjunta de História Moderna da UFRRJ, Campus Nova Iguaçu.*

## RESUMO

A partir de meados do século XVII, Portugal e Espanha começaram a disputar a posse e a manutenção de territórios na América. Os conflitos pela demarcação das fronteiras meridionais se tornaram cada vez maiores e, para tentar resolver a situação, foi celebrado, em 1750, o Tratado de Madri. Foram os problemas decorrentes da execução desse tratado que fizeram com que a presença do governador do Rio de Janeiro e do centro-sul da América portuguesa nesse período, Gomes Freire de Andrada, se tornasse fundamental na região. Nesse contexto, o presente trabalho tem como intuito analisar a atuação governativa de Gomes Freire e sua relação com os representantes espanhóis, com os índios, com os jesuítas e com os oficiais lusitanos subordinados a ele, apresentando suas redes sociais e de poder, e suas estratégias de ação.

**PALAVRAS-CHAVE:** fronteiras meridionais; Américas; Gomes Freire de Andrada

## ABSTRACT

From the mid-seventeenth century, Portugal and Spain began to question the ownership and maintenance of territories in America. Conflicts over demarcating southern borders have become increasingly larger, and to try to resolve the situation, was celebrated in 1750, Treaty of Madrid. Problems arising from the implementation of this treaty made the presence of the governor of Rio de Janeiro and south-central of Portuguese America in this period, Gomes Freire de Andrada, became fundamental in the region. In this context, the present work has the purpose to analyze the governmental performance of Gomes Freire and his relationship with spanish agents, with autochthons, with jesuits and with lusitanian officers, showing his social networks, and his strategies.

**KEYWORDS:** southern borders; Americas; Gomes Freire de Andrada

Desde metade do século XVII, “o eixo dinâmico do Império Colonial Português havia se afirmado definitivamente no Atlântico, ficando as possessões orientais num plano secundário”.<sup>1</sup> Além disso, uma redefinição também se estabeleceu entre os países europeus, tanto num plano continental quanto colonial, e as nações ibéricas, assoladas por problemas econômicos e de política interna, não podiam mais competir com as novas potências europeias que passa-

ram a conquistar entrepostos coloniais e estabelecer uma grande disputa pelo comércio e pela posse de regiões ultramarinas.

Portugal e Espanha, já não tão poderosos e absolutos como antes, começaram a contestar, após o fim das guerras de restauração, a posse e a manutenção de territórios na América, em vista da importância dessa região, especialmente em sua área voltada para o Atlântico. Daí, então, se desenvolveram alguns dos principais conflitos entre espanhóis e portugueses no período, em especial no que diz respeito a expansão territorial e delimitação de fronteiras ao sul das Américas.

Em relação ao Império luso, foram nos anos de 1675 e 1676 que D. Pedro começou a outorgar, de maneira mais regular, capitâneas meridionais da América portuguesa, chegando mesmo a fazer concessões em áreas muito próximas ao estuário do Rio da Prata<sup>2</sup>, movimento esse que favoreceu a fundação da Colônia do Sacramento em 1680.

Segundo Antonio Carlos Jucá de Sampaio, a fundação da Colônia seria um claro indicativo do quanto a Coroa portuguesa ambicionava os metais preciosos, que ainda não haviam sido encontrados nos domínios lusitanos da América. Isso porque a Colônia do Sacramento funcionaria como um caminho até as minas de Castela, e possibilitaria um lucrativo comércio entre essas minas e o território português.<sup>3</sup>

A preocupação com a fronteira meridional da América portuguesa tornava-se cada vez maior, e as duas décadas seguintes à criação da Colônia foram marcadas por certo desenvolvimento populacional, mas as disputas com os espanhóis pela posse da região permaneciam, com algumas derrotas dos portugueses nos campos de batalha, como a ocorrida em 1704-1705, quando os espanhóis conquistaram a Colônia e expulsaram os lusitanos.

Em 1716, com a reconquista do território pelos portugueses, deu-se a segunda fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento e, poucos anos depois, ocorreu uma "fase de esplendor econômico e social que correspondeu aproximadamente ao governo de Antonio Pedro de Vasconcelos (1722 a 1749)".<sup>4</sup> Para conter a expansão da Colônia,

os espanhóis fundaram Montevidéu e, entre 1735 e 1737, iniciou-se um intenso cerco hispânico ao território português.

Como sabemos, em 1750 foi celebrado um importante tratado em relação às fronteiras meridionais espanholas e portuguesas, o Tratado de Madri, que determinava a perda da Colônia do Sacramento pelos lusitanos, mas os recompensava com a posse do território dos Sete Povos das Missões. Mas, para tal troca, os índios do lado espanhol deveriam ser retirados das terras, e justamente aí residiu um dos maiores entraves para a concretização do tratado.

Foram exatamente os problemas decorrentes da execução do Tratado de 1750 que fizeram com que a presença de Gomes Freire de Andrada se tornasse imprescindível na região naquele período. Assim, para tratar dessa questão tão importante, o governador da capitania do Rio de Janeiro, e também responsável por toda a região centro-sul, foi nomeado como primeiro e principal comissário português das demarcações meridionais, e deslocou-se para lá em 1752, permanecendo no território por cerca de sete anos.

Já no ano seguinte, em 1753, Gomes Freire enviava ofício para Diogo de Mendonça, no qual atribuía unicamente aos manejos dos jesuítas a resistência que os indígenas das Missões opunham às ordens régias.<sup>5</sup> Falava ainda da intervenção dos padres na evacuação das aldeias, e da necessidade de empregar forças militares para consegui-la<sup>6</sup>, além de informar sobre as conferências que tivera com o Marquês de Val de Lyrios e o governador de Buenos Aires, D. José de Andonaegui.<sup>7</sup>

Os índios buscavam garantir seus direitos históricos sobre as terras na parte até então espanhola, reconhecidos inclusive pelo rei da Espanha. Contudo, as reivindicações indígenas não foram atendidas, e eles decidiram fazer uma rebelião armada, em 1754, que ficou conhecida como Guerra Guaranítica, e durou até 1756.

A respeito do impasse estabelecido, a Coroa portuguesa acreditava que a execução do tratado de limites estava sendo dificultada, na verdade, pelos jesuítas, que teriam ficado tão poderosos, ao longo dos anos, tanto na América portuguesa quanto

na espanhola, “que seria necessário romper com elles huma guerra difficil, para a referida execução ter o seu devido effeito”.<sup>8</sup>

Segundo os portugueses, as tropas dos dois monarcas estavam em marcha, no ano de 1752, para fazerem as mútuas entregas das aldeias da margem oriental do Rio Uruguai, e da Colônia do Sacramento, quando foram surpreendidos pelos padres da Companhia, pedindo a suspensão necessária para os índios das referidas aldeias colherem seus frutos e se transmigrarem mais comodamente às suas habitações, no que foram atendidos. Contudo, tal pedido seria uma estratégia dos religiosos para ganharem tempo para melhor se armarem e prepararem os índios para a rebelião, com a finalidade de se conservarem naquilo que os lusitanos chamavam de usurpação dos territórios e de seus habitantes. Assim, logo que terminaram tais pretextos, e os comissários das duas Cortes intentaram avançar para fazerem as mútuas entregas, descobriram fortes oposições. Sobre o episódio, relata Gomes Freire, escrevendo ao Marquês de Val de Lyrios, em 24 de março de 1753:

V. Excellencia com as cartas, que recebe, e com os Avisos, ou chegada do Padre Altamirano, entendendo acabará de persuadirse que os Padres da Companhia são os sublevados. Se lhes não tirarem das Aldeas os seus *Santos Padres* (como elles os denominão) não experimentaremos mais do que Rebelioens, insolências, e desprezos [...] Isto que nos fazia horror, depois da experiência da Campanha o temos já por indubitável.<sup>9</sup>

Visto isso, no final do ano de 1753 e início do seguinte, nas conferências de Castilhos, os dois principais comissários, Gomes Freire e Marquês de Val de Lyrios, marcharam com seus exércitos a fim de evacuar aquele território pela força das armas. Assim, vieram logo os índios em grande número atacar duas vezes a fortaleza que os portugueses tinham sobre o Rio Pardo. Foram feitas então conferências entre Gomes Freire, Val de Lyrios e D. José de Andonaegui sobre a forma de ocuparem as aldeias das Missões.<sup>10</sup>

Os ataques ao forte do Rio Pardo foram realizados no início de 1754. O primeiro não teve sucesso, e os indígenas tentaram uma segunda vez. Só que, nessa tentativa, os indígenas acabaram sendo rechaçados, cinquenta deles foram feitos prisioneiros, e foram enviados em uma embarcação para a vila do Rio Grande.

Nas datas de 20 de abril e 21 de junho de 1754, os prisioneiros foram questionados a respeito dos motivos das crueldades que tinham praticado naqueles ataques. A resposta foi a seguinte:

Os Indios prizioneiros decla-  
rão, que os Padres vierão em sua  
companhia até o Rio Pardo: E que  
nelle ficarão da outra banda. Di-  
zem que são das quatro Aldeas  
de São Luiz, São Miguel, São Lou-  
renço, e São João. Hum delles diz,  
que na Aldea de São Miguel ainda  
há quinze peças. Perguntandose-  
lhe a razão com que em matando  
algum Portuguez lhe cortão logo  
a cabeça, disserão, que os seus  
Beatos Padres lhe seguravão, que  
os Portuguezes, posto se lhe des-  
sem muitas feridas, muitos delles  
resuscitavão, e que o mais seguro  
era cortarlhes a cabeça.<sup>11</sup>

Na embarcação que seguia para o Rio Grande, os indígenas acabaram enfrentando os portugueses, e muitas foram as mortes, tanto dos lusitanos, quanto dos índios. Sobreviveram 13 indígenas e, ao chegarem ao Rio Grande, Gomes Freire os recebeu. Entre os índios aprisionados, estava o guarani Crisanto Nerenda, mordomo do povo de São Luís. Crisanto escreveu um relato dos acontecimentos, e foi chamado, por diversas vezes, para conversar com Gomes Freire. O interesse do governador era convencer os índios, através daquele que seria uma espécie de “líder”, de que seria melhor para eles se aliarem aos portugueses. Gomes Freire sabia que a aliança com esses nativos seria fundamental para resolver o problema dos limites meridionais, acabar com os conflitos e as disputas, e possibilitar assim a organização, o domínio e o povoamento das terras meridionais portuguesas.

Gomes Freire tentou, de várias formas, dissuadir Crisanto das suas convicções, buscando convencê-lo que seria melhor viver entre os portugueses do que com os jesuítas, nas Missões:

Concomitante com a "propaganda" do quanto era "boa" a vida dos índios que aderiam aos portugueses, Gomes Freire também desenvolvia uma retórica que visava minar a confiança depositada pelos missionários nos padres. Assim, reiterou para Crisanto que ele, apesar de viver e trabalhar para os jesuítas, andava malvestido e descalço como se fosse um "infiel", o que, naquele contexto, significava ser um índio não convertido ao cristianismo.<sup>12</sup>

A retórica utilizada pelos portugueses visava a mostrar aos índios que os verdadeiros inimigos dos portugueses não eram eles, os nativos, mas os jesuítas. Dessa forma, Gomes Freire afirmava para Crisanto que os missionários que se transformassem em aliados seriam bem tratados e receberiam cargos de chefia, o que denotava prestígio.

Contudo, a conciliação, a negociação e os meios pacíficos não eram as únicas estratégias de Gomes Freire para resolver o impasse. Não vendo solução para o problema, o governador decidiu endurecer o discurso. Assim, em carta dirigida aos caciques dos índios das aldeias das Missões, o governador incitava-os a se entregarem, para evitar o emprego de violências para a sua ocupação.<sup>13</sup>

Expôs a eles o que ficou estabelecido no Tratado de Limites, e exigia que cumprissem as ordens recebidas, para que não tivesse ele que recorrer a atos de hostilidades, e os ameaçava de ataque armado no caso de não se submeterem.<sup>14</sup> Feito isso, comunicou Sebastião José de Carvalho e Melo das providências que tomou quanto ao envio de tropas à tranqueira do Rio Iguaíba e a sua disposição de atacar os índios no caso de não atenderem ao que lhes propôs em carta enviada aos caciques.<sup>15</sup>

Enquanto isso, Gomes Freire circulava constantemente entre os territórios em disputa. O general português saiu do Rio

Grande de São Pedro em 28 de julho de 1754, e chegou à fortaleza do Rio Pardo dois dias depois. Logo lhe apresentaram os índios rebeldes que estavam naquela fortaleza. Em setembro, Gomes Freire voltava ao Rio Pardo e, no dia 7, encontrou os indígenas no principal posto da região, fortificados com duas trincheiras. Mandou falar-lhes, e

responderão que alli se achava o seu Mestre de Campo chamado Andrés, o qual tinha ordem dos seus Superiores para não consentirem, que sem licença sua pudessem os Portugueses passar adiante.<sup>16</sup>

Pascoal de Azevedo, governador da capitania do Rio Grande de São Pedro nesse momento (esteve na administração desse território entre os anos 1752 e 1761), ainda tentou avisar Gomes Freire do ocorrido no Rio Pardo antes que ele lá chegasse. Escreveu uma carta em tom de desespero para o futuro Conde de Bobadela, na tentativa de que a mesma estivesse em suas mãos antes que atingisse a área do Rio Pardo.

O governador do Rio Grande relatava que às três horas da tarde daquele dia que escrevia – 2 de setembro de 1754 – chegou à referida capitania o Capitão D. Filipe de Mena, enviado do General Andonaegui, com cartas em que avisava da total rebelião, não apenas das Missões, mas de tudo o mais,

e como dito Capitam não poderá chegar com a brevidade que se requer, e eu desejo, adianto esta que eu quizera voasse as mãos de Vossa Excelência para lhe suspender os passos, que possa dar, ou haver dado adiante do Rio Pardo; pois esta creyo ser a diligencia de que o dito Capitam vem encarregado, como melhor dirá quando chegar a presença de Vossa Excelência pois pela manhã continuará a sua diligencia, e marcha até encontrar com Vossa Excelência.<sup>17</sup>

Gomes Freire relatou o ocorrido à Corte, em carta de 14 de setembro de 1754. Constatou como foi a chegada e o momento que se deparou com os indígenas rebelados.

Vendo a situação que se encontrava, o governador utilizou uma estratégia:

Tratando os com mimos os fiz entender quanto era horroroso vê los rebeldes a S. M. C. quando a Sua Real benevolência era tão patente como nas minhas cartas havia referido aos seus Caciques, e me mostrei escandalizado de me não darem resposta; e eles a derão assegurando que seus Caciques vinhão em marcha a ver me.<sup>18</sup>

Dessa forma, “muito satisfeitos dos mimos que lhes fiz”<sup>19</sup>, e percebendo que Gomes Freire não ia se afastar com suas tropas – que se posicionaram à frente da trincheira indígena com nove peças de artilharia,

posarão Bandeira branca, e disserão eles se retiravão e podião seguramente passar os meos soldados. Em húa canoa, que podemos fazer no dia antecedente passarão os officiaes, e alguns soldados armados, e a Roupa e armamentos. Sessenta soldados sem demora a nado passarão o Rio. Chegando a outra parte baixarão desarmados os officiaes dos Rebeldes.<sup>20</sup>

Apesar dos agrados, transformar a mentalidade dos índios, fazendo-os colaborar com os portugueses, era bastante difícil, em decorrência da lealdade ilimitada que tinham com os religiosos da Companhia de Jesus. Gomes Freire percebia isso claramente, e destacava esse ponto, informando ao rei que “pelo que estou acostumado a ouvir a estes Indios, eles temem mais enfadar, ou desgostar os seus Padres que exporemse ao dezagrado do seu Soberano”.<sup>21</sup>

Assim, as batalhas não se encerravam por aí. Gomes Freire sabia que as disputas continuavam e, por isso mesmo, pedia, nessa mesma correspondência, que sua majestade lhe informasse como deveria proceder daquele momento em diante:

Como Vossa Excelência he general mandante, e não devem estas Tropas avançarse, ou retirarse sem que Vossa Excelência com a brevi-

dade que he indispensável positivamente me declare o que eu como auxiliante devo executar.<sup>22</sup>

Gomes Freire de Andrada também escrevia para Diogo de Mendonça Corte Real, referindo-se à má fé da Corte de Madri e à interferência dos padres da Companhia na ocupação das Missões<sup>23</sup>; e para Sebastião José de Carvalho e Melo, dando conta dos últimos acontecimentos na região. Em 23 de setembro de 1754, relatava acreditar na superioridade das armas dos portugueses frente aos rebeldes, e afirmava ainda que

na forma que estou atrincheirado, e cuberto me não poderião bater sem que nos deixem na nossa mão a victoria e ainda que o número dos Rebeldes seja excessivo os não considero práticos na arte da guerra posto mais e mais os animem os seus Beatos Padres.<sup>24</sup>

Em um panorama geral, Gomes Freire dizia a Pombal que a Praça da Colônia estava com mais de 500 soldados, além das milícias. Sobre o lado espanhol, o governador afirmava não acreditar que as suas tropas poderiam atacar a Praça sem que da Europa lhe chegassem reforços.

No mês seguinte, Carvalho e Melo respondia a Gomes Freire, tratando das suas reflexões acerca do problema dos limites meridionais. O futuro Marquês aconselhava o governador a se acautelar acerca do modo como se deviam ocupar as terras conquistadas, para que fosse possível assegurá-las,

para que não seja entregue a Vossa Excelência em hum mês, e tomado no outro; quando he certo que os Índios, e o seus Dominantes tem naquele Território as consideráveis forças que já vão aparecendo, e que os novos Povoadores vassallos de Sua Magestade não hão de ter.<sup>25</sup>

O ministro português mostrava-se ainda preocupado com o futuro do Tratado de Limites e já avisava dos rumores que vinham surgindo, nas duas Cortes, que falavam em se anular o referido tratado, assinado em 1750.

Pombal buscava racionalizar as ações a serem executadas naquele território, e transmitia suas ideias a Gomes Freire para que as colocasse em prática, quando as ocasiões fossem propícias. Sobre o posicionamento das tropas, dizia:

Neste sentido, tomando Vossa Excelência por objecto, que a Corte de Madrid nos faça huma Barreira da outra parte do Rio Uruguay pondo nella Governador separado de Buenos Ayres, e Ministros civis, que continham aquellos Povos na devida obediência de El Rey Catholico; se explicará sempre com tal circunspeção, que reduzindo-se a pedir providencias para a segurança das Aldeas cedidas faça tudo quanto couber na sua possibilidade para o arbítrio de por Hespanha Governador e Magistrados naquelle Território venha à Corte de Madrid como idea própria do Marquez de Val de Lyrios.<sup>26</sup>

Nesse trecho do documento, podemos perceber a estratégia usada por Pombal para que os espanhóis agissem de modo que fosse favorável aos interesses lusitanos, mas sem parecer que foram os últimos, representados por Gomes Freire, que influenciaram na decisão. Gomes Freire deveria fazer crer à Corte madrilena que a ideia havia sido do comissário espanhol. Dessa forma, vemos que os portugueses realizavam estratégias importantes para conseguir resolver o problema da demarcação de limites de maneira que atendessem às expectativas do Império português e, para isso, jogavam tanto com os índios quanto com os espanhóis.

Gomes Freire permaneceu, nesse território em conflito, durante três meses, e o exército português teve uma convivência assídua com os índios. Quando os últimos iam até o acampamento, Gomes Freire fazia questão de recebê-los pessoalmente, sempre os tratando muito bem, e o exército estava munido de presentes, levados especialmente para os índios.

Assim, Elisa Garcia destaca que a negativa dos índios em deixar a região não significava, necessariamente, uma decisão de guerra contra as comissões demarcadoras

e, em alguns momentos, maturavam a ideia de permanecer nas Missões sob a administração portuguesa:

Se a maioria dos missioneiros, principalmente os sublevados contra o Tratado, mantiveram a sua oposição ao exército português, considero, por outro lado, que os lusitanos, através da sua política, conseguiram atrair parte deles, que ficaram interessados nas suas propostas.<sup>27</sup>

Contudo, apesar das tentativas de acordo, e da celebração de uma convenção de paz, assinada em 1754, a situação permaneceu tensa e indefinida. A referida convenção foi realizada entre Gomes Freire e os caciques, com a finalidade da suspensão de armas.

O acordo foi assinado no dia 14 de novembro de 1754, no campo do Rio Jacuí, onde Gomes Freire se encontrava acampado. Foram, à presença do governador, D. Francisco Antonio, cacique do povo de Santo Ângelo, D. Christoval Acatú e D. Bartolo Candiú, caciques do povo de São Luís, e D. Francisco Guacú, corregedor, também da redução de São Luís. Ao negociar com esses indígenas, Gomes Freire surpreendeu-se particularmente com as qualidades do guarani missioneiro Guacú. Em correspondência enviada a Pombal, destaca as qualidades do índio, afirmando que “este homem he mais racional, e fino do que cabe na criação de semelhante gente.”<sup>28</sup> As cláusulas da convenção eram as seguintes:

Que se retirarian luego los Caciques com los Oficiales, y Soldados a sus Pueblos, y el Exercito Portuguez sin hazerles dano, o hostilidade alguna passaria el Rio pardo, conservandole de uma parte, y outra em entera paz, hasta determinacion de los dos Sobranos, Fidelissimo, y Catholico, o bien hasta que el Exercito Hespañol salga á Campana, porque en saliendo, el Exercito Portuguez precisamente há de seguir las ordenes del General de Buenos Aires; y para que se no sucite duda

alguna, se declara es la Division interina del Rio de Viaman por el Guayba arriba hasta adonde le entra el Jacuhy, que es este em que nos allamos campados, seguiendole hasta su nacimiento por el braço que corre de Sudueste. A lo que em esta Division de Rios queda a la parte del Norte no passará ganado, o Índio alguno, y siendo encontrados se poderá tomar el ganado por perdido, y castigar los Índios que fueren hallados; y de la parte de Sul no passará Portuguez, y siendo hallado alguno será castigado por los Caciques, y de mas Justicias de dichos Pueblos em la misma fórmula; excepto los que fueren mandados com cartas de uma, o outra parte, porque estos seran tratados com toda fidelidad: e de como assilo prometieron executar tanto el dicho Excelentissimo Señor General por su parte como los referidos Caciques por la suya lo firmaron todos, y juraron a los Santos Evangelios en que pusieron sus manos derechas em mano del Reverendo Padre Thomas Clarke, y yo Manoel da Silva Neves Secretario de la Expedicion que lo escrevi.<sup>29</sup>

Assim sendo, Gomes Freire escrevia, em dezembro, cartas para Sebastião José de Carvalho e Melo, relatando o que se havia passado com a ocupação de algumas aldeias das Missões e o acordo a que chegara com os índios que as defendiam<sup>30</sup>, além de afirmar que o obstáculo à ocupação não havia sido a força dos indígenas, mas a influência dos jesuítas na Corte de Madri e no exército espanhol.<sup>31</sup>

Nesse mesmo período, Carvalho e Melo escrevia para o governador da Colônia do Sacramento, Luís Garcia de Bivar, lamentando as hostilidades no território das Missões e manifestando inquietação pela sorte do exército de Gomes Freire.<sup>32</sup>

Chegando regularmente as informações sobre o que vinha acontecendo às Cortes, percebendo-se que os problemas continuavam, apesar da convenção assinada em 1754, foram expedidas ordens pela de Madri ao Marquês de Val de Lyrios, e esse as refe-

ria a Gomes Freire, em carta de 9 de fevereiro de 1756. Na correspondência, a Coroa espanhola também culpava os jesuítas daquela província pela rebeldia dos índios. Assim, a Corte de Lisboa instruiu Gomes Freire a auxiliar com todo vigor possível o general espanhol para reduzir a sujeição daquela escandalosa rebeldia.

Quando tais ordens chegaram, já tinham concordado novamente os dois comissários a juntarem os seus exércitos para entrarem em Santa Tecla e sujeitarem os povos rebelados, o que correu no dia 16 de janeiro de 1756. Ao avançarem, foram novamente atacados, mas os indígenas acabaram derrotados. Chegavam, enfim, os exércitos a São Miguel em 16 de maio. E, em carta de 26 de julho, Gomes Freire escrevia à Corte de Lisboa:

Os Padres hoje como no primeiro dia sentem perder, e os Índios vivem a estes em huma obediencia tão cega, que ao presente em este Povo estou vendo mandar o Padre Cura aos Índios, que se lancem por terra, e sem mais prizão, que o respeito levão vinte e cinco açoutes, e levantandose vão darlhe as graças, e beijarlhe a mão. Estas pobrissimas famílias vivem na mais rígida obediencia, e em maior escravidão, que os Negros dos Mineiros.<sup>33</sup>

Após a derrota das milícias indígenas, os exércitos ibéricos entraram nas Missões; os portugueses se alojaram em Santo Ângelo, e os espanhóis em São João. Logo que se estabeleceu, Gomes Freire tratou de continuar seguindo as instruções de Sebastião José de Carvalho e Melo, que recomendava o bom tratamento aos índios, procurando conquistar sua amizade e os afastar de espanhóis e jesuítas.

Assim, ficaram claras as diferenças de tratamento dos dois exércitos em relação aos indígenas. As desigualdades começaram já no momento de divisão do butim de guerra: enquanto os espanhóis faziam a divisão habitual, dividindo entre os soldados os bens das reduções, Gomes Freire não permitiu que os portugueses fizessem o

mesmo. Afirmou, em público, que, em nome do rei, em seu próprio nome e em nome dos seus soldados, renunciava os bens em favor dos índios:

Note-se que Gomes Freire não apenas impediu a divisão do butim entre os portugueses, mas fez questão de dizê-lo em alto e bom som, transformando a sua atitude em um instrumento político e representando para os índios uma imagem meticulosamente construída dos portugueses. A estratégia parece ter dado resultados. A notícia da diferença no tratamento concedido aos índios pelos portugueses e espanhóis se espalhou pelos demais povos.<sup>34</sup>

Gomes Freire buscava sempre se mostrar magnânimo, principalmente quando os espanhóis pretendiam castigar os índios, e os tratava com os preceitos de etiqueta em voga em uma sociedade de corte. No período em que esteve nas Missões, o governador percebeu que suas chances de atrair os missionários eram maiores, e aproveitou para convidá-los para participarem da comemoração do aniversário do rei português.

Nesse período, também foram escritos três papéis remetidos aos comissários. Os ditos papéis correspondem a instruções que os chefes das aldeias sublevadas deram aos seus respectivos capitães quando os mandaram incorporar no exército da rebelião, e em duas cartas escritas em fevereiro de 1756, pelos chefes da sedição.

As referidas instruções foram escritas, em língua guarani, pelos padres que governavam os indígenas, e lhes foram dadas quando os últimos marchavam para o exército. O intuito era mostrar o quanto os homens brancos civis eram maus, e só queriam ocupar suas terras. Os religiosos pretendiam, assim, disseminar o ódio principalmente contra os lusitanos, para que os índios não se deixassem dissuadir por eles. Diziam que os portugueses eram quem traziam os presentes prejuízos causados aos índios, e que, no passado, tinham matado os seus avós, e mais milhares de nativos por toda parte, e que queriam fazer o mesmo com eles.

Destacavam, então, que se, por acaso, quisessem falar com eles, que fossem, no máximo, cinco castelhanos, e não portugueses. Frisavam que não queriam a vinda de Gomes Freire, o que é interessante destacar. Por que a presença de Gomes Freire seria tão temida? Os padres assim justificavam:

Não queremos a vinda de Gomes Freire; porque elle, e os seus são os que por obra do demonio nos tem tanto aborrecimento. Este Gomes Freire he o Autor de tanto disturbio, e o que obra tão mal, enganando a seu Rey, e o nosso bom Rey; por cujo motivo não o queremos receber. Deos Nosso Senhor foy quem nos deo estas terras, e elle anda maquinando para nos empobrecer, tomandonolas. Para o que nos levanta muitos falsos testemunhos, e tambem os bemditos dos Padres, de quem diz que nos deixão morrer sem os Santos Sacramentos. Por estas cousas julgamos que a vinda dos ditos, não he para o serviço de Deos.<sup>35</sup>

O que podemos notar, na verdade, é que os religiosos sabiam do intuito de Gomes Freire de se aproximar dos índios, que utilizava um tratamento diferenciado em relação ao dado pelos espanhóis, procurava conversar com eles e convencê-los de que ficariam melhores se estivessem a favor dos portugueses. Gomes Freire buscava utilizar também a conciliação, a negociação, e não apenas o conflito aberto.

As instruções deixavam ainda claro que os indígenas deveriam dar suas vidas pela conservação da terra, e que sempre deveriam ser representados pelos jesuítas nos momentos de negociações com os espanhóis, e não com os portugueses, como mais uma vez era frisado:

O Padre, que he o dos Índios, e sabe a sua língua, há de ser o que sirva de Interprete, e então se fará tudo; porque deste modo se farão as cousas, como Deos manda; e porque se não irão as cousas por onde o diabo quizer.<sup>36</sup>

Podemos constatar, mais uma vez, o temor que os padres tinham de que os indígenas se aproximassem dos brancos civis, principalmente dos portugueses, para evitar que fossem cooptados por eles, o que nos indica que as estratégias utilizadas pelos lusitanos, representados por Gomes Freire, estavam surtindo algum efeito.

O segundo documento ao qual iremos nos referir é uma carta que o povo, ou o cura, da aldeia de São Francisco Xavier escreveu, no dia 5 de fevereiro de 1756, ao chamado corregedor, que capitaneava a gente da mesma aldeia no exército da rebelião, escrita na língua guarani. A carta também frisava a necessidade de os índios se manterem afastados dos espanhóis e portugueses:

Por amor de Deos vos pedimos, que vos não deixeis enganar dessas Gentes que vos aborrecem. Se por ventura lhe escreveres alguma Carta manifestailhe o grande sentimento, que de sua vinda tendes; e fazeilhe conhecer o pouco medo que vos causão; e a multidão que somos; e que quando esta multidão vossa não fora tanta, não os temeríamos por termos em nossa companhia a Santíssima Virgem, e os Santos nossos defensores.<sup>37</sup>

O terceiro e último documento é uma carta sediciosa que, segundo a Coroa portuguesa, seria fraudulenta. Segundo os lusitanos, o documento, endereçado ao governador de Buenos Aires, não teria sido escrito pelos caciques das aldeias rebeldes, como aparece assinado. Para os portugueses, tal estratégia seria um pretexto para a carta se espalhar entre os índios a fim de acreditarem no que ali estava sendo dito, e assim fossem enganados pelos jesuítas. O documento apresentava-se assim:

Senhor Governador. Este nosso escrito o mando a vossas mãos, para que nos digaes por ultimo o que há de ser de Nós, e só para que vos acordeis bem do que haveis de fazer. Vede como o anno passado veyo a esta nossa Terra o Padre Comissário inquietarnos, para que

sayamos dos nossos Povos, e das nossas Terras, dizendo que isto era vontade do nosso Rey. E de mais disto vós também nos mandastes huma Carta mui rigorosa, para que destruíssemos com fogo todos os Povos, todas as Chácaras, e nossa Igreja, que he tão linda, e que nos havíeis de matar. Também dizeis em a Carta, (que por isso o perguntamos) que isto he também vontade do nosso Rey. E se esta fosse a sua vontade, e se assim o mandasse, todos nós outros em o amor de Deos morreremos diante do Santíssimo Sacramento. Deixai, não toqueis na Igreja que he de Deos, porque ainda os Infiéis assim o fazem. E he esta a vontade do nosso Rey, que tomeis, e arruineis tudo o que he nosso! Esta he a vontade de Deos, e segundo os seus Santos Mandamentos? Isto que temos só he do nosso trabalho pessoal, nem o nosso Rey nos tem dado cousa alguma.<sup>38</sup>

Essa correspondência mostrava inclusive certa revolta para com a Coroa espanhola, o que não ocorria muito habitualmente. Se era falsa ou não, não podemos precisar, mas o que nos importa aqui é perceber o firme propósito dos indígenas e dos jesuítas em não saírem das terras que ocupavam.

Os portugueses tinham a intenção de mostrar que os religiosos da Companhia de Jesus eram os responsáveis pelos distúrbios causados nessa questão da demarcação meridional, e procuravam provar a exploração que os mesmos exerciam sobre os indígenas. As ações antijesuíticas, por parte da Corte de Lisboa – especialmente por determinações de Sebastião José de Carvalho e Melo –, vinham sendo desenvolvidas desde o início dos anos 1750, processo esse que culminou com a expulsão dos religiosos no ano de 1759.

Nessa perspectiva, e no esteio das negociações acerca do Tratado de Madri, a Coroa portuguesa desenvolveu um documento tratando dos pontos principais dos abusos cometidos pelos religiosos da Companhia de Jesus em usurparem os domínios das Américas portuguesa e espanhola.

O primeiro ponto destacado seria o relativo à usurpação da liberdade dos índios.

Para embasar a questão, o documento faz referência à Puffendorf, autor que trabalha com direito natural, e que era referência importante para Pombal. O texto diz que

Refere *Puffendorf*, no Direito da Natureza, e das Gentes, que a arrogância dos Gregos se havia atrevido a crer contra o Direito Natural, que só elles são livres; e as outras Nações, que reputavam bárbaras, são Escravas por sua natureza. E isto, que aquelle Escritor Protestante condena em huma Nação infiel, que não teve conhecimento do verdadeiro Deos, he o mesmo, que os Religiosos da Companhia de Jesus estão affirmando, e praticando há tantos annos debaixo do mesmo pretexto de barbaridade contra os Índios de ambas as Américas.<sup>39</sup>

O documento vai enumerando todos os pontos, em um total de cinco, que seriam os mais importantes sobre a usurpação dos indígenas. O segundo ponto, que trata da usurpação da propriedade dos bens dos índios, também cita, para se justificar, Puffendorf. Afirma que o direito de propriedade dos nativos nas terras das suas habitações era natural e primário, sendo eles os primeiros habitantes e ocupantes das mesmas antes de serem conquistadas, em cujos sólidos princípios se estabeleceram as leis dos monarcas de Portugal e da Espanha. Esse ponto é bastante interessante, pois a lógica que os portugueses buscavam afirmar era a de que não queriam “tomar” as terras dos índios, mas que lutavam para retirá-las das mãos dos jesuítas, que doutrinavam os nativos, se aproveitavam de suas terras e lucravam com elas.

O terceiro ponto trata da usurpação da perpétua cura das paróquias dos índios, o quarto remete à usurpação do governo temporal dos nativos, e o quinto e último explicita a usurpação do comércio terrestre e marítimo dos indígenas. Todo esse esforço tinha como intuito mostrar a todos quem eram aqueles religiosos, e funcionava como uma forma de minar e enfraquecer a Companhia, em franca decadência no Império português.

Mesmo diante de todos os conflitos e impasses, Gomes Freire acreditava na resolu-

ção do problema e na conclusão do tratado, e, por isso, escrevia já em 1756, em meio a toda aquela indefinição, para Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a necessidade de se nomear um governador para os novos territórios, quando tudo ficasse solucionado. Descartava a possibilidade de ser o governador da Colônia do Sacramento, Luís Garcia Bivar, ou o do Rio Grande, devido à idade avançada e problemas de saúde; da mesma forma, ressaltava que não convinha nomear para o dito cargo um dos coronéis da tropa, por não reunir as qualidades necessárias a um bom governante<sup>40</sup>. Dois anos depois, voltava a tratar do assunto, falando da conveniência de um governador robusto, ativo e prudente para governar a nova província, se o tratado fosse cumprido.<sup>41</sup>

Apesar das expectativas de Gomes Freire, não se chegou, de fato, a uma conciliação entre as partes sobre as fronteiras sul, e, depois de tantas brigas, discussões e desgastes, inclusive financeiros, a Coroa portuguesa e a espanhola decidiram pela anulação do Tratado de Madri. Tal fato se deu em 1761, quando se ordenou que se repusesse tudo ao estado anterior a 1750, ou seja, os espanhóis ficavam com os Sete Povos e os portugueses com a Colônia do Sacramento.<sup>42</sup>

Contudo, os problemas não terminariam aí. O então ministro português, Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, afirmou que os Sete Povos nunca tinham estado sob a soberania dos espanhóis, e que eram pertencentes aos índios e jesuítas, que haviam sido conquistados pelos portugueses. Por isso, afirmava que a Coroa lusitana deveria manter a Colônia sem entregar os Sete Povos. O comissário espanhol no momento era D. Pedro de Cevallos, que substituiu o Marquês de Val de Lyrios, e o chefe militar não aceitou tal situação, tomando, através da guerra, a Colônia do Sacramento.

Nesse momento, no âmbito da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), foi declarada guerra entre Portugal e Espanha, em setembro de 1762, sendo o reino luso invadido por um exército franco-espanhol. Com isso, as hostilidades na fronteira meridional das Américas se agravaram ainda mais, e os lusitanos perderam também algumas praças do Rio Grande e a vila de São Pedro.

<sup>1</sup> BICALHO, Maria Fernanda B. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51.

<sup>2</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Conexões Imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola, ca. 1680-1730. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera; MEGIANI, Ana Paula (org.). *Modos de Governar: Idéias e Práticas Políticas no Império português (sécs. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>3</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650 c. 1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 142.

<sup>4</sup> KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Lettura XXI, 2004. p. 34.

<sup>5</sup> Ofício de Gomes Freire de Andrada para Diogo de Mendonça Corte Real. Colônia do Sacramento, 3 de abril de 1753. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.

<sup>6</sup> Ofício de Gomes Freire de Andrada para Diogo de Mendonça Corte Real. Colônia do Sacramento, 1 de outubro de 1753. 1ª e 2ª via. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.

<sup>7</sup> Ofício de Gomes Freire de Andrada para Diogo de Mendonça Corte Real. Colônia do Sacramento, 13 de abril de 1753. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.

<sup>8</sup> Relação régia de 1757. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, p. 1.

<sup>9</sup> Relação régia de 1757. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, pp. 4-5.

<sup>10</sup> Acta da conferencia realisada entre Gomes Freire de Andrada, o Márquez de Val de Lyrios e D. José de Andonaguei. Ilha de Martim Garcia, 24 de março de 1754. (Anexa ao nº 17.289). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.

<sup>11</sup> Relação régia de 1757. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, p. 6.

<sup>12</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. De inimigos a aliados: como parte dos missioneiros repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa/Ponta Delgada, n. 8, 2007, pp. 129-130.

<sup>13</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada, dirigida aos Caciques dos Índios das Aldeias das Missões. Campo del Rio Pardo, 18 de julho de 1754. Cópia. (Anexa ao nº 17.301). Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.

<sup>14</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada para os caciques índios. 18 de julho de 1754. (Documento N.º CLIV). In: CORTEZÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

<sup>15</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada para Sebastião José de Carvalho e Melo. 30 de julho de 1754. In: CORTESÃO, Jaime (org). *Op. cit.*

<sup>16</sup> Relação régia de 1757. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, p. 6.

<sup>17</sup> Carta de Pascoal de Azevedo a Gomes Freire de Andrada. 2 de setembro de 1754. Biblioteca Nacional de Portugal. *Coleção Pombalina*, cód. 626.

<sup>18</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada a D. José I. 14 de setembro de 1754. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 626.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Idem.

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada a Diogo de Mendonça Corte Real. Campo de Jacuhy, 24 de setembro de 1754. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.

<sup>24</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada a Sebastião José de Carvalho e Melo. 23 de setembro de 1754. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 626.

<sup>25</sup> Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo a Gomes Freire de Andrada. 22 de outubro de 1754. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 626.

<sup>26</sup> Idem.

<sup>27</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. De inimigos a aliados: como parte dos missioneiros repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. In: *Op. Cit.*, pp. 133.

<sup>28</sup> Demarcação do sul do Brasil. Cartas escritas da Fortaleza do Rio Pardo remetidas por hum Alferes da Guarnição de Santa Catarina para o Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, 1928, p. 302. Apud GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio; GUZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

<sup>29</sup> Cópia da convenção celebrada entre Gomes Freire de Andrada, e os Caciques para a suspensão de armas. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, pp. 33-34.

- <sup>30</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada a Sebastião José de Carvalho e Melo. Campo do Rio Pardo, 29 de dezembro de 1754. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar*. Rio de Janeiro, vol. VIII, 1747-1755. Bibliotheca Nacional, 1936.
- <sup>31</sup> Carta de Gomes Freire de Andrada a Sebastião José de Carvalho e Melo. 30 de dezembro de 1754. In: CORTESÃO, Jaime (org). *Op. cit.*
- <sup>32</sup> Carta de Sebastião José de Carvalho e Melo para Luís Garcia de Bivar. 30 de dezembro de 1754. In: CORTESÃO, Jaime (org). *Op. cit.*
- <sup>33</sup> Relação régia de 1757. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, p. 11.
- <sup>34</sup> GARCIA, Elisa Frühauf. De inimigos a aliados: como parte dos missioneiros repensou o seu passado de conflitos com os portugueses no contexto das tentativas de demarcação do Tratado de Madri. In: *Op. cit.* p. 134.
- <sup>35</sup> Cópia das instrucçoens, que os padres, que governão os Índios, lhe derão quando marcharão para o Exercito, escritas na língua *Guarani*, e della traduzidas fielmente na mesma fórma, em que forão achadas aos referidos Índios. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. I, p. 24.
- <sup>36</sup> Cópia das instrucçoens, que os padres, que governão os Índios, lhe derão quando marcharão para o Exercito, escritas na língua *Guarani*, e della traduzidas fielmente na mesma fórma, em que forão achadas aos referidos Índios. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. I, p. 26.
- <sup>37</sup> Cópia da carta que o povo, ou antes o cura da Aldea de S. Francisco Xavier escreveu em 5 de Fevereiro de 1756 ao chamado Corregedor, que Capitaniava a gente da mesma Aldea no Exercito da Rebelião, escrita na língua *Guarani*, e della traduzida fielmente na língua Portuguesa. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. II, p. 28.
- <sup>38</sup> Cópia da carta sediciosa, e fraudulenta, que se fingio ser escrita pelos Caciques das Aldeãs Rebeldes ao Governador de Buenos Ayres: Sendo que he inverosimil, que se mandasse ao dito Governador, e que o mais natural he que se compoz debaixo daquelle pretexto para se espalhar entre os Índios, ao fim de lhe fazer criveis os enganos, que nella se contém, escrita na língua *Guarani*; e della traduzida fielmente na língua Portuguesa. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, p. 29.
- <sup>39</sup> Pontos principaes, a que se reduzem os abusos, com que os Religiosos da Companhia de JESUS tem usurpado os Dominios da America Portuguesa, e Hespanhola. In: *Collecção dos breves pontifícios e leis régias desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens e commercio, das Índias, do Brazil, dos excessos dos jesuítas, até 1758*. Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina, cód. 457, num. IV, p. 1.
- <sup>40</sup> Offício (2ª via) de Gomes Freire de Andrada a Sebastião José de Carvalho e Melo. Santo Ângelo, 22 de junho de 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio Grande do Sul, cx. 2, doc. 49.
- <sup>41</sup> Offício (1ª via) de Gomes Freire de Andrada a Sebastião José de Carvalho e Melo. Rio Pardo, 31 de outubro de 1758. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Limites, cx. 2, doc. 94, 95 e 116.
- <sup>42</sup> Tratado anulatório celebrado entre D. Carlos III e D. José I. El Pardo, 12 de fevereiro de 1761. Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil-Limites, cx. 2, doc. 123.

# A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial

**Victor Tempone**

*Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), Pós-graduação Lato Senso em História das Relações Internacionais pela UERJ (2005) e mestrado em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé e pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

## RESUMO

O presente artigo analisa as decisões estratégicas navais da Alemanha para o Ocidente durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente após a invasão da URSS por suas forças militares e a entrada dos EUA no conflito. Destacamos o emprego dos submarinos como a principal arma de guerra naval no Atlântico, o crescimento gradativo das ações submarinas na parte sul daquele oceano e, por fim, a entrada do Brasil na guerra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segunda Guerra; Batalha do Atlântico; Guerra Submarina

## ABSTRACT

This article analyzes the strategic decisions naval Germany to the West during the Second World War, especially after the invasion of the USSR by its military forces and U.S. entry into the conflict. We emphasize the use of submarines as the main weapon of naval warfare in the Atlantic, the gradual increase of the underwater action in the southern part of that ocean, and finally, Brazil's entry in the war.

**KEYWORDS:** Second War, Battle of the Atlantic; Undersea Warfare

## A ESTRATÉGIA ALEMÃ NA BATALHA DO ATLÂNTICO

De uma forma geral, são sobejamente sabidas as razões que motivaram o governo brasileiro a declarar estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, em 22 de agosto de 1942: tal decisão se deu após sucessivos ataques, por submersíveis alemães, a navios da frota mercante nacional no decorrer daquele ano, processo que atingiu seu clímax com o afundamento de cinco navios e uma barcaça, no litoral da Bahia e de Sergipe, em menos de cinco dias (15 a 19 de agosto), e que redundou na perda de centenas de vidas<sup>1</sup>. É muito menos conhecida, todavia, a conexão que liga estes afundamentos com a alteração na estratégia de guerra alemã ocorrida, fundamentalmente, pela incapacidade das *Wermacht*<sup>2</sup> em obter, de forma célere, a almejada vitória contra o adversário soviético em 1941, repetindo o ocorrido até então em todas as campanhas militares alemãs no continente europeu.

A *Blitzkrieg*<sup>3</sup> não foi simplesmente uma mera tática militar revolucionária, empregada para bater exércitos inimigos. Subjacente à eficiência militar alemã nos campos de batalha, havia uma estrutura econômica engendrada para suprir forças armadas capazes de vencer guerras rápidas e localizadas, contra um inimigo de cada vez. A experiência da Primeira Guerra Mundial deixara nas lideranças nazistas a ideia de que uma guerra longa, de desgaste, em muitas frentes e contra uma coalizão de inimigos levaria, quase que certamente,



à derrota das armas alemãs. Para a Alemanha, situada no centro do continente europeu, a melhor estratégia era a de combater e vencer seus inimigos separadamente, de forma que eles não pudessem mobilizar de maneira conjunta os seus recursos materiais e humanos claramente superiores.

Sob o prisma econômico, a mobilização bélica total não era desejável, nem conveniente, aos alemães. A mudança de inimigo, muitas vezes efetivada pela via diplomática, requeria grande flexibilidade na produção de material bélico. Evidentemente que os equipamentos e as armas adequados a uma confrontação com a URSS eram, pela própria natureza da campanha militar, bem distintos daqueles a se utilizarem numa eventual invasão às Ilhas Britânicas. Ademais, apesar de a produção de uma economia totalmente mobilizada ser muito superior do que a de uma semimobilizada, esta última tinha maior facilidade em reverter o tipo de equipamento produzido, o que era extremamente desejável. Vale ressaltar, também, a forte motivação interna para a manutenção desta situação de semimobilização: Hitler acreditava que uma das razões para a derrota de 1918 havia sido a sublevação popular contra o governo alemão nos últimos meses da guerra, fruto da carestia no país face às demandas e restrições impostas por uma contingência de guerra total. Não era conveniente, 20 anos depois, assacar pressões semelhantes à população, o que se pode verificar pelo fato de até uma fase bem adiantada da guerra, o civil alemão ter desfrutado de um padrão de vida bastante confortável para tempos de guerra. Os gastos com consumo mantiveram-se inalterados até o ano de 1942<sup>4</sup>.

A confrontação bélica da Alemanha contra a França e a Inglaterra, materializada a partir de setembro de 1939, absolutamente não alterou o ritmo da economia alemã, e todas as esfuziantes vitórias alcançadas nos anos de 1940 e 1941 pareciam corroborar o acerto da decisão tomada. No entanto, a incapacidade alemã para derrotar rapidamente a URSS, patenteada no inverno de 1941/1942, momento em que o próprio Exército Vermelho desfechava suas primeiras ações de caráter ofensivo, demonstrou na prática que a estratégia da *blitzkrieg* chegara ao fim. Fazia-

se mister estruturar a Alemanha para uma longa guerra de desgaste no leste, o que implicava na mobilização de todos os recursos disponíveis do III Reich para uma guerra total. Em janeiro de 1942, através da ordem *Rüstung*, Hitler reconhecia esta circunstância e, a partir dela, procurou mudar o andamento da economia alemã<sup>5</sup>.

Os objetivos e recursos disponíveis pela *Kriegsmarine*<sup>6</sup> durante os primeiros anos de guerra devem ser analisados a partir do que foi exposto acima. Em janeiro de 1939, numa fase de preparação para um eventual futuro conflito com os britânicos, o governo alemão autorizara prioritariamente um grande programa de construção naval (o Plano Z), cujo foco estava na construção de gigantescas belonaves de superfície<sup>7</sup>. Mas o início da guerra, alguns poucos meses depois, forçou temporariamente a interrupção do projeto. A esquadra que ficou disponível para que os marujos alemães empreendessem a guerra era absolutamente inapropriada, o que levou o Almirante Raeder, comandante da Marinha de Guerra, a afirmar que “as forças de superfície só mostravam que [os marujos] sabiam morrer com bravura”<sup>8</sup>. Com o decorrer do conflito, as ações para o desencadeamento do Plano Z se desenvolveram de maneira errática, com inúmeras paradas e recomeços. Sistemáticamente, após cada campanha vitoriosa em terra, os recursos materiais do país eram canalizados para a construção de navios, até que novas demandas para ofensivas no continente levassem ao redirecionamento da produção bélica nacional<sup>9</sup>. A última tentativa de efetivação do Plano Z deu-se, curiosamente, durante o avanço alemão contra a URSS, no verão de 1941. O retumbante sucesso da campanha, em suas primeiras semanas, deixava entrever um sucesso no Leste ainda mais espetacular do que aquele obtido frente à França, e era racional, portanto, recomeçar a preparação naval para o embate marítimo contra os britânicos. Meses depois, em razão da resistência soviética cada vez mais encarniçada, a prioridade na produção de armas foi mais uma vez invertida e o Plano Z foi arquivado. Em dezembro de 1941 ficou claro que, desta vez, o arquivamento seria definitivo. Juntamente com a perspectiva

de uma longa e excruciante guerra no Leste da Europa contra os soviéticos, tinha-se de considerar, também, o fato de que os Estados Unidos estavam agora formalmente na guerra. A melhor maneira de empreender a guerra contra os norte-americanos, imediatamente, era lançando uma ofensiva submarina contra seus navios mercantes.

A guerra no Leste iria, indubitavelmente, tragar a maior parte dos recursos humanos e materiais da Alemanha até o final do conflito. Naquele *front* comprometer-se-ia e seria consumido o grosso dos efetivos do Exército<sup>10</sup> e da *Luftwaffe*<sup>11</sup>. À *Kriegsmarine* era dado um papel que guardava subordinação direta às circunstâncias e necessidades da guerra no Leste. A meta da Marinha alemã era a de efetuar uma guerra total contra as linhas de comunicação dos aliados no Atlântico.

A batalha a travar-se contra o comércio naval aliado tinha função estratégica tanto ofensiva como defensiva. Era ofensiva quando visava, como resultado mais auspicioso, a estrangular por completo a comunicação marítima aliada no Atlântico Norte, o que levaria ao isolamento soviético de qualquer contato com seus aliados atlânticos por via marítima e poderia até vir a forçar os ingleses a um pedido de paz, caso as perdas navais se elevassem a níveis que comprometessem a vida e o esforço de guerra das Ilhas Britânicas. Era defensiva porque, caso o índice de afundamento de navios não fosse capaz de colimar o objetivo supracitado, ele deveria, ao menos, garantir que a frota mercante aliada se mantivesse suficientemente pequena para, assim, impedir o planejamento e a execução, por parte de ingleses e norte-americanos, de qualquer operação militar anfíbia no Atlântico que visasse à abertura de uma segunda frente no continente europeu, fato que obrigaria as Forças Armadas alemãs a dividirem-se por duas frentes de combate, uma no Leste e outra no Oeste, destarte redundando em uma derrota certa e rápida.

A experiência adquirida nos primeiros anos de guerra já demonstrara que a arma mais apropriada para empreender a guerra contra a Marinha Mercante aliada era o submarino. Em termos de custo/benefício, não havia nenhum equipamento mais pro-

duativo e adequado. Após o afundamento do encouraçado *Bismarck*, a maior belonave da *Kriegsmarine*, e das graves avarias causadas ao *Scharnhorste* ao *Gneisenau*, em maio de 1941, nenhum outro grande vaso de superfície seria mais autorizado a efetuar sortidas atlânticas contra a navegação aliada. Em 1942, os poucos navios de guerra restantes foram alocados no Báltico e no litoral norueguês, onde atuariam primordialmente como força dissuasória a um possível desembarque aliado no país. Subsidiariamente, deveriam também auxiliar na interceptação de comboios aliados que cruzavam ao largo da costa norueguesa em direção ao porto russo de Murmansk, carregados com armas e equipamentos destinados a reforçar as tropas soviéticas em sua guerra contra os alemães.

Paralelamente, o prestígio dos comandantes e defensores da arma submarina crescia dentro do alto-comando alemão. Isso se dava, em grande medida, face à marcante eficiência desta arma até aquele momento e da confiança nela depositada pelas autoridades do Reich, crentes no seu potencial para até mesmo decidir a guerra. Prova disso foi a meteórica ascensão do comandante da frota submarina alemã, Almirante Karl Dönitz. Em janeiro de 1943 ele tornou-se o chefe do Estado Maior da Armada e ao final da guerra seria indicado por Hitler, em seu testamento político, como seu sucessor direto no governo. Em junho de 1942, Hitler comentava que a guerra submarina era o segundo mais importante objetivo militar alemão, superado apenas pela ofensiva de verão que o Exército se preparava para lançar no setor sul da frente oriental<sup>12</sup>.

O aumento na produção de submersíveis e o fim das barreiras políticas à utilização de tal equipamento contra a marinha mercante aliada, juntamente com o abandono de qualquer projeto de construção naval mais audacioso visando a desafiar a supremacia naval das potências ocidentais, são características da estratégia naval alemã que devem ser entendidas como a outra face da mesma moeda, que cunhava, em seu lado mais importante, as necessidades da desgastante guerra terrestre contra os russos no Leste europeu. Compreende-se, portan-

to, por que na mencionada diretiva *Rüstung*, difundida em janeiro de 1942, a prioridade no incremento da produção de material bélico fosse dada à confecção de tanques e veículos blindados, necessários para a campanha contra os russos, e de submarinos, para a Batalha do Atlântico. Efetivamente, no biênio 1942/43 seria lançado ao mar mais do dobro da tonelagem submarina lançada nos três anos anteriores da guerra<sup>13</sup>.

O fim das restrições ao torpedeamento de embarcações norte-americanas deu-se antes mesmo da declaração formal de guerra ao país. No dia 8 de dezembro de 1941, um dia após o ataque japonês a Pearl Harbor, Hitler autorizou verbalmente o ataque a qualquer navio hasteando bandeira dos Estados Unidos, bem como os de sete repúblicas centro-americanas e caribenhas (Haiti, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá), além do Uruguai. Esta surpreendente inclusão do pequeno país platino parece ter relação com o desgosto pessoal do *führer* com a atuação que as autoridades daquele país tiveram na destruição do Encouraçado de Bolso *Admiral Graf Spee* nos meses iniciais da guerra. Tentando escapar da perseguição que lhe era movida por cruzadores britânicos, o vaso alemão buscou refúgio no porto neutro de Montevideú. Acabou sendo posto a pique pela própria tripulação no estuário do Rio da Prata, após ter sido obrigado a deixar o país. No que se refere aos pequenos Estados do Caribe e da América Central, além do natural desprezo dispensado pela cúpula nazista a soberanias tão débeis e dependentes dos Estados Unidos, existia, por trás da ordem para o afundamento de seus navios, um argumento bem mais racional e pragmático. Muitos navios norte-americanos navegavam sob bandeira de países daquela região, em razão de questões técnico-jurídicas relativas às regras do direito marítimo, comercial e trabalhista. Dentre os países cedentes das chamadas “bandeiras de conveniência”, destacava-se o Panamá. Efetivamente, sabendo-se *a posteriori* que todas as nove repúblicas independentes da região declararam guerra aos países do Eixo ainda em dezembro de 1941, antes mesmo dos submarinos alemães iniciarem

sua campanha de destruição em massa nas águas do hemisfério ocidental, pode-se até falar da correção da decisão tomada por Hitler e argumentar, inclusive, sobre o porquê da ausência de Cuba e da Guatemala entre os possíveis alvos da guerra submarina.

A campanha submarina contra a navegação comercial norte-americana nas águas do hemisfério ocidental, ainda que totalmente liberada no início de dezembro de 1941, só seria arquitetada e efetivada a partir de meados de janeiro de 1942, com o deflagrar da operação *Paukenschlag* (Rufar de Tambores), que previa o envio de submarinos para a costa atlântica dos Estados Unidos. O desdobramento da guerra submarina irrestrita, que atingira em 1942 o litoral atlântico das três Américas, teve impacto notável no que concerne à participação na guerra, de fato ou *de juri*, de alguns dos mais importantes Estados latino-americanos. Aí se insere, com especial destaque, o Brasil, dotado da maior frota mercante da região e cuja declaração de guerra liga-se à contumaz destruição de navios brasileiros a partir de fevereiro de 1942.

### **A CAMPANHA SUBMARINA ALEMÃ E A DECLARAÇÃO DE GUERRA DO BRASIL**

Particularmente no decorrer de 1942, a guerra submarina encetada contra a navegação comercial aliada, em especial aquela realizada em todo o litoral das Américas, foi coroada com amplo sucesso. A Costa Leste dos Estados Unidos transformou-se em verdadeiro paraíso para os comandantes de *U-boats*, que ali encontraram abundância de alvos, ao que se juntava um completo despreparo da Marinha de Guerra norte-americana no que se referia à persecução de uma eficaz guerra antissubmarina. A consequência inevitável foi a destruição de um elevadíssimo volume de navios aliados. Durante o ano de 1942, 8,25 milhões de toneladas foram postas a pique no Atlântico, sendo 6,2 milhões resultantes das ações dos submarinos<sup>14</sup>. Se tal índice de destruição fosse mantido nos anos subsequentes, certamente o esforço de guerra aliado estaria comprometido. Não foi sem motivos que durante a Conferência de Casablanca, em janeiro de

1943, britânicos e norte-americanos deram a maior prioridade estratégica à derrota da ofensiva submarina alemã no Atlântico<sup>15</sup>.

Os seis meses contados a partir de meados de janeiro de 1942, data do início da campanha submarina do Eixo no litoral norte-americano, seriam posteriormente denominados pelos submarinistas alemães como “tempos felizes”. No decorrer deste período, os *U-boats* concentraram-se na costa atlântica da América do Norte e, entre janeiro e junho, afundaram 325 navios aliados na região.

Paulatinamente os norte-americanos foram acumulando experiência e, emulando os ingleses, aprimorando suas táticas de guerra antissubmarinas. Uma quantidade maior de navios-escolta foi construída ou adaptada, e as aeronaves da força aérea do Exército e da Marinha norte-americana passaram a patrulhar contínua e sistematicamente o litoral dos Estados Unidos. Além disso, a partir de maio, comboios mercantes, protegidos por escoltas navais de guerra, passaram a ser formados, e navios viajando solitariamente foram se tornando cada vez mais raros na Costa Leste dos Estados Unidos. Tais medidas táticas redundaram na queda do índice de destruição naval na Costa Leste norte-americana, região onde ocorreram quase 70% das perdas no hemisfério no primeiro trimestre do ano.

Assim, à medida que as dificuldades se tornavam maiores para o ataque a comboios mercantes aliados, os submersíveis alemães naturalmente passaram a procurar presas mais fáceis e mares mais ao sul do hemisfério. No segundo trimestre de 1942, na região do Golfo do México e nos mares de Caribe e América Central, ocorreram 146 afundamentos, mais de 70% das perdas aliadas nos litorais americanos nesse período. Isso explica por que o mês de maio foi aquele em que o México declarou guerra aos países do Eixo após o ataque e afundamento de dois de seus navios; foi exatamente nesse mês que a região do Golfo foi mais atingida, configurando-se como a mais vitoriosa para os comandantes de submarinos que atuavam deste lado do Atlântico<sup>16</sup>.

O respeito à não beligerância dos países latino-americanos atrelava-se cada vez mais à gana germânica em estrangular, de

todas as formas a seu dispor, as linhas de comunicação e suprimentos aliadas. Claro está que, implícito nesse raciocínio, verifica-se o fato de que, com exceção do Chile e da Argentina, todos os demais países da região haviam se solidarizado com os Estados Unidos, rompendo suas relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, no mais tardar em janeiro de 1942, durante a III Reunião de Chanceleres realizada no Rio de Janeiro.

Gradativa e inexoravelmente, o escudo protetor norte-americano foi cobrindo também os mares do Golfo e do Caribe. Para o êxito de tal ação, as Ilhas Britânicas arrendadas em setembro de 1940 aos norte-americanos tiveram capital importância: elas, juntamente com as bases dos Estados Unidos na área (Guantanamo, Key West, San Juan e St. Thomas), possibilitavam às aeronaves de então, com limitações de autonomia de voo, patrulhar e guarnecer, durante um maior lapso de tempo, os mares ao redor. Em junho foi adotada, também nessas águas, a técnica de comboio que, se por um lado diminuía a velocidade de entrega de bens por via marítima, por outro tornava o abate de navios mercantes muito mais difícil.

Novamente, o padrão anteriormente descrito irá se repetir: ante a adoção de uma tática defensiva eficiente por parte da navegação mercante aliada na região do Caribe e da América Central, os submarinistas alemães vão buscar os mares mais ao sul, onde as tripulações mercantes e as forças navais locais, ainda deveras despreparadas para o combate aos submarinos, podiam fornecer presas mais fáceis e seguras. Vale ressaltar, todavia, que as águas abaixo da região caribenha, situadas propriamente no Atlântico Sul, como as costas brasileiras, não divisavam comércio marítimo tão abundante e de relevância fulcral. A guerra contra o comércio naval aliado devia ser travada em seu palco principal, o Atlântico Norte, artéria axial de comunicação entre uma aliança constituída por potências situadas dos dois lados deste oceano. Destarte, uma vez que o litoral da América do Norte, tanto quanto o Atlântico Norte nas costas da Europa, passou a apresentar um maior grau de dificuldade de operação, o que represen-

tava maior perigo para os submarinos do Eixo, os *U-boats* voltaram a concentrar-se nos comboios, atacando-os na zona central do oceano, onde ainda não havia cobertura aérea estratégica sistemática, o que possibilitava aos submarinos caçarem suas presas lutando somente contra as forças navais de superfície dos aliados.

A subsidiariedade do Atlântico Sul, todavia, não chegava ao ponto de livrar a área de ataques. Um reduzido, mas ativo, contingente de submarinos continuou operando na região. Além de atraírem os submarinistas do Eixo pela facilidade de abate de navios, os ataques nesta área causavam também um desvio de recursos dos Estados Unidos para a proteção do comércio naval em zona de somenos importância. As baixas navais verificadas no litoral das Américas, durante o segundo semestre de 1942, foram pouco mais da metade daquelas ocasionadas nos primeiros seis meses do ano, o que demonstra cabalmente que o extenso litoral do hemisfério ocidental não era mais o alvo prioritário. A maior parte dos afundamentos que aí ocorreram se deram nos mares mais ao sul do Caribe e América Central e, no último trimestre do ano, as costas brasileiras responderam por mais de um terço das perdas hemisféricas do período, malgrado o caráter secundário da região em termos de fluxo naval. Releva acrescentar que, durante todo o ano de 1942, nenhum submarino alemão ou italiano foi destruído ao largo do litoral do Brasil<sup>17</sup>.

É importante observar como o momento e a localização das perdas sofridas pela marinha mercante brasileira durante a guerra estão sincronizados com o padrão de afundamentos no hemisfério ocidental, consoante o acima descrito. Em fevereiro e março, cinco barcos brasileiros foram afundados (*Cabedelo, Buarque, Olinda, Arabutã e Cairu*), todos ao largo da costa atlântica dos Estados Unidos<sup>18</sup>. Entre maio e julho, sete navios foram perdidos (Parnaíba, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave e Barbacena), todos afundados no Caribe ou em mares adjacentes<sup>19</sup>. A maior parte deles foi perdida em águas próximas às Ilhas de Trinidad y Tobago e Barbados, extremo sul, portanto, da região caribenha. Em agosto foram atacados e destruídos os primeiros navios brasileiros

na costa do país (*Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará* e a barçaça *Jacira*), causa imediata da declaração de guerra brasileira à Alemanha e à Itália. Após a formalização de sua beligerância, o Brasil ainda perderia mais doze navios até fins de outubro de 1943 (*Osório, Lajes, Antonico, Porto Alegre, Apalóide, Brasilóide, Afonso Pena, Tutóia, Pelotaslóide, Bagé, Itapagé e Campos*)<sup>20</sup>.

O comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano era, em 1942, realmente considerável. Para lá do apoio e alinhamento político, o Brasil comprometera-se, através de tratados, a fornecer uma variada gama de produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e à mobilização militar norte-americana. Além do mais, o Brasil era um elo importante na cadeia existente para o fornecimento de material bélico norte-americano para seus aliados que confrontavam as forças do Eixo na Europa, da África do Norte e até no Extremo Oriente. A presença de militares dos Estados Unidos em bases e aeroportos no Norte e Nordeste do país tornava-se cada dia mais numerosa. O Contra-Almirante Jonas Ingram, comandante da Força-Tarefa 23, mais tarde transformada na 4ª Frota dos Estados Unidos (março de 1943), tendo como missão o patrulhamento de toda a área do Atlântico Sul, possuía à sua disposição, antes mesmo do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, os portos de Salvador e Recife, sendo este último escolhido como sede da esquadra. Em fins de abril de 1942, o Presidente Vargas entregou ao comandante norte-americano, em caráter informal, o comando das forças aéreas e navais brasileiras, fazendo dele, na prática, o responsável pela defesa marítima brasileira<sup>21</sup>. Em maio de 1942 foi divulgado publicamente que pilotos da Força Aérea Brasileira haviam atacado, sem sucesso, submarinos do Eixo, em três ocasiões diferentes<sup>22</sup>. Nos meses intermediários entre o seu rompimento de relações diplomáticas e a sua declaração de guerra, o Brasil estava, em face da Alemanha e da Itália, numa situação que poderíamos qualificar, muito apropriadamente, de quase beligerância.

Por essa razão, a decisão tomada em 16 de maio pelo Alto Comando da *Kriegsmarine*, autorizando o ataque a qualquer navio mer-

cante latino-americano que estivesse armado, com exceção dos argentinos e chilenos, e a ordem emitida em 4 de julho, liberando por completo os navios e a costa brasileira como possíveis alvos para submarinos que, de qualquer forma, já os vinham atacando, são muito menos impressionantes<sup>23</sup>. Os navios brasileiros afundados em 1942 e 1943 somavam mais de 130.000 toneladas de deslocamento bruto<sup>24</sup>. Apesar de representar menos de 1,5% da tonelagem total afundada pelos submarinos alemães de 1942 até o final da guerra<sup>25</sup>, não devemos menosprezar a importância regional desses valores.

Depois do afundamento de navios no litoral norte-americano, em fevereiro/março de 1942, Vargas determinou que todas as embarcações brasileiras se refugassem nos portos mais próximos. Entrementes, solicitou do governo norte-americano urgente proteção para todos os navios mercantes brasileiros que realizavam viagens entre os dois países<sup>26</sup>. As pressões brasileiras prosseguirão, mormente após os afundamentos ocorridos em agosto nas costas do país, atingindo barcos que efetuavam viagens puramente domésticas. O despreparo material e técnico das Forças Armadas brasileiras para a guerra antissubmarino tornava o país dependente da Marinha de Guerra norte-americana para a proteção de sua frota mercante, mesmo quando esta navegava somente em litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar a dependência infraestrutural que o Brasil tinha com a sua navegação de cabotagem: como muito bem observa o historiador militar Armando Vidigal, "a navegação de cabotagem era indispensável para o abastecimento do Norte e Nordeste, a única via de comunicação confiável no que ainda era o arquipélago brasileiro"<sup>27</sup>. Entre as mais de 600 vítimas fatais decorrentes dos ataques do U-507 no mês de agosto, incluíam-se mais de cem militares do 7º Grupo de Artilharia de Dorso que, embarcando nos navios *Baependi* e *Itagiba*, deslocavam-se de Salvador para Recife<sup>28</sup>.

A consequência imediata da declaração de guerra brasileira, para os Estados Unidos, foi o crescimento das demandas do governo brasileiro com vistas à entrega de equipamentos e à proteção do comércio naval brasileiro pela Armada norte-ame-

ricana. Os primeiros comboios em águas brasileiras começaram a ser organizados já no mês de setembro<sup>29</sup>. Grande parte deles, no decorrer da guerra, teria como objetivo a proteção do comércio de cabotagem realizado no litoral do País. Isto implicava que recursos norte-americanos, ainda que pequenos se considerarmos o esforço total de guerra dos Estados Unidos, estavam sendo deslocados para operações sem qualquer utilidade, direta ou indireta, para a vitória aliada nos principais *fronts* da guerra. Este era um efeito colateral, positivo para os alemães, do fim das barreiras políticas e diplomáticas à guerra submarina contra a navegação brasileira.

Por isso mesmo, é estranho que o Almirante Dönitz, em suas memórias, lamente e considere um erro político os ataques submarinos alemães de agosto de 1942, possíveis após o fim das restrições a ataques nas costas brasileiras, e que redundou na declaração de guerra do Brasil. No curto espaço de um único parágrafo, ele não apresenta qualquer argumento que possa referendar a sua opinião de que levar o Brasil a declarar guerra oficialmente foi "indubitavelmente um erro"<sup>30</sup>. Para isso, o almirante teria que demonstrar o quanto o aumento da participação brasileira no esforço de guerra aliado mais do que compensou o incremento na tonelagem naval aliada afundada pelos submarinos do Eixo na região, e o desvio de recursos técnicos e militares dos Estados Unidos para a área, em tarefa completamente subsidiária face à guerra total que se travava. Embasados nos fatos e argumentos aduzidos acima, podemos facilmente presumir que não foi o caso.

McCann relata em seu livro que Hitler teria, em transmissão radiofônica de junho de 1942, alertado ao governo brasileiro que o país seria alvo de uma ofensiva submarina. Face ao grau de cooperação existente entre o Brasil e os Estados Unidos, o governo alemão já encarava o país como parte da coalizção inimiga, suspeitando que uma declaração de guerra formal por parte do governo brasileiro estava em gestação, esperando apenas pelo momento mais propício para que viesse à luz. Era preciso antecipar-se aos brasileiros<sup>31</sup>.

Efetivamente, partindo-se do perfil psicológico de Hitler, do seu *modus operandi* político, podemos considerar esta transmissão radiofônica como uma declaração de guerra de fato. A informalidade do ato se coaduna com o próprio *status* político que deveria ser dado a um país periférico de pouco ou nenhum peso político no cenário internacional, consoante o preconceituoso pensamento do dirigente alemão. Seu entusiasmo com o ataque japonês à frota naval norte-americana do Pacífico, sem aviso nem declaração de guerra formal, consoante seu entendimento, devia ser a atitude de uma grande potência, com *élan*, brutalidade e disposição necessárias para vencer uma guerra total<sup>32</sup>, e diz muito em relação à *blitz* submarina lançada contra o litoral brasileiro que redundou nos afundamentos de agosto.

Sem embargo, a surpresa não foi a decisão alemã em atacar de modo sistemático os navios e o litoral brasileiros, nem a decisão tomada pelo Governo Vargas de, após a destruição ocorrida no mês de agosto, formalizar o estado de guerra do país com a Alemanha e a Itália, mas a demora de Vargas em dar este passo. Devemos lembrar que, até fins de julho, doze navios brasileiros haviam sido perdidos por ação direta dos submarinos do Eixo, além de um outro (*Comandante Lira*) já ter sido atacado nas costas brasileiras no mês de maio, conseguindo se salvar, mesmo avariado, graças à intervenção de aviões caça-bombardeiro norte-americanos<sup>33</sup>. Nenhuma das reclamações feitas pelo governo brasileiro, através da embaixada do País em Portugal, recebeu resposta de Berlim.

O reconhecimento da beligerância brasileira, além disso, veio após diversas manifestações públicas pela guerra, ocorridas em várias regiões do País e entre os mais variados e heterogêneos segmentos sociais brasileiros<sup>34</sup>. As grandes manifestações nas maiores cidades brasileiras criaram um clima de união nacional contra a agressão do Eixo, abrangendo desde conservadores antifascistas até comunistas. Em seu discurso de 7 de setembro, Vargas reconheceria a fonte primordial de sua decisão, ao afirmar: "Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade

de popular que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito"<sup>35</sup>.

Getúlio autorizou Oswaldo Aranha, no dia 21 de agosto, a enviar notas em que se comunicava aos governos da Alemanha e da Itália que os atos de guerra praticados contra o Brasil haviam criado um estado de beligerância. No dia 31 do mesmo mês, por intermédio do Decreto 10.358, formalizou-se o estado de guerra em todo o território nacional<sup>36</sup>.

A excessiva cautela do governo brasileiro nesta questão pode ser avaliada levando-se em consideração o acontecido com o México. A declaração de guerra mexicana a todos os países do Eixo, em 1<sup>a</sup> de junho de 1942, decisão retroativa a 22 de maio, ocorreu depois do torpedeamento de dois de seus navios-tanque (*Potrero del Llano* e *Faja de Oro*), atacados quando navegavam em águas do Golfo do México<sup>37</sup>. Como no Brasil, também ocorreram no México manifestações populares em prol da guerra. Ainda assim, podemos considerar a atitude do governo mexicano, se comparada à do brasileiro, muito mais determinada e resoluta. Se alguma especificidade pode ser imputada à formalização da beligerância brasileira, esta não será, certamente, sua inesperada realização, mas sim sua longa procrastinação em face das reiteradas agressões perpetradas contra a navegação comercial do Brasil.

De qualquer forma, pode-se perceber que o tempo em que ocorreram as declarações de guerra do México e do Brasil tem forte sincronia com o desenrolar da guerra submarina nas costas do hemisfério ocidental. Como já foi explicitado anteriormente, o epicentro dos ataques submarinos, em termos regionais, passou da costa leste dos Estados Unidos, no primeiro trimestre de 1942, para a região do Golfo e do Caribe, no segundo trimestre do mesmo ano. O litoral brasileiro não possuía fluxo naval comparável com o dessas regiões, mas a partir do segundo semestre do ano ali estariam à disposição dos comandantes de submarinos alemães e italianos presas muito mais fáceis de abater.

Após a declaração de guerra brasileira, doze vasos de bandeira nacional foram postos a pique. Em maio de 1943 as elevadas perdas de submarinos no Atlântico Norte

fizeram com que o Almirante Dönitz ordenasse o abandono destes mares pelos submersíveis alemães. A Batalha do Atlântico estava temporariamente perdida, uma vez que a principal via de comunicação marítima aliada estava totalmente desobstruída, livre de ataques. Os submarinos alemães deviam atuar em águas menos perigosas, até que avanços técnicos e táticos lhes permitissem um regresso seguro ao centro estratégico da batalha<sup>38</sup>. Entre estas regiões, propícias à atividade submarina, estava o Atlântico Sul, com destaque para o litoral brasileiro. Mas, nem mesmo esta região era, neste momento, um bom valhacouto para a ação dos submarinos, como o fora meses antes. O poderio aeronaval dos Estados Unidos já se fazia sentir por todo o Atlântico Sul, e suas bases no litoral do Brasil e na ilha britânica de Ascensão tornavam a operação de submarinos nesta área muito mais arriscada. Entende-se, destarte, o sentido da mensagem do comandante do U-466, Capitão Konrad Schöen, enviada para Berlim em fins de julho de 1943, após seu barco sofrer tenaz caçada aérea ao largo das Guianas e das costas do Amapá e do Pará. “O ar como em Biscaia”, teria mencionado, comparando o nível de patrulhamento e guerra aérea antissubmarino nas costas brasileiras ao existente, naquele momento, na Baía de Biscaia, litoral atlântico francês, local das bases dos *U-boats* que operavam no Atlântico e alvo permanente de patrulhas e ataques aéreos provenientes da Grã-Bretanha<sup>39</sup>. Em julho/agosto de 1943, sete submarinos alemães foram destruídos no litoral brasileiro, todos vítimas de ataques aéreos desferidos por aeronaves norte-americanas baseadas no Brasil (em um deles, aviões da FAB foram corresponsáveis)<sup>40</sup>.

De qualquer modo, ainda que somente 67 navios fossem torpedeados no litoral das Américas por submarinos do Eixo durante todo o decorrer de 1943, valor modesto se cotejado com os números do ano anterior, aproximadamente 50% destes afundamentos ocorreram nas costas brasileiras<sup>41</sup>. Neste ano de 1943, sete navios brasileiros foram afundados ao longo do litoral do país, o que corresponde a mais de 10% das perdas aliadas em toda a área costeira do Novo Mundo<sup>42</sup>. A Batalha do Atlântico podia estar

perdida, mas o fim das restrições à guerra submarina contra os navios e as costas brasileiras era ainda capaz de trazer alguns poucos momentos de satisfação e vitória aos exauridos submarinistas alemães.

Pode-se, destarte, inferir que, frente ao comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano e às demandas próprias de uma guerra submarina total contra o comércio aliado, os afundamentos de navios brasileiros continuariam independentemente de estar ou não o País formalmente em guerra. Como é natural supor que o governo do Rio de Janeiro respondesse politicamente a tais atos reiterados de agressão, a declaração de guerra passa a ser um evento quase certo. Caso não ocorresse em agosto, certamente se materializaria em futuro bem próximo.

A exceção entre as nações latino-americanas foi a Argentina. No mais das vezes, o comércio naval portenho foi poupado pelos submarinos do Eixo, muito embora a maior parte de suas cargas se destinasse à Grã-Bretanha. Praticamente no decurso de todo o conflito, os ingleses dependeram dos argentinos para o suprimento de seu consumo de trigo, couro, linhaça e, especialmente, de carne, necessária tanto para as rações da população civil como das forças armadas do país<sup>43</sup>. Nos meses de abril e junho de 1942, ao largo do litoral dos Estados Unidos, foram torpedeados dois navios argentinos (*Victoria* e *Rio Tercero*), fato que causou grande indignação popular, reação semelhante às ocorridas no México e no Brasil quando também foram vítimas de ataques submarinos. A reação alemã a estes incidentes, todavia, foi bem diferente. Desculpas formais foram enviadas, juntamente com a promessa de futura reparação pelas perdas materiais sofridas. O governo argentino, por seu lado, ordenou à sua marinha mercante a utilização somente de portos norte-americanos margeando o Golfo do México<sup>44</sup>.

Em julho de 1942, o Ministro das Relações Exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, negou ao Almirante Dönitz autorização para que seus submersíveis operassem no estuário do Rio da Prata, região onde se encontravam navios refrigerados, carregados com carne argentina destinada à Grã-

Bretanha. Ainda que não estivesse sendo demandada a destruição de navios portenhos, a operação de submarinos nas costas do país poderia provocar manifestações de repúdio ao Eixo por parte da opinião pública argentina<sup>45</sup>, comprometendo ainda mais a posição de neutralidade na guerra adotada pelo governo argentino. Depoimento de um sobrevivente do submarino italiano *Archimidi*, destruído no litoral brasileiro em abril de 1943, referenda a real aplicação das ordens que proibiam ataques a navios argentinos. A belonave italiana, operando no setor entre Salvador e Recife, não logrou afundar nenhum navio, ainda que tivesse interceptado dois que, uma vez identificados como argentinos, foram poupados<sup>46</sup>.

Esta restrição proposital à guerra submarina explica-se pela importância política, para a Alemanha, em manter a Argentina como uma exceção dentro do concerto das nações americanas. Sua posição de neutralidade, ao mesmo tempo em que procurava entrar a construção da hegemonia hemisférica norte-americana causando problemas para o país deste lado do Atlântico, constituía também uma das poucas portas de entrada legal existentes nas Américas para espiões e propagandistas do Eixo, que tinham em suas respectivas embaixadas em Buenos Aires refúgio e quartel general<sup>47</sup>.

Neste único caso, a guerra submarina total no Atlântico, coordenada e implementada pelos alemães, teve de ceder frente a interesses políticos e diplomáticos de maior importância e envergadura. Ousamos afirmar, num exercício especulativo contrafactual, que se a guerra submarina total tivesse sido levada também aos navios e ao litoral portenhos a Argentina certamente teria revertido sua posição de neutralidade à época, por mais independente que fosse a postura do governo em face do papel hegemônico norte-americano no continente. Nenhuma administração sobreviveria às pressões de toda uma sociedade, pressões estas nascidas da contumaz destruição do patrimônio e das vidas nacionais, a menos que articulasse uma resposta condizente com a perpetração de tais atos de agressão. Esta resposta podia ser o rompimento de relações diplomáticas ou mesmo a declaração de

guerra. Mas isto não interessava nem à Alemanha e nem à Argentina.

Para finalizar, queremos abordar e esclarecer uma absurda dúvida histórica que, nascida de boatos ainda dos tempos da guerra, subsiste até nossos dias, pelo menos no imaginário popular. Tal dúvida consiste em saber se os navios brasileiros foram mesmo afundados por submarinos alemães e italianos, ou se a responsabilidade por esses ataques deve ser imputada aos submarinos norte-americanos que, secretamente, afundavam os navios brasileiros atribuindo tais ações ao Eixo, com isso procurando trazer o Brasil o mais rapidamente possível para a guerra. Para esclarecer esta questão, utilizar-nos-emos de uma argumentação tanto dedutiva como empírica.

Em razão de participação e compromisso do governo brasileiro com o esforço de guerra norte-americano em 1942, é difícil imaginar por qual motivo os Estados Unidos se arriscariam a uma empreitada dessa natureza (afundar navios brasileiros), o que, em caso de descoberta, comprometeria de veras toda a estreita relação existente entre os dois países, construída por seus governos nos últimos anos. Não somente o General Góes Monteiro, tido como germanófilo, já expressara muito pragmaticamente para Vargas a necessidade de se alinhar com os Estados Unidos, como o próprio ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, homem da mais alta confiança do presidente brasileiro, era um articulador desse alinhamento. Aranha, devido às suas posições pró-americanas, fora, inclusive, alvo de um complô para assassiná-lo, planejado pela Gestapo<sup>48</sup>.

Tal fato ocorrera às vésperas da Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, da qual resultou o rompimento de relações com os países do Eixo. A polícia brasileira, com a cooperação do FBI e do serviço secreto britânico, fizera uma operação de varredura na qual foram capturados 36 agentes alemães, italianos e japoneses. Atirando no que viu, a polícia acertou o que não vira: Franz Wasa Jordan, agente especial alemão, de periculosidade então insuspeitada. Um submarino o trouxera até o litoral brasileiro, onde foi transferido para navio mercante alemão e

desembarcado no Rio de Janeiro. Instalado em Santa Teresa, aguardava o momento propício para desempenhar a sua missão – assassinar o Chanceler Oswaldo Aranha.

Franz Jordan recebera, diretamente das mãos do *Reichsführer* SS Heinrich Himmler, dinheiro e detalhadas instruções para a eliminação do ministro brasileiro. Esperava-se que o trauma causado pelo atentado, na semana anterior à inauguração da conferência, pudesse frustrar a sua realização. A varredura policial abortara o atentado. A pistola assassina não mudou o rumo dos acontecimentos. As advertências formuladas pelos três embaixadores do Eixo quanto a qualquer tomada de posição ostensiva contra eles foram vigorosamente rechaçadas pelo Itamaraty<sup>49</sup>.

Como se pode ver, pelas atitudes dos governos do Eixo, pelas próprias tendências dentro do governo brasileiro e pelas ações concretas por este efetivadas em prol do esforço de guerra norte-americano, não faria sentido nenhuma ação para consolidar o que já estava consolidado.

Além disso, nunca é demais lembrar que os Estados Unidos, em 1942, lutavam uma outra guerra no Pacífico contra os japoneses. Assim, os seus submarinos eram extremamente necessários naquele gigantesco teatro de operações, atuando em conjunto com os navios de superfície em vários embates contra a Marinha de Guerra imperial japonesa e, principalmente, empreendendo, desde o primeiro dia da guerra, ataques contra o comércio naval japonês naquele oceano, nos mesmos moldes dos realizados pelos alemães no Atlântico contra os navios mercantes aliados. Resumidamente, portanto, o afundamento de navios brasileiros por submarinos norte-americanos seria, naquele momento, um ato de completa irracionalidade política.

As evidências empíricas só fazem corroborar este raciocínio. Além dos arestos do Tribunal Marítimo do Brasil, há farta documentação a respeito da guerra submarina empreendida pela *Kriegsmarine* na *Bibliothek für Zeitgeschichte*, em Stuttgart, na Alemanha, onde se encontram os relatórios de bordo de vários submarinos envolvidos na ofensiva do Atlântico Sul. O Almirante Dönitz, numa

narrativa mais abrangente sobre a guerra no Atlântico, faz menção específica ao submarino e comandante alemães (U-507, Capitão de Corveta Schacht) que afundou navios brasileiros em agosto de 1942, levando o Brasil formalmente à guerra<sup>50</sup>. Se o comandante da frota de submersíveis alemães admite, sem maiores problemas, a responsabilidade alemã pelos ataques aos navios brasileiros, acreditamos já ser mais do que o momento de sepultar de vez qualquer hipótese esdrúxula que intente atribuir à ação militar norte-americana a culpa pelas perdas navais brasileiras.

## CONCLUSÃO

É primordial que o nexos causal que redundou na declaração de guerra brasileira seja descrito e compreendido adequadamente. No inverno de 1941/42, a Alemanha, diante da impossibilidade de vencer os soviéticos com uma ofensiva rápida e potente, e agora também formalmente em guerra com os Estados Unidos, decidiu aprestar-se para a perspectiva de um conflito de longa duração. Uma das decisões condizentes com essa nova realidade estratégica foi a de aumentar a produção de submarinos para, com eles, empreender uma campanha irrestrita contra todo o comércio naval aliado, aí se incluindo toda a região litorânea da América do Norte como um alvo taticamente promissor.

No decorrer do primeiro semestre de 1942, uma grande quantidade de navios foi destruída na costa leste dos Estados Unidos, golfo do México e nos mares ao redor do Caribe e da América Central. A facilidade tática para o afundamento de navios mercantes era, com o passar do tempo, cada vez proporcionalmente maior quanto mais os submarinos fossem operar em águas ao sul do hemisfério. A partir do segundo semestre, as costas brasileiras, malgrado o pequeno volume de comércio naval, se apresentavam como área bastante propícia para a ação dos submarinos, na qual as embarcações mercantes podiam ainda ser fácil e seguramente atacadas. Em termos adstritos à guerra submarina, era interessante operar na região e ter elencados, como prováveis alvos, o maior número de navios possível, o

que certamente incluía navios brasileiros, integrantes da maior frota mercante de toda a América Latina.

O Brasil, após o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo, fornecia aos norte-americanos “apoio político, materiais estratégicos, bases e rotas aéreas, patrulhas aéreas e navais e eliminação da quinta coluna<sup>51</sup> nazista”, consoante nos esclarece Gerson Moura<sup>52</sup>. Esta situação era decorrente da necessidade norte-americana de se preparar da melhor forma possível para a guerra, antes e imediatamente após o seu envolvimento formal, em 1940 e 1941. Politicamente, portanto, não havia qualquer

óbice substancial para o governo alemão que o levasse a vetar os navios e o litoral brasileiros como possíveis alvos para os seus submarinos. Em junho/julho de 1942 eles foram, de fato, liberados, e os afundamentos de agosto seriam apenas os primeiros de uma série de outros que ocorreriam na região. Como é esperado que o governo de qualquer país que se pretenda minimamente soberano e independente reaja formalmente a agressões dessa natureza, podemos afirmar, destarte, que uma declaração de guerra brasileira à Alemanha era, a partir de junho/julho de 1942, o evento que se sucederia com naturalidade.

## BIBLIOGRAFIA

- BELOT, R. de. *A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Record, 1969
- DÖNITZ, Karl. *Memoirs*. Cleveland, Pocket Books, 1958.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1968.
- GABAGLIA, A.C. Raja. *Poder Marítimo nas Duas Guerras Mundiais (1914-1918 – 1939-1945)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953.
- HUMPHREYS, R. A. *Latin America and the Second World War*. Londres, Athone, 1982.
- LUKACS, John. *A Última Guerra Europeia: setembro 1939 – dezembro 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- McCANN, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995.
- MILWARD, Alan S. *War, Economy and Society – 1939-1945*. Berkeley, University of California Press, 1979.
- MOURA, Gerson. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial – 1942-1945”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, Vol. I, Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Edusp, 1996.
- RAEDER, Erich. *My Life*. Londres, Penguin Books, 1957.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.
- WEINBERG, Gerhard L. “Pearl Harbor: The German Perspective”. In: Gerhard Weinberg, *Germany, Hitler & World War II*. New York, Cambridge University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_, *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994.

<sup>1</sup> O *Baependi*, navio do Loyd Brasileiro de 4.801 toneladas viajava de Salvador a Recife em 15 de agosto de 1942 com 73 tripulantes e 232 passageiros quando, cerca das 19h, no litoral de Sergipe, foi torpedeado pelo submarino U-507, comandado pelo Capitão de Corveta Harro Schacht, redundando na morte de 55 tripulantes e 214 passageiros. Às 21h do mesmo dia, a embarcação do Loyd Brasileiro *Araraquara*, a 120 milhas ao largo de Aracaju, foi atacada e afundada pelo mesmo submarino alemão, sendo que de seus 74 tripulantes e 68 passageiros foram vitimadas 59 pessoas. Às 4h5m. de 16 de agosto foi a vez do navio *Aníbal Benévolo*, afundado igualmente pelo U-507 no litoral de Sergipe, redundando na morte de 67 dos 71 tripulantes e de todos os 83 passageiros. No dia 17 de agosto, às 10h55m, no litoral da Bahia, o mesmo U-507 torpedeou e afundou o *Itagiba*, que se dirigia do Rio de Janeiro para Recife, redundando na morte de 9 dos 60 tripulantes e no perecimento de 30 dos 121 passageiros. O vaso *Arará* viajava no sentido contrário ao do *Itagiba*, navegando de Salvador para o porto de Santos quando, às 11:00 h. do mesmo dia 17 de agosto, avistou os destroços do *Itagiba* e acercou-se na tentativa de resgatar sobreviventes: foi também atingido por torpedo disparado pelo U-507, sendo vitimados 20 dos 35 tripulantes. A última vítima brasileira do comandante Schacht e seu U-507 foi a barçaça *Jacira*, de 89 toneladas, afundada a tiros de canhão e rajadas de metralhadora no dia 19 de agosto por volta das 2h, no litoral baiano entre Ilhéus e Itacaré. No caso do *Jacira*, o inquérito instaurado no Tribunal Marítimo para apurar os fatos acabou redundando em punição ao seu proprietário, o mestre Norberto Hilário dos Santos, uma vez que largara do porto sem autorização da capitania dos portos, transportava passageiros clandestinos, havendo, além disso, indícios que tivesse abastecido o submarino alemão, sendo a embarcação afundada para encobrir o crime. Ver no Arquivo do Tribunal Marítimo os Processos nº 668/42 (*Baependi*), 684/42 (*Araraquara*), 685/42 (*Aníbal Benévolo*), 671/42 (*Itagiba*), 670/42 (*Arará*) e 737/42 (*Jacira*).

<sup>2</sup> O termo *Wermacht* designa o conjunto das forças armadas alemãs, isto é, Exército, Marinha de Guerra e Força Aérea.

<sup>3</sup> A palavra *blitzkrieg* (guerra relâmpago), no jargão militar alemão, designava a organização de campanhas militares empreendidas com alta mobilidade e rápidas conquistas territoriais, engolfando os exércitos inimigos, ultrapassando-os e só depois os destruindo. Para tal, faziam uso intensivo de forças mecanizadas e artilharia móvel, apoiadas maciçamente pela força aérea, uma vez que o controle do espaço aéreo tornava-se crucial nestas ofensivas. Seus criadores e principais articuladores foram jovens oficiais gerais do Exército alemão, como Heinz Guderian, Erwin Rommel, Hans-Jürgen von Arnim e Hasso von Manteuffel.

<sup>4</sup> LUKACS, John. *A Última Guerra Europeia: setembro 1939 – dezembro 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 257-258.

<sup>5</sup> MILWARD, Alan S. *War, Economy and Society – 1939-1945*. Berkeley, University of California Press, 1979, pp. 23-26.

<sup>6</sup> Nome que designa a Marinha de Guerra Alemã.

<sup>7</sup> O rápido programa de construção, esquematizado para estar completo em seis anos, previa, além do lançamento de dezenas de navios menores (cruzadores e contratorpedeiros), a construção de seis superencouraçados (deslocamento de 56.000 toneladas) e de dois porta-aviões de esquadra. Ver HUMBLE, Richard. *A Marinha Alemã – A Esquadra de Alto-Mar*. Rio de Janeiro, Editora Renes, 1974, p. 34.

<sup>8</sup> RAEDER, Erich. *My Life*. Londres, Penguin Books, 1957, p. 137.

<sup>9</sup> Idem, p. 187.

<sup>10</sup> A invasão de 22 de junho de 1941 foi realizada por mais de 150 Divisões de um total aproximado de 210 Divisões disponíveis. Durante todo o transcurso da guerra, o compromisso bélico alemão naquela frente será sempre majoritário. Segundo estatísticas do Exército Vermelho, dos 13,6 milhões de baixas e prisioneiros alemães feitos durante toda a guerra, 10 milhões ocorreram na frente oriental. Ver ZHUKOV, Georgi. *Memórias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1971, p. 464 e KENNEDY, Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 346.

<sup>11</sup> Força Aérea Militar Alemã.

<sup>12</sup> Erich Raeder, Op. Cit., p. 266.

<sup>13</sup> BELOT, R. de. *A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Record, 1969, p. 273; Anexo: Construção de Submarinos Alemães durante a Guerra.

<sup>14</sup> GABAGLIA, A. C. Raja. *Poder Marítimo nas Duas Guerras Mundiais (1914-1918 – 1939-1945)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953, p. 363-365.

<sup>15</sup> WEINBERG, Gerhard L. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, p. 380.

<sup>16</sup> DESCH, Michael. *When the Third World Matters: Latin America and United States Grand Strategy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993, p. 74.

<sup>17</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1968, p. 293.

<sup>18</sup> O *Cabedelo* foi a pique torpedeado pelo submarino italiano *Leonardo da Vinci* ao largo das Antilhas – Arquivo Histórico do Itamaraty, telegramas do MRE para a embaixada em Washington NP 112 de 23/03/1942 e NP 117 de 27/03/1942. O *Buarque* foi torpedeado a 60 milhas náuticas do Cabo Hatteras pelo submarino alemão *U-432*, comandado pelo Capitão Schultze – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 708/42. O *Olinda* foi afundado na costa do estado norte-americano da Virgínia pelo mesmo *U-432* – Processo nº 712/42 do Tribunal Marítimo. O *Arabutã* foi atacado ao largo do Cabo Hatteras, sendo afundado pelo submarino alemão *U-155*, comandado pelo Capitão Pie-ning – Processo nº 669/42 do Tribunal Marítimo. O *Cairu* foi torpedeado e afundado a 130 milhas náuticas de Nova York pelo submersível alemão *U-94* – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 689/42.

<sup>19</sup> O *Parnaíba* foi torpedeado pelo *U-162* sob o comando do Capitão Wartenberg na altura de Barbados – Processo nº 686 do Tribunal Marítimo. O *Gonçalves Dias* pelo submarino alemão *U-502* sob o comando do Capitão Rosenstiel, sendo afundado ao largo de Key West – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 698/42. O *Alegrete* foi atacado ao largo de Santa Lucia pelo submarino *U-156*, comandado pelo Capitão Hartenstein – Processo nº 677/42 do Tribunal Marítimo. O *Pedrinhas* foi vítima do ataque do submarino *U-203*, sob o comando do Capitão Mültzelburg, ao largo de Porto Rico – Processo nº 679/42 do Tribunal Marítimo. O *Tamararé* foi atacado e afundado pelo *U-66* ao largo de Port of Spain – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 767/42. O *Pave*, ao largo da Ilha de Tobago, foi

torpedeado pelo *U-155* – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 766/42. O *Barbacena* foi igualmente atacado ao largo de Tobago, sendo afundado pelo submarino *U-66*, sob o comando do Capitão Markworth – Tribunal Marítimo, Processo nº 764/42.

<sup>20</sup> O *Osório* foi torpedeado no litoral do Pará a 27/09/1942 pelo submarino *U-514* sob o comando do Capitão Auffermann – Tribunal Marítimo, Processo nº 699/42. Ainda no mesmo dia e local e pela mesma belonave, foi afundado o navio *Lajes* – Tribunal Marítimo, Processo nº 698/42. O *Antonico* foi atacado a 28/09/1942 ao largo da Guiana Francesa pelo submarino *U-516* sob o comando do Capitão Wiebe – Tribunal Marítimo, Processo nº 701/42. O *Porto Alegre* foi torpedeado ao largo de Durban, na África do Sul, pelo *U-504*, comandado pelo Capitão Poske, em 03/11/1942 – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 705. O *Apalóide* foi atacado pelo *U-163* no dia 22/11/1942 ao largo da Venezuela – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 734/42. O *Brasilóide* foi afundado a 18/02/1943 a 5 milhas do litoral de Sergipe pelo *U-518* sob o comando do Capitão Wissmann – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 744/43. O *Afonso Pena* foi atacado a 02/03/1943 pelo submarino italiano *Barbarigo*, comandado pelo Capitão Rigoli, e afundado no litoral da Bahia – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 765/43. O *Tutóia* foi afundado no litoral de São Paulo em 31/07/1943 pelo submarino alemão *U-513*, sob as ordens do Capitão Guggenberger – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 817/43. O *Pelotaslóide*, na foz do Rio Pará, a 04/07/1943, foi torpedeado pelo submarino *U-590* sob as ordens do Capitão Krueger – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 883/43. O *Bagé*, no litoral de Sergipe em 31/07/1943, foi posto a pique pelo submarino *U-185*, comandado pelo Capitão Maus – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 839/43. O *Itapagé* foi torpedeado no litoral de Alagoas a 26/09/1943 pelo submarino alemão *U-161*, comandado pelo Capitão Albrecht Achilles. Este submersível seria depois afundado por aviões caça-submarinos da esquadrilha norte-americana VP-74, baseados em Salvador/Bahia – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processos nº 862 e 871/43. O *Campos* foi o último navio mercante brasileiro destruído por ação de submarinos do Eixo. Ele foi afundado em 23/10/1943 ao largo do litoral de São Paulo pela belonave *U-170*, comandada pelo Capitão Pfeffer – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 905/43.

<sup>21</sup> McCANN, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-45*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995, p. 222.

<sup>22</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz, Op. Cit., p. 317.

<sup>23</sup> DÖNITZ, Karl. *Memoirs*. Cleveland, Pocket Books, 1958, p. 239.

<sup>24</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985, p. 87.

<sup>25</sup> GABAGLIA, A.C. Raja, Op. Cit., p. 363-364.

<sup>26</sup> HUMPHREYS, R.A. *Latin America and the Second World War*. Londres, Athone, 1982, Vol. II, pp. 65-66.

<sup>27</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Op. Cit., p. 88.

<sup>28</sup> Arquivo do Tribunal Marítimo, Processos nºs 668 e 671/42.

<sup>29</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz, Op. Cit., p. 175.

<sup>30</sup> DÖNITZ, Karl, Op. Cit., p. 252-253.

<sup>31</sup> McCANN, Frank, Op. Cit., p. 222-223.

<sup>32</sup> WEINBERG, Gerhard L. "Pearl Harbor: The German Perspective". In: Gerhard Weinberg, *Germany, Hitler & World War II*. New York, Cambridge University Press, 1995, p. 203.

<sup>33</sup> Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 663/42.

<sup>34</sup> McCANN, Frank, Op. Cit., pp. 230-231.

<sup>35</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV rem 1930.10.03.

<sup>36</sup> SILVA, Hélio. *1942 – Guerra no Continente – O Ciclo Vargas – Vol. XII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 383.

<sup>37</sup> HUMPHREYS, R.A., Op. Cit., p. 40-41.

<sup>38</sup> WEIMBERG, Gerhard L. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, p. 382.

<sup>39</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. Op. Cit., p. 249-250.

<sup>40</sup> Idem, p. 293.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> GABAGLIA, A.C. Raja. Op. Cit., p. 436.

<sup>43</sup> HUMPHREYS, R.A. Op. Cit., p. 139, 159-160.

<sup>44</sup> Idem, p. 136.

<sup>45</sup> DÖNITZ, Karl. Op. Cit., p. 239-240.

<sup>46</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. Op. Cit., p. 227-228.

<sup>47</sup> Com o rompimento de relações diplomáticas do Chile com os países do Eixo, em janeiro de 1943, a Argentina tornar-se-ia o único Estado americano a manter legações diplomáticas e consulares desses países. HUMPHREYS, R.A. Op. Cit., p. 116.

<sup>48</sup> Gestapo era a sigla de *Geheim Staats Polizei*, a tão temida polícia política do III Reich, chefiada por Hans Muller, e supervisionada diretamente pela SS e por seu chefe, Heinrich Himmler.

<sup>49</sup> Estas informações vieram a público pela primeira vez graças à diligência investigativa do jornalista Murilo Melo Filho. Ver MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998, p. 71-72.

<sup>50</sup> DÖNITZ, Karl. Op. Cit., p. 252.

<sup>51</sup> O termo quinta coluna teve origem na guerra civil espanhola quando o generalíssimo Franco, avançando contra Madri com quatro colunas de tropas, referiu-se à ação de uma quinta, dentro da cidade atacada, composta por simpatizantes da causa legionária.

<sup>52</sup> MOURA, Gerson. "O Brasil na Segunda Guerra Mundial – 1942-1945". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, Vol. I, Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 99.

# O Patrimônio Arquitetônico do Museu do Porto de Manaus

**Graciete Guerra da Costa**

*Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará e graduação em Nancy II – Université de Nancy I; Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG/FAU Universidade de Brasília – UnB, com o trabalho Manaus: Um Estudo de seu Patrimônio Arquitetônico e Urbano; Doutora pela FAU/UnB, em 2011, com a tese As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011.*

## RESUMO

O Museu do Porto fica localizado na Rua Vivaldo Lima nº 61, e se insere no Conjunto Arquitetônico portuário da cidade de Manaus. A construção do edifício que atualmente o abriga data de 1905, e foi realizada pelos ingleses da Manaus Harbour Limited, firma que se constituiu em 1900, para explorar comercialmente o porto. A edificação faz parte de um complexo tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Processo nº. 1192-T-86 Livro de Belas Artes Inscrição: 589 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 100, em 14-10-1987. O museu é controlado pela Administração do Porto Privatizado de Manaus. Possui 742 m<sup>2</sup> de área construída, tendo sido instalado em 1981 para guardar, extraoficialmente, cerca de 300 peças, abordando aspectos históricos tecnológicos e comerciais relativos às atividades portuárias da região, do começo do século XX até a década de 1950. Esse material está exposto em oito ambientes distintos: casa de máquinas, salas 1, 2, 3, 4, salão, mezanino e área externa, local onde deveriam estar expostas peças “não perecíveis” do museu como objetos pesados, âncoras, cabeços, molinetes e tornos. A fachada dessa construção apresenta alguns elementos característicos, que imprimem uma unidade ao conjunto, ou seja, a utilização de tijolos aparentes (aparelho inglês) e o revestimento de alvenaria tratada em bossagem (rusticação), além de uma tendência para cheios, dando uma aparência pesada aos prédios e um aspecto bastantemente medieval. O prédio possui ainda frontão triangular sobre uma cornija, além do uso de

## ABSTRACT

The Museum *do Porto* is located at *Rua Vivaldo Lima nº 61*, and is inserted in the Architectural Longshore Set of Manaus. The construction of the building where the museum is located is from the year 1905, and it was built by the “*Manaus Harbour Limited*”, a company established in 1900 in order to explore the port commercially. The building makes part of a complex recognized by the Institute of the Historical and Artistic Inheritance (Iphan), Process Number: *1192-T-86 Livro de Belas Artes Inscrição: 589 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 100, em 14-10-1987.* The museum is controlled by the *Administração do Porto Privatizado de Manaus*. It has 742m<sup>2</sup> of built area, and has been installed in 1981 to keep, extra-officially, about 300 pieces, boarding historical, technological and commercial aspects about the longshore activities in the region, from the beginning of 20th century till the decade of 1950. This material is exposed in eight different ambients: Machine house, rooms 1, 2, 3, 4, the hall, mezzanine and external area, where the “non perishable” pieces such as heavy objects, anchors, hills, reels and lathes. The front of this construction presents some characteristic elements that have an unified quality with the whole set, that means, the use of apparent bricks (English appliance) and the brick revetment treated in bossage, besides a tendency of full, they give a heavy appearance and a mediæval aspect to the building. The building still possesses a triangular fronton on a cornice and the use of glasses and colossal endorsed pilasters. At the present days, the *Museum do Porto*

óculos e pilastras colossais endossadas. Atualmente, o Museu do Porto está abandonado, sem a devida manutenção, está fechado há dez anos com todo o acervo dentro do prédio, e a estrutura de ferro correndo sérios riscos. Trata-se, sem dúvida alguma, de um importante patrimônio histórico e arquitetônico, a ser estudado, registrado e preservado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Museu do Porto, Arquitetura, Patrimônio Histórico

is abandoned, without it's proper maintenance, it's closed for ten years, with all the heap inside the building, and the structure made of iron is currently in many risks. It is, indeedm a very important historical and architectural inheritance, to be studied, registred and preserved.

**KEYWORDS:** *Museum do Porto*, Architecture, Historical Inheritance

## PORTO DE MANAUS – ROADWAY

O Porto de Manaus foi contruído entre 1869 e 1910, está localizado à margem esquerda do Rio Negro, e compreende todo o Conjunto Arquitetônico do Porto. Fazem parte desse conjunto: um cais de alvenaria; um cais sobre boias de ferro cilíndricas flutuantes que é chamado de Roadway; o antigo edifício do Tesouro Público na Rua Monteiro de Souza s/nº; o Prédio da Alfândega e da Guardamoria; o Escritório Central na Rua Taqueirinha nº 125; Setor Administrativo na Rua Governador Vítório nº 121; Museu do Porto na Rua Vivaldo Lima nº 61; antiga Casa de Tração Elétrica na Rua Marquês de Santa Cruz s/nº; Armazéns nºs 3, 4, 5, 10, 15, 18 e 20; e a Bomba de Incêndio<sup>1</sup>.

A falta de um porto amplo e moderno na capital do Amazonas comprometeu por muitos anos a economia da região. De 1856 a 1858 o Amazonas exportava 52.800 toneladas de borracha para o exterior, cujos países ávidos de maior lucro instalaram suas agências em Manaus para comercialização do produto.

O embarque e o desembarque das mercadorias (borracha, castanha, madeiras e outros produtos) eram feitos por uma rampa de pedra, entre dois muros de arrimo<sup>2</sup>, por onde desciam as mercadorias que eram fiscalizadas pela Alfândega e embarcadas nas canoas<sup>3</sup>, catraias<sup>4</sup> e batelões<sup>5</sup> que as transportavam até os navios ancorados ao largo<sup>6</sup>.

No período de seca, quando o Rio Negro baixava o seu nível sensivelmente, os barcos eram impedidos de aportar nas rampas, causando grandes prejuízos ao comércio. Entre as constantes necessidades, repetiu-se por muitos anos a falta de condições nos serviços de embarque e desembarque de mercadorias em Manaus.

Várias obras foram realizadas, e reparos das rampas foram mencionados; no entanto, essas obras não superavam definitivamente os velhos problemas, e não tinham porte nem estrutura para solucionar os problemas de embarque e armazenamento de mercadorias com segurança e eficiência.

A exploração, o beneficiamento e a exportação da borracha se regulamentam, e



Imagens de Satélite mostrando a localização de Manaus  
Fonte: Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais



Vista aérea dos Armazéns do Porto  
Fonte: SEC – Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas



Vista aérea da localização dos Armazéns do Porto  
Fonte: SEC – Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas

Manaus passa a ser sede das grandes casas exportadoras. A cidade fica diretamente ligada ao mercado internacional e contribui economicamente com 38% das divisas do país.

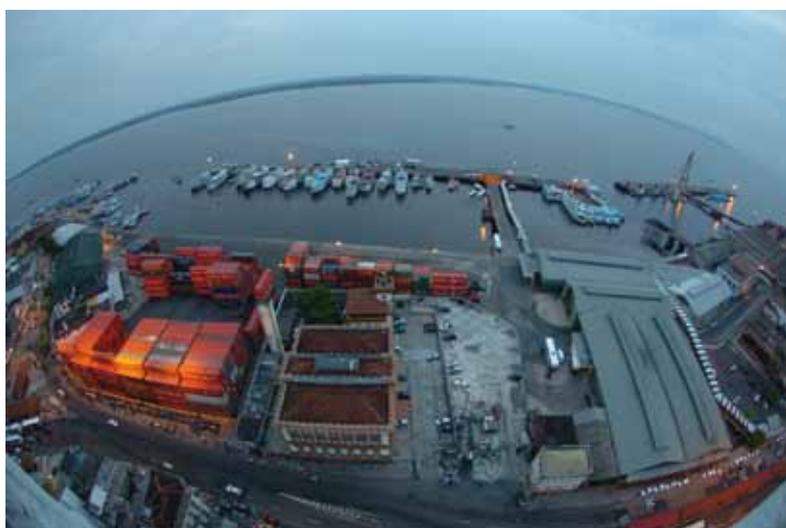
Em 1900, foi fechado contrato entre o Governo Federal e a firma B. Rymkierwicz & Cia., entretanto é transferido para a firma inglesa Manaos Harbour Limited. Em 22 de agosto de 1902 foi sancionada a Lei nº 384<sup>7</sup>, aprovando o contrato de 25 de março do mesmo ano, ampliando para sessenta anos o prazo de concessão dos serviços do Trapique 15 de Novembro ou Trapique Princesa Isabel para a empresa de melhoramentos do Porto de Manaus.

O Porto de Manaus foi construído respeitando o fenômeno de “cheia e vazante” do Rio Negro. O litoral e o antigo igarapé foram aterrados e foi levantado um muro de arrimo, construído à jusante, acompanhando o pequeno trecho, já existente, de meados do século passado. Além do cais de alvenaria, foi construído um cais sobre boias de ferro cilíndricas, flutuando independentemente do nível do rio. É composta por uma ponte flutuante em forma de “T”, e grande parte dessa estrutura, as-

sim como os armazéns, guindastes e outros elementos são de ferro do sistema Danly, de origem belga.

Nota-se, ainda, que os armazéns construídos pela Manaos Harbour Limited são todos de ferro corrugado, e tanto as paredes quanto as coberturas foram produzidas pela P & W Mac Lellan Ltd. – Clutha Works, Glasgow, de acordo com o registro gravado em algumas estruturas da construção.

O Porto possui no cais acostável a seguinte infraestrutura: Cais Fixo – Paredão: 359,09 metros; Plataforma – 296,30 metros; Cais Flutuante, Roadway – 253 metros e torres de 262,70 metros; Apoio para atracação com cinco boias cilíndricas, e dois rebocadores.



Vista panorâmica do Porto de Manaus  
Fonte: Ney Mendes, do jornal *A Crítica*



Vista aérea do Conjunto do Porto

Fonte: SEC – Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas

O Porto de Manaus, com sua ponte flutuante em forma de “T”, é conhecido como *Roadway*, denominação deixada pelos ingleses. Essa ponte tem 253 metros de comprimento e 24 metros de largura. O flutuante das torres possui 262,7 metros de comprimento e 19,2 metros de largura. Apresenta passeios laterais para uso de pedestres e uma pista central para veículos. Durante a década de setenta, essa ponte foi avariada por uma embarcação, e ao ser recuperada perdeu sua característica original, tornando-se fixa sobre pilares de concreto. Nas proximidades dessa ponte flutuante, existe uma outra ponte com uma estrutura bastante semelhante, além de outras menores.

Todo esse conjunto flutuante, assim como os prédios onde funcionava a Administração do Porto, foi tombado pelo Iphan, Processo nº 1192-T-86, Livro de Belas Artes Inscrição: 589, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Inscrição: 100, em 14-10-1987, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## ARMAZÉM DO PORTO

O edifício do Armazém do Porto foi construído em 1888, está localizado à margem esquerda do Rio Negro, e faz parte integrante do Conjunto Arquitetônico do Porto. Durante muito tempo, esse armazém foi conhecido como Trapiche 15 de Novembro e possivelmente se

trata do mesmo Trapiche Princesa Isabel, rebatizado com o advento da República.

Em 1900, o porto passou a ser explorado pela Manaus Harbour Limited. A exploração comercial do porto, nesse período, tinha sido contratada com o Barão Rymkiewicz. Geraldo Gomes da Silva<sup>8</sup> informa que não conhece nenhum documento que comprove a origem desse edifício, mas a análise do seu sistema construtivo não deixa margem a

dúvidas de se tratar do sistema Danly.

As fotos que figuram no Álbum do Amazonas (1901-1902) mostram já um armazém com cobertura em telhas onduladas, que podem ter substituído as originais, também em chapas estampadas. Coincidência ou não, o autor encontrou no porto de Manaus uma cerca construída com chapas estampadas, iguais às utilizadas na cobertura da Estação Ferroviária do Bananal-SP, e em duas residências em Belém.

As janelas, com sua parte superior em arco abatido, são semelhantes às que existem no Mercado São João, em São Paulo. O Trapiche 15 de Novembro é o único armazém do conjunto, construído em chapa prensada de fabricação belga.



Primeiras edificações dos Armazéns

Fonte: SEC – Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas



Vista aérea do Conjunto do Porto

Fonte: SEC – Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas

As consultas nos Livros do Iphan<sup>9</sup> se referem a documentos existentes, e às instalações construídas pela Manaus Harbour Limited, firma inglesa que se constituiu em 1900, para explorar comercialmente o porto.

Os armazéns construídos por essa empresa, de 1903 a 1910, são todos em ferro corrugado, tanto paredes como cobertura, e sua origem estão gravadas nos próprios edifícios, onde se lê: P & W. Maclellan Ltd Clutha Works, Glasgow, em pequeninas placas metálicas soldadas aos perfis da estrutura vertical portante. Existem vários desses armazéns, não somente em Manaus, como também em Belém, mas não pretendem ser outra coisa que não armazéns, não deixando transparecer que tenham sido concebidos com outra intenção, além de servir de abrigo seguro para as mercadorias.

O Armazém do Porto foi tombado pelo Iphan, Processo nº 1192-T-86, Livro de Belas Artes Inscrição: 589, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Inscrição: 100, em 14-10-1987.

## O MUSEU DO PORTO

O Museu do Porto fica localizado na Rua Vivaldo Lima nº 61, e se insere no Conjunto Arquitetônico portuário da cidade de Ma-

naus. A construção do edifício que atualmente o abriga data de 1905, e foi realizada pelos ingleses da Manaus Harbour Limited, firma que se constituiu em 1900, para explorar comercialmente o porto. A edificação faz parte de um complexo tombado pelo Iphan, Processo nº 1192-T-86 Livro de Belas Artes Inscrição: 589 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Inscrição: 100, em 14-10-1987.

O museu é controlado pela Administração do Porto Privatizado de Manaus. Possui 742 m<sup>2</sup> de área construída, tendo sido instalado em 1981 para guardar, extraoficialmente, cerca de 300 peças, abordando aspectos históricos tecnológicos e comerciais relativos às atividades portuárias da região, do começo do século XX até a década de 1950.

Esse material está exposto em oito ambientes distintos: casa de máquinas, salas 1, 2, 3, 4, salão, mezanino e área externa, local onde deveriam estar expostas peças não perecíveis do museu como objetos pesados, âncoras, cabeços, molinetes e tornos. A fachada dessa construção apresenta alguns elementos característicos, que imprimem



Museu do Porto

Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2011

uma unidade ao conjunto, ou seja, a utilização de tijolos aparentes (aparelho inglês) e o revestimento de alvenaria tratada em bossagem (rusticação), além de uma tendência para cheios, dando uma aparência pesada aos prédios e um aspecto bastante medieval. O prédio possui ainda frontão triangular sobre uma cornija, além do uso de óculos e

pilastras colossais endossadas. Atualmente, o Museu do Porto está abandonado, sem a devida manutenção, está fechado há dez anos com todo o acervo dentro do prédio, e a estrutura de ferro correndo sérios riscos. Trata-se, sem dúvida alguma, de um importante patrimônio histórico e arquitetônico, a ser estudado, registrado e preservado.



Fachada do Museu do Porto  
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2011



Lateral do Museu do Porto  
Fonte: Graciete Guerra da Costa, 2011

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Manaus, Humberto Calderaro, 1985.

Coleção de Leis do Amazonas – 1903 a 1915 (1915). Manaus Imp. Oficial.

COSTA, Graciete Guerra da. *Manaus: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

IPHAN, *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, Inscrição: 100, Processo nº 1192-T-86, 14 de outubro de 1987.

SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel. 1986. p.201

<sup>1</sup> COSTA, Graciete Guerra da. *Manaus: um estudo de seu patrimônio arquitetônico e urbano*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

<sup>2</sup> Muro de grande espessura, destinado à proteção de aterros ou encostas.

<sup>3</sup> Embarcação sem quilha, formada por um casco, grande ou pequeno, com ou sem borda-falsa, aberto ou coberto.

<sup>4</sup> Pequeno barco tripulado por um só homem. Canoa motorizada.

<sup>5</sup> Embarcação robusta de ferro ou de madeira, fundo chato, com propulsão própria ou sem ela, usada para desembarque ou transbordo de carga. Usada no comércio do regatão ou no transporte de gado.

<sup>6</sup> ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. Manaus, Humberto Calderaro, 1985.

<sup>7</sup> Coleção de Leis do Amazonas – 1903 a 1915 (1915). Manaus Imp. Oficial.

<sup>8</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel. 1986. p.201

<sup>9</sup> IPHAN, *Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, Inscrição: 100, Processo Nº 1192-T-86, 14 de outubro de 1987.

# Recuperação da memória imagética de artefatos retirados de sítios de naufrágios no litoral de Pernambuco entre 1950 e 2000

**Carlos Celestino Rios e Souza**

*Capitão de Fragata (Ref-T), Arqueólogo Subaquático e Professor do Departamento de Arqueologia/CFCH-UFPE.*

**Amanda de Azevêdo Cavalcanti Tavares**

*Bacharel em Arqueologia; CFCH-UFPE.*

## RESUMO

O presente trabalho trata de localização e identificação dos artefatos arqueológicos retirados de cascos soçobrados na costa pernambucana por mergulhadores, do resgate de parte da história trágico-marítima de Pernambuco dos navios identificados por meio da historiografia, bem como do registro imagético de parte dos artefatos encontrados nas coleções particulares entre 1950 e 2000, para que se dê início a coleções de referência e se contribua com novos dados para a carta arqueológica de naufrágios localizados em Pernambuco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Artefatos arqueológicos, Naufrágio, Registro imagético

## ABSTRACT

The present work concerns in the localization and identification of archaeological artifacts taken from shipwrecks off the coast of Pernambuco by divers, in the rescue of the tragic history part and shipwrecks of Pernambuco identified by historiography, as well as the and imagetic registration of the artifacts found in private collections between 1950 and 2000, to initiate reference collections and contribute with news data to the archaeological shipwrecks chart of Pernambuco.

**KEYWORDS:** Archaeological artifacts, Shipwrecks, Imagetic registration

## INTRODUÇÃO

Sendo um dos temas da pesquisa a Arqueologia Subaquática, ela se diferencia da arqueologia efetuada em terra firme apenas no que diz respeito às adaptações das técnicas arqueológicas utilizadas em ambientes terrestres (RAMBELLI, 2003). Portanto, a título de esclarecimento, sítios arqueológicos subaquáticos compreendem basicamente sítios depositários, terrestres submerso, rituais e de naufrágio, estes estando embaixo d'água, em zona intertidais (entre marés) ou em terra firme, onde existam testemunhos da cultura material de atividades humanas por pelo menos 100 anos (Unesco, 2001).

No caso desta pesquisa, os objetos de estudo são os sítios de naufrágio localizados no litoral pernambucano. Dessa forma, segundo Carlos Rios (2010), os sítios de naufrágio são



formados pelas embarcações e/ou navios soçobradas com tudo o que eles transportavam de material e pessoal no momento do sinistro. Como exemplo de sítio histórico há o naufrágio Lamarão I (Galera *Balsemão*), localizado a 1,8 milha náutica da boca da barra do porto do Recife.

Em face de a Arqueologia Subaquática estar, geralmente, inserida no âmbito da Arqueologia Histórica e, por outro lado, a Arqueologia ser definida como uma ciência que estuda o passado do homem por meio dos seus vestígios materiais (RENFREW; BAHN, 1993), os sítios de naufrágio, além de proporcionar dados sobre a história marítima do local em que se encontra, podem ser considerados como verdadeiros dispersores de “artefatos culturais mundiais”.

A arqueologia subaquática brasileira está principalmente voltada ao estudo dos sítios de naufrágios. Por meio de suas metodologias de pesquisas específicas possui o objetivo de compreender a vida a bordo das embarcações, do cotidiano da gente do mar, seus hábitos e costumes ao longo desses 500 anos de história do Brasil (RIOS, 2007).

No Brasil, o trabalho arqueológico subaquático pioneiro foi realizado no Galeão Sacramento, no litoral baiano, em 1976, pelo arqueólogo Ulisses Pernambucano de Mello Neto, em parceria com a Marinha do Brasil e o Ministério da Educação e Cultura (MELLO NETO, 1977).

No Estado de Pernambuco, ainda sob a orientação do Prof. Ulisses, foram realizados trabalhos arqueológicos no Galeão *São Paulo*, entre 1979 e 1987. Esses trabalhos de pesquisa não fugiram ao propósito de recuperar artefatos diversos, que passaram a fazer parte da exposição do Espaço Cultural da Marinha e do Museu Naval no Rio de Janeiro, e que exemplificam a história trágico-marítima brasileira (MELLO NETO, 1981; CUNHA, 1990, 1994).

No sudeste, nos anos 90, no Baixo Vale da Ribeira, SP, o Prof. Gilson Rambelli (1998 e 2003) estudou os vestígios materiais, bem como os processos de ocupação e de estabelecimento do homem naquela região.

Outros trabalhos realizados no Estado de Pernambuco versaram sobre a identificação arqueológica do naufrágio Lamarão I, locali-

zado no lamarão externo do porto do Recife, e a identificação dos fatores causadores de naufrágios ocorridos em Pernambuco durante os séculos XIX e XX, ambos desenvolvidos por Carlos Rios (2007 e 2010), os quais também delineiam os primeiros passos em busca do resgate histórico e arqueológico do patrimônio submerso presente no litoral.

Em que pese o fato de o Brasil não ter sido signatário da Convenção da Unesco de 2001, que aborda sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático e um de seus princípios ser: “O patrimônio cultural subaquático deve ser protegido de exploração comercial e especulação (...) depósito do patrimônio recuperado em projeto de pesquisa ou prevenção de atividades predatórias desde que os requerimentos da Convenção sejam observados. Objetiva-se assim que qualquer recuperação de patrimônio cultural subaquático alcance sua máxima proteção”, além de ser pertinente ao Estado “tomar as medidas necessárias para elaborar, manter e atualizar um inventário do patrimônio cultural subaquático”; “garantir eficazmente a proteção, a conservação, a apresentação e gestão desse patrimônio”; e “fomentar a pesquisa e educação nesse âmbito”, atualmente não se tem conhecimento do quantitativo exato de naufrágios localizados na costa pernambucana, apenas tendo registrado a localização de aproximadamente 50 naufrágios.

Dessa forma, há cerca de sessenta anos, pescadores e uma pequena parcela da sociedade pernambucana formada por mergulhadores recreativos, profissionais desta área, além de praticantes da caça submarina têm sido os responsáveis pela descoberta de um grande número de naufrágios e, por não haver uma legislação específica sobre o assunto até os anos 80, além de uma fiscalização efetiva, passaram a coletar inúmeros objetos de natureza arqueológica e biológica do fundo do mar, sem restrição alguma, e, mesmo depois desse período, as leis brasileiras favorecem a caça ao tesouro e dão valor ao bem arqueológico, indo na contramão da história.

Esses objetos formam hoje uma série de coleções particulares das mais variadas possíveis, que abrangem desde artefatos de uso comum como garrafas, pratos, xí-

caras, talheres e panelas até aparelhos e acessórios das próprias embarcações naufragadas, tais como âncoras, lemes, hélices, material bélico como canhões, falconetes, mosquetões e projéteis, entre outras peças.

Em se tratando da compreensão desses dados, a realização do resgate imagético dos vestígios arqueológicos e da historiografia dos naufrágios torna-se necessário, no que tange a possibilidade de ajudar a traçar, de forma nítida, os lugares por onde estas embarcações navegaram, bem como, a cultura material contida no interior e ao redor desses cascos soçobrados, e também evidencia o desenvolvimento técnico de um dado país. Isso é possível uma vez que as características dos vestígios, quando analisadas por especialistas, podem auxiliar na identificação da nacionalidade do naufrágio bem como da sua identidade. A interpretação dos vestígios também pode sugerir a estratificação social da tripulação por meio da análise e da distribuição espacial da cultura material (RIOS, 2010).

Assim, considerando uma possível perda de informações e referencial arqueológico pelo fato de esses intrépidos mergulhadores, ocasionalmente, não possuírem conhecimento algum relativo à salvaguarda destes acervos de forma apropriada, todo esse material coletado durante esses anos corre o risco de ser perdido junto com suas informações referentes à história, localização e detalhes sobre cada naufrágio.

No geral, os principais objetivos do trabalho são a localização e a identificação de artefatos arqueológicos retirados de naufrágios da costa pernambucana por mergulhadores. E para esta finalidade, atividades como localizar e identificar os mergulhadores detentores de peças arqueológicas subaquáticas; localizar e georreferenciar, por meio da plotagem de coordenadas geográficas em carta náutica, cada naufrágio explorado por tais mergulhadores; recuperar parte da sua historiografia por meio de levantamento bibliográfico; efetuar o registro imagético dos artefatos provenientes das coleções particulares de cada mergulhador; e, por fim, iniciar a elaboração de coleções de referência desses objetos, por meio de doações de artefatos arqueológicos efetuadas pelos mergulhadores, são essenciais ao desenvolvimento da pesquisa.

Nesse contexto, as motivações para o desenvolvimento do trabalho justificam-se na medida em que é praticamente inexistente a preocupação das autoridades locais ou mesmo a nível nacional em resgatar a história marítima do país por meio dos vestígios arqueológicos de cada naufrágio no mar territorial brasileiro. Outra linha de sustentação é que se trata de um trabalho pioneiro e de base, ou seja, necessita-se saber sobre a história submersa de Pernambuco, no que tange a identificar quantos e quais navios foram explorados, onde estão localizados, as causas dos naufrágios, a possível presença de outros sítios de naufrágios ainda não identificados cientificamente e, por fim, o que pode ser feito em termos de preservação desse patrimônio subaquático resgatado.

O presente estudo possibilita, ainda, a criação de coleções de referência dos mais variados artefatos por meio da arqueologia subaquática, bem como resgata parte da história trágico-marítima de Pernambuco e fornece subsídios para a carta arqueológica de naufrágios.

## **METODOLOGIA**

Os procedimentos metodológicos abrangem: levantamento bibliográfico, entrevistas, registros fotográficos e filmagens, conhecimento de todo o litoral pernambucano, cidades, praias e rios afetos ao assunto, além da salvaguarda de peças arqueológicas oriundas de doações.

Primeiramente, foi realizada uma busca por coleções de referências e catálogos de materiais arqueológicos de origem subaquática ou não e que tivessem relevância quanto ao contexto histórico dos naufrágios até então explorados, portanto, a pesquisa de materiais bibliográficos e imagéticos sobre a tipologia, classificação, conservação e salvaguarda de materiais específicos, tais como, madeira, metal, cerâmica, louça, entre outros, assim como dados sobre manufatura e origem dos mesmos, se tornou importante no que tange ao processo de identificação de objetos, procedências e a possível correlação com os sítios de naufrágios presentes na costa pernambucana.

Para a realização da primeira etapa do projeto foram efetuadas pesquisas bibliográficas em acervos particulares e públicos, além de acessos as coleções e catalogações de peças arqueológicas pertencentes ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, as quais foram devidamente registradas por meio de fotografias. Ainda nesta fase do projeto, foi realizado um levantamento através de fontes bibliográficas sobre o quantitativo e a história de alguns dos naufrágios já identificados pelos entrevistados e pela comunidade científica até o momento.

A etapa seguinte das atividades desenvolvidas até então envolveu a elaboração de um roteiro de perguntas específicas ao propósito do projeto e que seria aplicado durante as entrevistas com os mergulhadores. A aplicação de tal procedimento de obtenção de dados reside no propósito de identificar quais naufrágios foram explorados, o que foi retirado de material arqueológico de cada um deles e, por fim, persuadir o entrevistado a doar alguns bens de seu acervo a fim de colaborar com a realização de uma coleção de referência – para fins científicos – sobre a história marítima pernambucana.

A partir de então, foram realizadas as entrevistas com os senhores: Sinval Malta Pessoa, Antônio Veríssimo da Cruz, Alípio Vanderlei Nobre, Fernando Paz, Antônio Mariano de Barros Cordeiro, José Mário Lobo, Jorge Antônio Lopes, Edísio Rocha, Fernando Clark, Maxwell Dantas, Gabriel Katter, Antônio Gomes, Josualdo Moura, Rudy Borges, Carlos Villar, Jamerson José Caminha e Ricardo Moura.

Em face da necessidade de adequação do roteiro de perguntas, as entrevistas passaram a ser não estruturadas, portanto, em meio às entrevistas, as perguntas foram modificadas em algumas situações com o propósito de melhorar a comunicação entre pesquisador e entrevistado e torná-las mais objetivas e satisfatórias quanto ao alcance das metas do projeto.

É válido informar que todos os entrevistados estão ou estiveram envolvidos diretamente e/ou indiretamente com o mergulho, entre os quais abrangem caçadores submarinos, mergulhadores profissionais, funcionários de empresas e despachantes portuários.

Todas as entrevistas foram devidamente filmadas e transcritas posteriormente para que as informações obtidas sobre a presença de sítios de naufrágios, assim como suas características, fossem adequadamente analisadas.

Por fim, após levantamento, análise, discussão e conclusão das informações obtidas a partir dos dados adquiridos mediante as pesquisas e entrevistas realizadas ao longo do projeto, foram elaborados os devidos relatórios e publicações.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os levantamentos de coleções de referências e de fontes bibliográficas foram atividades compreendidas na primeira etapa do projeto, portanto, tendo em vista os dados extraídos destas fontes documentais, foi possível obter informações quanto a tipologia e origem dos materiais<sup>1</sup> que poderiam estar associados às cargas ou a objetos utilizados a bordo que eram, comumente, transportadas nestas embarcações que outrora naufragaram devido a inúmeros fatores. Além disso, foram identificadas as nomenclaturas de apêndices<sup>2</sup> que fazem parte da estrutura das embarcações e que, por sua vez, também foram retiradas dos naufrágios para serem integradas aos acervos particulares desses mergulhadores.

Portanto, nesta etapa prévia do projeto, peças<sup>3</sup> como garrafas em vidro de água mineral com gás, de origem inglesa, datadas do século XIX; frascos de remédio e cosméticos, de origem brasileira e/ou desconhecida, datados do final do século XIX ao início do século XX; ampolas de medicamentos de procedência brasileira, do início do século XX; e garrafas de vinho tinto de origem europeia, do século XIX, fazem parte do levantamento de coleções de referências que auxiliam na identificação e na compreensão das relações existentes entre o material arqueológico dos acervos particulares e seus respectivos naufrágios.

Em seguida, mediante o levantamento bibliográfico parcial e *sites* específicos sobre mergulho e naufrágios localizados no Brasil<sup>4</sup>, obteve-se a informação da presença de em torno de 108 naufrágios<sup>5</sup> em Pernambuco. Entretanto, a partir de dados mais confiáveis, foi possível plotar 39 embarca-

ções naufragadas, na costa do Estado, com localização conhecida. Destes dados, observa-se a presença de 27 cascos soçobrados<sup>6</sup> por causas diversas e 12 propositais<sup>7</sup>.

De acordo com a tabela em anexo, apresentam-se os dados obtidos a partir das pesquisas e entrevistas realizadas ao longo do projeto. Dessa forma, foi possível realizar o resgate imagético dos artefatos arqueológicos oriundos dos naufrágios Alfama de Lisboa, Camaquã e Copérnicus, assim como informações adicionais acerca da identificação da tipologia do naufrágio Batelão de Cima.

A partir de identificação e localização de 39 embarcações naufragadas em Pernambuco, foi possível observar que o Estado possui

um considerável fluxo de navios dos mais variados tipos e funções, os quais faziam parte de forças navais e mercantes, contribuindo muito para o desenvolvimento econômico e político local. Com isto, tendo em vista o quantitativo de naufrágios levantados, os relatos dos entrevistados e a historiografia marítima do Estado, permite-se dizer que há a presença de muitas outras embarcações naufragadas ainda não identificadas nessa faixa litorânea e, conseqüentemente, muitos outros vestígios materiais importantes para o resgate da história marítima local.

Por outro lado, os relatos obtidos nas entrevistas realizadas com pescadores, mergulhadores recreativos e profissionais, além de

### TABELA 1

Levantamento de algum dos naufrágios localizados em Pernambuco. As células na cor cinza escuro demonstram os naufrágios ocasionados por fatores diversos e as na cor cinza claro os propositais. Os navios que obtiveram o resgate imagético de parte de seus artefatos arqueológicos estão destacados em negrito e caixa-alta.

<b>TABELA DOS NAUFRÁGIOS LOCALIZADOS EM PERNAMBUCO</b>			
NAUFRÁGIO	LOCALIZAÇÃO	NAUFRÁGIO	LOCALIZAÇÃO
<b>ALFAMA DE LISBOA</b>	J. dos Guararapes	Flórida	Recife
Aramar	Rio Formoso	Massangana	Cabo de Santo Agostinho
Marguerite	Recife	São Paulo	Cabo de Santo Agostinho
Bahia	Goiana	Sulamita	Recife
Batelão de Cima	Recife	Taubaté	Recife
<b>CAMAQUÃ</b>	Paulista	Vapor 48	Recife
Chata de Noronha	Paulista	Vapor de Baixo	Recife
Alvarenga	Paulista	Gonçalo Coelho	Ipojuca
<b>COPÉRNICUS</b>	Goiana	Iemanjá	Paulista
Draguinha	Recife	Lupus	Recife
Espada de Ferro	Itamaracá	Marte	Ipojuca
Galeão Serrambi	Ipojuca	Mercurius	Recife
Lamarão I	Recife	Minuano	Recife
Marisco	Recife	Saveiros	Recife
Navio do Boi	Rio Formoso	Servemar I	Recife
Navio do Café (Themis)	Tamandaré	Servemar X	Recife
Navio do Cimento (Guararapes)	Olinda	Orca	Recife
Navio do Gás (iate Egel)	Ipojuca	Taurus	Recife
Navio do Reduto	Rio Formoso	Walsa	Recife
Pirapama	Recife	-	-

Fonte: Amanda Tavares, 2012.

praticantes de caça submarina, também permitiram perceber o verdadeiro descaso com a conservação destes sítios de naufrágios causado pelas ações impactantes de turistas e mergulhadores desinformados acerca do dever de preservação ambiental e patrimonial aplicados ao meio aquático, causando inúmeros prejuízos ao meio ambiente marinho e ao patrimônio arqueológico subaquático.

Com relação aos naufrágios levantados, o *Alfama de Lisboa*, também conhecido como “Navio dos Pratos” devido à carga que trazia, é um sítio de naufrágio constituído por uma embarcação a vela, com casco de madeira e ferro, com dois mastros, de nacionalidade portuguesa, que naufragou em 18 de agosto de 1809. A embarcação possuía, entre as inúmeras mercadorias, uma importante carga de porcelanas portuguesas e inglesas. Encontra-se defronte à praia

de Candeias, a 10 metros de profundidade (MARX E MARX, 1994).

Com o acesso ao acervo particular do Sr. Carlos Villar, descobridor do *Alfama de Lisboa*, foi possível fotografar peças de louça referentes a este naufrágio, tais como xícaras, pratos, cuias e lava-mãos de origem portuguesa e inglesa, além de acessórios relativos à navegação da embarcação.

Já a Corveta<sup>8</sup> *Camaquã*, uma embarcação de ferro, da Marinha do Brasil, construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e lançada ao mar em 1939, está localizada pelo través da praia de Maria Farinha, a 56 metros de profundidade, cujo naufrágio ocorreu no dia 21 de julho de 1944 devido ao mau tempo reinante (RIOS, 2010).

Segundo relatos<sup>9</sup>, seu nome *Camaquã* ou *Camacuan*, como estava originalmente escrito nas peças (bules, baixelas e talheres de prata),



**Foto 1** – Faianças portuguesas com motivos florais e policrômico: lava mãos.



**Foto 3** – Faiança inglesa decorada: xícara (padrão decorativo azul borrão, Inglaterra).



**Foto 2** – Faianças inglesas com borda azul: pratos e travessas. Oriundos do *Alfama de Lisboa*. Fonte: Amanda Tavares, 2012.



**Foto 4** – Faiança com marca da companhia de navegação (Liverpool Brazil and River Plate S. N. C. L.). Oriundo do *Copérnicus*. Fonte: TAVARES, 2012.

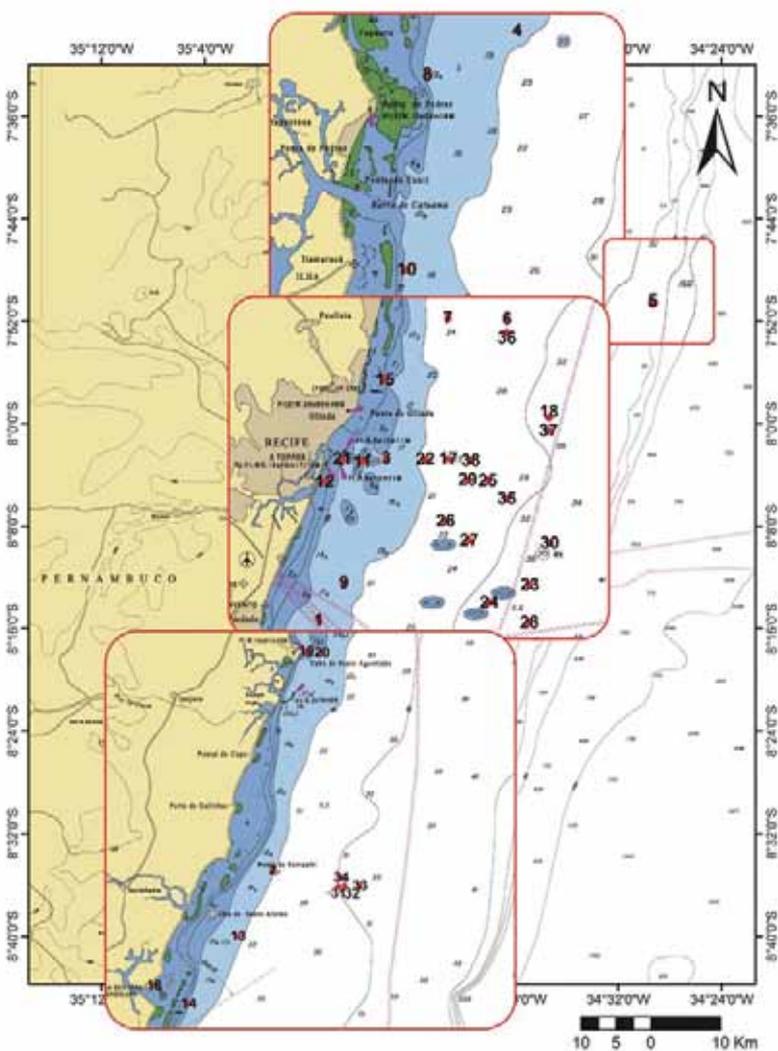
foi identificado através da observação de um baixo relevo impresso em algumas peças encontradas e retiradas do naufrágio e que hoje estão expostas no Espaço Cultural da Marinha, no Rio de Janeiro. Esta impressão não estava completamente visível, mas, a partir de pesquisas bibliográficas sobre o navio em questão, soube-se que este seria uma embarcação da Marinha Brasileira que fazia parte dos comboios a navios mercantes durante a II GM (*C6 Camaquã*). Daquele naufrágio obteve-se, apenas, o registro imagético de um artefato da embarcação que é uma lâmpada (de localização e função não determinadas) na cor azul.

No que diz respeito ao naufrágio *Copérmicus*, era um vapor de ferro, de nacionalidade inglesa, pertencente à Companhia Lamport & Holt. Encalhou e naufragou em 25 de fevereiro de 1883, defronte à praia de Ponta de Pedras, a cerca de 30 milhas náuticas do porto de Recife, a 6 metros de profundidade. A carga era composta por porcelanas, máquinas Singer e mármore. Foi explorada por mergulhadores pernambucanos com autorização da Marinha na década de 70. Atualmente a embarcação encontra-se desmantelada (RIOS, 2010).

Do *Copérmicus* foram realizados registros fotográficos de material vítreo e cerâmico<sup>10</sup>, como taças e copos, além de xícaras com decoração em azul e rósea provavelmente de origem inglesa.

Dessa forma, o resgate imagético dos artefatos referentes aos naufrágios *Alfama de Lisboa*, *Copérmicus* e *Corveta Camaquã* permitiram não só o resgate de artefatos do evento trágico marítimo respectivo a cada embarcação, mas também de todo um contexto histórico da evolução da tecnologia de navegação e da navegabilidade, assim como das relações comerciais, políticas e sociais que Pernambuco manteve ao longo de sua história e que estão diretamente associadas a cargas e passageiros transportados por essas embarcações.

Ainda com relação às informações referentes aos naufrágios levantados, por meio



**Mapa 1** – Extrato da carta náutica 22.200 da DHN que exibe nos detalhes aproximados os pontos da localização de alguns dos naufrágios do litoral de Pernambuco. Fonte: Amanda Tavares, 2012.

das entrevistas realizadas, foi possível identificar a tipologia da embarcação referente ao naufrágio denominado de Batelão de Cima que, até o momento, não era conhecida devido ao fato de estar, atualmente, com sua estrutura quase que totalmente enterrada a sete milhas náuticas<sup>11</sup> do porto de Recife e a 25 metros de profundidade. Dessa forma, segundo relatos<sup>12</sup>, o *Batelão de Cima*<sup>13</sup>, nome este empregado popularmente devido ao desconhecimento do seu nome original, foi descrito como sendo uma lancha de desem-

barque<sup>14</sup> de soldados, sendo muito utilizada para serviços das Marinhas de Guerra e de provável origem norte americana.

No geral, o Batelão de Cima é tido como uma embarcação de ferro (LD)<sup>15</sup>, de nome, nacionalidade, estaleiro, armador, dimensões, ano de construção, comandante, tripulação, causa do naufrágio e número de vítimas desconhecidos. Vale ressaltar que esta embarcação, entre as décadas de 60 e 80, ainda possuía sua estrutura visível e em bom estado de conservação (RIOS, 2010).

**TABELA 2**

Naufrágios levantados e plotados em carta náutica.

CÓDIGO	NAUFRÁGIOS	CÓDIGO	NAUFRÁGIOS
1	Alfama de Lisboa	20	São Paulo
2	Aramar	21	Taubaté
3	Marguerite	22	Vapor de Baixo
4	Bahia	23	Lupus
5	Camaquã	24	Minuano
6	Chata de Noronha	25	Saveiros
7	Alvarenga	26	Servemar I
8	Copérnicus	27	Servemar X
9	Draguinha	28	Orca
10	Espada de Ferro	29	Taurus
11	Lamarão I	30	Walsa
12	Marisco	31	Galeão Serrambi
13	Navio do Boi	32	Navio do Gás (iate Egel)
14	Navio do Café (Themis)	33	Gonçalo Coelho
15	Navio do Cimento (Guararapes)	34	Marte
16	Navio do Reduto	35	Mercurius
17	Pirapama	36	Iemanjá
18	Flórida	37	Vapor 48
19	Massangana	38	Batelão de Cima

Fonte: Amanda Tavares, 2012.

## CONCLUSÕES

Com o desenvolvimento deste projeto, foram obtidas informações importantes acerca de uma quantidade considerável de naufrágios localizados na costa pernambu-

cana, os quais variam em tipologia de embarcação, origem, localização, dimensões, data e causa do naufrágio. Dessa forma, o mesmo promoveu a identificação da diversidade de embarcações de diferentes períodos e origens que percorriam o litoral de

Pernambuco, além de parte do quantitativo de sítios de naufrágio com localização conhecida existentes na costa pernambucana e, logo, o seu potencial histórico marítimo que gera uma perspectiva atual na busca por novos naufrágios.

Com relação à aplicação das entrevistas a fim de extrair o máximo de informações relevantes ao resgate da memória histórica e imagética dos naufrágios e, conseqüentemente, os artefatos recolhidos pelos mergulhadores, foi possível compreender melhor acerca da história de alguns naufrágios históricos localizados em Pernambuco.

Outro ponto interessante é o fato de que tais entrevistas também promoveram a denúncia, por parte dos mergulhadores, do atual estado de conservação de alguns sítios de naufrágio presentes no litoral de Pernambuco, os quais se encontram com suas estruturas desgastadas, pouco visíveis e com partes faltantes, situação esta provocada pela ação de colecionadores e até mesmo de turistas sem consciência do dever de preservar todo e qualquer patrimônio cultural e ambiental.

Com relação à recuperação imagética dos artefatos e à salvaguarda de peças adquiridas por meio de doações de alguns entrevistados, houve algumas aquisições importantes para o projeto tanto no âmbito

do resgate de material arqueológico quanto no de registro fotográfico destes objetos.

Também ocorreram resgates históricos e imagéticos de naufrágios relativamente recentes que, apesar de contradizerem a definição de patrimônio subaquático versada pela Convenção da Unesco de 2001, no tocante a cronologia, suas histórias devem ser consideradas, pois, de fato, fazem parte da história marítima pernambucana e futuramente todo o arcabouço material desses naufrágios será considerado patrimônio arqueológico subaquático importante para história marítima de Pernambuco.

No geral, os dados obtidos durante este período geraram resultados satisfatórios no que tange a contextualização dos artefatos com os seus respectivos naufrágios, permitindo dessa forma uma melhor compreensão da história marítima do Estado e de suas relações comerciais e bélicas com outros países em períodos distintos. Além disso, algumas informações adquiridas por meio das entrevistas auxiliaram no esclarecimento de dúvidas quanto à tipologia e à procedência de uma embarcação naufragada na costa pernambucana que, até recentemente, possuía características desconhecidas, contribuindo, assim, com novos dados para a carta arqueológica de naufrágios de Pernambuco.

## REFERÊNCIAS

CHERQUES, S. *Dicionário do Mar*. São Paulo: Globo, 1999.

CUNHA, L. F. C. De volta ao passado, mergulhando sobre o Galeão *Sacramento*. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, v. 110, n. 4/5, 1990.

CUNHA, L. O. C. Sítio do Galeão São Paulo: Pesquisa arqueológica não é caça ao tesouro. Rio de Janeiro: *Revista Marítima Brasileira*, v. 114, n. 1/3, 1994.

MELLO NETO, U. P. O galeão *Sacramento* (1668): um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa de Arqueologia Subaquática na Bahia (Brasil). Rio de Janeiro: *Revista Navigator – Subsídios para a História Marítima do Brasil*, n. 13, 1977.

\_\_\_\_\_. O cabo de Santo Agostinho e a baía de Suape: Arqueologia e História. Recife: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, vol. 53, 1981.

ESPARTEIRO, A. M. *Dicionário de Marinha Português-Ingês*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha, 1975.

MARX, R.; MARX, J. *New World Shipwrecks 1492 – 1825*. Dallas: Ram Publishing Company, 1994.

NEEDHAM, J. *Science and Civilization in China: Civil Engineering and Nautics*. Taipei: Caves Books, v. 4, 1986.

RAMBELLI, G. *A arqueologia subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape, São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia Subaquática do Baixo Vale do Ribeira – SP*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RENFREW, C. e BAHN, P. *Arqueología, Teorías, Métodos y Práctica*. Madrid: Akal, 1993.

RIOS, C. *Identificação arqueológica de um naufrágio localizado no lamarão externo do porto do Recife, PE, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia subaquática: identificação das causas de naufrágios nos séculos XIX e XX na costa de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, 294 págs.

UNESCO: *Convenção da Unesco para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático*. Paris: 2001.

---

<sup>1</sup> Estes materiais podem ser cerâmicos, férreos e vítreos (porcelanas, talheres e garrafas, por exemplo).

<sup>2</sup> Qualquer parte ou peça relativamente pequena que se destaca da parte do forro exterior do casco, abaixo da linha de flutuação (hélices, lemes, âncora, por exemplo) (CHERQUES, 1999).

<sup>3</sup> Todas as peças citadas fazem parte das coleções de referências pertencentes ao Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Albuquerque.

<sup>4</sup> Fontes: [www.naufragiosdobrasil.com.br/www.naufragios.com.br/www.brasilmergulho.com](http://www.naufragiosdobrasil.com.br/www.naufragios.com.br/www.brasilmergulho.com) (Acesso: 2011).

<sup>5</sup> Lista de naufrágios em Pernambuco extraída do Sinau (Sistema de Identificação de Naufrágios), 2009.

<sup>6</sup> Significa afundado, submerso, naufragado (CHERQUES, 1999).

<sup>7</sup> Na atualidade os navios são afundados propositalmente com fins turísticos e científicos (RIOS, 2010).

<sup>8</sup> Pequeno navio de guerra da marinha de vela, menor que a fragata, mas aparelhada da mesma maneira, com três mastros de velas redondas (corveta antiga). A partir da Segunda Guerra Mundial as corvetas passaram a ser classificadas como navios de escolta ou de patrulha (corveta moderna) (ESPARTEIRO, 1975).

<sup>9</sup> Sr. José Mário Lobo (entrevistado).

<sup>10</sup> Peças pertencentes ao acervo particular do Sr. Fernando Paz (entrevistado).

<sup>11</sup> 1 milha náutica equivale a 1.852 metros.

<sup>12</sup> Srs. Sinval Malta Pessoa e Alípio Vanderlei Nobre (entrevistados).

<sup>13</sup> Grande barca de fundo chato, às vezes sem propulsão própria, usada para o transporte de cargas pesadas no desembarque (CHERQUES, 1999).

<sup>14</sup> As lanchas de desembarque são embarcações de ferro, de pequeno e médio porte, utilizadas para o transporte de tropas e equipamentos até às praias. Bastante usadas pela Marinha Portuguesa nas décadas de 60 e 70 na Guerra do Ultramar. Fonte: [www.guerracolonial.org/](http://www.guerracolonial.org/) (Acesso: 2011).

<sup>15</sup> LD significa lancha de desembarque.

# Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)

**Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos**

*Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Primeiro-tenente do Quadro Técnico. Serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, onde é encarregado da Divisão de Arqueologia Subaquática do Departamento de História.*

*Resenha de RESTIER, Renato. Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876). Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.*

Alguns historiadores interessados em história militar têm feito balanços historiográficos acerca da renovação deste domínio, dissertando sobre os estudos que tratam de novos temas, com novas abordagens, além da revisita a objetos, sempre os comparando com a chamada “velha” história militar<sup>1</sup>. Portanto, a obra de Renato Restier Júnior, *Antítese da Civilidade: Poder Naval, Pensamento Político e Guerra no Segundo Reinado (1850-1876)*, já se insere nesta realidade e muito em breve também será objeto de análise nestes balanços.

Nesta obra, Renato Restier Júnior faz uso de um conjunto de fontes e ao mesmo tempo tem propriedade sobre assuntos do *expertise* marinho que enriquecem a abordagem de um tema clássico na historiografia brasileira: os conflitos na região do Rio da Prata, o que envolve a Guerra do Paraguai. Dispondo dessas fontes (Relatórios dos ministros da Marinha, Anais da Câmara dos Deputados e do Senado e Atas do Conselho de Estado), o autor tenta dar substância a uma problemática que dá vida ao texto: uma sensibilidade – ou melhor, a falta de sensibilidade no âmbito de toda a sociedade acerca da necessidade de defesa do Brasil e a sua conseqüente projeção internacional.

Assim é que Restier Júnior visa a compreender as percepções sobre a utilidade da Marinha do Brasil nos conflitos no Prata que marcam a virada da metade do século XIX e dos próprios eventos bélicos por parte de alguns atores que estão na direção do Estado: os dirigentes da pasta, na época a Secretaria de Estado de Negócios da Marinha, alguns parlamentares da Câmara e do Senado e os membros do Conselho de Estado, este considerado por muitos estudiosos como o esteio das decisões do Império. A preocupação de alguns destes atores era de como a Marinha do Brasil poderia estar (re) aparelhada perante os desafios que se mostravam no horizonte dos grupos dirigentes, principalmente com relação à defesa da unidade do território nacional ainda em construção. E num momento em que a construção deste Estado significava também a construção de uma identidade nacional encaixada em limites territoriais em disputa – daí os conflitos –, a arquitetura imperial também buscava desenhar um projeto em que os padrões tidos como universais, a exemplo de uma pretensa civilidade desejada para os brasileiros, fossem alcançados. Desse modo, “guerra” e “civilidade” eram

verbetes que poderiam ser antônimos para alguns ou sinônimos para outros, questão que perpassa o livro.

E, por falar em limites territoriais em disputa, a obra de Renato Restier Júnior pode também ser listada entre aquelas que representam atualmente uma renovação de um outro domínio da historiografia brasileira e internacional: história das relações internacionais<sup>2</sup>. O autor busca interpretar, através da análise do discurso, a conduta de agentes estatais objetos por excelência de um tipo de história das relações internacionais escrita a partir do século XIX e tendo encontrado eco até meados do século XX no Brasil. Assim, discursos e condutas destes agentes são imagens criadas acerca da Marinha, da guerra e das relações com países vizinhos, dadas a ler a interlocutores destes personagens, dando um aspecto semiótico à análise.

A narrativa empreendida pelo autor percorre o caminho de quem busca analisar essas percepções distintas que dão corpo às relações entre Poder Naval e pensamento político brasileiro a partir de um enredo interessante: primeiro, como se realizaram as operações de guerra no teatro do Prata; segundo, como o executivo, através dos relatórios dos ministros da Marinha, se dedicam a programar a Armada; e, em terceiro lugar, como os parlamentares e conselheiros de estado discutem sobre a relevância de programas de reaparelhamento naval e de sua respectiva dotação orçamentária e qual o lugar dos conflitos a partir de necessidades políticas e diplomáticas constatadas. Tudo isto sendo relacionado com a conjuntura internacional.

Refletindo sobre os conflitos na região do Prata entre 1850 e década de 1870 e a atuação da Armada do Império, Restier Júnior faz uma importante relação entre os objetivos do Brasil, em termos de política externa, e o que estava acontecendo no cenário internacional com o novo desenho geopolítico orquestrado pelas potências mundiais do início do século XIX – Grã-Bretanha, França, Prússia, Rússia e Áustria –, sendo brevemente interrompido este “concerto mundial” pela unificação alemã e pelo aparecimento de mais duas potências, os Estados Unidos e Japão. Da parte das potências

mundiais até então conhecidas, as Armadas desses países estavam adequadas, de alguma forma, aos seus objetivos de expansão territorial, política, econômica e cultural.

Os objetivos do Império brasileiro estavam direcionados à defesa do território brasileiro e também à unidade e à integridade deste Estado recém-nascido, o que significava a defesa da navegabilidade pela região do Prata. Assim, as investidas contra Manuel Oribe (Uruguai) e Juan Manuel Rosas (Argentina) entre 1851 e 1852 e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai entre 1865 e 1870 foram eventos importantes para a política externa brasileira, a fim de concretizar os objetivos mencionados.

Ainda assim a Armada não acompanhava *pari passu* as preocupações que antecederam o desenrolar dos conflitos. Descritas pelo autor, as dificuldades por que passaram as forças navais brasileiras demonstram bem como foi complicada a estratégia naval de bloqueio e transporte de tropas nos rios que faziam parte do teatro de operações. Foi o que aconteceu quando da Passagem de Tonelero em 1851 onde os navios a vela, dotados de grande quantidade de canhões, mas impróprios para a navegação no Rio Paraná, foram rebocados por navios a vapor, estes mais apropriados para o local, mas com armamento insuficiente para a operação. Também o que ocorreu com o desenrolar dos acontecimentos que fizeram parte da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai em que os navios de couraça a exemplo do *Brasil* chegaram em 1865 e os monitores como *Alagoas*, *Pará* e *Rio Grande* só estiveram à disposição dos aliados em 1867, dois anos depois do começo da guerra.

Em que pese o descompasso observado, Restier Júnior afirma que não foi por falta de um programa pensado por quem dirigia a Marinha à época dos conflitos estudados. Além de considerar os aspectos da política estratégica do Brasil com relação à região do Prata, os programas ora elaborados visavam também a acompanhar os desenvolvimentos que eram percebidos quanto à tecnologia naval no mundo, nos seus sistemas de propulsão, proteção, ataque, meios de comunicação e as novas armas de guerra que surgiram então.

Assim, no bojo da Revolução Industrial, o uso programático das tecnologias que surgiram nesse contexto por parte das Armadas de vários países ao redor do planeta, em especial as das potências europeias, deu partida a uma corrida tecnológica já no século XIX, em que pese tal processo, como bem observado por Restier Júnior, não tenha se dado de imediato. Foi assim com os sistemas de propulsão que conheceu em um século a propulsão somente a vapor, a hélice e os de turbina a vapor. Também com as armas de fogo que as Armadas viram quão eram obsoletos os canhões de antecarga e de alma lisa, sendo substituídos pelos de retrocarga e com alma raiada, dando assim maior estabilidade à trajetória dos projetis. Estes também sofreram modificações de considerável monta, a exemplo dos projetis cilíndricos e de pontas e o aparecimento da eficiente e eficaz granada explosiva usada pela Esquadra russa durante a Batalha Naval de Sinope (1853) durante a Guerra da Crimeia (1853-1856) sendo superior à sua rival turca. Esta mesma batalha evidenciou a obsolescência do casco de madeira nos meios navais com o emprego das granadas explosivas, sendo construídos portanto os navios com couraça de ferro que protegiam a madeira, os navios dotados totalmente com casco de ferro, os monitores – novidades da Batalha de Hampton Roads, durante a Guerra de Secessão (1861-1865) –, os cruzadores protegidos e os encouraçados, além dos *dreadnoughts*, capitânicas das Esquadras alemãs e inglesas durante a Primeira Guerra Mundial. Bem assim foram recebidas também as torpedeiras, as contratorpedeiras, os submarinos e as minas.

Com o maior equilíbrio financeiro, o Brasil pôde a partir de 1840, como afirma Restier Júnior com base em estudos já feitos sobre a construção naval do Brasil, implementar tecnologias neste setor, basicamente com construção de navios parcialmente de ferro e máquinas a vapor, ampliando os estaleiros e enviando engenheiros para estudar no exterior estas concepções tecnológicas, a exemplo de Napoleão Level. Além disso, houve a intensificação da construção naval com o decorrer da Guerra da Tríplice

Aliança, o que reitera o fato de que o desenvolvimento tecnológico se deu em boa medida com a guerra em curso.

No entanto, como já mencionado anteriormente, Restier Júnior escava importantes evidências de como o Estado brasileiro, através dos relatórios dos ministros da Marinha, buscava desenvolver programas de reaparelhamento naval com base em quatro objetivos: 1) desenvolver meios com propulsão a vapor o que facilitaria a navegação pelos rios, fato evidente com os conflitos na região do Prata – programa elaborado pelo Marquês de Muritiba em 1850 e não executado em sua plenitude; 2) desenvolvimento de navios dotados de couraça de ferro, e os da classe *Monitor* empregados com certo êxito na Guerra de Secessão nos EUA (1861-1865) tornam-se inspiração para que Napoleão Level os desenvolva no Rio de Janeiro – necessidade relatada pelo Visconde de Inhaúma em 1861; 3) desenvolver meios navais que dessem autonomia ao Império para o combate ao tráfico de escravos, o que significava logo o distanciamento com qualquer outro Estado que se dispusesse a fazê-lo, razão de contendas diplomáticas com a Grã-Bretanha; e 4) desenvolvimento de diversos itens que estivessem associados à geoestratégia naval pensada para a região do Rio da Prata, em termos de composição de divisões navais, construção naval, propulsão, armamento – evidente no relatório apresentado ao parlamento pelo Visconde do Rio Branco em 1854.

Em que pese todo esse planejamento, o que se verificou foi o déficit entre incorporação e baixa dos meios navais. Assim, Restier Júnior identifica o que poderiam ser os fatores para que os programas apresentados por aqueles que dirigiam a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha não lograssem de consenso entre os grupos dirigentes do Império, quando analisa os discursos de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, enquanto instâncias deliberativas do Poder Legislativo e dos membros do Conselho de Estado, instância de assessoria ao Executivo.

Quanto aos parlamentares da Câmara e do Senado, o reaparelhamento da Marinha resultante da execução dos programas

pensados por seus ministros pelo menos no contexto em lide (1850 -1876) não era visto pelo menos consensualmente como prioridade, ou pelo menos que pudesse ter parte nos orçamentos ora defendidos por quem estava à frente da Força. Assim, o fim a que se destina a força e a rentabilidade – e viabilidade – de tal orçamento eram os objetos das discussões dos parlamentares para fazer valer os seus argumentos. Bem assim que o discurso do Visconde de Souza Franco, quando do desenrolar das investidas contra Oribe e Rosas na região do Prata, identifica as forças militares, e, neste caso, a Marinha, como “agentes de destruição” em contraposição aos “agentes de produção” (p. 172) com os quais o próprio Visconde se identificava. Dessa forma polarizaram-se os parlamentares, eclipsando a utilidade da Marinha que geoestrategicamente, pelo que se depreende dos seus programas, poderia defender objetivos de tais agentes produtores. Havia mesmo quem pusesse a Marinha brasileira no seu “devido lugar” perante as Armadas das potências em questão, o que endossava ainda mais as limitações de seus orçamentos. Mesmo com visões conciliatórias como a do Visconde do Rio Branco em 1859, visando a superar evidente contradição, estas percepções ainda continuariam evidentes na Câmara e no Senado mesmo com as contendas entre Brasil e Argentina após a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870).

Já no Conselho de Estado, ao traçar do “perfil coletivo” desta instância de assessoria do governo, Restier Júnior identifica a sua pauta nesse contexto, embasada na necessidade da guerra, o que de alguma forma repercutia na visão das Forças Armadas e assim da Armada do Império. Boa parte das decisões estava pautada na sensibilidade de que a guerra era uma me-

didada a ser adotada em último caso, o que exigia ponderação por parte dos membros do conselho quanto à sua necessidade. Assim, refletiam-se sobre o tipo de atitude diplomática com relação aos países vizinhos, em especial o da região do Prata, ações para reforçar o território nacional, as contradições entre “guerra” e “diplomacia” e o recrutamento para as forças envolvidas no conflito. Em geral, Renato Restier Júnior conclui que o Conselho de Estado, assim como na Câmara dos Deputados e no Senado, firma-se em uma posição, não compartilhada por todos os seus membros, de neutralidade, que por vezes pendia para certo intervencionismo.

Em contraposição a uma intervenção como aquelas perpetradas pelas potências mundiais, principalmente na segunda metade do século XIX, levando ao primeiro grande conflito do século XX, a política externa brasileira teve um lugar específico na análise de Restier Júnior sobre a conduta de grupos dirigentes do Império com relação ao Poder Naval e a geoestratégia pensada para a região do Prata, revelando, em parte, um comportamento que poderia ser visto por alguns leitores como hesitante. Ainda que o autor propositadamente não queira fazer um estudo sobre a política externa brasileira no período, a peculiaridade de tal análise reside, sobretudo, na percepção de que “guerra” e “civilidade” eram, para alguns desses agentes do estado, etapas de um mesmo processo e, para outros, atributos antagônicos, porém, que traduziam uma sensibilidade que nada tinha de indiferente com relação à defesa. Assim, esse era o ideário inicial que constituiu um “sentimento” peculiar dos brasileiros com relação a este fenômeno tão instigante da humanidade, e que pode ter os seus resquícios ainda em dias atuais: a guerra.

---

<sup>1</sup> Um bom balanço historiográfico sobre o tema pode ser visto em: SOARES, Luiz Carlos; VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar* in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012: p 113-132.

<sup>2</sup> Sobre o tema ver MARTINS, Estevão de Rezende. *História das Relações Internacionais*. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012: p 73-93.

# Documento

**DOCUMENTO:** "Primeira Edição da *Revista Marítima Brasileira* de 1º de março de 1851"

**LOCALIZAÇÃO:** Biblioteca da Marinha



# Primeira Edição da *Revista Marítima Brasileira* de 1º de março de 1851

## **Nereu Lima da Silva**

*Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e estagiário do Departamento de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.*

O presente documento trata da primeira publicação de um periódico marítimo no Brasil, cuja consecução se deu a partir do desejo do então Ministro da Marinha, Marquês de Murytiba – Dr. Manuel Vieira Tosta, e de alguns oficiais da Armada. Em 1851, a Marinha completava 28 anos de existência, sem um jornal para documentar seus feitos. Em relação ao conteúdo da revista, foi prometido o não envolvimento em assuntos políticos; o desejo era que a *Revista Marítima Brasileira*, através de seus artigos, contemplasse a atenção do oficial da Armada.

O programa da *Revista Marítima Brasileira* determinou que ela fosse publicada quinzenalmente com oito páginas ou mais. Propunha-se a publicar artigos sobre a Marinha de autores militares e civis, bem como emitir atos do Ministério da Marinha e notícias de interesse científico.

Para exemplificar, citaremos alguns conteúdos publicados na primeira edição da revista. Em sua primeira seção – “Ministério da Marinha” – foi noticiada a criação de duas companhias de Imperiais Marinheiros; comunicou-se para o conhecimento da Armada que os Países Baixos deram uma elevação considerável ao farol de Schweningen.

Na seção “Nomeações”, foi informado que o Tenente Pedro Thomé de Castro Araujo havia sido nomeado para comandar a Escuna *Argos*. Nos “Conselhos de Guerra”, foi noticiada a absolvição em última instância do Capitão de Mar e Guerra João Maria Wandenkolk, acusado de excesso de Jurisdição como comandante das forças do Rio Grande do Sul. Em “Licenças”, comunicou-se que o aspirante a Guarda Marinha Harmodeo Toledo Marcondes de Montezuma iria estudar na Academia Militar. Na seção “Falecimentos”, foi noticiada a morte de Innocencio da Cunha Galvão, embarcado na Canhoneira *Campista*, o qual sofrera uma congestão cerebral.

Em “Ordens Gerais”, o Ministro Secretário de Estado Inspetor Geral da Marinha determinou o que se deveria praticar quando os oficiais das diversas classes da Armada pretendessem deixar vencimentos na corte estando embarcados.

Outro assunto que a primeira edição da *Revista Marítima Brasileira* publicou foi acerca da venda pela Intendência da Marinha do casco da Nau *Pedro II*. Na seção de interesse científico, podemos citar um texto que trazia informações sobre um invento na Inglaterra, que proporcionava um novo modo de ferrar joanetes, explicando seus mecanismos e vantagens.



REVISTA



# MARITIMA BRASILEIRA

Publicar-se-ha nos dias 1.º e 15 de cada mez na Typographia de Nicoláo Lobo Visnar, onde se recebem assignaturas a 5\$000 rs. por anno, pagas ao receber o primeiro numero.

*Preço de 5\$000 (5\$000)*

Depois de tanta porfia e de tamanhas decepções, eis á final publicado o primeiro numero de uma folha da Marinha.

E entretanto esta publicação, que se deveria esperar ser uma victoria ganha contra fortes antagonistas, nada mais é que a mera e simples realisação da vontade de um Ministro, e dos desejos de alguns Officiaes da Armada, que não duvidarão lançar-se n'essa difficil vereda semeada de espinhos, que a publicidade devassa aos olhos da critica, quando convencorão-se de que a modestia muitas vezes sacrificia-se ao dever, e de que isto dever importa um serviço á Marinha nacional.

Por sem duvida o apparecimento de um jornal maritimo deve fazer época em os nossos annos, e elles transmittirão aos vindouros o nome illustre do benemerito Ministro, sob cuja protecção realison-se um facto que encerra em si proporções para avultar no futuro.

Passados 28 annos da brilhante existencia da nossa Marinha, quando tantos feitos heroicos não esvaecendo-se nas sombras do esquecimento, eis surge a luz que lhes dará vida e os tornará eternos.

A redacção da REVISTA MARITIMA BRASILEIRA, por honra e gloria da Marinha, pertence ás suas reconhecidas notabilidades. Commettida hoje a officiaes moços e subalternos, que levados somente do zelo e patriotismo, na incerteza e hesitação de outros a quem de direito competia, ousarão emprehondel-a, esta redacção passará por certo á illustre personalidade que dignar-se assumil-a e prestar tão relevante serviço.

Em quanto porém não apparecer tão desejado campeão, os actuaes redactores invidarão todos os esforços para que, uma vez nascida,

percorra a Revista garbosa o trilho da existencia.

A' fim de conseguil-o, hem se vê, torna-se indispensavel incessante coadjuvação; e esta devendo naturalmente partir dos Officiaes da Armada, ás suas lucubrações são especialmente consagradas as columnas da folha. D'est'orte a REVISTA MARITIMA BRASILEIRA será a pedra de toque, por onde se ajuizará do progresso e illustração da nossa Marinha.

E se, com effeito a officialidade d'este importante classe continuar a nutrir aquelle espirito de corporação e não mentido amor da patria, que em lutas gloriosas a tem distinguido: precedendo nosso pavilhão, irá a Revista attestar na velha Europa que o Brasil, a acompanha nos pensamentos de grandeza.

A' Armada pois faremos especial appello: na sua intelligencia está a esperanza, e de seus esforços dependem os futuros destinos do paiz, sobre os quaes exercerá a Marinha poderosa e irresistivel influencia. E a todos os Brasileiros em geral, vos dirigimos tambem, porque a todos interessa o progresso da marinha tanto mercante como de guerra, ambas elementos perduraveis de grandeza e prosperidade.

Deveriamos ter provado a necessidade urgente e palpitante da presente publicação: porém de proposito a omittimos, sacrificando os recursos da logica ao testemunho do tempo.

Duas palavras ainda como explicação de uma das condições do nosso programma se permitta, que elle concluiremos o presente artigo.

Em extremo orgulhosos dos seus vencimentos, que já havia na Intendencia daos Brasileiros, jámais adop' a fiança, de que trata o cipo de que a obediencia militar importe incompat' p'ções politicas, e nei